

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
NÍVEL DOUTORADO

AILTON VIEIRA DA CUNHA

REDES SOCIAIS, EFEITOS DA VIZINHANÇA E CRIMINALIDADE:
O Capital Social e a Eficácia Coletiva Como Mecanismos Explicativos da
Violência Urbana

RECIFE

2014

Ailton Vieira da Cunha

REDES SOCIAIS, EFEITOS DA VIZINHANÇA E CRIMINALIDADE:

O Capital Social e a Eficácia Coletiva Como Mecanismos Explicativos da
Violência Urbana

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr.

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C972r Cunha, Ailton Vieira da.

Redes sociais, efeitos da vizinhança e criminalidade : o capital social e a eficácia coletiva como mecanismos explicativos da violência urbana / Ailton Vieira da Cunha. – Recife: O autor, 2014.

213 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2014.

Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Redes sociais. 3. Capital social (Sociologia). 4. Violência urbana. 5. Crime – Aspectos sociológicos. I. Ratton Jr., José Luiz de Amorim (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2014-21)

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DE AILTON VIEIRA DA CUNHA, DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para **Defesa de Tese de AILTON VIEIRA DA CUNHA**, intitulada **REDES SOCIAIS, EFEITO DA VIZINHANÇA E CRIMINALIDADE: O Capital Social e a Eficácia Coletiva como Mecanismos Explicativos da Violência Urbana**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior** (Presidente/Orientador); **Profª Drª. Circe Maria Gama Monteiro** – Titular Externa (MDU/UFPE); **Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva** – Titular Externo (UFMG); **Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes** – Titular Interno; **Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes** – Titular Interno; **Prof. Dr. Gilson Macedo Antunes** – Titular Interno. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. José Luiz Ratton** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em segredo deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, o **Prof. Dr. José Luiz Ratton**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por maioria**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato.

Recife, 26 de fevereiro de 2014.

Vinícius Douglas da Silva Nascimento — Secretário

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior

Profª Drª. Circe Maria Gama Monteiro

Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes

Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes

Prof. Dr. Gilson Macedo Antunes

Ailton Vieira da Cunha

À minha esposa Alexcina e
aos meus filhos Vinícius e Giordano Bruno.

Agradecimentos

Agradeço a toda minha família pelo apoio sentimental e emocional que foi dado com muito carinho.

Agradeço ao meu orientador, Professor Ratton, pela confiança em minha capacidade de produzir este trabalho, pelo suporte moral e intelectual dado, bem como pela compreensão desse meu momento difícil. Muito obrigado.

Agradeço a Breno Augusto pela amizade, consideração e por tudo que vem fazendo por mim ao longo de quase vinte anos.

Agradeço à Professora Eliane da Fonte que com carinho e compreensão vem acompanhando minha vida acadêmica desde a graduação, sempre ajudando.

Agradeço à Professora Silke Weber que com sinceridade e competência deu uma contribuição incomensurável às minhas reflexões sociológicas.

Agradeço ao secretário Vinícius Douglas que nunca mediu esforço para atender as demandas burocráticas do aluno em desespero.

Agradeço a todos os colegas de curso pelo aprendizado e intermináveis debates sobre o futuro das Ciências Sociais, especialmente à Tim Beech. Agradeço a Tim Beech pela ajuda na tradução das citações do inglês para o português e do francês para o português. Entretanto, a responsabilidade sobre todas as traduções é toda minha.

Meus agradecimentos à FACEPE pelos recursos financeiros fornecidos que, sem esses, impossível seria minha vida como estudante.

Não terás sede por muito tempo,
Coração queimado!
Está no ar uma promessa,
de bocas desconhecidas me vem um sopro,
— a grande frescura está chegando...

(Friedrich Nietzsche)

Resumo

Na atualidade, os estudos sobre os efeitos da vizinhança vêm explorando as interações sociais dentro e entre vizinhanças urbanas favorecendo, seguindo a tradição de Chicago, o esclarecimento de fenômenos sociais como a criminalidade urbana através de **mecanismos causais** e de uma sociologia do contexto. Dois principais mecanismos causais são investigados nesta tese: o **capital social** e a **eficácia coletiva**. O capital social vem sendo conceituado, em linhas gerais, como fruto de laços sociais entre as pessoas. Dessa forma, uma das maneiras de medir capital social provém da **Análise de Redes Sociais** (ARS). Existe um grande consenso sobre o poder do capital social na promoção de mobilizações e de ações coletivas com propósitos voltados para a produção do bem comum. Entretanto, há discordâncias sobre se sempre o capital social é capaz de produzir ações coletivas voltadas, apenas, para o bem comum. De acordo com pesquisas atuais, a **eficácia coletiva** enfatiza um sentido de engajamento de vizinhanças urbanas que não tem sido contemplado pelo capital social. A **Teoria da Eficácia Coletiva** (TEC) remete, portanto, a junção de indicadores de coesão social associados às expectativas compartilhadas de controle social vicinal buscando superar as explicações generalizantes sobre a criminalidade urbana baseadas no conceito de capital social. Esta tese objetivou estudar uma temática de grande contribuição para o aprimoramento da **Teoria da Desorganização Social** (TDS) desenvolvida por vários estudiosos da Escola de Chicago. Trata-se de uma sociologia do crime que busca compreender e explicar, dentro de uma perspectiva de médio alcance, como a associação entre a ARS e a TEC pode engendrar uma **Sociologia Reticular do Crime** capaz de produzir orientações para as pesquisas empíricas sobre como determinados mecanismos sociais mediam a relação entre as características de vizinhanças urbanas e a criminalidade local. Portanto, problematizou-se nesta tese como a relação entre mecanismos causais (capital social e eficácia coletiva) pode fornecer explicações robustas sobre as taxas de crimes e suas variações em vizinhanças urbanas eliminando possíveis relações espúrias. O resultado principal desta tese é a possibilidade teórica e metodológica da articulação eficaz entre a ARS e a TEC na explicação da criminalidade em vizinhanças urbanas.

Palavras-chaves: Redes Sociais; Capital Social; Eficácia Coletiva; Mecanismos Sociais; Criminalidade Urbana.

Abstract

Recent studies about neighborhood effects have tended to explore the social interactions within and between urban neighborhoods, following the tradition of Chicago School of urban sociology, in their preference for explanations of social phenomena such as urban criminality through **causal mechanisms** and a sociology of the context. The two main causal mechanisms studied in this thesis were **social capital** and **collective efficacy**. Social capital is considered, generally speaking, as the result of social ties between persons. One method for measuring social capital derives from **Social Network Analysis** (SNA). There is a broad consensus on the power of social capital to yield mobilizations and collective actions with goals directed to the production of the common good. However, there are differences of opinion regarding whether social capital is capable of producing collective actions solely oriented towards the common good. According to current research, collective efficacy emphasizes a sense of engagement in urban neighborhoods that has not been considered by social capital theory. The **Theory of Collective Efficacy** (TCE) aims to supersede generalising explanations of urban criminality based on the concept of social capital by combining indicators of social cohesion associated with shared expectations of neighborhood. This thesis has investigated issues with considerable potential to contribute to the **Theory of Social Disorganization** (TSD) as developed by several Chicago School researchers. Such a sociology of crime aims to understand and explain, within a mid-range perspective, how an association between SNA and TEC may help produce a **Network Criminal Sociology** capable of offering guidelines for empirical research on how certain causal mechanisms mediate the relationship between characteristics of urban neighborhoods and local criminality. Thus, this thesis investigated the ways in which the relationship between causal mechanisms (social capital and collective efficacy) can give rise to sound explanations about rates of crime and its variations in urban neighborhoods, while excluding possible spurious relations. The main result of this thesis is the theoretical and methodological possibility of bringing together SNA and TEC effectively to explain criminality in urban neighborhoods.

Word-keys: Social Networks; Social Capital; Collective Efficacy; Social Mechanisms; Urban Criminality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Definição, finalidade e análise do capital social	25
Figura 1 – Tríade proibida	22
Figura 2: Fluxo de informação e Buracos estruturais (Agujeros estructurais)	32
Figura 3 – Genealogia da ARS	38
Figura 4: As Pontes de Königsberg	41
Figura 5 – Explicação científica por leis gerais	118
Figura 6 – Mecanismo causal	121
Figura 7 – Versão estendida da TDS	125
Figura 8 – desigualdade vicinal, processos sociais e segurança	127
Figura 9 – Teoria da Estratificação Vicinal, mecanismos sociais e taxas de violência	127
Figura 10 – Arcabouço conceitual da teoria da eficácia coletiva e o bem-estar comunitário	128
Figura 11 – Uma rede de redes. (a) laços entre indivíduos; (b) laços entre redes de <i>clusters</i>	141
Figura 12 – Sociograma de nós e laços	142
Figura 13 – Laços fortes e laços fracos	144
Figura 14 – Rede com densidade 100 por cento	146
Figura 15 – Exemplo da densidade em um sociograma	146
Figura 16 – Grau de centralidade	148
Figura 17 – Um exemplo de um diagrama de rede social. O nó com o mais alto grau centralidade é marcada em branco	149
Figura 18 – Centralidade de fechamento	150
Figura 19 – Centralidade de intermediação I	151
Figura 20 – Centralidade de intermediação II	152
Figura 21 – o modelo sistêmico básico de crime	158
Figura 22 – Rede pessoal típica de um East Yorker	184
Figura 23 – Redes imediatas e redes de vizinhos	185

LISTA DE ABREVIATURAS

Análise de Redes Sociais – ARS

Teoria da Eficácia Coletiva – TEC

Teoria da Desorganização Social – TDS

Project on Human Development in Chicago Neighborhoods – PHDCN

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP

Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco – NEPS/UFPE

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO I

COMUNIDADE, CAPITAL SOCIAL E A TEORIA DAS REDES SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO	09
2 OS CONCEITOS DE COMUNIDADE DESENVOLVIDOS POR FERDINAND TÖNNIES, ÉMILE DURKHEIM E GEORG SIMMEL	12
3 A QUESTÃO DA COMUNIDADE	16
3.1 O conceito de Comunidade	16
4 A NATUREZA DO CAPITAL SOCIAL E SUAS APLICAÇÕES NA SOCIOLOGIA RETICULAR	21
4.1 A Força dos Laços Fracos de Granovetter: Uma Nova Ideia Sobre Redes Sociais	21
4.2 O Conceito de Capital Social na Teoria Sociológica e Suas Aplicações	24
5 A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	35
5.1 As Origens e a Natureza da Análise de Redes Sociais	36
5.2 Do Método da Análise de Redes Sociais e Suas Técnicas Reticulares	42
6 CONCLUSÃO	50

CAPÍTULO II

A SOCIOLOGIA DO CRIME NO BRASIL E ESTUDOS SOBRE OS EFEITOS DA VIZINHANÇA E A EFICÁCIA COLETIVA

1 INTRODUÇÃO	53
2 ASPECTOS DE UMA SOCIOLOGIA DO CRIME NO BRASIL: POBREZA E CRIMINALIDADE	56
2.1 A Constituição do Objeto da Sociologia do Crime	57
2.2 O Desenvolvimento da Sociologia do Crime no Brasil	60
2.2.1 A Abordagem Marxista e a Luta de Classes como Explicação Sociológica da Criminalidade	60
2.2.2 A Influência da <i>Criminal Sociology</i> na Sociologia do Crime Brasileira	61
2.3 Uma Sociologia da Criminalidade e o Estabelecimento do Objeto da Sociologia do Crime Brasileira	63
3 OS EFEITOS DA VIZINHANÇA E A EFICÁCIA COLETIVA NA SOCIOLOGIA DO CRIME BRASILEIRA	69
3.1 Coesão Social, Vitimização e Percepção do Risco de Crime em Vizinhanças Brasileiras	71
3.2 A Teoria da Eficácia Coletiva e a Violência: o Paradoxo do Subúrbio Carioca	77
3.3 Os “Entraves” para o Surgimento da Eficácia Coletiva	82
4 CONCLUSÃO	86

CAPITULO III
A SOCIOLOGIA ANALÍTICA E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA: A EFICÁCIA
COLETIVA COMO MECANISMO SOCIAL EXPLICATIVO DA
CRIMINALIDADE URBANA

1 INTRODUÇÃO	87
2 A SOCIOLOGIA ANALÍTICA E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA	89
3 O CONCEITO DE EFEITOS DA VIZINHANÇA NA TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL	93
4 OS PROBLEMAS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO CONCEITO DE EFEITOS DA VIZINHANÇA	104
5 PROPOSTAS PARA UMA SOCIOLOGIA DO CONTEXTO E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA	109
6 CONCLUSÃO	112

CAPITULO IV
MECANISMOS SOCIAIS E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA: A EFICÁCIA
COLETIVA

1 INTRODUÇÃO	115
2 MECANISMOS SOCIAIS DOS EFEITOS DA VIZINHANÇA	117
2.1 O que são Mecanismos Causais?	117
3 A EFICÁCIA COLETIVA COMO UM MECANISMO SOCIAL DOS EFEITOS DA VIZINHANÇA	124
3.1 Indicadores Sociais Empíricos Utilizados Comumente para Medir Eficácia Coletiva	130
3.2 As Tendências Atuais da Teoria da Eficácia Coletiva	131
3.2.1 Alcances e Limitações da Teoria da Eficácia Coletiva	132
4 CONCLUSÃO	134

CAPÍTULO V
A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA E A ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS:
PARA A CONTRUÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA RETICULAR DO CRIME

1 INTRODUÇÃO	136
2. SOBRE A CONVERGÊNCIA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA	138
2.1 A Análise de Redes Sociais, a Importância do Contexto Social e uma Perspectiva da Análise Multinível	138
3 UMA MANEIRA DIFERENTE DE MENSURAÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS E DO CAPITAL SOCIAL DENTRO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	142
4 AS ABORDAGENS DA SOCIOLOGIA CRIMINAL DE INTERSEÇÃO ENTRE A TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: OS EFEITOS DA VIZINHANÇA, A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA E AS REDES SOCIAIS	154
5 CONCLUSÃO	171

CAPÍTULO VI
POSSIBILIDADES DE INTERSEÇÃO ENTRE OS DESENHOS DE
PESQUISAS DOS ESTUDOS MULTINÍVEIS COM MEDIDAS DE
PROCESSOS VICINAIS E A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO	172
2 ESTUDOS MULTINÍVEIS COM MEDIDAS DE PROCESSOS VICINAIS	173
2.1 As Exigências da Modelagem Multinível	173
2.1.1 Características teóricas da modelagem Multinível	174
3 A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	179
3.1 A Análise de Redes Sociocentradas ou Redes Totais	180
3.2 A análise de Redes Egocentradas ou Redes Pessoais	183
3.3 Explicações Reticulares	188
4 CONCLUSÃO	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
APÊNDICE A – MODELAGEM MULTINÍVEL E SEUS PRINCÍPIOS	209
TÉCNICOS OU MATEMÁTICOS	

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta tese de doutorado tem suas raízes nos primeiros estudos de sociologia urbana desenvolvidos pela Escola de Chicago, em específico, a primeira Escola de Chicago em sua segunda geração¹ representada por Robert E. Park e Ernest W. Burgess, cujo objeto e unidade de análise são comunidades urbanas e os processos sociais que estruturam a vida social nas grandes metrópoles. Na atualidade, os estudos sobre ecologia urbana vêm explorando a interação social dentro e entre comunidades urbanas favorecendo, seguindo a tradição de Chicago, o esclarecimento de fenômenos sociais como a criminalidade urbana através de **mecanismos causais** que podem dar luz e visibilidade às redes sociais subjacentes à dinâmica dos processos sociais que formam estruturas sociais específicas de determinadas comunidades e vizinhanças urbanas.

Seguindo essa linha, nos últimos anos os estudos e pesquisas nas ciências sociais envolvendo o conceito de **capital social** têm sido bastante amplos, sobretudo quando se trata de explicar os motivos do desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico regional dentro de países ou mesmo dentro de comunidades. O capital social vem sendo conceituado, em linhas gerais, como fruto da produção de laços sociais entre as pessoas. Dessa forma, uma das maneiras de medir capital social provém da **Análise de Redes Sociais** (ARS). A ARS é apresentada por um grande número de pesquisadores como sendo uma abordagem técnica e metodologicamente adequada para medir e analisar o capital social em comunidades e vizinhanças.

Existe um grande consenso sobre o poder do capital social na promoção de mobilizações e de ações coletivas com propósitos voltados para a produção do bem comum. Entretanto, há alguma discordância sobre se, de fato, o capital social é realmente capaz de produzir ações coletivas voltadas apenas para o bem comum. De acordo com pesquisas em alguns países, a noção da **eficácia coletiva** enfatiza um sentido de engajamento de vizinhanças urbanas que não tem sido contemplado pelo termo capital social. A eficácia coletiva, portanto, é um construto teórico criado

¹ A primeira geração foi representada por Albion W. Small e William I. Thomas (LUTTERS; ACKERMAN, 1996).

a partir da ideia de coesão social (presente no conceito de capital social) e controle social informal vicinal que busca superar explicações generalizantes baseadas em determinados indicadores de capital social (SAMPSON; MORENOFF; EARLS, 1999).

Nesta tese abordaram-se dois assuntos, de um lado, a relação que existe entre modelos que tomam como referência o capital social na explicação do fenômeno social da criminalidade e da violência urbana; de outro lado, a aplicação de técnicas e métodos da ARS em pesquisas que utilizam a conceito de eficácia coletiva como mecanismos causal na explicação da criminalidade em comunidades e vizinhanças de bairros nas grandes cidades. O conceito de capital social está associado aos conceitos de **laços fortes** e **laços fracos**; que são correlatos também dos conceitos de **buracos estruturais** (*Structural Holes*) e **fechamento reticular** (*Network Closure*).

O buraco estrutural é um mecanismo social que está relacionado à posição de atores sociais que garantem, a estes atores, vantagens competitivas (informações e recursos) dentro da estrutura social, ou melhor, através de laços fracos estes atores conseguem construir pontes sociais dentro da estrutura social, conectando-se a grupos desvinculados entre si, angariando informações e recursos não disponíveis dentro de sua rede de laços fortes. Por outro lado, o fechamento reticular é um mecanismo social que remete a um tipo de padrão de redes sociais onde todos os indivíduos estão conectados entre si através de laços fortes. O fechamento reticular produz um tipo de capital social que garante informações mais verossímeis e mais completas entre os atores, gerando, assim, um nível de confiança maior entre os atores que participam de uma rede fechada. Ambos os mecanismos acima podem operar conjuntamente com o mecanismo de eficácia coletiva gerando maior coesão social e valores mútuos dentro e entre vizinhanças e explicando variações em taxas de crimes vicinais.

Quando se trata de estudos voltados para a explicação de taxas de vitimização e crimes em comunidades como bairros ou vizinhanças, os estudos que lançam mão da eficácia coletiva como variável que intervém na relação entre desorganização social e crime apontam que as redes sociais com altas densidades de laços acabam por não contribuir, sempre, para o controle social informal ou

formal local. Em dadas situações, os laços fortes acabam por fortalecer mais a ordem social paroquial, moda local, facilitando a tolerância a alguns comportamentos delinquentes (SAMPSON, 2004, 2009; HUNTER, 1985; DUQUE et al., 2006). Tal problema é conhecido como o “paradoxo das redes densas” (SAMPSON, [2006] 2011). Todavia, para alguns autores, a presença de laços fracos em comunidades e vizinhanças urbanas, ao contrário de algumas afirmações, tende a promover um maior controle social local e favorecer a presença de um tipo de capital social com consequências positivas para as vizinhanças urbanas (GRANOVETTER, 1973; BURT, 1992, 2007; PORTES, 1998).

Três são as razões que Sampson (2004, p. 159) apresenta para problematizar a relação entre laços sociais fortes e baixas taxas de criminalidade: 1) as pessoas residentes em bairros pobres tendem a ser fortemente conectadas umas as outras, entretanto, esse fato não implica necessariamente na produção de recursos coletivos como, por exemplo, controle social; 2) os laços sociais densos promovem coesão social, mas ao mesmo tempo, pode produzir redes sociais que impedem o combate às gangues e ao tráfico de drogas local; 3) seguindo Granovetter (1973), os laços fracos podem promover recursos sociais como indicação para empregos, como também podem predizer baixas taxas de criminalidade em certas vizinhanças.

Segundo Sampson e Graif (2009, p. 1582), existe uma expectativa de que a densidade e a conectividade reticulares locais não são redundantes com a eficácia coletiva de uma vizinhança. Ou melhor, embora ambas estejam relacionadas com a ideia de capital social, existe, entretanto, uma dimensão específica no conceito de eficácia coletiva, que é hipoteticamente distinta empírica e teoricamente do conceito de capital social. As redes sociais podem afetar o capital social e indiretamente acabam também fornecendo condições propícias nas quais a eficácia coletiva pode acontecer; contudo a existência de capital social (laços fortes ou laços fracos) não é condição suficiente para o desenvolvimento de um modelo explicativo mais robusto sobre a dinâmica do controle social local em vizinhanças urbanas.

Dentro do que se chama hoje de **Efeitos da vizinhança** existe várias pesquisas desenvolvidas nos diversos continentes do mundo com realidades culturais bastantes distintas que confirmam as evidências empíricas que mostram o poder explicativo da eficácia coletiva para medir o fenômeno da criminalidade em

vizinhanças das grandes cidades. Em linhas gerais, esta tese acaba por apresentar uma abordagem sociológica com contribuições para o aprimoramento da **Teoria da Desorganização Social** (TDS) desenvolvidas por vários estudiosos da Escola de Chicago. Pode-se dizer que se trata de uma sociologia do crime que busca compreender, dentro de uma perspectiva de médio alcance, como a associação conjunta do capital social e da eficácia coletiva pode fornecer um quadro teórico que ajudará na orientação de pesquisas empíricas e em uma melhor explicação e compreensão de como determinados processos sociais e mecanismos operam dentro de dadas vizinhanças urbanas produzindo controle e prevenção da criminalidade nesses locais.

Em meio de todo este debate e questões, existe um problema de ordem teórica e metodológica na sociologia dos efeitos da vizinhança no que tange a conceituação e aplicação empírica da ARS. Os pesquisadores dos efeitos da vizinhança têm apresentado o lugar da ARS na explicação da estruturação de contextos sociais através do capital social, representado por laços fracos e laços fortes presentes em vizinhanças urbanas. Todavia, eles incorporam o conceito de redes sociais ao seu quadro teórico e metodológico de uma maneira, ainda, limitada. Por exemplo, fontes de capital social que também operam como mecanismos sociais, como os buracos estruturais e os fechamentos reticulares ainda continuam ausentes dentro dos modelos dos efeitos da vizinhança atuais. Destarte, o **problema de pesquisa** desta tese consiste em investigar como a ARS vem sendo incorporada nos modelos sociológicos dos efeitos da vizinhança de maneira mais intensiva, metodologicamente precisa e clara em uma **sociologia reticular do crime**. Problematizou-se a relação entre mecanismos reticulares como os laços sociais, os buracos estruturais e os fechamentos reticulares e a importância do conceito de eficácia coletiva nas teorias dos efeitos da vizinhança no que tange à explicação das taxas de crimes e suas variações nos centros urbanos. A **hipótese** desta tese é a de que os modelos sociológicos que buscam explicar a criminalidade urbana podem alcançar mais êxito quando incorporam ao seu esquema teórico e ao seu método as técnicas desenvolvidas pela ARS.

Esta tese objetivou, portanto, investigar a união e o desenvolvimento de duas perspectivas teóricas e metodológicas contemporâneas que, conjugadas, podem fornecer dispositivos inovadores, cuja importância e peculiaridades residem na

junção de uma “sociologia do contexto” com uma “sociologia reticular” como modelos sociológicos que almejam, entre outros problemas sociais, explicar e compreender a criminalidade nas grandes cidades. Dessa forma, o **objeto de estudo** desta tese é a investigação dos estudos recentes, dentro da sociologia urbana, sobre a articulação de teorias que enfatizam: a) a importância do contexto social vicinal baseado na TEC; e, b) o uso da ARS na construção de uma sociologia reticular do crime.

É importante observar que, embora essas abordagens sociológicas estejam voltadas para a importância do estudo do contexto social, como ponto de partida e unidade de análise, elas almejam a explicação de fenômenos sociais, tanto no nível micro como no nível macro social. A explicação ocorre através da articulação entre agência e a estrutura na composição dos sistemas sociais e da sociedade.

A metodologia empregada nesta tese foi desenvolvida basicamente através da coleta de publicações em periódicos nacionais e internacionais, além da leitura de livros fundamentais para a contextualização do tema escolhido e resolução do problema de pesquisa apresentado. No primeiro momento, da escolha do tema, o papel do orientador foi fundamental. Através da orientação, foi possível, também, mapear os principais autores e livros ligados ao problema de pesquisa e a hipótese levantada. Com o material lido e fichado, foi possível a elaboração do projeto de pesquisa e de seus elementos básicos.

No segundo momento, foram utilizados os conhecimentos adquiridos nas disciplinas cursadas durante o doutorado, especialmente aquelas específicas que foram ministradas pelo orientador deste trabalho de tese. A disciplina de leitura dirigida foi, também, substancial para o rastreamento de pistas fundamentais que deram início a uma investigação exaustiva de publicações sobre o tema de estudo e do problema de pesquisa. A pesquisa foi realizada em bibliotecas e em sites especializados como o Scielo e o site dos periódicos da Capes, além de livrarias eletrônicas como a Amazon.com. Dessa forma, com posse dessas publicações, foi possível rastrear através das referências bibliográficas dos principais autores utilizados nesta tese, outras publicações que possibilitaram à construção de um histórico de trabalhos publicados, bem como as origens e os principais estudos sobre a ARS e a TDS.

No terceiro momento, buscou-se fazer um escrutínio e classificação das principais referências bibliográficas que discutiam a possibilidade da união da TDS com a ARS. Encontrou-se, então, a proposta da TEC. Localizou-se, a partir daí, as pesquisas realizadas por Robert Sampson e suas proposições a respeito do uso da ARS dentro da tradição da TDS dentro da Escola de Chicago. Do lado da ARS, foi localizado autores como Barry Wellman e Ronald Burt que apresentam propostas de utilização do conceito de capital social como um mecanismo reticular que pode ser operacionalizado através de métodos e técnicas da ARS. Outros atores investigados nesta tese que trabalham com métodos e técnicas da ARS, também foram localizados através das pesquisas nas referências bibliográficas utilizadas por Wellman e Burt.

No quarto e último momento, buscou-se articular os conhecimentos obtidos através das duas abordagens investigadas com o objetivo de apresentar possibilidades para a resolução do problema da tese, que consistia em apresentar propostas e possibilidades de uma intersecção entre a ARS e a TEC através de suas bases teóricas e metodológicas em busca de delinear-se a importância da construção de uma sociologia reticular do crime capaz de dar conta dos problemas teóricos e metodológicos encontrados nas pesquisas clássicas e nos estudos sobre os efeitos da vizinhança e as taxas de criminalidade em comunidades urbanas, desde a fundação da TDS até às pesquisas realizadas na atualidade. Assim, foi possível a execução do projeto de pesquisa que forneceu os principais achados deste trabalho de tese.

Esta tese está dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo trata de expor e problematizar o conceito de comunidade e a teoria das redes sociais. Para dissertar sobre a origem e a natureza teórico-metodológica da ARS, foi relevante reconstruir as narrativas de comunidade, vizinhança e território, seus avanços no campo da pesquisa empírica, e as contribuições teórico-metodológicas nesse campo disciplinar. Finalmente, apresentaram-se os principais autores que passam a sistematizar o conceito de redes sociais, saindo de uma natureza metafórica, para uma aplicação metodológica e empírica. Buscou-se situar o debate apresentando a natureza do conceito de capital social e seu uso dentro da ARS. Apresentou-se, também, o debate clássico da ideia de laços sociais e as pontes entre as análises sociológicas micro e macro usando o marco teórico de Mark Granovetter; o conceito

de capital social e suas aplicações nas abordagens de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, bem como o desenvolvimento das fontes principais de capital social apresentada por Ronald Burt, que são os buracos estruturais e os fechamentos reticulares como mecanismos e fontes geradoras de capital social. O ponto central deste capítulo repousa nos conceitos de buraco estrutural e de fechamento reticular, de laços fracos e laços fortes, que vão influenciar as pesquisas empíricas sobre a presença de capital social dentro de organizações sociais e suas implicações de como determinadas estruturas de redes sociais podem fornecer vantagens comparativas para determinadas organizações e vizinhanças urbanas. Os buracos estruturais e os fechamentos reticulares são considerados como as duas principais fontes de capital social que, por sua vez, são conceitos análogos aos laços fracos e aos laços fortes.

O segundo capítulo apresenta como o desenvolvimento de uma sociologia do crime em relação com a criminologia e com a abordagem recente de teorias dos efeitos da vizinhança e da eficácia coletiva. Questões sobre o objeto e método da criminologia contemporânea, o nascimento de uma sociologia criminal nos EUA e suas principais abordagens. Localizaram-se, também, alguns debates e trabalhos da sociologia do crime no Brasil. Enfim, este capítulo apresenta um breve histórico da criminologia e as bases da sociologia criminal norte-americana; e, aspectos teóricos da sociologia do crime no Brasil relacionados ao uso da TEC com a ARS.

O terceiro capítulo apresenta o desenvolvimento dos estudos sobre os efeitos da vizinhança dentro da perspectiva da **Sociologia Analítica**. O objetivo é desenhar e localizar pontos centrais do desenvolvimento dos estudos sobre efeitos da vizinhança em pesquisas pioneiras de pesquisadores herdeiros da Escola de Chicago. Este capítulo tem por objetivo mostrar de que forma as contribuições dos que trabalham com os efeitos da vizinhança, conjugados com noções fundamentais de redes sociais, podem ser úteis na explicação do fenômeno da criminalidade.

O quarto capítulo aborda o conceito de eficácia coletiva usado dentro da TDS. Observa-se que a TEC reside em um arcabouço teórico mais amplo que, em termos gerais, pode-se chamar de uma ecologia do crime. Isto se deve a necessidade de estabelecer um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para explicar e compreender os fatores contextuais do meio social na dinâmica da criminalidade em

comunidades urbanas. Abordou-se, ainda, o conceito de mecanismo causal e como a eficácia coletiva opera como um mecanismo social explicativo de alterações nas taxas de crime local. Pode-se, então, a partir dessa problemática apontar o alcance da TEC de duas maneiras: de um ponto de vista teórico e de um ponto de vista empírico.

O quinto capítulo deste trabalho de tese apresenta uma síntese sobre a relação entre a sociologia dos efeitos da vizinhança e a ARS como abordagens que podem construir uma sociologia reticular do crime. O foco central será a demonstração da convergência que existe entre as abordagens dos efeitos da vizinhança e da ARS em uma sociologia do contexto através de técnicas multinível. Os pontos abordados, portanto, seguem um debate sobre a união de uma sociologia reticular e a sociologia dos efeitos da vizinhança, de como é possível uma maneira diferente de mensuração dos laços sociais através de medidas reticulares e do papel capital social dentro dos efeitos da vizinhança.

O sexto capítulo apresenta os desenhos de pesquisas dos estudos multinível com medidas de processos vicinais e a ARS, quais as vantagens teóricas e metodológicas dessa intersecção de abordagens sociológicas na construção de uma sociologia reticular do crime. O ponto central é a importância e adequação efetiva do uso da análise de redes egocêntricas através de levantamentos de dados do tipo *survey* e de dados censitários como suporte da ARS em conjunto com a TEC na análise da criminalidade urbana.

A conclusão, por fim, apresenta as possibilidades da associação entre a TEC e a ARS e alguns tópicos de uma agenda de pesquisa empírica com o uso da junção da TEC e ARS na constituição de uma sociologia reticular do crime.

CAPÍTULO I

COMUNIDADE, CAPITAL SOCIAL E A TEORIA DAS REDES SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO

Para a Teoria da Desorganização Social (TDS) o aumento das taxas de crimes em vizinhanças está relacionado ao fato de que determinadas vizinhanças perdem a habilidade de realizarem metas coletivas e resolverem problemas em comum. A pobreza, a mobilidade residencial e a heterogeneidade étnica enfraquecem os laços sociais e diminuem a capacidade de vizinhanças controlarem o comportamento de residentes aumentando, dessa forma, a probabilidade da ocorrência de crimes na localidade. Esse pensamento, sobre a comunidade perdida, tem suas bases nos conceitos de comunidade desenvolvidos por Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim e Georg Simmel entre o final do século XIX e início do século passado. Entretanto, o conceito de comunidade e vizinhança, na segunda metade do século passado foi repensado à luz de novos conceitos oriundos da perspectiva das redes sociais, sendo assim o problema do enfraquecimento dos laços sociais associados à criminalidade vicinal tem sido coisa do passado.

Este capítulo apresenta o problema da utilização do conceito de comunidade na pesquisa social e seus problemas teóricos e metodológicos no que tange à sua aplicação nos estudos das redes sociais e dos efeitos da vizinhança. Tal discussão permite o uso do conceito de comunidade de acordo com os padrões de pesquisas contemporâneos que se diferenciam daqueles utilizados nas pesquisas tradicionais sobre os efeitos do contexto social em diversos fenômenos sociais complexos, como por exemplo, os comportamentos individuais desviantes ou taxas de criminalidade em vizinhanças urbanas. O conceito de comunidade salvada reforça a importância dos estudos sobre o papel dos laços fracos nas vizinhanças urbanas e as taxas de crimes locais.

Na seção 2 deste capítulo, como forma de contextualização, são apresentados os conceitos de comunidade teorizados por Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim e Georg Simmel. Os conceitos desenvolvidos por estes autores são reflexões clássicas dos efeitos da industrialização e urbanização sobre os comportamentos sociais dentro de comunidades, o enfraquecimento da tradição na

composição dos laços sociais estruturadores das relações sociais, da escassez de laços fortes e da densidade moral produzida por estes laços.

A seção 3 deste capítulo contextualiza a questão da comunidade na literatura contemporânea, o debate teórico sobre os conceitos de comunidade são apresentados baseados nas reflexões de Barry Wellman (1979; 1999; 2012) através dos conceitos de comunidade perdida, comunidade salva e comunidade liberada. Nestas conceituações, pode-se encontrar uma evolução da ideia de comunidade nas concepções de Émile Durkheim e Ferdinand Tönnies, como o exemplo da comunidade perdida em que mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais por conta da revolução industrial e o desenvolvimento de estruturas burocráticas levaram a um enfraquecimento dos laços sociais primários e comunitários. Tem-se no conceito de comunidade salva uma identificação com os estudos dentro da perspectiva tradicional da Escola de Chicago, que defendia a possibilidade de que nas comunidades locais, os laços fortes como fontes de suporte e sociabilidade para os indivíduos, não deixaram de existir nos sistemas sociais burocráticos e industriais. Já na ideia de comunidade liberada temos os principais *insights* da ARS e da TEC. A defesa desse tipo de comunidade reside na ideia de comunidade sem base territorial definida e que os laços variam em intensidade, alguns são fortes e outros são fracos, mas ambos têm igual importância na análise contextual dos fenômenos sociais.

A seção 4 apresenta o desenvolvimento do conceito de capital social e os principais autores que desenvolveram e desenvolvem pesquisas sociais a partir do conceito. Como o capital social está relacionado à ARS e o foco de estudo nesta tese são os papéis dos laços sociais associados à eficácia coletiva, dedica-se uma subseção 2.1 ao sociólogo Mark Granovetter e sua visão sobre os laços fracos na análise sociológica. O propósito é mostrar a força dos laços fracos na produção de um tipo de capital social. A subseção 2.2, dedica-se aos fundamentos teóricos do capital social nas abordagens de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Ronald Burt. Esses pensadores definem e articulam o conceito de capital social de forma que orienta todos os estudos que foram feitos até hoje em relação ao papel dos laços fracos e dos laços fortes, bem como sua relação com medidas reticulares como buracos estruturais e fechamentos reticulares, e outros. Demonstrando, assim, a importância de uma abordagem sociológica relacional nos estudos de

comportamentos individuais e organizações no que tange a produção de vantagens comparativas e de suporte social das redes sociais.

Finalmente, na seção 5, mostra-se a origem e o desenvolvimento da ARS em uma perspectiva histórica e analítica. Tomando seus precursores, pioneiros e fundadores. Apresentando a evolução teórica e metodológica da ARS, saindo do uso metafórico das redes sociais até a sua aplicação empírica aos fenômenos sociais de diversas naturezas. Ainda nesta seção, trabalham-se alguns conceitos básicos reticulares relacionados às redes sociais de membros individuais e às redes sociais como um todo.

2 OS CONCEITOS DE COMUNIDADE DESENVOLVIDOS POR FERDINAND TÖNNIES, ÉMILE DURKHEIM E GEORG SIMMEL

O processo de industrialização para Tönnies, Durkheim e Simmel provocou o declínio das formas tradicionais de associação pessoal e o surgimento de novas formas de sociabilidades nas cidades no fim do século XIX. Embora estes autores estejam partindo do mesmo problema sobre a mudança social nas cidades urbanizadas, o foco e a conceituação do problema tem uma diversidade particular a cada abordagem. Tönnies apresenta sua famosa dicotomia *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade); Durkheim os seus conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica e Simmel chama a atenção para a dinâmica dos círculos sociais e os novos padrões de sociabilidade que surgem a partir da urbanização e o surgimento da metrópole. O problema do enfraquecimento dos laços sociais e seus reflexos sobre a criminalidade urbana, de certa forma, ainda pode ser analisado sobre a ótica desses autores. Entretanto, existe nas argumentações desses autores uma ideologia do lamento que sustenta o conceito de comunidade perdida que pode servir como justificativa para a rejeição de estudos sobre comunidade e vizinhança.

FERDINAND TÖNNIES

A diferença entre a definição dos conceitos de comunidade e sociedade, proposta por Tönnies, é apresentada a partir de sua teoria da comunidade e de sua teoria da sociedade desenvolvida em seu livro *Gemeinschaft e Gesellschaft* (1887). Sobre a teoria da comunidade, Tönnies (1957) argumenta que “de acordo com explicações preliminares, a teoria da *Gemeinschaft* começa com a suposição da unidade perfeita de vontades humanas como uma condição original ou natural que é preservada a despeito de uma real separação” ² (TÖNNIES, 1957 [1887], p. 37). A união das vontades (*wills*) deve está ligada a condição natural (nascimento, corpo, parentesco, sexo, e outros) no estabelecimento de uma comunidade no sentido dado por Tönnies. As raízes da comunidade estão fincadas na vida familiar e são baseadas na propriedade, sendo sustentada por códigos populares e costumes. Existem, segundo o autor, três tipos de comunidade: comunidade de parentesco,

² “In accordance with the preliminary explanations, the theory of *Gemeinschaft* starts from the assumption of perfect unity of human wills as an original or natural condition which is preserved in spite of actual separation”.

comunidade de localidade e comunidade de mente. A comunidade, desse modo, oferece uma variedade de suportes sociais como o controle da criminalidade através de bases morais e outras formas de organização social.

A teoria da sociedade de Tönnies, por outro lado, é baseada em um contrato e em relações entre indivíduos não similares. Para Tönnies, “a teoria da *Gesellschaft* ocupa-se da construção artificial de um agregado de seres humanos que superficialmente lembram a *Gemeinschaft* na medida em que os indivíduos vivem e moram juntos pacificamente” ³ (TÖNNIES, 1957 [1887], p. 64-65). A sociedade apresenta-se como resultado do processo de industrialização no oeste europeu e tem seus laços criados pelos costumes tradicionais. As regras sociais são sustentadas mais pelo medo do crime do que por um desejo positivo pela harmonia e o bem-estar comum. O centro da definição reside na ideia de que as relações sociais são reguladas pelo direito positivo através do Estado e das normas jurídicas.

ÉMILE DURKHEIM

Os efeitos da revolução industrial como os novos padrões de sociabilidade são interpretados por Durkheim através de seus conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Em seu livro, *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim (1983) fala de um estado de anomia jurídica e moral e indica a saída dessa anomia através de grupos profissionais. Para dá sentido a sua tese, Durkheim apresenta a função da divisão do trabalho e a diferença entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A divisão do trabalho tem a função vital de produzir a moral e de criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Para o autor, há uma relação entre estes tipos de solidariedades, a norma jurídica e o crime. O conceito de pena (punição) aplicada às infrações é variado conforme o tipo de solidariedade dominante em uma sociedade. O crime é um fato social normal e tem sua função de reforço moral através das penas, sustentando, assim, a consciência coletiva.

A solidariedade mecânica para Durkheim (1983, p. 35) é “o elo de solidariedade social ao qual corresponde o direito repressivo é aquele cuja ruptura

³ “The theory of *Gesellschaft* deals with the artificial construction of an aggregate of human beings which superficially resembles the *Gemeinschaft* in so far as the individuals live and dwell together peacefully”.

constitui o crime; chamamos por este nome todo ato que, em qualquer grau, determina contra seu autor esta reação característica chamada pena”. A solidariedade mecânica “provém do fato de que certo número de estados de consciência é comum a todos os membros de uma mesma sociedade”. As sanções em sociedade, com a hegemonia da solidariedade mecânica, têm um caráter expiatório com bases em um direito repressivo. As formas de associação na solidariedade mecânica são baseadas na similitude entre os indivíduos.

A solidariedade orgânica para Durkheim (1983, p. 59) corresponde à ideia de que “a própria natureza da sanção restitutória é suficiente para mostrar que a solidariedade social à qual corresponde esse direito é de uma espécie completamente nova”, pois na solidariedade orgânica os padrões de sociabilidade se assentam não no desenvolvimento da individualidade. As sociedades movidas pela solidariedade orgânica tem uma consciência coletiva fraca, nessas sociedades as leis baseadas nos costumes dão lugar a um sistema de regras de natureza puramente legalista. A base do controle social na solidariedade orgânica se realiza através de um direito restitutivo onde o Estado está fortemente relacionado com a moralidade. Os padrões de sociabilidade nesse tipo de sociedade são similares a aqueles apresentados por Tönnies quando conceitua a *Gesellschaft*.

GEORG SIMMEL

A vida social na metrópole repousa em um mundo social que está além das comunidades tradicionais apresentadas por Tönnies. O processo de individualização das relações sociais é a marca do tipo de sociabilidade desenvolvida em sociedades urbanizadas e o individualismo e a ausência de vínculos sociais não são necessariamente sinônimos. Os indivíduos, segundo Simmel (1950), estão ligados às formas sociais que foram criadas por eles mesmos. Consiste na ideia de que o indivíduo e a sociedade estão em constante processo de criação um do outro. Os círculos sociais são padrões de sociabilidade que definem os indivíduos enquanto seus membros. Segundo Simmel (1983), o conflito e a competição desenvolvem formas de “sociação” importantes em uma sociedade onde o individualismo se apresenta como característica principal. Segundo Simmel (1983, p. 139):

A competição tem, apesar de tudo, este enorme efeito sociativo. A competição impele o pretendente que tem um rival – e muitas vezes

só desse modo chega a tornar-se um pretendente propriamente dito – a procurar o objeto pretendido a aproximar-se dele e estabelecer laços com ele, a encontrar todas as pontes ou a criar novas, que possa conectá-lo ao próprio ser e obra do concorrente.

A competição pode ser também a raiz do conflito embora exista competição sem conflito. Ou seja, a forma pura de luta competitiva, o prêmio a ser ganho não se encontra nas mãos de nenhum dos competidores nem gera ataque nem defesa. Na pura competição os indivíduos adquirem motivações subjetivas que geram novos valores sociais objetivos, o efeito total é o benefício de terceiros e de todos. Com essa lógica de interação social Simmel apresenta uma nova percepção de organização comunitária onde os círculos sociais são unidades de análises; que embora tenham formas idênticas no curso da história humana, seus conteúdos são distintos no tempo e no espaço. Para Simmel (1950) o individualismo é um fenômeno social moderno que decorre da ampliação e da multiplicação dos círculos sociais na vida social, na idade média, por exemplo, os círculos sociais eram estreitos e mínimos. É importante observar que o conceito de círculo social de Simmel tem dado muitas contribuições para um reforço nos estudos que focalizam estruturas sociais intermediárias, como as vizinhanças, na vida social moderna.

3 A QUESTÃO DA COMUNIDADE

Os autores acima apresentados foram decisivos no desenvolvimento de uma sociologia urbana que baseia suas investigações sobre comunidade em bases territoriais definidas, em relações sociais primárias e secundárias e no tipo de relações sociais como o conflito e a acomodação. Sem dúvida, a *Criminal Sociology* desenvolvida na Escola de Chicago não deixou de seguir os passos desses pioneiros da reflexão sobre comunidade no mundo moderno, urbano e industrializado. Como já mencionado na introdução, o objetivo desta tese é apresentar a possibilidade da articulação de duas perspectivas sociológicas que fundidas podem gerar um modelo explicativo e compreensivo, de uma forte robustez analítica, da criminalidade em grandes centros urbanos. O núcleo dessa abordagem segue, de um lado, a tradição de estudos sobre os efeitos da vizinhança. O conceito de efeitos da vizinhança condensa: de um lado, uma abordagem da criminalidade urbana que salienta a importância do contexto social vicinal baseada na TEC e em desenhos de pesquisa de análise multinível, e; de outro lado, no uso da ARS que busca revelar o papel dos laços fracos e laços fortes nas estruturas vicinais através de desenhos de pesquisa onde os atributos individuais dão lugar às medidas relacionais constitutivas de uma sociologia reticular.

Apesar de outros autores problematizarem dentro das ciências sociais o conceito de comunidade, daremos um salto proposital para uma abordagem contemporânea do conceito com o objetivo de aproximar o debate com a TEC e com a ARS. Dentro dessas duas perspectivas, as abordagens sociológicas que investigam os efeitos da vizinhança apresentam uma questão conceitual de uma amplitude bastante complexa que é a definição do que é uma comunidade nos dias atuais. Abaixo se descrevem, portanto, tipologias sobre o conceito de comunidade elaborada por Barry Wellman (1979) com o objetivo de salientar a importância e força explicativa dos estudos sobre comunidades e vizinhança na atualidade.

3.1 Conceitos de Comunidade

Para situar nesta tese o conceito de comunidade, usa-se o debate sobre este fenômeno desenvolvido por um dos mais renomados estudiosos do problema na atualidade: Barry Wellman. Para Wellman (1979), a definição de comunidade, frequentemente, inclui três componentes essenciais: 1) redes de laços interpessoais

que produzem solidariedade; 2) residência em uma localidade comum; e, 3) sentimentos de solidariedade e de ativismo. Nesta definição o componente “redes sociais” tem uma especial importância. Aqui a incorporação dos conceitos de laços fortes e laços fracos são estratégicos para a compreensão do fenômeno da organização comunitária. Pode-se observar que a ênfase sobre uma “localidade em comum” tem levado alguns pesquisadores a identificar comunidade com vizinhança, apesar da ARS não confinar a comunidade a uma área local, no sentido estritamente geográfico territorial.

O debate de Wellman (1979) sobre a questão da comunidade e da vizinhança se consolida com a apresentação de três argumentos defendidos por vários estudiosos da sociologia urbana: 1) “comunidade perdida”; 2) “comunidade salva”; e, 3) “comunidade liberada”. Wellman apresenta cada abordagem conforme seu a) desenvolvimento, b) o desenho das redes urbanas, c) as imagens normativas subjacentes, d) as implicações políticas, e, e) o olhar acadêmico da época. Abaixo, apresentam-se de forma sucinta as três definições e abordagens de Wellman (1979) sobre a questão da comunidade:

1) *COMUNIDADE PERDIDA (Community lost)*

a) Desenvolvimento: em virtude das mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais por conta da revolução industrial e o desenvolvimento de estruturas burocráticas houve um enfraquecimento dos laços sociais primários e comunitários.

b) Redes perdidas: há uma diminuição dos laços fortes e a presença maior de laços fracos diminuindo as atividades e os sentimentos solidários.

c) Imagem: os seres humanos são fundamentalmente maus ou são facilmente conduzidos para o mau pela industrialização, o burocratismo, ou o capitalismo.

d) Implicações políticas: as políticas públicas seguem para a regeneração da densidade das redes sociais e produção de sentimentos comunitários de vizinhanças.

e) Visões atuais: o argumento da comunidade perdida acabou por contribuir para uma visão acadêmica, que retira seu olhar ideológico e normativo do conceito de

comunidade para um olhar investigativo sistêmico e aberto nas confirmações empíricas.

2) COMUNIDADE SALVADA (*Community saved*)

a) Desenvolvimento: mantém-se o argumento que as comunidades vicinais e suas fontes de suportes e sociabilidade persistem nos sistemas sociais burocráticos e industriais.

b) Redes salvas: as redes sociais tendem a serem densas e há a dominância de laços fortes em detrimento dos laços fracos.

c) Imagem: o ser humano é inerentemente bom e sociável. As comunidades vicinais são importantes por providenciarem um *lócus* de interação e realização de autorregulação da pobreza e catástrofe.

d) Implicações políticas: na análise política, os tumultos são considerados como expressão de uma comunidade bem organizada com seus membros bem conectados.

e) Visão acadêmica atual: estudos enfatizam a persistência das comunidades vicinais e o conceito de vizinhança é visto como laços que partem de uma base local espacialmente definida.

3) COMUNIDADE LIBERADA (*Community liberated*)

a) Desenvolvimento: aceita que a natureza burocrática industrial dos sistemas sociais foi a causa do enfraquecimento das comunidades vicinais, mas também concorda que os laços primários podem ser viáveis, úteis e importantes.

b) Redes sociais liberadas: com ênfase em comunidades sem base territorial definida, a argumentação está voltada para o uso de técnicas analíticas reticulares. Os laços variam em intensidade, alguns são fortes e outros são fracos, mas ambos têm igual importância na análise das comunidades vicinais.

c) Imagem: os argumentos liberados são extremamente otimistas em relação à vida urbana. O comportamento humano é empreendedor e com aspectos manipuladores. Podem se formar laços primários, não inerentemente bons ou maus, porém com fins utilitários.

d) Implicações políticas: em adição a solidariedade interna, dá-se importância à capacidade de produzir articulações externas e coalizões com outras redes sociais de comunidades vicinais.

e) Visão acadêmica atual: examinam-se a natureza de membros de múltiplas redes sociais e o uso dos laços de redes para obter recursos e outras maneiras de produzir ligações com outras redes sociais.

A partir desses argumentos sobre comunidade os analistas das redes sociais descobriram nos últimos quarenta anos, segundo Wellman (1999, 2012), que as comunidades nos dias atuais têm geralmente fronteiras frouxas e laços especializados de redes com malhas esparsas. Portanto, o modelo de comunidade liberada tem sido bastante utilizado dentro da ARS. Muito embora o conceito de comunidade esteja mais voltado para os tipos de relações sociais em vizinhanças do que para a questão das fronteiras e território, é possível localizar padrões comunitários dentro de determinadas vizinhança observando os tipos de laços sociais nelas existentes.

O conceito de comunidade liberada tem orientado os estudos atuais sobre os efeitos da vizinhança e a criminalidade. Robert Sampson (2012), por exemplo, defende a utilização do conceito de comunidade liberada como forma de viabilizar os estudos sobre violência local sem deixar de lado algumas variáveis de ordem global que influenciam nas dinâmicas vicinais. O conceito de comunidade liberada também sustenta os avanços na TDS no que tange a importância de investigações das relações entre vizinhanças que extrapolam os limites territoriais traçados pela ecologia tradicional. Por fim, a TEC tem se beneficiado bastante com as reflexões sociológicas sobre um conceito de comunidade que sai da ideologia do lamento de uma comunidade perdida para uma reflexão sobre o papel da comunidade liberada nos estudos sociológicos reticulares atuais.

A próxima seção apresenta o conceito de capital social como um dos mecanismos que opera dentro das redes sociais através da dinâmica dos laços sociais. O capital social dentro da TDS vem sendo usado para mostrar como determinadas vizinhanças podem apresentar uma densidade de laços sociais fortes, altos níveis de coesão social, sem necessariamente obter um controle local sobre as taxas de crimes. O capital social fruto de fechamentos reticulares embora gere

confiança e normas que facilitam a eficácia da sanção em alguns contextos sociais não facilita, porém, a eficácia coletiva no que toca a predisposição ou expectativas de ações voltadas para o controle social vicinal. Neste diapasão, a importância dos laços fracos será apresentada na seção seguinte dentro do arcabouço teórico da ARS.

4 A NATUREZA DO CAPITAL SOCIAL E SUAS APLICAÇÕES NA SOCIOLOGIA RETICULAR

O capital social tem revitalizado a TDS com questões importantes como o problema do *paradoxo dos laços fortes* que será discutido nesta tese. O capital social também se apresenta como um dos principais mecanismos causais que mediam a relação entre características da vizinhança e taxas de crimes nas metrópoles. O capital social também produz uma melhor compreensão da formação de novos padrões de sociabilidade que orientam as relações sociais em vizinhanças urbanas. O conceito também tem grande importância dentro da ARS, nele encontram-se mecanismos sociais que podem operar como fontes (do capital social) apresentando caminhos e pistas para um entendimento de como funciona uma abordagem sociológica reticular.

Esta seção tem o objetivo de esclarecer em que consiste o capital social e apresenta os principais autores que desenvolveram o conceito de capital social como ferramenta para explicação de diversos fenômenos sociais. Portanto, esta seção está dividida em duas subseções: 3.1 apresenta uma noção de redes sociais através da sociologia de Mark Granovetter que saliente a importância dos laços fracos na difusão de influências e informações, oportunidade de mobilidade e organização comunitária; na subseção 3.2, mostra a evolução do conceito de capital social através dos trabalhos produzidos por Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Ronald Burt, sempre com ênfase numa ideia geral de redes sociais salientando o papel dos laços sociais e capital social como metáfora de vantagens.

4.1 A Força dos Laços Fracos De Granovetter: Uma Nova Ideia Sobre Redes Sociais

Mark Granovetter (1973) apresenta a ARS como uma proposta metodológica e uma importante ferramenta de avanço na teoria sociológica, “(...) a análise do processo dentro de redes interpessoais providencia uma proveitosa ponte entre o micro e o macro” (GRANOVETTER, 1973, p. 1360)⁴. Portanto, macros fenômenos sociais como mobilidade social, organização comunitária e estrutura política podem ser, de alguma forma, melhor manipulados pelo uso de técnicas de pesquisa

⁴ “That the analysis of processes in interpersonal networks provides the most fruitful micro-macro bridge”.

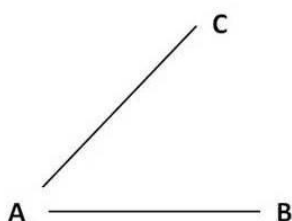
derivadas da ARS. Para o autor, uma forma de acessar as características estruturais dos macros fenômenos pode ser feita através dos estudos dos tipos de laços sociais que medem as interações entre indivíduos e entre grupos sociais.

As forças dos laços interpessoais na explicação sociológica, sobretudo, dos processos de coesão social em geral, de grupos ou de indivíduos, são a chave do argumento metodológico de Granovetter. A definição da força dos laços interpessoais segundo Granovetter (1973, p. 1361) ocorre de forma multidimensional, para ele:

A força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) de uma dada quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço. Cada um desses elementos é de alguma maneira independente um do outro, embora o conjunto seja obviamente altamente intracorrelacionado⁵.

Entre uma rede de interações e relações sociais existe a possibilidade de se encontrar laços fortes, laços fracos ou a ausência de laços. Por exemplo, em uma tríade de indivíduos representados pelas letras **A**, **B** e **C**, a força do modelo explicativo analítico de Granovetter começa com o exemplo do que ele chama de “tríade proibida”. A figura 01 abaixo ilustra o argumento sobre a tese principal do autor: a força dos laços fracos.

Figura 1 – Tríade proibida



Fonte: Granovetter (1973, p. 1363)

⁵ “The strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie. Each of these is somewhat independent of the other, though the set is obviously highly intracorrelated”.

Para Granovetter, a forma de interação representada pela figura acima, *nunca* poderá ocorrer, sempre haverá laços entre **B** e **C** seja um laço fraco ou laço forte. Ou melhor, dada à relação entre **A** com **B** e **A** com **C**, a relação entre **B** e **C** deve sempre está presente, seja através de laços fracos ou laços fortes. Portanto, é através da ausência dessa tríade proibida que o autor desenvolve seu conceito de “ponte” (*bridge*). Pelo fato de, **A** estar vinculado a **B** existe a possibilidade de uma rota de influência de que alguém que estar conectado a **A** também esteja indiretamente conectado com **B**. Então, se a tríade proibida realmente não existe, podemos considerar que se existe um laço forte entre **A** com **B** e **A** tem outro laço forte com **C**, logo existe um laço entre **B** e **C**. Dessa forma a trajetória de **A – C – B**, existe em função da relação de **A** com **B**, entretanto a relação de **A** com **B** não é uma ponte, pelo fato dela ser um laço forte. Segundo Granovetter (1973, p. 1364):

Um laço forte pode ser uma ponte, entretanto, somente se nenhum dos dois indivíduos envolvidos na relação tenha outro laço forte, isso é improvável dentro de uma rede social de tamanho relevante (embora possível em um grupo pequeno). Os laços fracos não padecem dessa restrição, todavia eles certamente não são automaticamente pontes. O que é importante notar é que todas as pontes são laços fracos⁶.

A partir de um raciocínio lógico intuitivo sobre a importância dos laços fracos, o papel das pontes ganha força na ARS de Mark Granovetter e de alguns outros cientistas sociais, como se poderá ver nas próximas subseções sobre o conceito e a formação de capital social dentro de comunidades, vizinhanças ou grupos sociais quaisquer. Muito embora nem todo laço fraco seja uma ponte, em toda ponte existe um laço fraco. Esse é o argumento central sobre afirmações acerca da função fundamental que explica as ligações entre indivíduos ou grupos desconectados dentro de uma determinada rede social. As redes sociais podem ser descritas a partir da identificação de se os laços são fortes, fracos e/ou mesmo ausentes (GRANOVETTER, 1983, p. 217).

A teoria da força dos laços fracos de Granovetter é um protótipo de uma teoria de redes sociais que releva o modelo de análise do fluxo de redes onde as

⁶ “A strong tie can be a bridge, therefore, only if neither party to it has any other strong ties, unlikely in a social network of any size (though possible in a small group). Weak ties suffer no such restriction, though they are certainly not automatically bridges. What is important, rather, is that all bridges are weak ties”.

redes são vistas como um sistema de dutos pelo qual informações são transportadas para outros pontos da estrutura social. Granovetter disponibiliza uma lógica de análise de redes que permite dentro da ARS o desenvolvimento de mecanismos reticulares como os buracos estruturais, a transitividade e a homofilia (teoria do balanço ou teoria da dissonância cognitiva). Ainda dentro desta lógica, a ARS lança mão dos laços fracos também como fonte de capital social e de coesão social global. Nas próximas subseções mostramos como o desenvolvimento do conceito de capital social e sua incorporação à ARS lança mão dos conceitos de laços fortes e de laços fracos na produção de vantagens como novas informações (ideias) e outros recursos (suporte social, controle social, etc.) para indivíduos e organizações sociais. Adiante irá destaca-se, também, a importância desta lógica de raciocínio dentro da TDS.

4.2 O Conceito de Capital Social na teoria sociológica e suas aplicações

O conceito de capital social tem alavancado estudos importantes dentro da TDS e da TEC. Novas técnicas são desenvolvidas na mensuração de coesão social e formas de integração social dentro de comunidades e vizinhanças visando aprimorar estudos sobre a criminalidade urbana. O conceito de capital social tem origem em um artigo de L.F. Hanifan (*Apud WINTER, 2000*), em 1916, no oeste de Virginia. O conceito reaparece nos trabalhos sobre planejamento urbano em 1960 com Jane Jacobs (*Apud WINTER, 2000*). Nos Estados Unidos, na década de 70, o conceito de capital social, nos trabalhos de Glenn Loury (*Apud WINTER, 2000*), aparece como uma crítica às teorias da economia neoclássica sobre raça e desigualdade de renda (WINTER, 2000).

Os debates e proposições sobre o capital social sugerem que o conceito está sustentado por redes sociais, de forma que as medidas de capital social devem ser orientadas pela ARS. De uma maneira geral, o capital social é definido como “recursos encrustados na estrutura social que são acessados e/ou mobilizados por ações intencionais” (LIN, 2001, p. 12). Os conceitos de capital social debatidos na sociologia contemporânea são representados, principalmente, pelos trabalhos dos três seguintes sociólogos: Pierre Bourdieu, nos palcos da sociologia europeia; James Coleman, com seus estudos sobre evasão escolar (*analysis of dropouts*) em Chicago; e, Robert Putnam e seus estudos sobre as instituições democráticas na

Itália. As três definições do conceito de capital social estão resumidas no quadro abaixo de Ian Winter (2000, p. 5).

Quadro 1 – Definição, finalidade e análise do capital social

	Definição	Finalidade	Análise
Bourdieu	Recursos que providenciam acessos aos bens do grupo	Garante capital econômico	Indivíduos em competição de classe
Coleman	Aspectos da estrutura social que os atores podem usar como recursos para alcançar seus interesses	Garante capital humano	Indivíduos na família e na comunidade
Putnam	Confiança, normas e redes que facilitam a cooperação para benefício mútuo	Garante uma democracia efetiva e o desenvolvimento econômico	Regiões e nações

Fonte: Winter (2000)

O Capital Social na Perspectiva de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu desenvolve, no decorrer de sua obra, quatro tipos de capital: o capital simbólico, o capital cultural, o capital social e o capital econômico. Bourdieu é considerado, por muitos, o pioneiro do conceito moderno de capital social e o primeiro a sistematizar o conceito (PORTES, 1998). Sua abordagem sobre capital social enquadra-se em sua teoria da reprodução social baseada na distinção dos grupos sociais. Para o autor francês, o capital social pode ser definido como “um conjunto de recursos, efetivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento” (BOURDIEU, 1980, p. 02).

Segundo Pierre Bourdieu, o capital social é a “soma dos recursos” decorrentes da existência de uma rede de relações de conhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Segundo Marteleto (2004, p. 44), “os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura”. O campo é composto de dois polos opostos, o dos dominantes e o dos dominados. A condição de dominação depende da existência de um maior índice de

capital social. Quanto mais capital social, maior a formação de um bloco de poder capaz de mobilizar recursos políticos e econômicos dentro de um determinado campo.

Ao lado do conceito de capital social, Bourdieu (1986) define o capital econômico e o capital cultural. O capital econômico é definido como sendo convertível imediatamente e diretamente em direito, podendo ser também institucionalizado em direitos de propriedade. O capital cultural também é convertível, em determinadas situações, em capital econômico, mas sua forma natural é representada através de qualificações educacionais através do nível de escolaridade dos indivíduos.

O conceito de capital social em Bourdieu (1986) está vinculado à ideia de obrigações sociais, ou seja, conexões entre indivíduos estabelecidas por obrigações sociais. O capital social é convertível, em certas condições, à capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de um nome de uma boa família ou de um título. Para Bourdieu (1986, p. 51):

Capital social é o agregado de recursos reais ou potenciais que o resultado do fato de se ter uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de conhecimentos e reconhecimentos – ou em outras palavras, membros dentro de um grupo – que providencia a cada um dos seus membros o suporte advindo do capital que lhes coletivamente pertence sendo uma credencial que intitula a cada um, créditos, nos vários sentidos da palavra⁷.

O capital social para Bourdieu pode ser convertido em bens materiais ou culturais, ou seja, em capital econômico e capital cultural. O volume de capital social possuído por um indivíduo depende do tamanho de sua rede social e dos tipos de conexões que ele pode efetivamente mobilizar, e também, do volume de capital (econômico, cultural e simbólico) que o indivíduo (dentro dessa rede social e conexões) possui e pode dispor para os outros. Esse processo ocorre de maneira relacional e mútua através de disposições de trocas de capital entre os indivíduos dentro de uma determinada rede social. Essa rede de relações é um produto de

⁷ “Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a ‘credential’ which entitles them to credit, in the various senses of word”.

estratégias, que indivíduos ou grupos investem de maneira consciente ou mesmo inconsciente, visando o estabelecimento de relações sociais usáveis a curto ou médio prazo. Tais relações sociais são dirigidas, dentro de comunidades, vizinhanças ou famílias, em relações de obrigações necessárias e eletivas impostas a cada indivíduo pertencente à rede de relações. Isto é, através de sentimentos subjetivos como, gratidão, respeito, amizade ou através de obrigações legais que geram garantias institucionais como um casamento ou uma sociedade de negócios (BOURDIEU, 1986).

O Conceito de Capital Social para James Coleman

Pode-se encontrar o conceito e a definição de capital social na obra de Coleman em duas referências clássicas. A primeira no seu artigo, "*Social capital in the creation of human capital*", publicado no *American Journal of Sociology*, n. 94, de 1988. A segunda referência consta em seu livro publicado, pela primeira vez, em 1990, *Foundations of Social Theory*, no capítulo 12, na parte sobre as "estruturas da ação".

Coleman em seu ensaio, no *American Journal of Sociology*, escreve sobre o problema da evasão de alunos em escolas do segundo grau. Ele examina três formas de capital social: a) obrigações e expectativas; b) canais de informações; e, c) normas sociais. Baseado no conceito de ***embeddedness*** desenvolvido por Mark Granovetter, o conceito de capital social de James Coleman (1988), aparece ligado às características inerentes a uma estrutura social que facilita as relações de certos atores dentro dessa mesma estrutura. Segundo Coleman (1988, p. 16):

Capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com estes dois elementos em comum: todas elas consistem de alguns aspectos da estrutura social e todas elas facilitam certas ações de atores – sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura⁸.

As obrigações, expectativas e as normas sociais definem, em linhas gerais, o conceito de capital social para Coleman. Para ele, o papel das redes fechadas (*closure*) na estrutura social facilita tanto às obrigações e expectativas como a

⁸ "Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspects of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure".

efetividade das normas sociais. O capital social em Coleman está mais associado aos fechamentos reticulares (*closure of social networks*) através de laços fortes e em incrustações (*strong ties e embeddedness*).

Em *Foundations of Social Theory*, Coleman confirma a relação entre, de um lado, os fechamentos reticulares como fontes de capital social e, de outro, a emergência das normas e a confiança como garantia para as obrigações e as expectativas, fontes de capital social. Os efeitos dos fechamentos reticulares podem ser bem observados em sistemas sociais envolvendo pais e crianças. “Dentro de uma comunidade onde existe um extensivo conjunto de expectativas e obrigações conectando os adultos, cada adulto pode usar esse cenário com outros adultos para ajudar supervisionar e controlar suas crianças”. (COLEMAN, 1999, p. 318)

Sem embargo, embora Coleman tenha conhecimento, através de artigos de Granovetter sobre a importância dos laços fracos (*weak ties*) com fonte de capital social, ele somente utiliza o conceito de incrustação do autor. O fato que evidencia esse evento é que ele não cita nos seus dois ensaios sobre capital social, o famoso artigo de Granovetter (1973) *The Strength of Weak Ties*. Na verdade, tanto para Bourdieu como para Coleman, as redes densas (indicadores de fechamentos reticulares) são vistos como meios pelos quais o capital coletivo pode sustentar a reprodução de grupos de uma maneira geral. Pode-se notar que fonte principal de capital social estudado por Coleman é o fechamento reticular (LIN, 2001, p. 23).

Robert Putnam e Seu Conceito de Capital Social

Putnam no seu livro “Comunidade e Democracia: experiência da Itália moderna” (2006) começa por indagar sobre a existência de condições necessárias para a criação de instituições fortes, responsáveis e eficazes. Apoiado em uma abordagem da Ciência Política, conhecida como Novo Institucionalismo, Putnam usa modelos da teoria dos jogos e da escolha racional como ponto de partida para sua investigação sobre a formação e a existência de uma cultura cívica e de capital social dentro de comunidades (PUTNAM, 2006, p. 23). O problema da lógica da ação coletiva proposta por Mancur Olson é a trajetória inicial dos estudos desenvolvidos por Putnam sobre a cooperação social. O autor americano busca, em última análise, medir os níveis de desempenho institucional em relação à vida cívica, o que ele chama de comunidade cívica.

Conforme Putnam (2006, p. 30), “a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”. Putnam confirma uma forte relação entre o desempenho institucional e a comunidade cívica.

O conceito de capital social em Putnam funciona como uma ferramenta teórica e metodológica com fins de resolver o problema da ação coletiva e da cooperação conjugando perspectivas históricas e a escolha racional. Para Putnam (2006, p. 177), “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Putnam afirma que o capital social facilita à cooperação instantânea.

O conceito de capital social, dessa forma, tem a confiança como seu componente básico, cujas fontes são as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. A regra de reciprocidade é generalizada, pelo fato de estar associada à interação social, e ser ela mesma, uma fonte produtiva de capital social.

Segundo Robert Putnam (2006, p. 177), “aqui capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” Putnam continua a tradição do conceito de capital social de Coleman, afirmando que o capital social facilita às ações individuais dentro da estrutura social criando vantagens competitivas nas consecuições de suas metas. Conforme Sílvia Portugal (2007, p. 19), “a definição de capital social de Putnam é herdeira da de Coleman, mas sublinha a dimensão normativa que emerge das relações sociais”.

Putnam ressalta os benefícios relativos dos laços fortes (*bonding*) em relação aos laços fracos na produção de capital social, como também salienta a relevância dos laços fracos para a capacidade regulatória em nível das vizinhanças (BROWING; FEINBERG; DIETZ, 2004). O capital social produzido por pontes (*bridging*) de laços fracos, que possam existir entre as redes sociais, é utilizado como mecanismo na explicação do desempenho institucional e no fortalecimento de comunidades cívicas. Conforme Putnam (2006, p. 185):

Por ironia, como observou Granovetter, os vínculos interpessoais “fortes” (como parentesco e íntima amizade) são menos importantes

do que os vínculos “fracos” (como conhecimento e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. (...) sistemas horizontais extensos, porém isolados sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas os sistemas de participação cívica, que englobam diferentes categorias sociais, promovem uma cooperação mais ampla. Essa é também uma das razões pelas quais os sistemas de participação cívica são parte tão importante do estoque de capital social de uma comunidade.

Para Putnam, portanto, a importância de sistemas sociais horizontais de participação cívica corporifica um tipo de capital social que fortalece o desempenho do governo e da economia de uma maneira geral. Por fim, é importante salientar que o capital social que tem como fonte os laços fortes é caracterizado por redes sociais de alta densidade e os laços fracos, por redes sociais de baixa densidade, cujas relações sociais conseguem atravessar as fronteiras dos grupos sociais gerando o efeito *bridging*.

O Capital Social para Ronald Burt

Burt (2007) entende o capital social como uma metáfora de vantagens competitivas, ou seja, os indivíduos ou organizações bem conectados, de alguma forma, também estão em melhores condições na estrutura social geral. O capital social, portanto, pode produzir novos e poderosos *insights*, além de modelos rigorosos e estáveis na descrição do porquê algumas pessoas ou organizações sociais conseguem um desempenho melhor do que outras. De maneira geral, a ideia de vantagens competitivas está presente no conceito de capital social desenvolvido por Bourdieu, Coleman e Putnam.

De acordo com Burt (2000, p. 03), existem dois mecanismos reticulares específicos para se medir capital social de uma perspectiva da ARS: o fechamento reticulado (*network closure*) e os buracos estruturais (*structural holes*).

- 1) Os **buracos estruturais** – estão relacionados às estruturas de redes que oferecem vantagens competitivas aos atores sociais grupais ou individuais através de laços fracos. São buracos na estrutura social que criam vantagens competitivas para os indivíduos que conseguem fazer pontes dentro e entre organizações sociais. Os buracos estruturais estão geralmente presentes em redes de baixa densidade, ou melhor, em redes onde o número de laços fortes entre os indivíduos é pequeno.

Os buracos estruturais são espaços vazios dentro da estrutura social. Os buracos estruturais têm um valor potencial que separa as fontes não redundantes de informações. Ou melhor, as informações que circulam através dos buracos estruturais são tendencialmente novas ideias para os indivíduos que estão, de alguma forma, conectados por pontes que atravessam esses buracos estruturais existentes entre grupos, vizinhanças e organizações sociais como um todo. Essas ideias são mais somatórias do que repetitiva (Burt: 2007, p. 16). Segundo Velázquez (2007, p. 03), no mesmo diapasão de Burt, nos buracos estruturais o capital social é inerente aos benefícios do controle de informação que são produzidas pela intermediação feita por atores sociais através de grupos possivelmente desvinculados entre si.

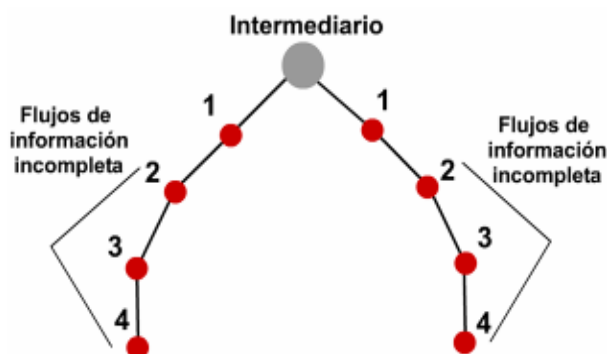
- 2) O **Fechamento reticular** – são redes sociais nas quais todos os indivíduos estão conectados entre si, de maneira tal, que não tem como nenhum indivíduo escapar da atenção do outro, em outras palavras, são redes densas. Nelas as sanções são de fácil aplicação e existem menos possibilidades dos indivíduos, na rede, desconfiarem um do outro. A confiança é um ingrediente básico em redes formadas por fechamentos reticulares.

O fechamento reticular está associado às altas densidades nas formações reticulares de estruturas sociais. São fechamentos nas redes sociais que possibilitam aos indivíduos, que fazem parte de uma dada organização social, possuir a mesma informação com menos custos devido aos vínculos sociais redundantes e fortemente ligados uns aos outros. Conforme Velázquez (2007, p. 03), o fechamento reticular está associado com a diminuição de informações inverossímeis ou incompletas, sendo, dessa forma, um tipo de mecanismo reticular que está presente nas organizações onde o nível de confiança é muito alto entre seus integrantes. Tal nível de confiança tem relação com a densidade das redes sociais com a presença de laços fortes entre os indivíduos.

Ronald Burt (2007) apresenta a importância dos fechamentos reticulares como fonte e mecanismo geradores de capital social. Entretanto, baseado, também, na sociologia de Granovetter (1973), esse autor desenvolve a necessidade de medir capital social através de laços fracos. Assim, mesmo Burt (2007) concordando com

os argumentos dos três autores citados nas subseções anteriores, ele desenvolve seus argumentos sobre as vantagens competitivas dos buracos estruturais na formação do capital social dos indivíduos e das organizações sociais.

Figura 2: Fluxo de informação e Buracos estruturais (Agujeros estructurais)



Fonte: Velázquez (2007, p. 04)

Para explicar a dinâmica dos buracos estruturais como produtores de informações privilegiadas e completas dentro de uma rede social, a figura 02 acima, usada pelo próprio autor da ilustração, é bastante didática. Segundo Velázquez:

Pode-se ver que há dois nós que possuem os mais baixos custos de intermediação (custo = 1) graças a sua ligação directa com o informante (ponto cinza), que neste caso se tornou o principal intermediário das informações que fluem entre outros nós, este intermediário está tirando vantagem da ponte de ligação, o buraco estrutural. É fácil ver que sem o nó cinzento, estes atores seriam reduzidos a dois grupos independentes um do outro⁹.

Na figura acima está bem diagramada como opera um buraco estrutural como um mecanismo reticular gerando vantagens comparativas para aquele que consegue transpô-lo através de uma ponte de intermediação. Em seu livro, *Brokerage and Closure: An Introduction to Social Capital*, publicado pela primeira

⁹ "Se puede observar que existen dos nodos que poseen los más bajos costos de intermediación (Costo=1) gracias a su vínculo directo con el informante (punto de color gris), que en este caso se ha convertido en el principal intermediario de la información fluyente entre los demás nodos, el mismo que se encuentra aprovechando la conexión en puente, **el agujero estructural**. Es fácil ver que sin el nodo gris, estos actores quedarían reducidos a dos grupos desvinculados uno del otro".

vez em 2005, Burt coloca a importância de quatro fatos confiáveis e gerais que ligam as várias discussões sobre as fontes de capital social como o fechamento reticular e os buracos estruturais. Burt (2007) chama-os de “fatos estilizados” (*stylized facts*), estes “fatos” servem como um quadro de referência (*frame of reference*) para integrar projetos de pesquisas e colocar novas questões de pesquisa. Os fatos estilizados são aplicados em estudos de corte-transversal de populações.

Consoante Burt (2007, p. 6), os fatos estilizados são usados para representar dados empíricos em um nível de abstração relacionado às teorias de médio alcance (*middle-range theories*) de Robert King Merton, como também, às inovações dos argumentos de Merton feitas por Hedstrom e Swedberg acerca do uso de **mecanismos sociais** na explicação sociológica.¹⁰ Para Burt (idem):

Os quatro fatos estilizados são pontos de referência empírica para integrar explicações alternativas, esses pontos de referência pretendem facilitar comparações entre explicações alternativas por substituir a metáfora do capital social por um raciocínio oriundo dos mecanismos reticulares responsáveis pelo capital social¹¹.

Os quatro fatos estilizados usados por Burt (2007, p. 7) são definidos da seguinte maneira:

- a) Os primeiros dois fatos descrevem os mecanismos e retornos da intermediação reticular (*network brokerage*). Eles estão relacionados ao valor da variação crescente dentro de um grupo e as relações informais de um pequeno mundo (*small world*) de grupos densos separados por buracos estruturais. O primeiro fato é aquele que os intermediários fazem melhor porque estão melhores e mais conectados. O segundo é resultado do mecanismo responsável pelo retorno de vantagens competitivas para o intermediador de organizações.
- b) O terceiro e o quarto fatos estilizados descrevem o mecanismo responsável por retornos dentro do fechamento reticular, eles estão relacionados ao valor de variação decrescente dentro de um grupo. O fechamento aumenta a probabilidade

¹⁰ Nota do autor. Uma definição similar a de Hedstrom e Swedberg, pode-se encontrar no trabalho atual de Jon Elster, em especial, no seu livro *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*, publicado em 2007.

¹¹ “The four stylized facts are empirical reference points for integrating alternative explanations, reference points meant to facilitate comparison between alternative explanations by cutting beneath the social-capital metaphor to reason from the network mechanisms responsible for social capital”.

de uma pessoa ser autuada e punida por apresentar crenças e comportamentos inconsistentes com as preferências dentro de uma rede fechada.

O fechamento reticular protege que novas relações de amigos tenham problemas com a confiança entre eles. Facilitando a confiança, o fechamento reticular produz as alianças necessárias para deslançar os valores das intermediações entre pessoas ou organizações sociais. O fechamento reticular, também, opera como um complemento para as intermediações entre pessoas ou organizações. Conforme Burt (2000, p. 01):

Existe evidência empírica replicada sobre o capital social de buracos estruturais, e a contradição entre fechamentos reticulares e os buracos estruturais pode ser resolvida em um modelo mais geral de capital social. O intermediador através dos buracos estruturais é a fonte de valor agregado, mas o fechamento pode ser fundamental para realizar os valores escondidos nos buracos estruturais¹².

Portanto, pode-se verificar que os dois mecanismos juntos, fechamento e intermediação, permitem uma definição mais robusta do conceito de capital social na perspectiva de Burt. De forma que, o fechamento opera dentro do grupo e a intermediação opera além do grupo, gerando vantagens competitivas para aquelas organizações sociais que operam com um tipo de capital social que tem como fonte a articulação desses dois mecanismos reticulares.

Os buracos estruturais e os fechamentos reticulares capturam o conceito de capital social dentro da ARS. As redes abertas e as redes fechadas são fontes destes mecanismos reticulares que informam a possibilidade de angariar recursos fora da rede e produzir coesão social interna. Dentro da tradição da TDS podemos aplicar esses conceitos e suas técnicas subjacentes para entender como acontece a dinâmica de relações entre o controle social formal e informal dentro de vizinhança. Além de poder traçar um panorama reticular sobre as relações entre vizinhanças na geração de recursos e captação de informações para o fortalecimento do controle da criminalidade local e o bem-estar coletivo.

¹² “There is replicated empirical evidence on the social capital of structural holes, and the contradiction between network closure and structural holes can be resolved in a more general model of social capital. Brokerage across structural holes is the source of value added, but closure can be critical to realizing the value buried in structural holes”.

5 A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

A sociologia enquanto ciência social desde seu aparecimento nos idos do final do século XIX tem apresentado uma diversidade de abordagens em busca de um modelo compreensivo e explicativo de fenômenos sociais. O problema do método sociológico e do objeto da sociologia no curso do seu desenvolvimento tem semelhança, dado suas nuances, com um plano caleidoscópico. O método sociológico tem variado de acordo com as modificações das unidades de análise que compõem seu objeto. As abordagens sociológicas vão desde o escopo de explicar o comportamento humano individual até a explicação de estruturas sociais complexas que representam a sociedade como um todo.

Debater as perspectivas sociológicas desde o nascimento da sociológica enquanto ciência tem sido um empreendimento de muitos sociólogos. As estratégias usadas nesse processo de dissecação do corpo sociológico têm variado desde uma história descritiva da sociologia até a construção de uma sociologia histórica para dar conta de como as sociedades funcionam e mudam. Os modelos e as análises sociológicas, de maneira geral, almejam explicar como os indivíduos escolhem determinados cursos de ação (micro-sociologia), como a mudança social ocorre em determinados tipos sociais (macro-sociologia) ou mesmo os dois fenômenos sociais juntos no caso das abordagens sociológicas de síntese entre indivíduo e estrutura social.

Para além das análises sociológicas citadas acima, a ARS transcende os estudos sobre o comportamento dos indivíduos e seus atributos, bem como os estudos da estrutura social sobre uma perspectiva estática e monolítica. Para os estudiosos das redes sociais, o ponto de partida da explicação sociológica reside nas relações sociais entre indivíduos e as regularidades que essas relações apresentam. Em outras palavras, a ARS tem voltado seu foco para as relações sociais que ligam os indivíduos, e não nos indivíduos em si mesmos, de tal forma que, a perspectiva das redes sociais está mais próxima de uma abordagem estrutural voltada para as dinâmicas interativas internas e externas de comunidades e grupos sociais (FREEMAN, 2004; MERCLÉ, 2004).

Porém, o propósito desta tese está longe de cobrir esse contínuo de perspectivas sociológicas que atravessam o desenvolvimento da sociologia. Aqui

interessa apresentar uma perspectiva sociológica conhecida como *Social Network Analysis*, "Análise de Redes Sociais" (ARS). Tal perspectiva sociológica tem se expandido bastante tanto na Europa quanto na América do Norte (na América Latina, sobretudo no Brasil, as discussões teóricas e as pesquisas empíricas ainda são muito acanhadas em alguns centros universitários). Portanto, apresentar uma visão panorâmica da natureza e da constituição da ARS, como mais uma perspectiva sociológica, seus avanços metodológicos e a ampliação do objeto da sociologia, tem sua importância central para a formação de uma perspectiva sociológica hodierna.

Este capítulo está dividido em três subseções. A primeira trata de sumarizar as origens e a natureza da ARS e seus principais fundadores e precursores. A segunda subseção busca delimitar as linhas gerais do método empregado nas análises de redes sociais. E, finalmente, a terceira subseção apresenta um desenho geral do que constitui a unidade de análise que constitui o objeto de investigação dessa sociologia reticular.

5.1 As Origens e a Natureza da Análise de Redes Sociais

A noção de redes sociais está relacionada à ideia de tecido das fábricas têxteis e da medicina com a ideia de redes neurais. Para apresentar as origens do conceito de redes sociais lança-se mão da estratégia de Pierre Mercklé (2003-2004). Mercklé decompõe a história da ARS na sociologia em três tempos: o tempo dos precursores, onde não existe uma definição formal do conceito, entretanto existem prefigurações que serão centrais na constituição do conceito; o tempo dos pioneiros, onde existe uma abordagem explícita do conceito e desenhos de formas sociais com implicações metafóricas de uma sociologia reticular; e, tempo dos fundadores, onde o uso do conceito passa a ser sistematizado saindo de uma natureza metafórica para uma aplicação metodológica analítica (MERCKLÉ, 2003-2004, p. 02).

Os Precursores da Análise de Redes Sociais

Os precursores da ARS datam do século XVII, a ideia de que "os amigos dos meus amigos são meus amigos" tem um espírito epocal, com Hobbes a sua máxima de que, ter amigos é ter também o poder; e, com Maquiavel com sua teoria da coalizão. O que é importante é a ideia de que relações interpessoais afetam à

constituição da estrutura social e produzem efeitos sobre os indivíduos. Portanto, a possibilidade de formas invariantes de ações, padrões e regularidades nas interações sociais são postulados centrais para a estruturação dos princípios teóricos da ARS (MERCKLÉ, 2003-2004).

Embora Hobbes e Maquiavel tenham o *status* de precursores da ARS, é de fato com Georg Simmel, que a análise das redes sociais inaugura uma nova forma dentro da análise sociológica moderna, por meio de uma abordagem sociológica "relacional", cujo "dualismo metodológico" defende que as formas sociais são produtos das interações sociais. Segundo Mercklé:

A ideia básica de Simmel é a seguinte: ele acredita que são as interações e relações entre as pessoas, e não os indivíduos e seus atributos próprios, que são os objetos elementares da sociologia. Em outras palavras, o objeto fundamental da sociologia de acordo com Simmel deve ser entendido no nível intermediário, que não é nem uma microsociologia do indivíduo, nem uma macrosociologia da sociedade como um todo, mas o que, portanto, pode-se qualificar como uma 'mesosociologia' das 'formas sociais' que resultam de interações entre indivíduos¹³ (MERCKLÉ; 2003-2004, p. 04).

Além da proposta intuitiva de uma ARS, Simmel sugere uma teoria sociológica de nível intermediário entre as abordagens micro e macro. As considerações sobre as interações e as relações entre indivíduos na configuração de formas sociais faz de Simmel um dos precursores do principal postulado que sustenta a metodologia da ARS contemporânea: a construção de uma sociologia relacional.¹⁴

Os Pioneiros da Análise de Redes Sociais

Dos pioneiros da ARS Mercklé elege Jacob Moreno (Apud, MERCKLÉ 2004). Ainda que outros autores advoguem que Moreno é o real fundador da ARS, Mercklé (2003-2004) busca apresentá-lo como um pioneiro, aquele que sai de uma

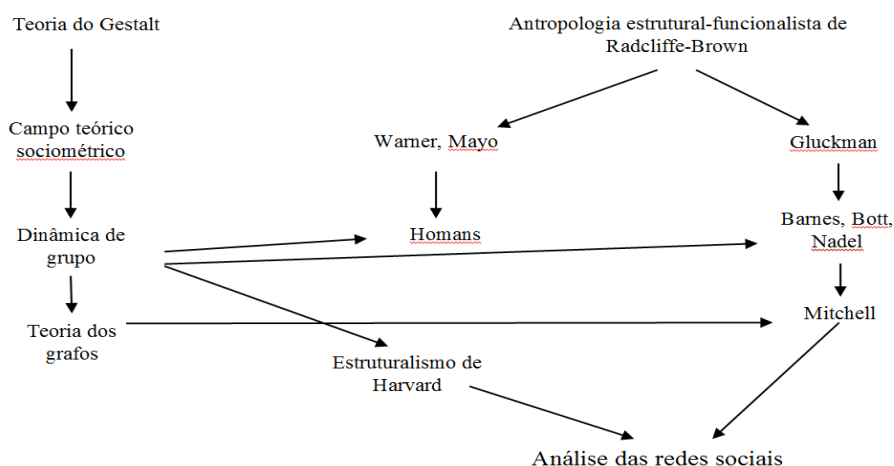
¹³ "L'idée fondamentale de Simmel est la suivante : il considère que ce sont les interactions et les relations entre les individus, et non les individus eux-mêmes et leurs attributs, qui constituent les objets élémentaires de la sociologie. Autrement dit, l'objet fondamental de la sociologie selon Simmel doit être saisi à un niveau « intermédiaire », qui n'est ni celui, microsociologique, de l'individu, ni celui, macrosociologique, de la société dans son ensemble, mais celui, que l'on pourrait donc qualifier de « mésosociologique », des « formes sociales » qui résultent des interactions entre les individus".

¹⁴ Sobre os desafios e as dificuldades da consolidação de uma perspectiva relacional nas análises sociológicas consultem o artigo de Mustafa Emirbayer "Manifesto for a Relational Sociology", publicado no The American Journal of Sociology, Vol. 103, No. 2 (Sep., 1997), pp. 281-317. (Nota do autor)

perspectiva meramente implícita das redes sociais, para uma colocação explícita do uso de redes sociais, ainda que de forma metafórica. Moreno é o fundador da sociometria, em seu livro *Who shall Survive?*, ele apresenta os princípios e o método dessa abordagem. Em seu trabalho de sociometria Moreno, segundo Mercklé (2004), através de sociogramas, fornece uma continuação à lógica de uma geometria do mundo social proposta por Simmel. Segundo Mercklé (2004), Moreno, em seu livro *Fundamentos de Sociometria* (1954), desponha uma metodologia de redes sociais que reflete uma tentativa de organização de uma passagem do uso metafórico de redes sociais para um uso analítico e operatório da visão de redes (MERCKLÉ, 2004, p. 23).

A história da ARS embora tenha seu nascimento dentro da sociologia sob a influência de Simmel, ela tem se ampliado dentro de outros campos das ciências humanas. Existem linhas de conexões entre a sociologia, a psicologia, a antropologia, a geografia, a história, a economia e outras ciências sociais. Mas outros domínios do saber também tem estruturado a história das redes sociais como o método analítico e o empírico que vão da matemática (em particular as teorias dos grafos e a álgebra linear) até às redes no campo da química e da física. No desenvolvimento da ARS existe uma progressiva sucessão dos seus problemas de pesquisas, seus objetos de análise e seus distintos métodos. Abaixo se replica um gráfico que representa uma genealogia da ARS de acordo com Scott (1991).

Figura 03 – Genealogia da ARS



Fonte: Scott (1991, p. 08)

A sociometria deu um passo importante e necessário para o desenvolvimento da ARS. Entretanto, no que tange a constituição de uma teoria geral das redes sociais a sociometria ainda deixava em aberto uma percepção sobre a estrutura social que seria expandida pelos antropólogos. Dentre os pioneiros da ARS os antropólogos têm um lugar de importância no desenvolvimento de um pensar sociológico estrutural. A antropologia estrutural, de Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss, desenvolveu um estudo sobre redes de parentescos que eles chamavam de "sistema de parentesco". Este estudo que partia da reconstituição de redes de relações e conexões entre parentes de uma determinada comunidade com o propósito de reconstruir e dar sentido a estrutura social e a modelos específicos de relações sociais que sustentavam a base dessa estrutura. O estudo das relações sociais e a interdependência através da etnografia mostrou que era possível encontrar padrões regulares de comportamentos dentro de estruturas sociais que teriam uma força explicativa pelo seu aspecto relacional.

Dessa forma, a antropologia de Claude Lévi-Strauss e Radcliffe-Brown tem uma contribuição fundamental no que concerne ao debate entre a ideia de análise estrutural, estruturalismo e análise dos indivíduos e das relações entre indivíduos. Claude Lévi-Strauss mostra que a estrutura social se refere a uma rede de relações não a uma coleção de indivíduos. "As relações sociais são a matéria-prima utilizada para a construção de modelos que tornam clara a própria estrutura social" (LEVI-STRAUSS, 1952 apud. MERCKLÉ, 2003-2004, p. 10). Portanto, no programa de pesquisa da antropologia estrutural, mesmo com vários problemas metodológicos que esses pensadores tiveram no desenvolvimento de suas pesquisas, a ARS foi elaborada no sentido de operacionalizar estudos empíricos de relações sociais e modelos explicativos de estruturas sociais. Conforme Mercklé (2003-2004), a análise de redes foi, de fato, claramente detalhada no pensamento de Claude Lévi-Strauss.

Segundo Mercklé (2003-2004), Barnes realiza uma pesquisa no oeste da Noruega procurando entender a organização social de uma pequena comunidade. O método utilizado foi a análise de todos os membros da comunidade e suas relações uns com os outros. Barnes separou a comunidade em três áreas que ele chamou de base territorial, sistema industrial e o conjunto de relações sociais entre conhecidos, amigos, vizinhos ou parentes. O avanço da metodologia de pesquisa de Barnes se dá justamente na terceira área do conjunto de relações sociais. Embora esse

conjunto de relações sociais entre os indivíduos que compunham a comunidade fosse sobreposto pela base territorial e pelo sistema industrial, Barnes buscou desenvolver seu trabalho voltado para as dinâmicas de interações produzidas no campo relacional. Segundo Mercklé (2003-2004):

[...] Barnes não se contentou em apenas apresentar formalmente o conceito no vocabulário das ciências sociais; o uso que ele fez tem contribuído significativamente para a saída de sua matriz metafórica, para torná-lo mais diretamente operacional. Em particular, Barnes apresenta uma série de importantes propriedades estruturais das redes que ele estuda que se referem à "densidade" das relações que são constituídas: no entanto, ele observou primeiro que dentro da população da ilha norueguesa, todos os indivíduos podem ser indiretamente conectados entre eles por uma ligação que improvavelmente não incluiria mais de quatro relações de conhecimento, segundo, ele constatou que na maioria das vezes, as relações nestas redes são "transitivas", o que significa que, quando um indivíduo A tem uma relação com um indivíduo B e com um indivíduo C, é mais provável que B e C também estejam relacionados¹⁵.

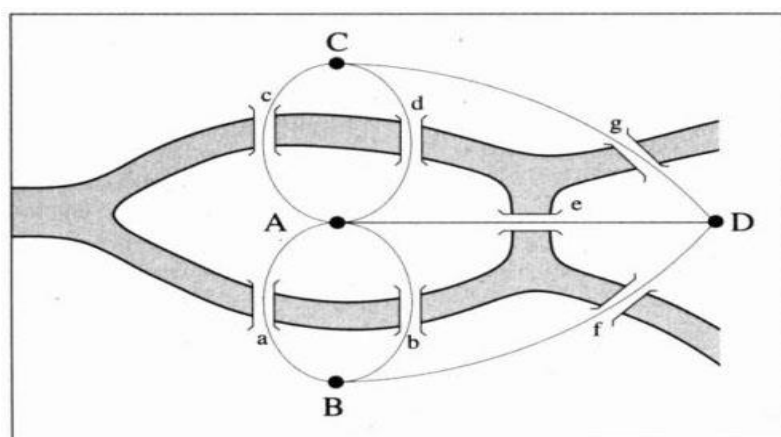
Essa pesquisa desenvolve, além de um método sistemático de observação de uma comunidade a partir da investigação da constituição das relações sociais, um conjunto de indicadores quantitativos que são usados na ARS das pesquisas atuais. O autor sai do emprego meramente metafórico para a operacionalização da noção de redes sociais. Indicadores e/ou conceito como densidade e transitividade são fundamentais para diagnosticar desenhos particulares de redes e sua composição estrutural em comunidade ou organizações sociais. Com Barnes (apud. Mercklé, 2003) existe um salto quantitativo divisor de águas nas pesquisas empíricas sobre o papel das redes sociais na explicação de fenômenos sociais complexos, através da sistematização e da formalização da análise metodológica reticular.

¹⁵ "Mais Barnes ne s'est pas contenté d'introduire formellement la notion dans le vocabulaire des sciences sociales ; l'usage qu'il en a fait a largement contribué à la dégager de sa gangue métaphorique, pour la rendre plus directement opératoire. En particulier, Barnes établit un certain nombre de propriétés structurelles significatives des réseaux qu'il étudie, et qui se réfèrent à la « densité » des relations dont ils sont constitués : il remarque en effet d'une part que dans la population de cette île norvégienne, tous les individus peuvent être indirectement reliés entre eux par une chaîne qui ne comprend vraisemblablement pas plus de quatre relations d'interconnaissance; d'autre part, il constate que le plus souvent, les relations dans ces réseaux sont « transitives », ce qui signifie que lorsqu'un individu A a une relation avec un individu B et avec un individu C, il est plus probable que B et C soient aussi en relation".

Os Fundadores da Análise de Redes Sociais

Mercklé (2003-2004) rotula como fundadores aqueles estudos que introduzem ferramentas matemáticas na ARS. Para ele essas ferramentas foram decisivas para o estabelecimento da análise de redes. A teoria dos grafos e a aplicação da álgebra linear aos dados relacionais são os suportes metodológicos que vão fazer da ARS um novo paradigma dentro das ciências sociais do século XX. As teorias dos grafos remontam ao matemático Leonhard Euler, no século XVIII, um exemplo famoso é o quebra-cabeça que “pontes de Königsberg”. Antes de 1875 a cidade que é atravessada por vários rios, tinha sete pontes que atravessavam os dois braços do rio, o quebra-cabeça consistia em alguém encontrar um caminho para atravessar todas as pontes cidade, mas passando somente uma vez por cada ponte. Euler resolveu o problema construindo um esquema gráfico usando para cada uma das quatro partes de terra nódulos, e as pontes representavam ligações, de forma que o gráfico obtido ficou representado por quatro nódulos e sete ligações (MERCKLÉ, 2003-2004). Abaixo se tem uma ilustração sobre este quebra-cabeça.

Figura 4: As Pontes de Königsberg



Fonte: Barabasi (2002, p.11)

A ponte pode ser vista como um gráfico e com vários nós que são conectados por ligações. Os nós são as letras A, B, C e D que representam as porções de terras separadas pelo rio. As pontes são ligações que conectam as porções de terras. Através desse gráfico ele provou que não existia uma rota que alguém pudesse usar

a ponte apenas uma vez (BARABÁSI, 2003). Dessa forma, o gráfico das pontes são hoje referências importantes da teoria dos grafos para a ARS.

Nesta mesma lógica reticular, o desenvolvimento dos sociogramas de Moreno também tem uma importância para a aplicação da teoria dos grafos na ARS. Mas, é somente com a aplicação da teoria dos grafos matemáticos para análise de rede, que os estudos sobre redes sociais ganharam uma consistência quantitativa e gráfica avançada para representações sociométricas das relações sociais entre indivíduos. Da teoria dos grafos, a sociologia reticular, também, tomou emprestada uma série de conceitos que vêm sendo usados na ARS em grande parte dos trabalhos de pesquisas desenvolvidos na atualidade.

5.1 Do Método da Análise de Redes Sociais e Suas Técnicas Reticulares

Os métodos da ARS foram, conforme as argumentações da seção anterior, praticamente desenvolvidos sob uma perspectiva multidisciplinar das investigações sociológicas, psicológicas, da matemática, etc. Os métodos da ARS foram desenvolvidos a partir de experiências (pesquisas empíricas) e testes de teoria, de forma que uma abordagem reticular apresenta uma consistência bastante forte quando se trata de relacionar a teoria com a prática. Os próximos parágrafos apresentam alguns conceitos aplicados na ARS. Para isso, utiliza-se a ajuda de três autores importantes dentro do debate metodológico da aplicação da teoria das redes sociais, são eles: Stanley Wasserman, Katharine Faust, e Robert A. Hanneman.

Sem dúvida, a invenção do sociograma feita por Moreno tem um papel fundamental no desenvolvimento da metodologia das redes. Um sociograma é representado por um plano bidimensional onde pontos significam pessoas e, as linhas que ligam esses pontos são consideradas relações sociais que existem entre essas pessoas. Programas computacionais usados atualmente, tais como o **Ucinet** e o **Pajek** entre outros reproduzem sociogramas de bancos de dados de grandes dimensões. Os sociogramas ajudam os pesquisadores a compreenderem melhor as estruturas das redes sociais dentro de grupos sociais (comunidades, organizações, etc.), como a representação de estruturas de influências entre elites em uma comunidade, os tipos de laços sociais entre corporações, os padrões de interações em grupos pequenos; hoje eles são representados em planos multidimensionais (WASSERMAN; FAUST, 1999).

Na perspectiva da ARS os dados são tratados de forma diferente das pesquisas que usam dados estatísticos tradicionais, isso por se tratar do fato que a unidade de análise da ARS não é o atributo individual, mas os processos relacionais. Esses processos relacionais são definidos através de laços sociais que se estruturam nas relações sociais entre indivíduos dentro de um dado contexto social. Wasserman e Faust defendem que, em função do interesse crescente nos estudos com aplicações de metodologias reticulares, já existe certo consenso entre os pesquisadores sobre os princípios centrais subjacentes à perspectiva de redes sociais, são eles:

Os atores e suas ações são vistos como interdependentes ao invés de unidades autônomas, independentes; os laços relacionais (ligações) entre atores são canais para a transferência ou "fluxo" de recursos, quer material ou imaterial; modelos de rede com foco em indivíduos consideram o ambiente estrutural da rede como oferecendo oportunidades ou restrições sobre a ação individual; modelos de rede conceituam estruturas (social, econômica, política, e assim por diante) como padrões duradouros de relações entre os atores¹⁶ (WASSERMAN; FAUST, 1999, p. 04).

O material teórico e metodológico apresentado acima já supõe um entendimento de uma série de conceitos utilizados na ARS, por esse motivo dissecar alguns conceitos fundamentais que são frequentemente usados nas pesquisas e análises reticulares é de grande importância. O objetivo é tentar diferenciá-los do emprego desses em pesquisas sociológicas não reticulares, são eles: ator, laço relacional, díade, tríade, subgrupo, grupo, relação social e rede social.

Para a ARS os **atores** são entidades coletivas. Os atores são concebidos como pessoas dentro de grupos, departamentos dentro de uma corporação, vizinhanças dentro de comunidades e outros. Os atores na análise de redes não necessariamente têm vontades ou habilidades para um agir intencional. Na maioria dos casos os atores dentro da ARS são operacionalizados a partir de grupos sociais que apresentam certo grau de homogeneidade interna.

¹⁶ "Actors and their actions are viewed as interdependent rather than independent, autonomous units; Relational ties (Linkages) between actors are channels for transfer or 'flow' of resources) either material or nonmaterial); Network models focusing on individuals view the network structural environment as providing opportunities for or constraints on individual action; Network models conceptualize structure (social, economic, political, and so forth) as lasting patterns of relations among actors".

A ideia de **laço relacional** na ARS implica em um estabelecimento de um vínculo entre duas ou mais pessoas. Um vínculo pode ser entendido com uma relação. Entretanto, os vínculos podem ter extensões diferentes ou serem de vários tipos. Os vínculos ou laços podem ser exemplificados por relações de amizade, parentesco, associação ou pertencimento a um determinado grupo social (um clube), ou mesmo uma simples interação social cotidiana.

Um dos primeiros conceitos necessários para a constituição da noção de redes sociais é uma **díade**. A díade é um par de atores conectados por um vínculo/laço social ou com possibilidades de conexão. A díade é frequentemente tida como a unidade de análise básica das pesquisas com redes sociais.

As **tríades** tem um lugar especial na teoria simmilian e na teoria do balanço. Para Granovetter (1973) a tríade tem um papel importante no desenvolvimento do conceito de transitividade. Ou seja, se a tríade é transitiva, ela pode ser representada pela seguinte ideia; Um conjunto de atores **A**, **S** e **C** representa uma tríade, se o ator **A** tem laços fortes com o ator **S** e esse ator **S** tem laços fortes com o ator **C**, então o ator **A** deve ter algum tipo de ligação com o ator **C**. Conforme Wasserman e Faust (1999, p. 19):

A Teoria do Equilíbrio (Balance Theory) tenha informado e motivado muitas análises triádicas. De particular interesse são se a tríade é transitiva (se o ator i "gosta" do ator j, e o ator j por sua vez, "gosta" do ator k, então o ator i deve também gostar do ator k), e se a tríade é equilibrada (se os atores i e j gostam um do outro, então i e j devem ser semelhantes na avaliação de um terceiro ator, k, e se i e j não gostam um do outro, então eles devem divergir em suas avaliações sobre um terceiro ator, k)¹⁷.

Os **subgrupos** podem ser definidos como um subconjunto de atores e seus respectivos vínculos. Os subgrupos têm requerido para a análise das redes sociais critérios metodológicos específicos. Os **grupos**, além de serem compostos de díades, tríades ou subgrupos, eles podem ser definidos por sua finitude de relações. Ou seja, há possibilidade do pesquisador mapear todos os conjuntos de relações que existem dentro dele. Para os fins da ARS, os grupos são agregados de atores

¹⁷ "Balance theory has informed and motivated many triadic analyses. Of particular interest are whether the triad is transitive (if actor i "likes" actor j, and actor j in turn "likes" actor k, then actor i will also "like" actor k), and whether the triad is balanced (if actors i and j like each other, then i and j should be similar in their evaluation of a third actor, k, and if i and j dislike each other, then they should differ in their evaluation of a third actor, k)".

onde todos os laços sociais entre eles podem ser medidos. Contudo, o fato da definição de grupo se orientar pela sua finitude de atores, tal restrição é apenas de ordem analítica, embora as pesquisas de redes trabalhem com grupos praticamente infinitos de atores apresentam severas dificuldades na análise dos dados, a modelagem de grupos finitos apresenta algumas das questões mais problemáticas em análise de rede, incluindo a especificação dos limites da rede. (WASSERMAN; FAUST, 1999, p. 19-20).

Embora os primeiros pesquisadores entendessem que era mais proveitoso estudar laços extensos, hoje em dia as pesquisas com redes sociais se desenham a partir da investigação de mundos pequenos (*small worlds*) do tipo com redes e cadeias de conexões que fluem desde os indivíduos até uma sociedade como um todo. Porém, por questões metodológicas apresentadas é importante o desenvolvimento de desenhos de pesquisas que visualizem coleções de atores finitas e um mapeamento completo dos laços sociais entre eles.

No caso da relação, ela é considerada pelos teóricos das redes sociais como uma classe específica de indivíduos que pertencem a um determinado grupo. Uma relação, então, é uma coleção de laços de certa categoria que corre entre um dado conjunto de atores especificados, de forma, que os laços para existirem *per si* é necessário, no mínimo, um par de atores, ou seja, uma díade. Finalmente a **rede social** pode ser definida como um conjunto de atores e de relações definidas por esses atores, um componente essencial para a caracterização de uma rede social é a existência de informações relacionais entre os atores de um referido grupo. Para finalizar, abaixo é apresentado e conceituado um rol de medidas utilizadas na ARS segundo Wasserman e Faust (1999):

Betweenness – A extensão a que um nó situa-se entre outros nós na rede. Esta medida leva em conta a conectividade de vizinhos do nó, dando um valor mais alto para nós que formam ponte entre *clusters*. A medida reflete o número de pessoas que uma pessoa está se conectando indiretamente através de suas ligações diretas.

Ponte – Um laço é uma ponte se sua exclusão causar a separação de nós de extremidades em diferentes componentes de um gráfico.

Centralidade – Esta medida dá uma indicação geral do poder social de um nó com base em como estão bem colocados à rede. "Betweenness", "Fechamentos" e "Degree" são todas as medidas de centralidade.

Centralização – A diferença entre o número de ligações para cada nó dividido pela soma máxima possível das diferenças. A rede centralizada terá muito de suas ligações dispersas em torno de um ou alguns de nós. Enquanto uma rede descentralizada é uma rede na qual há pouca variação entre o número de ligações que cada nó possui.

Fechamento – O grau pelo qual um indivíduo está perto de todos os outros indivíduos em uma rede (diretamente ou indiretamente). Reflete a capacidade para acessar informações através da malha entre os membros da rede. Assim, o fechamento é o inverso da soma das distâncias mais curtas entre cada indivíduo e todas as outras pessoas na rede. O caminho mais curto também pode ser conhecido como a "distância geodésica".

Coeficiente de aglomeração – é a medida da probabilidade que dois associados de um nó são associados neles mesmos. Um maior coeficiente de aglomeração indica uma maior capacidade de aparecimentos de cliques.

Coesão – O grau aos quais atores são conectados diretamente um ao outro por ligações coesas. Grupos são identificados como 'panelinhas' (cliques) se cada indivíduo está diretamente ligado a cada outro indivíduo.

Grau (Degree) – A contagem do número de laços com outros atores da rede.

Densidade – O grau de laços que um entrevistado conhece / proporção dos laços entre indicados do indivíduo. Rede ou densidade de nível global é a proporção de laços em uma rede em relação a possível número total (esparsa versus redes densas).

Flow betweenness centrality – O grau que um nó contribui para a soma do fluxo máximo entre todos os pares de nós.

Eigenvector centrality – Uma medida da importância de um nó em uma rede. Ele atribui escores relativos a todos os nós na rede com base no princípio de

que as conexões para nós com uma pontuação elevada contribuam mais para o escore do nó em questão.

Ponte local – Uma aresta é uma ponte local se compartilha seus pontos de extremidade sem vizinhos comuns. Ao contrário de uma ponte, uma ponte local está contida em um ciclo.

Path length – As distâncias entre pares de nós na rede. Caminho-comprimento médio é a média dessas distâncias entre todos os pares de nós.

Prestígio – Em um grafo direcionado prestígio é o termo usado para descrever a centralidade do nó. "Grau de prestígio", "proximidade Prestígio" e "Status prestígio" são todas as medidas de prestígio.

Radiality – Grau de rede do indivíduo que se estende para a rede e fornece novas informações e influências.

Alcance – O grau de qualquer membro de uma rede que pode alcançar outros membros da rede.

Coesão estrutural – O número mínimo de membros que, se removido de um grupo, poderia desconectar o grupo.

Equivalência estrutural – Refere-se à extensão de quais nós tem um conjunto comum de ligações para outros nós no sistema. Os nós não precisam ter qualquer vínculo uns aos outros para serem estruturalmente equivalentes.

Buraco estrutural – Buracos estáticos que podem ser preenchidos estrategicamente conectando um ou mais ligações para interligar outros pontos. Ligados às ideias de capital social: se alguém conectar duas pessoas que não estão conectadas, esse alguém pode controlar sua comunicação.

O objeto da sociologia reticular, da ARS, pode ser delimitado pelo interesse nas relações sociais entre entidades sociais em busca de padrões sociais que podem surgir como resultado dessas relações. Dessa forma, a unidade de análise não são indivíduos isolados, mas sim coleções de indivíduos e os laços que ligam esses indivíduos uns aos outros. Conforme Linton Freeman:

Em ciências sociais, a abordagem estrutural que se baseia no estudo da interação entre os atores sociais é chamada de análise de rede social. As relações sociais que os analistas de rede estudam são geralmente aquelas que ligam seres humanos individuais. Mas relações sociais importantes podem ligar indivíduos sociais que não são humanos, como formigas ou abelhas ou veados ou girafas ou macacos. Ou eles podem vincular atores que não são exatamente indivíduos. Os analistas de rede, muitas vezes examinam as ligações entre os grupos ou organizações, ou mesmo entre Estados-nação ou alianças internacionais¹⁸ (FREEMAN, 2004, p. 02).

Dessa forma, a sociologia reticular estuda os processos relacionais focalizando as propriedades do sistema relacional nele mesmo. Freeman (2004) também estabelece um conjunto de abordagem para delimitar o paradigma das redes sociais modernas. Para ele na moderna análise das redes sociais podemos encontrar quatro características que são paradigmáticas nesse modelo de análise: 1) a ARS é motivada por intuições fundadas em laços que conectam os atores sociais; 2) todos os achados reticulares são ancorados em dados empíricos; 3) a presença de imagens gráficas é fundamental para os estudos e resultados das pesquisas em redes sociais; 4) o uso de modelos matemáticos e computacionais tem sido um alicerce das ARS. Colocados esses pontos, o objeto da sociologia reticular pode ser enquadrado dentro desses parâmetros de pesquisa, conforme o interesse do pesquisador.

Assim, podem-se estudar grupos primários, vizinhanças, organizações sociais, círculos sociais, comunidades e outros; como também processos sociais que ocorrem dentro dessas comunidades como padrões de interações e de comunicações entre indivíduos, expectativas de papéis e controle social. Para Robert Hanneman (2000) na delimitação do objeto da ARS existem modalidades e níveis de análise que devem ser observados:

Os indivíduos em suas relações de trabalho podem ser observados como aninhados em organizações, nas suas relações de lazer podem estar aninhados em associações voluntárias. As vizinhanças, comunidades e até mesmo as sociedades são, em diferentes graus,

¹⁸ “In social science, the structural approach that is based on the study of interaction among social actors is called social network analysis. The relationships that social network analysts study are usually those that link individual human beings. But important social relationships may link social individuals that are not human, like ants or bees or deer or giraffes or apes. Or they may link actors that are not individuals at all. Network analysts often examine links among groups or organizations—even among nation-states or international alliances”.

entidades sociais em si mesmas. E, como entidades sociais podem formar laços com os indivíduos aninhados nelas e com outras entidades sociais¹⁹ (HANNEMAN; 2000, p. 09-10).

A ARS é, no seu escopo de análise, uma ferramenta de um alto nível de sofisticação nas pesquisas sociológicas atuais. Fenômenos sociais de natureza diversa podem ser estudados, compreendidos e explicados sobre a ótica das redes sociais. Dado á expansão da análise de redes nos estudos em diversas áreas do conhecimento e com diversos objetos (todos de natureza relacional), esse tipo de análise não se limita a apenas modismos da comunidade acadêmica, mas sim um novo paradigma dentro das ciências sociais.

Estudos empíricos que utilizem a ARS para explicar fenômenos sociais em qualquer nível no Brasil, ainda são muito limitados, principalmente quando se requer os quesitos apontados por Freeman (2004), de intuições fundadas em laços que conectam os atores sociais; achados ancorados em dados empíricos; a presença de imagens gráfica e o uso de modelos matemáticos e computacionais. Talvez essa limitação seja em função da complexidade, da difícil manipulação de dados com o uso de modelos reticulares e a dificuldade na operacionalização de variáveis na realidade brasileira. Contudo, o debate e pesquisas sobre a importância das pesquisas com o uso da análise de redes sociais tem chamado a atenção de pesquisadores brasileiros, sobretudo, nas ciências sociais (FONTES, 2004a, 2004b).

¹⁹ “Los individuos en sus relaciones de trabajo pueden ser observados como inmersos en organizaciones; en sus relaciones de ocio pueden estar inmersos en asociaciones voluntarias. Los vecindarios, comunidades y aun lãs sociedades son, con variedad de grados, entidades sociales en si mismas. Y, como entidades sociales, pueden formar lazos con los individuos inmersos con ellas y com otras entidades sociales”.

6 CONCLUSÃO

Os conceitos de comunidade perdida e comunidade salva desenvolvidos ao longo dos estudos sociológicos tiveram, sem dúvida, sua importância e sua capacidade de análise para as pesquisas daqueles momentos. Porém, o conceito de comunidade liberada tem apresentado um poder de análise dada a sua adequação à realidade social contemporânea. A força do poder explicativo da comunidade liberada reside na sua capacidade de reorientar a noção de laços sociais e na identificação de um modelo de solidariedade social capaz de gerar formas de sociabilidade que estão além das formas de sociabilidade tradicional ancoradas em laços fortes e com bases territoriais definidas. Tal proposta teórica sustenta as abordagens sobre os efeitos da vizinhança e a criminalidade urbana fortalecendo, assim, uma sociologia do contexto. Os laços fracos desempenham um padrão de coesão social conhecido como coesão social global que está além dos limites territoriais de uma vizinhança.

Portanto, a sociologia dos contextos sociais termina por ganhar bastante, do ponto de vista teórico e metodológico, com o conceito de comunidade liberada. O conceito permite a superação dos argumentos da comunidade perdida, onde somente os laços fortes e as redes primárias são capazes de produzir benefícios. Os laços fracos, portanto, podem produzir um tipo de capital social que produz diversos benefícios e gere suporte social, tanto para os indivíduos como para a organização comunitária de uma forma geral. Uma abordagem dos laços fracos também permite entender como os buracos estruturais operam como mecanismos causais explicativos da criminalidade local.

A TDS também sai ganhando com o conceito de capital social no que tange o desenvolvimento de medidas de coesão social que vão além das medidas tradicionais usadas em pesquisas sociais. As diversas definições de capital social dadas por Bourdieu, Coleman, Putnam e Burt são complementares entre si. Mas a ideia de investigar as fontes de capital social como os laços sociais e os mecanismos reticulares (buraco estrutural e fechamento reticular) acrescentam novos *insights* à ARS, além de ajudar a compreender o poder das coalizões entre atores sociais e a formação de intermediações (*brokerages*) entre esses atores em busca de benefícios individuais e do bem comum da coletividade. Através da análise

da força dos laços fracos pode-se, então, compreender como se desenvolvem níveis de sociabilidade que vão além das interações sociais internas nas vizinhanças urbanas, de forma a ser capaz explicar as dinâmicas externas entre organizações sociais e as variações das taxas de criminalidade vicinal.

Conclui-se, também, que o conceito de capital social pode ser confundido com a possibilidade de sempre produzir benefícios coletivos. Contudo, Portes (1998) aponta que o capital social pode produzir processos de desordem social. Na verdade, as ideias acima somam um conjunto de conceitos bases da formação da ARS. A ARS busca fundamentar uma sociologia relacional ou sociologia reticular através de sua base conceitual, de procedimentos e técnicas metodológicas específicas. Este capítulo mostrou que, as ferramentas analíticas da ARS nasceram de representações gráficas e metafóricas, saindo para um uso sistemático e técnico metodológico de aplicação em pesquisas sociais. Hoje a teoria dos grafos e a álgebra linear (Matrizes e Sistemas Lineares) são fortes suportes interdisciplinares na constituição da ARS e nos estudos sobre a TEC, os efeitos da vizinhança e a criminalidade local.

A ARS propicia uma aproximação entre uma teoria da ação humana individual e uma teoria da estrutura social. Os indivíduos são vistos como unidades interdependentes, de forma que seus atributos individuais deixam de ser uma unidade de análise para dar lugar às relações sociais entre indivíduos. Os laços relacionais funcionam como canais de transferência de recursos como capital humano ou recursos institucionais. Dentro dessa lógica, a estrutura social pode, ora oferecer recursos para os indivíduos alcançarem suas metas como, em outro momento, pode gerar constrangimentos para a consecução de metas individuais. O que interessa aqui é que o conceito de estrutura na ARS não aparece totalmente engessado e estático como nas abordagens estruturais clássicas.

Importante, também, são as definições e operacionalização dos laços sociais fracos e fortes; sua relação com os buracos estruturais e os fechamentos reticulares dentro e entre vizinhanças urbanas. Finalmente, a importância do desenvolvimento de estudos que relevem a força explicativa de dados relacionais através de uma sociologia reticular é de grande importância na atualidade, sobretudo para uma sociologia do crime que releve o papel do contexto como ponto de partida para a

explicação das variações de taxas de crimes nos grandes centros urbanos. Todavia, ajustes são necessários na importação da teoria das redes sociais, sobretudo a questão do conceito de comunidade e operacionalização desse conceito nos estudos sobre criminalidade urbana na realidade brasileira.

CAPITULO II

SOCIOLOGIA DO CRIME NO BRASIL E OS ESTUDOS SOBRE OS EFEITOS DA VIZINHANÇA E A EFICÁCIA COLETIVA

1 INTRODUÇÃO

A sociologia do crime no Brasil tem, de uma maneira geral, ventilado a teoria sociológica no Brasil com várias perspectivas teóricas e metodológicas que ao analisar o fenômeno da criminalidade termina por acrescentar novos *insights* para a pesquisa sociológica como um todo. Os estudos sociológicos voltados para a criminalidade urbana tem início, praticamente, nos anos setenta do século passado. Entre outros autores, as raízes dos estudos sobre crime e violência no Brasil tem uma dívida muito grande com os cientistas sociais Antônio Luiz Paixão da UFMG e Edmundo Campos Coelho do IUPERJ. A partir desses autores, uma nova agenda de pesquisas sobre a criminalidade vem se desenvolvendo no Brasil em vários núcleos de pesquisas situados dentro e em parceria com várias universidades brasileiras. Como exemplos significantes temos o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP/UFMG e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde esta tese foi desenvolvida, existe o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco – NEPS/UFPE, coordenado pelo sociólogo José Luiz Ratton, que tem mantido intercâmbio com várias instituições nacionais e internacionais elaborando, desenvolvendo pesquisas e formando pesquisadores na área.

Um roteiro importante dos estudos, desenvolvidos no Brasil, sobre violência e criminalidade e os principais precursores da sociologia do crime, pode ser encontrado no livro, *As ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, organizados pelos pesquisadores Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton (2011). Apesar do livro não está centrado em debates teóricos, as informações dadas pelos pesquisadores entrevistados permitem traçar um panorama bastante curioso sobre o desenvolvimento da sociologia do crime no Brasil. Conforme os organizadores do livro supracitado:

Estão presentes neste livro aqueles que, desde meados das décadas de 1970 e 1980, construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança. Desta maneira, ajudaram a formar um diversificado campo de orientações valorativas, teóricas e metodológicas, que influenciaram e influenciam as pesquisas e estudos no Brasil até hoje, em diferentes contextos institucionais: no espaço da construção da pós-graduação dentro das universidades públicas brasileiras; nos ambientes governamentais e não-governamentais da atividade política; e em diferentes foros nacionais e internacionais (LIMA; RATTON, 2011, p. 11-12).

Os pesquisadores do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil têm proporcionado ao saber sociológico contribuições e debates que quebraram o lugar comum das produções acadêmicas entre muros universitários, como é o caso do FBSP que aglomera uma rede de lideranças e profissionais reconhecidos das organizações policiais, secretarias de segurança pública, centros de pesquisa e organizações não-governamentais de todo o país. O desenvolvimento de uma sociologia do crime no Brasil desafiou os anos da ditadura (Estado de Exceção), como é o exemplo da revelação de Michel Misse em sua entrevista com Renato Sérgio Lima (LIMA, RATTON, 2011, p. 15), vem fortalecendo, também, o Estado Democrático de Direito e problematizando uma realidade social onde a criminalidade violenta tem raízes profundas no problema das desigualdades sociais existentes no Brasil trazendo implicações políticas e jurídicas notórias na sociedade civil como um todo.

Buscando dar continuação a esse debate da sociologia do crime em âmbito brasileiro, embora o problema desta tese repouse na relação entre a ARS e a TEC em um programa de pesquisa voltado para o estabelecimento de uma sociologia reticular do crime. Este capítulo aborda uma questão fundamental da constituição da sociologia do crime no Brasil que é a relação entre pobreza e criminalidade, como também problematiza estudos de pesquisadores que desenvolveram e desenvolvem pesquisas específicas, conforme os princípios da TDS, com aportes em estudos dos efeitos da vizinhança e, em específico, da TEC.

Portanto, esse capítulo está dividido em dois assuntos centrais debatidos na seção 2 e 3 respectivamente. A seção 2 apresenta, em linhas gerais, o surgimento da sociologia do crime no Brasil e alguns de seus principais autores conforme uma

perspectiva de uma reação aos determinismos das escolas criminológicas tradicionais: como o positivismo criminológico lombrosiano e a sociologia do crime de orientação marxista. Traça-se, portanto, um panorama de como se deu o desenvolvimento de uma sociologia do crime no Brasil em consonância com a crítica aos postulados que sustentavam que o problema da violência urbana estava associado às classes perigosas. Será identificado, também, que as pesquisas desenvolvidas sobre criminalidade no Brasil estão vinculadas as raízes da sociologia criminal norte-americana, principalmente na teoria da rotulação e seus derivados.

A seção 3 aborda o desenvolvimento das pesquisas sobre a criminalidade urbana conforme a orientação teórica da Escola de Chicago de sociologia urbana, em específico, a abordagem ecológica do crime e seguimentos oriundos da TDS. Trata-se, também, da importância de uma sociologia do crime que enfatiza a importância do contexto social através dos efeitos da vizinhança e a atuação de mecanismos sociais como a eficácia coletiva, objeto de debate desta tese. No que tange ao conceito de eficácia coletiva, apresenta-se alguns estudos desenvolvidos no Brasil que buscaram operacionalizar o conceito em pesquisas sobre a criminalidade e a realidade social urbana em algumas cidades brasileiras, problematizando as técnicas de pesquisas e conceitos utilizados nesses estudos.

Finalmente, este capítulo apresenta o desenvolvimento de pesquisas sociais que revelam a importância da sociologia do crime no Brasil, a TDS através da TEC e as possibilidades de aplicação desses esquemas teóricos no Brasil. Isso a partir de reformulações que vêm ocorrendo dentro da própria teoria da desorganização social como é o caso da contribuição de autores como Grasmick e Busick (1993), Paul Bellair (2009), Robert Sampson (2012) e outros. Através desses pesquisadores a TDS, que tem sua elaboração inicial nos estudos de Shaw e Mckay (1943), vem alcançando com suas inovações técnicas e metodológicas um poder de explicação e generalização sobre o fenômeno da criminalidade urbana contemporânea. Esses estudos apresentados têm grande importância para o desenvolvimento da sociologia do crime em diversos contextos culturais.

2 ASPECTOS DE UMA SOCIOLOGIA DO CRIME NO BRASIL: POBREZA E CRIMINALIDADE.

Esta seção apresenta, em linhas gerais, o desenvolvimento da sociologia do crime no Brasil e suas raízes teórico-metodológicas. O fio condutor do debate é a maneira como alguns pesquisadores da violência urbana no Brasil buscam explicar a criminalidade urbana e sua relação com as camadas sociais de baixa renda — a relação entre crime e pobreza. O problema da relação do crime com a pobreza teoriza uma sociologia do contexto que, de uma forma geral, apresenta questões fundamentais da TDS como a desigualdade social entre vizinhanças representada pelo baixo *status* sócio econômico. Dessa forma, o desenvolvimento de modelos explicativos e de diferentes estratégias metodológicas direcionadas para uma explicação sociológica do crime associados a uma “classe perigosa”, serve de pista para um entendimento de quais foram os primeiros passos tomados pelos cientistas sociais no Brasil. Esses primeiros passos ocorreram, tanto no que concerne ao desenvolvimento de uma Sociologia do Crime brasileira, quanto de uma Criminologia à moda brasileira.

O pensamento social no Brasil tem raízes profundas nas teorias desenvolvidas na Europa do século XIX, principalmente as reflexões sobre crime, criminoso e criminalidade. É também notório a influência que a *Criminal Sociology* norte-americana tem sobre as pesquisas de muitos sociólogos do crime e de criminologistas brasileiros, sobretudo naqueles que incorporaram às suas técnicas metodológicas o uso de modelos estatísticos na explicação da criminalidade urbana. De modo que, é necessário conhecer a história da Criminologia e suas variantes teórico-metodológicas para um entendimento profícuo do desenvolvimento da Criminologia e da Sociologia do Crime no Brasil (JACOBY, 2004).

A Criminologia na Europa nasce com pretensões de construir uma abordagem científica do crime segundo as doutrinas da Escola Positivista [Cesare Lombroso (1835-1909), Raffaele Garófalo (1852-1934), Enrico Ferri (1856-1929)]. Essa escola teve um enorme impacto na constituição do pensamento criminológico brasileiro, principalmente, na primeira metade do século XIX, tanto em sua matriz jurídico-dogmática como em sua perspectiva sócio antropológica. Vale lembrar João Vieira de Araújo, Tobias Barreto e Nina Rodrigues (ALVAREZ, 2002).

Para o desenvolvimento deste debate, esta seção está dividida em três subseções. A primeira subseção mostra as bases da constituição teórico-metodológica das pesquisas da Sociologia do Crime no Brasil e seu objeto. A segunda subseção apresenta, de um lado, a adoção de uma reflexão marxista na Sociologia do Crime no Brasil; e de outro lado, a influência de *Criminal Sociology* bem como as consequências explicativas desses modelos. A terceira seção aponta avanços metodológicos na Sociologia do Crime brasileira e seus reflexos na problemática da associação da criminalidade com as “classes perigosas”. Enfatiza-se como a relação entre crime e pobreza é teórica e metodologicamente problemática e limitada, sobretudo, dentro da complexidade social que se estruturam as comunidades urbanas das grandes cidades.

2.1 A Constituição do Objeto da Sociologia do Crime

Como mencionado na introdução, a constituição do objeto da Criminologia e da Sociologia do Crime no Brasil deve bastante às ideias europeias e norte-americanas. Isso também não deixa de ser verdade para a Sociologia e para o Direito de uma maneira geral. Entretanto, existem particularidades quando se trata do objeto da Sociologia do Crime.

Dado a aproximação teórica que existe entre a Criminologia e a Sociologia do Crime, apresenta-se aqui uma breve discussão sobre essa disciplina. Há uma verdadeira mixórdia de ideias quando se trata de delimitar a que área a Criminologia pertence, se ao Direito ou a Sociologia. Nas suas origens europeias, considerando a Escola Positivista e sua base empírica²⁰, não havia nem mesmo o termo “criminologia” nas pesquisas feitas por Lombroso. Para as reflexões e pesquisas criminais, na verdade o termo aparece e toma forma com Garófalo²¹. Lombroso assume que suas pesquisas são antropológicas como bem mostra seu livro *L'uomo delinquente in rapporto all'antropologia, alla giurisprudenza ed alla psichiatria: (cause e rimedi)* (LOMBROSO, 1897, 2005). É com Ferri que aparece o termo, dentro da

²⁰ Apesar da importância da Escola Clássica de Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, estamos tomando como referência apenas o referencial de pesquisa empírico desenvolvido a partir de Lombroso dentro da Escola Positiva.

²¹ “Garófalo foi o criador do termo Criminologia. Imaginou-a com a tríplice preocupação de torná-la uma pesquisa antropológica, sociológica e jurídica” (FERNANDES; FERNANDES, 1995, p. 85). “Entretanto, há estudiosos que afirmam que o termo teria sido usado pela primeira vez por Topinardi, um antropólogo francês em 1883 e universalmente aplicada pelo jurista Rafael Garófalo, no ano de 1885 em sua obra *Criminologia*” (HABERMANN, 2010, p. 20).

escola positivista, “sociologia criminal”, título de um dos seus livros sobre as causas do crime. Portanto, a Escola Positiva teve três fases: antropológica (Lombroso), sociológica (Ferri), e jurídica (Garófalo). O fato, porém, é que foi da própria pluralidade de abordagens dentro da Escola Positiva que a Criminologia se constitui hoje como uma disciplina empírica e interdisciplinar (GOMES, GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, 2010).

A respeito do campo de pertencimento da Criminologia, no campo do Direito os penalistas têm tradicionalmente se ocupado de desenvolver reflexões sobre o problema do crime. Todavia não é de hoje que o fenômeno crime é assunto de estudos da Sociologia. Representante emblemático desses estudos é Émile Durkheim como seus estudos sobre a “anomia” (DURKHEIM, 1983). Mas é importante observar que quando os juristas se apropriam do objeto crime, do ponto de vista criminológico, são obrigados a abrir mão do conceito de crime apenas como uma conduta típica, ilícita e culpável (BITENCOURT; MUÑOZ CONDE, 2004; TOLEDO, 2011). O conceito analítico de crime e os fundamentos da dogmática jurídica se apresentam como insuficientes para dar conta de uma explicação empírica do crime como um fenômeno social ancorado em práticas sociais concretas.²² É nesse momento, que a tradição da pesquisa empírica dentro da Sociologia, sobretudo da Sociologia Jurídica, apresenta uma pletera de ferramentas metodológicas capazes de — articuladas com outras ciências sociais — dar conta do crime em toda extensão das práticas sociais concretas que constituem sua complexidade como fenômeno social. Sem embargo, a Criminologia sendo apropriada por juristas ou sociólogos tem que se constituir como uma ciência empírica e interdisciplinar na construção de modelos explicativos robustos (GOMES; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, 2010).

Mas qual a importância desse debate para a constituição da Sociologia do Crime no Brasil? Tanto a Criminologia como a Sociologia do Crime são disciplinas que nascem do pensamento criminológico europeu, defende-se que existe um cruzamento de matrizes teóricas na constituição dessas disciplinas. O ponto importante é essa confluência e interdisciplinaridade que existem entre a

²² “Estudos advindos da sociologia jurídica e da área sociológica da criminologia apontam que a dogmática jurídica, particularmente a penal e a processual penal, não fornece instrumentos suficientes para minimizar a lacuna existente entre normatividade e realidade social” (CARVALHO, 2007, p. 267).

Criminologia e a Sociologia do Crime, especialmente na delimitação de seus objetos de estudo e a instituição de um pensamento criminológico no Brasil. Contudo, apesar das heranças europeias do pensamento criminológico brasileiro, a Criminologia e a Sociologia do Crime brasileira, depois da segunda metade do século XX, tem boa parte de seus fundamentos na Sociologia Criminal norte-americana. Isso faz com que estejamos de acordo com Molina:

Se, do ponto de vista científico-teórico, é a Criminologia uma ciência empírica, institucionalmente acha-se instalada na órbita do Direito e das disciplinas jurídicas, dependência orgânica que alcança sua expressão mais evidente nos países outrora socialistas. Pelo contrário, a Criminologia norte-americana se autodefiniu desde o início como subcapítulo da Sociologia, alheio e independente da ciência do Direito (GOMES; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, 2010, p. 162).

Além da independência dos estudos do crime de uma tutela institucional exclusivamente jurídica, do ponto de vista terminológico nunca houve uma Criminologia na tradição do modelo anglo-americano. De forma que a disciplina sempre foi conhecida como *Criminal Sociology*, com as vantagens de ter uma relação direta com os problemas reais da criminalidade, a credibilidade e rigor no método empírico e interdisciplinar, como também a ausência de polêmicas e confrontações entre criminólogos e juristas, próprio do modelo de Criminologia ortodoxo europeu.

A Criminologia em sua definição ampla tem como objeto o estudo de crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social (GOMES; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, 2010). Observando o desenvolvimento da Criminologia, pode-se observar que, em uma ótica evolutiva, as escolas foram se desenvolvendo: primeiro do estudo do crime como um ente abstrato e formal; depois as pesquisas se encaminharam em uma perspectiva etiológica, como descobrir as causas do crime na pessoa do infrator; por fim os estudos sobre a vitimização e as agências de controle social (formais e informais). As próximas seções mostram como a Sociologia do Crime no Brasil se desenvolve seguindo, de certa maneira, as trilhas da *Criminal Sociology* norte-americana e como seu objeto se aproxima, cada vez mais, dos estudos sobre a vitimização urbana e sobre as agências de controle social.

2.2 O Desenvolvimento da Sociologia do Crime no Brasil

Esta subseção apresenta como a influência da abordagem marxista e da *Criminal Sociology* ajudou na constituição de um campo de pesquisa empírica da Sociologia do Crime no Brasil. O desenvolvimento da Sociologia do Crime brasileira se deu concomitantemente ao distanciamento de teorias que criminalizavam determinados biótipos individuais. A disciplina superou dois grandes equívocos da criminologia tradicional, de um lado, as teorias lombrosianas do criminoso atávico; e, de outro lado, as teorias que criminalizavam estratos sociais marginalizados e isolados espacialmente nos grandes centros urbanos.

2.2.1 A Abordagem Marxista e a Luta de Classe como Explicação Sociológica da Criminalidade

O surgimento da Sociologia do Crime de linha marxista no Brasil aponta para uma reação aos princípios da Criminologia ortodoxa europeia de raízes lombrosianas, onde os traços físicos, características morfológicas e fenotípicas, poderiam conferir autêntica autoridade científica na visibilidade dos sujeitos sob os quais se podia efetivar a “natureza” potencial e virtual de futuros delinquentes e criminosos. Os detentores desses traços criminógenos, dado o viés ideológico e metodológico das pesquisas lombrosianas, acabavam por recair sobre as camadas mais pobres da sociedade (GUIMARÃES, 1982).

Trabalho emblemático de uma Sociologia do Crime, que vem apresentar uma crítica à Criminologia ortodoxa é o livro de Alberto Passos Guimarães, *As Classes Perigosas: Banditismo Urbano e Rural*. Neste trabalho, o problema de uma etiologia do crime baseado em uma vertente atávica e biológica do criminoso vai ser desconsiderado por total. Para Guimarães (1982), o problema tem relação com a questão da transição da sociedade brasileira para o capitalismo industrial, sendo sua abordagem predominantemente marxista. O problema das classes perigosas reside no modo capitalista de produção e suas contradições entre capital e trabalho, concentração da propriedade privada dos meios de produção e o aumento da criminalidade nas camadas de baixa renda. A passagem da escravidão para o trabalho livre, no caso brasileiro, deixou uma enorme quantidade de desempregados, uma desocupação em massa e um crescimento brutal do “exército reserva” de trabalhadores “ociosos” e “vadios”. Esse contingente de desocupados

em conjunto com uma concentração demográfica tende a aumentar às ocorrências criminais. A tese geral de Guimarães repousa na ideia de que o rótulo de classes perigosas relacionadas às classes pobres existe em função de abafar as contradições do sistema capitalista e na possibilidade de uma reação legítima do Estado em agir contra um levante generalizado desses pobres despossuídos.

Para Guimarães (1982), existe uma relação direta entre a incidência de maiores taxas de criminalidade e o agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras, em específico, as classes mais pobres (baixa renda e nenhuma renda). Em outras palavras, o banditismo urbano tem fatores determinantes que são de natureza predominantemente econômica. O banditismo aparece como uma forma de comportamento discordante das classes dominadas às regras e os valores das classes dominantes. A questão da criminalidade aparece assim, tanto como um problema de natureza estrutural como, de forma específica, de natureza conjuntural.

Para finalizar, esta subseção termina com uma notificação metodológica sobre a abordagem de Guimarães. Embora a tese de Guimarães, seja um avanço considerável em relação às explicações lombrosianas, seu modelo explicativo acaba por relacionar positivamente a criminalidade com a pobreza. Tal relação deixa esse modelo bastante fragilizado, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, dada a complexidade do fenômeno violência e criminalidade urbana. Este capítulo voltará a debater esses problemas no decorrer da exposição sobre o estabelecimento do objeto da Sociologia do Crime.

2.2.2 A Influência da *Criminal Sociology* na Sociologia do Crime Brasileira

A adoção de um referencial teórico e metodológico baseado na *Criminal Sociology* norte-americana tem marca nos trabalhos de Edmundo Campos Coelho. Isso pode ser observado em uma coletânea de textos organizada por Magda Prates Coelho intitulada de *A Oficina do Diabo e outros Estudos sobre Criminalidade*. Coelho (2005, p. 290) dispara críticas nas “teorias globalizantes” (o que se pode chamar hoje de grandes narrativas) e abstratas, para reclamar um lugar para a pesquisa empírica de médio alcance na produção de conhecimentos nativos sobre o problema da criminalidade. O grande diferencial de Coelho, no tratamento da criminalidade como um problema social empírico, é sua crítica sistemática da tese da associação entre pobreza e criminalidade, para ele “a tese é metodologicamente

frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa” (COELHO, 2005, p. 291).

As pesquisas de médio alcance realizadas por Coelho faziam uso de técnicas estatísticas — com uma boa dose de etnografia de excelente qualidade — que embora tivessem sua principal fonte o Ministério da Justiça, o autor salientava o problema das cifras negras²³ e dos graves vieses que os dados oficiais podem produzir. Segundo Coelho (2005), ao sustentar uma associação positiva entre pobreza e criminalidade pode-se estar afiançando às distorções dos dados oficiais e, conseqüentemente, às perversões das práticas policiais que as engendram, abandonando, dessa forma, uma reflexão crítica dos mecanismos de poder que informam e conformam a formulação das leis penais.

Coelho lança mão das teorias Edwin H. Sutherland (1940) sobre a criminalidade de Colarinho Branco (*White-Collar Criminality*)²⁴ como forma de criticar a associação entre pobreza e criminalidade, como também da abordagem do *labeling approach* (teoria da rotulação ou da reação social). Suas pesquisas trazem uma reflexão extremamente importante, dentro da Sociologia do Crime no Brasil, sobre a criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. O processo de criminalização da marginalidade introduz uma espécie de profecia que se cumpre por si mesma (*self-fulfilling prophecy*).²⁵ Segundo Coelho (2005, p. 286), “não importa muito o que o marginalizado faz ou deixa de fazer, pois, no momento em que ele é estigmatizado como um criminoso em potencial, começam a ser acionados os mecanismos legais (polícia, tribunais, júris e autoridades penitenciárias) que farão com que a profecia se auto-realize” (sic).

²³ A cifra negra é uma expressão usada na criminologia que indica a relação de crimes ocorridos, mas não registrados pelos órgãos oficiais. O conceito remete a um alerta na manipulação de dados oficiais, ele informa sobre a diferença entre o número de crimes praticados e o número de crimes conhecidos pelas autoridades competentes.

²⁴ Segundo Sutherland (1940, p. 02) “(...) O crime é um fato não estreitamente relacionado com a pobreza ou com condições de psicopatia ou sociopatia associadas à pobreza, e que uma explicação adequada do comportamento criminoso deve seguir ao longo de linhas bastante diferentes. As explicações convencionais são inválidas, principalmente porque elas são derivadas de amostras tendenciosas. As amostras são tendenciosas na medida em que elas não incluem vasta área do comportamento criminal das pessoas que não são de classe baixa. Uma dessas áreas negligenciadas é o comportamento criminoso dos homens de negócios e profissionais, que serão analisados neste trabalho”.

²⁵ Conforme Merton (1970, p. 517), “A profecia que se cumpre por si mesma é, inicialmente, uma definição *falsa* da situação que provoca uma nova conduta a qual, por sua vez, converte em *verdadeiro* o conceito originalmente falso”. Por exemplo, surge um boato que determinado banco vai falir, então a maior parte dos clientes sacam seus investimentos, conseqüentemente o banco acaba realmente falindo.

Finalmente, Coelho inaugura e chama atenção para a importância de estudos dentro da Sociologia do Crime voltados para a investigação das origens e evolução das leis penais, como também para as análises da ação das agências oficiais de controle e repressão ao crime como polícia, tribunais, instituições penitenciárias e correccionais. Sem dúvida, Coelho abre uma agenda de pesquisa que é a pedra angular da Sociologia do Crime no Brasil e que tem sido seguida por outros importantes intelectuais como veremos a seguir nas próximas páginas deste capítulo.

2.3 Uma Sociologia da Criminalidade e o Estabelecimento do Objeto da Sociologia do Crime Brasileira

A Sociologia do Crime no Brasil começa sua pesquisa empírica elegendo como seu principal objeto de estudo: o comportamento e a estruturação das agências de controle social (formais e informais) e seus reflexos sobre a criminalidade urbana. Tendência que apresenta traços marcantes oriundos da Teoria da Reação Social.²⁶ Nesta seção comentaremos alguns pontos importantes para o estabelecimento de uma Sociologia do Crime que se estrutura a partir da constituição de um objeto de estudo que busca explicar e compreender o crime e a criminalidade através de investigações sobre a constituição das agências formais e informais de controle social. Exploram-se, aqui, as ideias de dois sociólogos do crime: Antônio Luiz Paixão e Luiz Antônio Machado da Silva.

Temos com Antônio Luiz Paixão a promoção de uma agenda de pesquisa que apresenta uma preocupação em romper o descompasso entre a análise macropolítica e o estudo do crime e das políticas de segurança pública. Isso através da exploração de três temáticas: a criminalidade e a constituição de regimes democráticos; a institucionalização da ordem legal como representação da ordem social; e, a democratização do Estado relacionado à extensão da cidadania das classes populares.

²⁶ “No marco da Sociologia criminal, a teoria da *reação social* ou do *etiquetamento* (*labelling approach*) marca um novo caminho ao substituir as teorias clássicas (etiológicas) da criminalidade pelas chamadas teorias da *criminalização*. Para o *labelling approach*, enfoque que assume os postulados do *modelo conflitual*, não interessam as *causas* do delito, do *desvio primário*, senão os fatores e variáveis que decidem o curso seletivo e discriminatório dos processos de criminalização” (GOMES; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, 2010, p. 193).

Para Paixão, a hipótese da associação positiva entre pobreza e criminalidade, além de seu apelo ideológico, enfrenta graves problemas teóricos e empíricos. De modo que ela não consegue explicar a banalidade do comportamento criminoso que perpassa todos os estratos sociais e que é revelado pelas pesquisas de *self-reported delinquency*²⁷. Assim como Edmundo Coelho, Paixão afirma que a associação positiva entre criminalidade e pobreza é fruto de estatísticas oficiais, que por sua vez são resultados de atividades e decisões práticas de policiais, promotores e juízes que usam a teoria jurídica dominante para interpretar eventos sociais concretos. Conforme Paixão:

Ao aceitar acriticamente as estatísticas oficiais de crimes como medida objetiva do fenômeno, a sociologia deixou de lado o papel da distribuição desigual de poder que contamina a cultura jurídica, a formulação de códigos legais e conforme as práticas socialmente discriminatórias da polícia e dos tribunais, das quais resultam as estatísticas oficiais (PAIXÃO, 1988, p. 172).

Dessa forma, Paixão sugere uma nova reinterpretação da relação pobreza e criminalidade através do resgate do político que está contido na aplicação de regras legais na periferia social. Os instrumentos teóricos e metodológicos derivam de abordagens microsociológicas encontradas no interacionismo simbólico e na etnometodologia.

Em resumo, o que provoca a criminalização das classes marginalizadas (dos pobres e miseráveis) é a sua vulnerabilidade de apreensão e suscetibilidade de vigilância pelas agências públicas de controle social. Não a tese de que haveria um engajamento diferencial da pobreza urbana na criminalidade, como forma de compensar as desigualdades sociais, ou mesmo de organizar uma ação política revolucionária contra o sistema capitalista sustentado pelas classes ricas dominantes.

No caso do trabalho de Luiz Antônio Machado da Silva (2010), dentro da proposta de refletir sobre a condição das “classes perigosas” e sua ligação com a violência, apresenta uma verdadeira virada metodológica com a proposição de estudar a sociabilidade dentro das favelas. Sua proposta é entender como se dá a dinâmica de produção de sociabilidades, dentro de uma dimensão espacial, através

²⁷ A abordagem básica do método de *self-reported delinquency* é perguntar a indivíduos se eles se envolveram em algum comportamento delinquente ou criminoso, e em caso afirmativo, quantas vezes eles se envolveram.

da investigação da natureza e dos efeitos dos mecanismos e dispositivos que constituem a segregação territorial desses espaços. Tal proposta representa um modelo de investigação que vai estudar as relações sociais e as redes que são construídas entre grupos sociais de distintas sociabilidades dentro de um mesmo território, de forma que, as próprias agências de controle social formal (assim como as informais) poderão ser mapeadas em suas ações de ponta, como exemplo específico, veja-se a ação da polícia dentro dessas comunidades e seu papel na construção ou manutenção do que Machado da Silva chama de “sociabilidade violenta”.

Machado da Silva (2010), não chega a admitir que a “sociabilidade violenta” seja um conceito, mas afirma que ela é um “tipo ideal” e que tem uma relevância heurística na especificação de como ocorre uma determinada modalidade de coordenação de práticas sociais. A “sociabilidade violenta” é, portanto, uma “expressão que pretende indicar a violência física é um princípio de coordenação das práticas, e não um simples meio de obtenção de interesses relativos a valores ideais ou materiais”. Parece que, mais do que uma categoria sociológica, importantes são os efeitos da “sociabilidade violenta” que provocam uma erosão na confiança mútua, tanto nas relações sociais dentro das favelas como entre as populações que não moram nessas localidades, gerando, assim, um efeito perverso de confinamento e isolamento territorial para essas localidades.

O autor também retoma o tema das classes perigosas, agora por um novo ângulo menos ideologizado, mais técnico e empírico. O problema do “medo” toma forma através de novos conteúdos, segundo Machado da Silva (2008, p. 14):

O antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, ‘próxima’, personalizada. O medo correspondente não é mais, como antes, de uma revolta popular capaz de abalar a dominação burguesa, nem do contágio da (i) moralidade derivada de uma suporta desorganização familiar tipicamente atribuída aos mais pobres. O medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares prenhes de uma violência descontrolada.

O problema que Machado da Silva coloca, repousa na questão da contiguidade territorial que a população moradora das favelas tem com grupos

armados que produz um isolamento social dado por demarcações espaciais onde o resultado é o de uma população que “emparedada, vive uma vida sob cerco. (...) pela violência criminal e policial que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia (e de trabalho, para muitos) e dificulta o prosseguimento regular das interações nas diferentes localidades” (MACHADO DA SILVA 2008, p. 14-15). Essa situação acaba também por produzir medo e desconfiança das camadas mais abastadas que obriga os moradores das favelas a viverem no cotidiano uma “limpeza simbólica” sempre buscando demonstrar sua condição de pessoa de bem e que não tem ligações com os grupos que se orientam pela sociabilidade violenta.

Por fim, a importância do trabalho de Machado da Silva está relacionada com estudos contemporâneos desenvolvidos no campo da Sociologia Urbana e da *Criminal Sociology*. Seus estudos mostram que o isolamento social, estigmatização, o medo e a desconfiança que têm diminuído a possibilidade de mobilização de recursos institucionais, bem como enfraquecido os laços sociais e as interações sociais baseadas em relações de vizinhanças, obstruído, dessa forma, obstruindo a capacidade dessas populações “encarceradas” territorialmente de orientar suas demandas comunitárias, tanto através de ações coletivas orgânicas, bem como de metas bem determinadas.

No exposto acima, podemos confirmar que a Sociologia do Crime no Brasil tem adotado uma postura teórica e metodológica que segue, de maneira geral, os princípios da Criminologia contemporânea em seus aspectos de ciência empírica e interdisciplinar. Porém quando se refere à questão da adoção de um objeto de pesquisa, a Sociologia do Crime tem caminhado mais pelos passos da *Criminal Sociology*. Sem embargo, grande parte das pesquisas empíricas desenvolvidas desde os anos 80 do século passado até hoje, tem como unidade de análise as agências de controle social sejam elas formais (Polícia, tribunais, etc.) ou informais (vizinhanças, mecanismos de controle sociais vicinais).

A maneira como vem se desenvolvendo a Sociologia do Crime no Brasil permite afirmar que a disciplina vem buscando uma autonomia relativa em seus modelos explicativos, isto é, quando o objeto de estudo se refere ao comportamento social de instituições em relação às taxas de criminalidade, pode-se entender que seu objeto de estudo tende mais para as reflexões propriamente sociológicas do que

jurídicas, psicológicas, ou mesmo, geográficas e ecológicas. Atualmente os modelos ecológicos, herança da Escola de Chicago, tem orientado uma série de pesquisas da Sociologia do Crime no Brasil, segundo Beato Filho et al.:

Esse modelo ecológico de geração do crime busca a compreensão da natureza multifacetada da violência e a identificação dos fatores que influenciam o comportamento do indivíduo aumentando o risco de que ele cometa violência ou de que seja vítima dela. A análise ecológica das distribuições dos delitos criminais em centros urbanos nos conduz a questões de natureza prática e teórica. A questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade têm altas taxas de criminalidade? Muitas pessoas gostam de se referir ao fenômeno da explosão da criminalidade em grandes centros urbanos. Mais correto seria falar de implosão, pois ocorre em áreas específicas, no interior das comunidades, onde vítimas e agressores são originários do mesmo espaço e nele coabitam (BEATO FILHO et al, 2008, p. 690).

Nesse mesmo diapasão, uma referência importante na atualidade de estudos ecológicos ambientais e de oportunidade relacionados à interconexão entre crime, políticas públicas e organizações policiais é o trabalho de Claudio Chaves Beato Filho, *Crime e Cidades* (2012). O autor busca as interconexões entre crime, políticas públicas e organizações policiais em ambientes urbanos, bem como dados e indicadores que podem lançar uma ampla compreensão dessas dimensões de um ponto de vista sistêmico. Segundo Beato Filho:

Diferentes tipos de crimes introduzem uma dinâmica completamente distinta para nossa compreensão, particularmente alguns sentidos consagrados da afinidade entre pobreza e crime. Se já era difícil essa associação nos crimes contra a pessoa devido às variáveis intervenientes, nos delitos contra a propriedade alteram-se radicalmente os modelos de compreensão e explicação. Daí a importância de uma perspectiva ambiental e de oportunidade para lidar com essas dinâmicas (BEATO FILHO, 2012, p. 21).

Beato Filho (2012) sustenta uma teoria macrossocial da criminalidade e violência que envolve questões como as disposições de estruturas de oportunidades para os excluídos, o declínio do capital social, a concentração da pobreza e outros indicadores contextuais. Seguindo a tradição sociológica da Escola de Chicago e dando relevância a fatores de natureza ambiental e situacional, o trabalho de Beato Filho tem, sobretudo, inspirado grande parte das ideias contidas aqui nesta tese.

Por fim, a sociologia do crime tem contribuído bastante no desenvolvimento de políticas públicas de segurança em vários estados no Brasil, bem como com o desenvolvimento de técnicas de pesquisas empíricas ancoradas em práticas sociais concretas. Esse fato vem contribuindo para o aprimoramento da explicação sociológica de fenômenos sociais complexos como a criminalidade e outras formas de desvios sociais. Como diz Beato Filho (2012, p. 26), “explicação e intervenção são temas estritamente vinculados em segurança pública”.

3 OS EFEITOS DA VIZINHANÇA E A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA NA SOCIOLOGIA DO CRIME BRASILEIRA

Os trabalhos sobre a criminalidade urbana, no Brasil, tomando como referência a TDS da Escola de Chicago de sociologia urbana desde o aparecimento de pesquisas sobre criminalidade no Brasil, como visto acima, têm pouca influência das tendências teóricas norte-americanas. Talvez, as universidades brasileiras — por uma questão ideológica e por manterem-se em uma tradição de pesquisa predominantemente qualitativa — elas têm feito uma discussão muito limitada, em termos de números de trabalhos apresentados, sobre a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas sociais tomando como referência alguns parâmetros da TDS e seus derivados de uma **Hard Science**. Quando se trata de discutir a importância de uma sociologia contextual, ou melhor, uma sociologia dos efeitos da vizinhança sobre as taxas de criminalidade urbana, os debates têm sido reduzidos, o mesmo acontece em grande parte dos congressos internacionais realizados em território brasileiro.

Não é possível que tal ausência se deva ao fato de que a importação de teorias sociais além-mar não se adequam aos padrões culturais das relações sociais de terras tupiniquins. Fosse assim, o que seria da Escola de Frankfurt ou mesmo das ideias de Pierre Bourdieu que fazem tanto sucesso, até mesmo no sertão nordestino! Talvez, realmente a carência de estudos na área se deva a uma rejeição político ideológica da sociologia americana pela inteligência brasileira lotada no eixo Rio-São Paulo com suas redes de influência nos outros centros de pesquisa brasileiros. Esta seção apresenta uma sociologia do crime à moda brasileira que se aventura na importação de modelos teóricos e conceitos norte-americanos valorizando a longa tradição de pesquisas empíricas da Escola de Chicago na investigação do problema da criminalidade urbanas através de mecanismos e processos sociais vicinais que podem explicar e melhor compreender fenômenos tão complexos das sociedades contemporâneas.

Quando se trata de teorização e pesquisas sobre a sociologia americana e mesmo da TDS temos um centro de pesquisas no Brasil que representa, provavelmente, mais de 80 por cento da produção acadêmica sobre o problema da criminalidade urbana considerando, em parte de seus estudos, os *insights* da Escola

de Chicago de sociologia urbana. Localizado no estado de Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) através do Departamento de Sociologia e Antropologia, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) vem desenvolvendo desde a década de 90, do século passado, pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre criminalidade e segurança pública. Os autores apresentados nesta seção são, em sua maioria, oriundos deste centro de pesquisa da UFMG.

Sobre a coordenação geral de Cláudio Beato Filho, o CRISP é responsável direta e indiretamente pelos trabalhos comentados aqui nesta seção. Quando esta tese foi iniciada na pesquisa temática no ano de 2008, encontrou-se um vazio de trabalhos publicados no Brasil sobre o tema do capital social relacionados com a eficácia coletiva e a criminalidade. As únicas referências encontradas, que inspiraram o andamento da pesquisa empírica inicialmente intencionada, foram as publicações de Cláudio Beato Filho (2000, 2004, 2008) sobre os determinantes da criminalidade em Minas Gerais, estudos sobre vitimização associados à teoria das oportunidades e uma defesa por estratégias de policiamento baseada em **hot spots**. Os artigos traziam reflexões sobre as abordagens teóricas da Escola de Chicago e, principalmente, da ecologia urbana como um dos elementos relacionados à distribuição espacial de determinados tipos de crime, além de citações dos textos de Shaw e McKay, Robert Bursik, Robert Sampson e seus colegas, e outros.

Entre os textos de Beato Filho, encontramos algumas coautorias de trabalhos na área da ecologia do crime. Um coautor que chamou nossa atenção, depois da leitura dos clássicos citados acima, foi o sociólogo Bráulio Figueiredo Alves da Silva com sua dissertação de mestrado (orientada por Beato Filho) sobre o teste da TEC de Sampson (1997). Depois de uma leitura árdua do texto de Sampson sobre o papel da eficácia coletiva e a importância do controle social informal através de uma combinação de coesão social e confiança, e o uso da modelagem multinível que era nossa desconhecida, encontra-se na dissertação de Silva um detalhamento e adequação da aplicação do modelo à realidade brasileira que ajuda bastante no empreendimento intelectual de associar a ARS (capital social) com pesquisas sobre criminalidade urbana à moda de *Chicago School*. Encontra-se, em uma publicação de Silva (2006) na revista *Social Forces* em coautoria com Andres Villarreal sobre coesão social, vitimização e risco percebido de crimes em vizinhanças brasileiras.

Com essa publicação pode abrir para pesquisadores a possibilidade da possibilidade factível de se replicar semelhante pesquisa em uma tese de doutoramento, ou mesmo em um estudo parecido na cidade do Recife, em Pernambuco.

Esta seção comenta o trabalho de Villarreal e Silva à luz de algumas proposições lançadas aqui nesta tese sobre redes sociais, capital social e eficácia coletiva. Ainda neste diapasão, algumas considerações são feitas sobre o trabalho conjunto de Prates, Carvalheas e Silva (2007) sobre capital social e redes sociais. Entretanto, é preciso lembrar que existe, além do trabalho de Beato Filho e Silva sobre a TDS, aqui no Brasil duas outras referências, que vão ser comentadas com mais brevidade, o artigo das pesquisadoras Alba Zaluar e Ana Paula Alves Ribeiro (2009). Finalizando, *last but not least*, com um breve comentário sobre a tese de doutoramento de Wilson José Antônio da Cruz (2010) sobre os “entraves” para o surgimento da eficácia coletiva que tem uma contribuição de relevo para os estudos sobre os efeitos da vizinhança e eficácia coletiva.

3.1 Coesão Social, vitimização criminal e percepção do risco de Crime em vizinhanças brasileiras

O título desta subseção é justamente o título do artigo que é apresentado, comentado sobre o estudo dos autores Villarreal e Silva. Depois de ler a tese de mestrado de Silva, tem-se a impressão de que o artigo é resultado de sua pesquisa de pós-graduação com uma sofisticação metodológica maior em função de sua parceria com o pesquisador Villarreal. Vale salientar que o artigo mereceu uma citação no livro de Sampson (2012) sobre os efeitos da vizinhança, como um estudo do teste da TEC fora do contexto norte-americano e europeu.

Mas, o que está em pauta aqui é quais são os aprimoramentos, as adaptações e os resultados da aplicação da pesquisa orientada por *insight* da TDS realizada em contexto brasileiro. Uma diferença fundamental para o teste da teoria da desorganização no Brasil diz respeito aos tipos de laços sociais preponderantes nas comunidades (favelas) com altas taxas de criminalidade, os laços sociais presentes são laços fortes. Informação que, por si, já estabelece um problema de aplicabilidade da TDS, pelo fato de que a tese central desta teoria é que o baixo *status* socioeconômico enfraquece a participação cívica e enfraquece os laços sociais entre os residentes, produzindo assim a desorganização social comunitária

pela perda de coesão social entre os vizinhos. Como, então, laços fortes permitem a existência de altas taxas de criminalidade em comunidades urbanas? Entretanto, os autores contornam esse problema e apresentam outra proposta da TDS sobre a questão da desordem física e social como indicadores de criminalidade conforme a teoria das “janelas quebradas” (KELLING; COLE 1996; WILSON; KELLING 1982), segundo eles:

Neste artigo vamos testar a teoria da desorganização social no contexto do Brasil urbano. Vamos examinar o efeito que as características da vizinhança como a pobreza e a estabilidade residencial têm sobre a coesão social e o efeito que a coesão social da vizinhança, por sua vez, tem sobre as taxas de criminalidade da vizinhança. Consideramos também uma explicação alternativa para o crime de bairro que se concentra na desordem social e física. De acordo com esta perspectiva, sinais de distúrbio, tais como edifícios abandonados, lixo e música alta encorajam comportamento criminoso, dando impressão a potenciais infratores que a vizinhança está desprotegida²⁸ (VILLARREAL; SILVA, 2006, p. 1726).

Os autores deixam claro que seu problema principal de pesquisa está na relação entre as características demográficas vicinais que afetam a coesão social nestas vizinhanças e sua relação com as taxas de crimes. Em um plano secundário os autores buscam estabelecer uma relação entre as características demográficas vicinais e às percepções subjetivas do risco de vitimização dos residentes. Enquanto nos Estados Unidos o medo do crime está fracamente associado com as taxas de crimes vicinais, aqui no Brasil a relação se dá de maneira inversa. Para Villarreal e Silva (2006, p. 1726),

Maior coesão social, portanto, pode realmente levar a uma maior percepção do risco, facilitando a disseminação de informações, mesmo quando essa possa contribuir para uma redução da criminalidade. Assim, os residentes em vizinhanças desfavorecidos em cidades latino-americanas, caracterizadas por uma densa rede de laços sociais podem perceber um maior risco de crime do que o indicado pelas taxas de vitimização real²⁹.

²⁸ In this article we test social disorganization theory in the context of urban Brazil. We examine the effect that neighbourhood characteristics such as poverty and residential stability have on social cohesion, and the effect that neighborhood social cohesion in turn has on neighborhood crime rates. We also consider an alternative explanation for neighborhood crime that focuses on social and physical disorder. According to this perspective, signs of disorder such as abandoned buildings, litter and loud music encourage criminal behavior by giving potential offenders the impression that a neighborhood is unguarded.

²⁹ Greater social cohesion may therefore actually lead to a greater perception of risk by facilitating the

O mecanismo que explica tal relação é à transmissão de informação via fechamentos reticulares favorecidos pelo alto índice de coesão social e de experiências diretas e indiretas sobre o risco relativo de vitimização. Embora Villarreal e Silva cheguem a essa conclusão, eles não demonstram a dinâmica das redes sociais e dos laços sociais como mecanismos mediadores da produção desse tipo de resultado. Os autores apontam o modelo sistêmico de Kasarda and Janowitz (1974) que defende a mediação das características vicinais por laços informais como relações de amizade e parentesco e os laços formais como participação de vizinhos em organizações vicinais como mecanismos de fortalecimento da confiança e, portanto da organização vicinal contra o crime e delinquência. Citam Bursik e Grasmick (1993), Sampson e Groves 1989, mas esses autores nestas obras estão ainda longe de relacionar este paradoxo ao papel dos laços fracos e dos laços fortes vinculados aos mecanismos reticulares propostos por Ronald Burt (1992; 2007): as fontes de capital social como os vazios estruturais e os fechamentos reticulares. A surpresa de Villarreal e Silva pelo paradoxo é assumida na assertiva de que

Na prática, a relação entre pobreza e os laços sociais vicinais é pouco clara. Enquanto alguns estudos encontram uma relação negativa entre a desvantagem vicinal e a densidade dos laços sociais, outros acham o contrário³⁰ (Villarreal; Silva, 2006, p.1727).

Sem dúvida, da maneira que os estudos sobre vizinhanças eram desenvolvidos na época, dentro da TDS, não havia como desatar esse nó. Somente com o uso de dados relacionais no nível de redes totais e/ou redes egocentradas (MARSDEN, 1990; BORGATTI, JONES, EVERETT, 1998; LIN, 1999) é possível resolver o problema do paradoxo da atuação dos laços sociais em organizações. Sem um desenho de pesquisa multinível associados ao desenho de pesquisa reticular para localizar possíveis buracos estruturais (BURT, 1992) dentro das vizinhanças ou entre as vizinhanças, é muito difícil identificar a centralidade global e local de algumas lideranças, bem como a existência de cliques e padrões de equivalência estrutural (FREEMAN, 2004) que podem qualificar melhor a atuação dos laços sociais como mecanismos mediadores dos efeitos da vizinhança e as

spread of information even while it may contribute to a reduction in crime. Thus, residents in disadvantaged neighborhoods in Latin American cities characterized by a dense network of social ties may perceive a greater risk of crime than indicated by actual victimization rates.

³⁰ "In practice, the relation between poverty and neighborhood social ties is far from clear. While some studies find a negative relation between neighborhood disadvantage and the density of social ties, others find the contrary".

taxas de criminalidade, efeitos da vizinhança e percepção e risco de vitimização. Nem mesmo os modelos de utilidade esperada, isoladamente, não permitem uma compreensão adequada desses mecanismos e processos vicinais. Embora o conceito de eficácia coletiva possa ser operacionalizado de acordo com pressupostos a ARS, não é nos textos de Sampson da época que essa proposta fica clara.

O artigo de Villarreal e Silva é uma publicação pioneira sobre a aplicação da teoria da desorganização na realidade brasileira e, sem dúvida, é um vetor de orientação metodológica para a replicação de pesquisas sobre os efeitos da vizinhança e eficácia coletiva na explicação da criminalidade local. Sendo ainda uma forte contribuição para os estudos sobre os efeitos da vizinhança, vitimização percebida e vitimização real. Tanto a abordagem teórica, como a metodológica, bem como a riqueza de técnicas estatísticas avançadas através do uso de modelagem multinível apresenta um nível de detalhes de grande força pedagógica. São de uma clareza e profundidade que não fica a dever nem aos estudos clássicos desenvolvidos nos Estados Unidos sobre o problema investigados nesta tese.

Destarte, a possibilidade de aplicação do conceito de redes sociais e capital social se não foi do interesse e objetivo de Villarreal e Silva (2006) no trabalho discutido acima, tem-se um ano depois, uma publicação bastante interessante sobre o papel dos laços sociais, do capital social e da eficácia coletiva (quase o título desta tese!). Como coautor do texto, “Capital Social e Redes Sociais: Conceitos Redundantes ou Complementares?”, Bráulio Silva junto com Antônio Prates e Flávio Carvalhaes (2007), discutem o conceito de capital social como um instrumento de interpretação de como uma comunidade pode se articular e, por exemplo, aumentar a capacidade de controlar riscos de segurança em seu interior.

Considerando os comentários que foram feitos acima sobre o texto de Villarreal e Silva (2006), até parece que as reflexões colocadas pelos autores, levaram Silva a um empreendimento sobre a possibilidade de compreender melhor como se pode resolver o problema do paradoxo dos laços sociais apresentado anteriormente. O fato é que o texto de Prates, Carvalhaes e Silva abrem um campo importante de reflexão, eles tomaram como referência o conceito de redes sociais apresentado por Granovetter (1973) e Burt (1992) autores que fazem referências ao

papel dos laços fracos e dos buracos estruturais na produção de capital social que pode viabilizar ações coletivas que associados à eficácia coletiva explicam alterações nas taxas de crimes locais.

Entretanto, apesar dos autores sinalizarem a importância das redes sociais e do capital social como termos não redundantes e que se complementam na explicação de diferentes taxas de crimes vicinais, ainda falta uma teorização e demonstrações de alguns mecanismos reticulares que operam dentro e entre vizinhanças urbanas. Neste artigo, os autores reconhecem a limitação do estudo desenvolvido por Silva (2004) com a TDS em regiões pobres da cidade de Belo Horizonte sobre a associação entre coesão social, criminalidade e percepção de desorganização social. Eles não citam o trabalho de Villarreal e Silva (2006) que padece da mesma limitação, como apontado acima. Conforme os autores, citando o trabalho de Silva (2004):

De acordo com o autor, esses “achados” devem-se ao nível de pobreza dessas comunidades e à ausência do Estado no interior delas. Embora tal argumento seja consistente com a do presente trabalho, o autor não mediu o grau de integração, disponibilidade de laços fracos, entre aquelas comunidades e o que denominamos de seu entorno político-institucional. Talvez esta variável seja a que melhor poderia explicar o paradoxo aparente entre alta coesão e alta percepção de desorganização social (Prates; Carvalhaes; Silva, 2007, p. 52).

Não há necessidade de dizer que tal afirmação está em consonância com esta tese. Todavia, existe um problema na formulação dos autores sobre a relação entre capital social e redes sociais como determinantes da eficácia coletiva. Apesar de, na contra argumentação da citação acima, citar-se um trabalho futuro de Sampson, nota-se que a observação tem uma razão de ser. Pode-se argumentar que não existe uma determinação da eficácia coletiva pela presença de capital social e redes sociais. O próprio Sampson (2009, p. 1582) alerta que, “distinguir entre os recursos potenciais representados por laços reticulares pessoais, de um lado, e expectativa compartilhada entre vizinhos para engajamento no controle social representado pela eficácia coletiva, de outro lado, ajudam a clarificar a disputa sobre capital social vicinal” e eficácia coletiva na explicação do controle social local. Sampson conclui que as redes sociais afetam o capital social, na medida em que criam também condições sob às quais surge a eficácia coletiva. Contudo, os laços

de redes e o capital social, por si somente, são insuficientes para o exercício do controle social.

Na verdade, a despeito do próprio conceito de eficácia coletiva e capital social implicarem em coesão social que, por sua vez, implica em relações sociais por meios de laços sociais, nem todas as redes e laços sociais produzem capital social capaz de favorecer o que Sampson chama de “*willingness to intervene*” ou “*expectation for social control*”. Basta tomar como exemplo o alerta sobre às limitações do conceito de capital social de Alexandro Portes,

Laços sociais podem trazer maior controle sobre o comportamento rebelde e fornecer acesso privilegiado para recursos; eles também podem restringir as liberdades individuais e impedir os outsiders de obterem acesso aos mesmos recursos através de preferências particularistas. [...]

Como um rótulo para os efeitos positivos da sociabilidade, o capital social tem, na minha opinião, um lugar na teoria e na pesquisa desde que suas diferentes fontes e efeitos sejam reconhecidos e suas desvantagens sejam examinadas com atenção igual³¹ (PORTES, 1998, p. 62).

A eficácia coletiva é um construto teórico que está relacionado à produção de controle social vicinal com o objetivo de combate ao crime. O crime pode até ser funcional e útil, mas é crime. Portanto, eficácia coletiva é a associação conjunta de coesão social e predisposição ou expectativa de controle social da criminalidade local. Além dessa observação, o artigo carece de uma teorização mínima sobre as técnicas reticulares de mensuração dos laços sociais e suas dimensões. Não se sabe se foi um estudo de redes sociocentradas ou egocentradas. Apesar de ser um trabalho de uma densidade técnica estatística cuidadosa, existe um problema de natureza teórica que se pode chamar de **validade discriminante** e o **papel da teoria** em relação à aplicação do conceito de **eficácia coletiva** nos estudos sobre os efeitos da vizinhança. O problema pode ocorrer no momento quando o pesquisador parte para a análise de dados, pois determinados indicadores de processos sociais podem sobrepor-se uns aos outros gerando colinearidades entre

³¹ Social ties can bring about greater control over wayward behaviour and provide privileged access to resources; they can also restrict individual freedoms and bar outsiders from gaining access to the same resources through particularistic preferences. [...]

As a label for the positive effects of sociability, social capital has, in my view, a place in theory and research provided that its different sources and effects are recognized and that their downsides are examined with equal attention.

eles. Somente através de uma teoria robusta é possível criar uma validade discriminante que ajudará o pesquisador a estabelecer associações e/ou relações de causa e efeito entre tais indicadores com confiabilidade.

Concluindo, o trabalho de Prates, Carvalhaes e Silva (2007) contém um aporte importante no reconhecimento da importância de se pensar a aplicação dos efeitos da vizinhança associados à ARS como proposta de melhoramento para a tradição da teoria ecológica da criminalidade como um todo, bem como da TDS.

3.2 A Teoria da Eficácia Coletiva e a Violência: o paradoxo do subúrbio carioca

Um dos poucos artigos publicados no Brasil que faz uma discussão crítica da associação entre capital social, eficácia coletiva e taxas de crimes, baseado em dados empírico, é o trabalho de Alba Zaluar e Ana Paula Alves Ribeiro (2009). Esse trabalho é apresentado aqui, nesta subseção, em linhas gerais, com o propósito de abrir uma pequena discussão sobre o objetivo, as hipóteses e os resultados alcançados pelas autoras. O objetivo desta subseção é apontar até que ponto as autoras apresentam com fidelidade os conceitos, os métodos e as técnicas da perspectiva sociológica criticada por elas, ou mesmo, se a crítica é meramente exógena ao esquema teórico da TEC.

O objetivo das autoras está centrado em entender o paradoxo da cidade do Rio de Janeiro que, segundo elas, é um exemplo de negação das teorias que tem pretensões de explicar taxas de crimes através de indicadores de capital social e eficácia coletiva, baseados na maior sociabilidade e na confiança entre vizinhos (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 185). Zaluar e Ribeiro (2009, p. 175) começam com a seguinte pergunta: “Qual a importância da sociabilidade em vizinhanças ou comunidades para explicar os níveis de violência diferenciados espacialmente hoje observados em várias cidades?” A questão da sociabilidade traduz-se em redes sociais, ou melhor, na capacidade de determinados atores em construir redes sociais com outros atores dentro de um dado espaço de convivência ou mesmo além desse espaço, de forma que a ideia de laços sociais ocupa um lugar central neste tipo de assunto.

Para dar conta da construção desses laços sociais as autoras focalizam a prioridade em trabalhar indicadores de confiança e da capacidade vicinal em intervir

e se organizar localmente. Um ponto importante no artigo das autoras é a defesa por uma sociologia do contexto acentuando a importância da localidade, mesmo admitindo que nem todas as redes estão ancoradas no território circunscrito pela moradia. Tal defesa corrobora com o que, aqui nesta tese, representa o ponto de partida para a construção de uma sociologia reticular do crime.

Para focar o problema da localidade, as autoras lançam mão dos conceitos de Hunter (1985) sobre as ordens sociais privada, paroquial e pública, pois é uma maneira de estratificar os estudos sobre os efeitos da vizinhança com vistas em não reduzir a localidade a processos sociais internos e monásticos. Embora as autoras não citem, esta estratégia foi usada por Bursik e Grasmick (1993) com intento de aprimorar a abordagem clássica da TDS através de um aporte sistêmico comunitário apontando os processos sociais de sociabilidade dentro da vizinhança, entre vizinhanças e a esfera pública como um todo. Mas o que traz, especificamente, o texto de Zaluar e Ribeiro (2009) para compor uma parte da discussão teórica desta tese são seus questionamentos sobre o papel dos conceitos de capital social e de eficácia coletiva associados à criminalidade violenta:

[...] vários autores propuseram o conceito de capital social que englobaria, às vezes de forma não muito clara, outros conceitos tais como comunidade; redes de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade; relações de cooperação e respeito. Esses conceitos, apresentados pela primeira vez ao final do século XIX e recuperados ao final do século XX, ganharam novos contornos nos dias atuais e levantaram novas questões, principalmente aquelas relativas à sua mensuração para explicar fenômenos como o crescimento desigual da criminalidade violenta em várias partes do mundo, sintetizados na idéia de capital social e, mais recentemente, de eficácia coletiva (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 177).

As autoras defendem um conceito de capital social baseado no conceito de capital social de Putnam (2006), associando-o à cultura cívica de uma comunidade. Apesar de não fazerem referência ao artigo de Portes (1988), Zaluar e Ribeiro lembram a ideia de que o capital social pode ser negativo ou positivo, tomando como referência a produção de cultura cívica e o bem comum ou bem público. Entretanto, diferente de Portes (1988), Zaluar e Ribeiro (2009, p. 178) defendem que os padrões de sociabilidade que não apresentam relação com a produção de cultura cívica não podem ser considerados capital social.

Sem embargo, pode-se considerar a afirmação das autoras, sobre o conceito de capital social, discutível e logicamente inconsistente de acordo com os argumentos do próprio texto escrito por elas:

Esclarecendo o aglomerado de conceitos, a sociabilidade — entendida como a interação pela interação sem finalidades — e a confiança entre pessoas que habitam o mesmo local trazem efeitos não esperados para os que delas participam, tais como mais diversão, mais bem-estar, melhor saúde. O capital social, por sua vez, tem finalidades pragmáticas, na medida em que pode ser usado para alcançar objetivos individuais, tais como emprego, vaga em hospital público, vigilância sobre sua casa e seus filhos na vizinhança ou conquista de bens políticos e simbólicos. Faz parte do que também se denomina lógica instrumental, porque baseada em cálculo, articulada à lógica da reciprocidade ou da dádiva. Quando os objetivos são coletivos, a confiança adquirida na sociabilidade precisa da capacidade de mobilização e organização dentro da rede, o que integra ainda mais o cálculo à reciprocidade. Ou seja, a sociabilidade é o substrato a partir do qual se constitui ou não o capital social (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 177-178).

Considerando que Zaluar e Ribeiro (2009) definem o capital social como resultado de um tipo de sociabilidade com finalidades pragmáticas e instrumentais, na medida em que o capital social pode ser usado para alcançar objetivos individuais. Como, então, os padrões de sociabilidade (redes sociais) das milícias, gangues e das máfias não podem ser considerados um tipo de capital social? Em um momento as autoras afirmam que capital social está associado ao ganho individual (cálculo racional) e em outro, ao ganho coletivo (reciprocidade e dádiva). Realmente o posicionamento das autoras, sobre o conceito de capital social, é bastante confuso quando se trata de diferenciar se o capital social é instrumental ou não instrumental.

Sem dúvida, na ARS o capital social é relacionado com as sociabilidades desenvolvidas dentro de organizações sociais como um todo. De forma que, as máfias e gangues também produzem capital social, portanto devem ser levadas em consideração na análise dos processos sociais vicinais como produtores da criminalidade urbana. De acordo com Elisabete Ferrarezi, baseada no Policy Research Initiative - PRI “*Social Capital Workshop: concepts, measurement and policy implications*” realizado no Canadá em 2003, a autora argumenta:

O trabalho seminal de Putnam, *Making The Democracy Work* (1993), inspirado pelo conceito de Coleman, foi alvo de críticas por ser etnocêntrico, pela ênfase dada à dependência à trajetória, por não ter demonstrado empiricamente que a vida associativa cria altos níveis de confiança generalizada e pelo fato de o autor não ter reconhecido o lado negativo do capital social. Também foi acusado de perder rigor metodológico na conceituação do capital social como macrofenômeno, com ênfase nos grandes agregados, separado do nível micro, o contexto dos indivíduos e suas redes (FERRAREZI, 2003, p. 12)

O conceito de eficácia coletiva é também problematizado por Zaluar e Ribeiro. Contudo, o desenvolvimento do conceito de eficácia coletiva das autoras, conforme nossa leitura, não apresenta uma consistência teórica bem definida bem como o conceito de capital social, quando relacionado ao de eficácia coletiva na perspectiva proposta por Robert Sampson e seus colegas. Para as autoras:

Seria esta eficácia, ou seja, a capacidade diferencial que as vizinhanças demonstram em realizar os valores comuns dos moradores e em manter controles sociais efetivos sobre as pessoas em socialização, a maior fonte de variação vicinal em violência (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 180),

Primeiro, a eficácia coletiva não se resume em manter o controle social sobre pessoas em socialização. A definição de Sampson e seus colegas é mais geral. Segundo os autores, “eficácia coletiva, definida como coesão social entre vizinhos combinada com sua predisposição para intervir em prol do bem comum, está ligada a redução de violência” (collective efficacy, defined as social cohesion among neighbors combined with their willingness to intervene on behalf of the common good, is linked to reduced violence) (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918). Apesar de Sampson e seus colegas apresentarem indicadores de eficácia coletivas ligados ao controle social por parte de adultos e de adolescentes da vizinhança, esse indicador faz parte apenas de um dos indicadores do controle social informal. Existem outros indicadores de controle social formal que compõe o índice de eficácia coletiva e por essa razão a definição de Zaluar e Ribeiro é reducionista.

Um problema de revisão teórica do artigo de Zaluar e Ribeiro (2009) é a de que a avaliação das autoras, apesar de se limitar a dois artigos de Sampson e seus colegas, um publicado em 1997 *Neighbourhoods and Violent Crime: a Multilevel*

Study of Collective Efficacy, e outro em 2002 *Assessing Neighborhood Effects: Social Processes and New Directions in Research*, elas acabam por generalizar o conceito de eficácia coletiva sem levar em consideração o desenvolvimento do conceito em outros artigos. Na época da publicação do artigo das autoras em 2009, todas as críticas endógenas desenvolvidas por elas já haviam sido consideradas, em outros textos entre 2002 e 2009, pelos próprios autores. Mesmo no artigo de 2002 citado acima, questões teóricas e metodológicas colocadas por Zaluar e Ribeiro sobre a operacionalização de indicadores de capital social e eficácia coletiva, por exemplo, questões como as dificuldades e as falhas empíricas na delimitação de uma vizinhança e na operacionalização da eficácia coletiva, já haviam sido consideradas, tornando os comentários das autoras redundantes.

O vazio que fica entre os artigos sobre eficácia coletiva entre 1997 até 2002, e de 2002 até a publicação do artigo “*Teoria da eficácia coletiva e violência*” de Zaluar e Ribeiro (2009) deixa problemas sérios nas argumentações feitas pelas autoras no que tange o conceito de eficácia coletiva e sua relação com taxas de crimes local. Robert Sampson em um artigo de título *Networks and Neighbourhoods the Implications of Connectivity for Thinking about Crime in the Modern City*, publicado em 2004, já apresentava a importância dos laços fracos dentro das novas tendências da TDS. Conforme o autor, “a despeito do atrativo popular do capital social, existem boas razões para questionar a translação dos laços fortes em baixas taxas de crimes” (*dispite the popular appeal of social capital, there are good reasons to question the translation of strong ties into low crime rates*) (SAMPSON, 2004, p. 159). Para Sampson (2004), a densidade das redes sociais é apenas uma característica vicinal que pode contribuir para ações sociais efetivas. Dessa forma, o paradoxo do subúrbio carioca sustentado por Zaluar e Ribeiro (2009), é apenas uma dimensão reduzida da ideia de capital social e eficácia coletiva desenvolvida por Sampson e seus colegas.

Por fim, o estudo comparativo feito por Zaluar e Ribeiro (2009), nada tem a ver do ponto de vista da aplicação de técnicas multinível com o estudo desenvolvido por Sampson e seus colegas em 1997. De maneira que não é possível a comparação dos resultados encontrados pelas autoras com aqueles encontrados por Sampson e seus colegas. Apesar da fraqueza teórico-metodológica do artigo de Zaluar e Ribeiro e da definição reducionista dos conceitos de capital social e eficácia

coletiva, elas trazem uma contribuição importante para uma reflexão sobre a possibilidade de aplicação de determinados indicadores de eficácia coletiva na realidade brasileira.

3.3 Os “Entraves” Para O Surgimento Da Eficácia Coletiva

Esta seção comenta a tese de Wilson José Antônio da Cruz orientada pelo Professor Cláudio Chaves Beato Filho. A tese de Cruz (2010) representa outra tentativa de teste do conceito de eficácia coletiva de Robert Sampson em território brasileiro com a peculiaridade de um estudo sobre gangues em aglomerados na capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, em uma localidade conhecida como Aglomerado da Serra. Embora seu estudo tenha articulado a TEC e teorias sobre gangues em um modelo sistêmico único, segundo Cruz (2010), “[...] nos valeremos não só do modelo sistêmico, mas também da abordagem da subcultura representado principalmente por Cohen (1955), Miller (1958), Cloward e Ohlin(1960)” (CRUZ, 2010, p. 14). Esta seção limita-se aos aspectos teóricos e aos resultados empíricos da relação entre o capital social e a eficácia coletiva nas “comunidades” estudadas conforme o recorte analítico desta tese.

Com uma amostra de 130 pessoas escolhidas aleatoriamente de um espaço urbano de Belo Horizonte com altas taxas de criminalidade, em especial, o crime contra a pessoa, Cruz (2010) analisa um conjunto de favelas em Belo Horizonte cuja peculiaridade é a coexistência de altas taxas de crimes contra a pessoa e alto grau de coesão social entre os moradores. O autor levanta a seguinte questão:

Por que as comunidades do Aglomerado da Serra são coesas para reivindicar bens e serviços públicos, mas não são capazes de, a partir dessa coesão, implementarem uma meta coletiva de se verem livres das atividades das gangues? Por que a coesão não se transforma em controle social efetivo dos comportamentos dos jovens? (CRUZ, 2010 p. 12)

A partir desse questionamento, a intenção do autor é discutir a relação entre o contexto social e os comportamentos de membros de gangues nas localidades escolhidas para mostrar que além dos comportamentos criminosos estarem relacionados com o tipo de estrutura comunitária; os tipos de redes de relacionamento, desenvolvidos entre moradores e membros de gangues, podem neutralizar ou dificultar a produção da eficácia coletiva dentro das vizinhanças ou

comunidades. O conceito de capital social utilizado por Cruz (2010) é baseado na definição de Putnam (1996) já debatido nesta tese. O autor destaca o aspecto dos laços sociais baseados em normas de confiança mútua e sua relação com a produção de expectativas de ação dentro das comunidades. Cruz (2010) combina dois tipos de levantamentos e análises de dados para responder sua pergunta, conforme ele:

Aqui tentamos perceber se há “descompasso” entre a coesão social e eficácia coletiva em uma das vilas do aglomerado para, no capítulo oito, tentar discutir o que poderia explicar esse descompasso. Para tanto, nos valem de dados qualitativos, coletados por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas com moradores de todas as vilas do aglomerado. Por meio dessas entrevistas, tentamos “detectar” os “formatos” das interações desenvolvidas entre moradores e membros das gangues e até que ponto tais interações são influenciadas pelos “emaranhados” de relações de parentesco e amizades entre ambos (CRUZ, 2010, p. 15)

Cruz (2010. p. 48) usa a diferença entre laços fracos e laços fortes proposta por Granovetter (1983) que argumenta a ideia segundo a qual os “indivíduos com poucos laços fracos ficarão desprovidos de informações do sistema social e estarão confinados às notícias provincianas e às visões de seus amigos próximos”. O autor reconhece a força dos laços fracos como catalizadores de pontes entre grupos e organizações. Esta situação termina gerando vantagens comparativas para os indivíduos, para os grupos e as organizações aos quais esses intermediadores pertencem. Sem os laços fracos, as comunidades podem se apresentar fragmentadas em facções que se estruturam como vários focos de laços fortes sem possibilidades de produzir lideranças capazes de se organizarem em torno de um bem comum para toda comunidade. Dessa forma, os fluxos de informações e recursos ficam impedidos de circularem dentro da comunidade por falta de dutos reticulares como os laços fracos. Para esta situação Cruz (2010) observa que:

Fica claro que o problema da confiança está aí intimamente relacionado. A confiança que alguém tem em determinado líder depende da existência de um contato pessoal intermediário que possa atestar a confiabilidade do líder e que pode, se necessário, interceder com o líder ou com o seu governo em nome do liderado. Confiar no líder está integralmente relacionado à capacidade de prever e afetar o seu comportamento. Os líderes, por sua vez, têm pouca motivação para se responsabilizarem ou se mostrarem confiáveis para alguém com quem não têm contato ou conexões

indiretas. Então, uma rede fragmentada reduz drasticamente o número de potenciais seguidores, o que pode diminuir a possibilidade de uma ação coletiva “ecoar” para além dos “muros da rede de laços fortes” (CRUZ, 2010, p.50).

O autor aponta para uma questão importante no aprimoramento da TDS sobre o poder dos laços fracos na produção de pontes de intermediação entre as lideranças das vizinhanças que podem fortalecer os próprios laços fortes já existentes dentro das vizinhanças com a coalisão entre as lideranças vicinais, e a geração de novas informações e recursos oriundos dessas redes sociais. Outro passo importante que Cruz dá em sua tese, inclusive uma ideia que se defende aqui nesta tese, reside na possibilidade de verificação de como os laços fortes e os laços fracos operam dentro das ordens sociais descritas por Hunter (1985). Conforme Cruz:

[...] laços sociais podem não produzir o efeito de controle social por pelo menos três motivos: a) as redes podem ser personalistas e de natureza extremamente paroquial, b) a densidade que promove a coesão social às vezes impede os esforços de livrar o bairro das organizações criminosas, visto que essa coesão pode ser característica das organizações criminosas. Portanto, argumenta Sampson, devemos perguntar é “o que está sendo conectado”, visto que redes não são igualitárias e pró-social por natureza e c) do ponto de vista da expectativa do controle social e conexões estratégicas, a ação pode ser nutrida por uma rede fraca. Ou seja, menos conexão entre as pessoas, baseadas em interações infreqüentes [sic] pode dificultar a produção de controle porque elas integram a comunidade de modo que também desconectam subgrupos (CRUZ, 2010, p. 45-46).

A possibilidade de articular medidas de laços sociais com as distintas ordens sociais propostas por Hunter (1985) promove uma complexidade maior ao estudo do capital social. Também aproxima os resultados das relações de redes sociais mais próximas da realidade, na medida em que o pesquisador observa que a densidade de uma rede comunitária tem efeitos distintos para a rede como um todo dependendo do tipo de ordem social que está sendo analisada. Nesta perspectiva fica claro também que nem sempre a presença de capital social (traduzido como redes sociais que produzem vantagens comparativas em organizações) pode produzir benefícios coletivos visando o bem comum do sistema como um todo.

Baseado nas ideias acima, Cruz (2010) construiu sua hipótese de trabalho sustentando que a eficácia coletiva não se realiza em determinados contextos comunitários onde existe uma conexão entre moradores e membros de gangues. Esses laços acabam por minar a predisposição dos moradores “honestos” de intervirem em situações que envolvem criminalidade e violência na comunidade local. Dessa forma, através do cruzamento de dados quantitativos e qualitativos o autor consegue identificar nas comunidades estudadas que, embora exista um alto grau de coesão social entre os moradores locais, devido aos “emaranhados” de relações de parentesco e amizades existentes entre esses moradores e os membros das guanges, a eficácia coletiva não se objetiva nessas localidades. Os resultados da tese de Cruz (2010) terminam por colaborar com uma saída para o entendimento do paradoxo das organizações apontando a saída nos estudos dos laços fracos e nas relações de intermediações existentes entre moradores dentro e entre comunidades.

Os estudos de Cruz, embora apresentem uma inovação na frente das outras pesquisas apresentadas, não apresenta nem uma análise empírica da eficácia coletiva, segundo os modelos multinível apresentados por Sampson, nem uma ARS proposta pela teoria das redes sociais como apresentada pelos principais autores das análises reticulares. Conceitos como buracos estruturais e fechamentos reticulares são colocados de maneira subliminar bem como outros conceitos da ARS que poderiam entrar na pesquisa realizada dando um fortalecimento na qualidade da análise do problema colocado.

Por fim, se a pesquisa de Cruz tivesse sido realizada com métodos e técnicas reticulares apresentados nesta tese, os resultados seriam muito mais consistentes e os desenhos de redes que o autor chama de “emaranhados” poderiam localizar através de uma abordagem egocentrada das redes pessoais de moradores, uma série de indicadores de medidas reticulares importantes como centralidade, cliques, buracos estruturais, densidade, equivalência estrutural e outros. Através dessas medidas seria possível descobrir nos emaranhados de dutos reticulares como opera a dinâmica das comunidades estudadas, além de saber como essas estruturas facilitam e constroem oportunidades, comportamentos e cognições que resultam no bloqueio da produção da eficácia coletiva e na possibilidade de um maior controle social local sobre as taxas de crimes violentos.

4 CONCLUSÃO

Este capítulo sobre a sociologia do crime no Brasil apresentou dois temas gerais em duas seções, o primeiro sobre o surgimento da sociologia do crime no Brasil e suas fontes teóricas e metodológicas, e, o segundo tema abordou estudos brasileiro sobre o efeito da vizinhança e a eficácia coletiva em pesquisas empíricas em localidades brasileiras. O objetivo do capítulo foi cumprido dado à cobertura geral sobre as temáticas propostas e comentários específicos sobre como a sociologia do crime no Brasil vem sendo praticada por intelectuais brasileiros de um lado; e, de outro lado, como os estudos sobre o efeito vizinhança e eficácia coletiva têm evoluído e sugerido uma agenda de pesquisas na sociologia do crime no Brasil ainda pouco teorizada e instrumentalizada em pesquisas empíricas, de outro lado.

A temática sobre o surgimento da sociologia do crime no Brasil localiza uma evolução dos trabalhos de pesquisas que surgiram a partir de uma problemática com as origens da criminalidade no Brasil relacionada com as classes perigosas, ou melhor, as camadas de baixa renda e excluídos sociais. Sustentadas por teorias norte-americanas como a teoria do *Labelling Approach*, a sociologia do crime apresenta uma evolução inicial saindo da tese de que existia uma classe perigosa relacionada à criminalidade urbana para uma crítica desse modelo. A criminalização da marginalidade é uma temática que supera os primeiros momentos da sociologia do crime no Brasil, sobretudo depois das ideias lombrosianas e marxistas sobre a criminalidade. Novos estudos baseados em uma ecologia do crime, estudos sobre os sistemas de controle do crime e modelos sistêmicos comunitários dão lugar às pesquisas realizadas no âmbito da sociologia do crime no Brasil dos dias atuais.

O tema das pesquisas sobre os efeitos da vizinhança e criminalidade desvenda alguns problemas teóricos e metodológicos nos testes da TEC no Brasil. A base de análise dos estudos apresentados foram as novas pesquisas sobre o papel do capital social e da eficácia coletiva como preditores da criminalidade urbana. Encontraram-se problemas de natureza teórica e metodológica nos trabalhos avaliados quando se tem em mente os modelos propostos pelos precursores e fundadores da ARS e das pesquisas ecológicas sobre os efeitos da vizinhança e a eficácia coletiva. Os estudos têm evoluído, mas ainda precisam aprimorar no campo de discussões teóricas e aplicações empíricas mais elaboradas.

CAPÍTULO III

A SOCIOLOGIA ANALÍTICA E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA: A EFICÁCIA COLETIVA COMO MECANISMO SOCIAL EXPLICATIVO DA CRIMINALIDADE URBANA

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade concentrada espacialmente reflete aspectos importantes da vida social nas grandes cidades. Os estudos sobre os efeitos da vizinhança por sua vez tem suscitado abordagens sociológicas que destacam o uso de mecanismos sociais que são fundamentais para a construção de um pensamento sociológico analítico sobre os problemas sociais das grandes cidades. Tal fenômeno tem alimentado, no mundo acadêmico, o desenvolvimento de estudos sobre os efeitos da vizinhança e a criminalidade urbana local. Neste diapasão, a TEC oferece um modelo de explicação sociológico que envolve uma análise sociológica que sustenta a importância da relação causal entre os efeitos contextuais da vizinhança e as taxas de crimes locais. Os mecanismos sociais, então, operam como processos sociais que ajudam a explicar um fenômeno social ligando certas causas a dados efeitos. Um exemplo desses mecanismos sociais de mediação de efeitos da vizinhança com a criminalidade local é a eficácia coletiva. Portanto, as questões colocadas acima estão atualmente situadas todas dentro da Sociologia Analítica. A Sociologia Analítica é apresentada neste capítulo como sendo o arcabouço teórico no qual a TEC está localizada.

Portanto, a proposta principal deste capítulo é contextualizar os estudos dos efeitos da vizinhança dentro da perspectiva da Sociologia Analítica e o mecanismo social principal usado na TEC. Para isso, este capítulo consta, além desta introdução e uma conclusão, em quatro seções. A seção 2 apresenta a tradição da Sociologia Analítica, seus principais pensadores e suas metas metodológicas. Apresentar, também, uma perspectiva de abstração, uma busca por clareza, precisão e uma tendência por uma análise da ação individual como ponto de partida. O ponto central de convergência entre os sociólogos analíticos é uma estratégia de explicação baseada em mecanismos causais no lugar de leis gerais.

Na seção 3, o foco é a definição do conceito dos efeitos da vizinhança e suas nuances teóricas e metodológicas dentro da tradição sociológica contemporânea. Nota-se que a sociologia dos efeitos vizinhanças segue uma tradição de estudos ecológicos oriundos da Escola de Chicago de sociologia urbana e que seu principal propósito é reorientar a TDS e a Teoria Sistêmica da Comunidade. Nesta seção, aponta-se, de um lado, em um novo paradigma metodológico conhecido como "ecometria" assentado em estudos multinível; e, de outro lado, o uso da análise do papel dos laços sociais como recursos potenciais na análise do controle social vicinal.

Os problemas teóricos e metodológicos dos estudos sobre os efeitos da vizinhança estão alinhavados na seção 4. Nesta seção, as matérias examinadas são: o problema do "viés de seleção" que pode confundir as relações de causa e efeito entre as características vicinais e um determinado fenômeno social (e.g. taxa de criminalidade); a questão dos efeitos dourados dos contextos sociais sobre comportamentos sociais; as técnicas adequadas de coletas de dados; e, a produção de teorias robustas que gerem padrões de "validade discriminantes" na análise de dados.

Por último, a seção 5 aproxima propostas para uma sociologia dos efeitos da vizinhança, onde o "local" como lugar espacial/território tem sido revisitado em contraposição as teorias unilaterais de globalização que defendem o conceito de "*placelessness*". Pontuamos dez princípios defendidos por Robert Sampson (2013) sobre posturas metodológicas nos estudos empíricos dos efeitos da vizinhança. O objetivo é uma defesa da importância da causalidade contextual. Na medida em que essas técnicas e orientações metodológicas são aplicadas com o rigor científico requerido, tem-se nas teorias do efeito vizinhança uma ferramenta de formidável poder explicativo de vários fenômenos sociais urbanos.

2 A SOCIOLOGIA ANALÍTICA E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA

A abordagem dos efeitos da vizinhança trabalhada nesta tese tem suas bases epistemológicas assentadas em uma perspectiva sociológica conhecida nas últimas décadas como Sociologia Analítica. De modo que, para falar sobre efeitos vizinhanças há uma necessidade de uma contextualização teórica dentro dessa abordagem sociológica analítica. Portanto, o objetivo desta seção é apresentar, em linhas gerais, uma definição da Sociologia Analítica e seus principais preceitos e pressupostos teóricos e metodológicos. Esse enfoque teórico tem expressado avanços enormes no que se refere ao poder explicativo da sociologia contemporânea. Isso se efetiva através de mecanismos de ação e interação social que conseguem, de maneira analítica, mostrar ligações de grande valor metodológico entre os fenômenos sociais micro e macro, inclusive na relação entre teoria e pesquisa empírica.

A tradição da Sociologia Analítica vem de grandes pensadores precursores e fundadores da sociologia enquanto disciplina científica. As teorias sociológicas clássicas de Max Weber e Alex de Tocqueville. Mais recente, a sociologia de Talcott Parsons e Robert King Merton exercem forte influência teórica e metodológica na Sociologia Analítica. Cientistas sociais contemporâneos têm contribuído e sustentado a importância de uma abordagem analítica em modelos sociológicos explicativos como Jon Elster, Raymond Boudon, Thomas Schelling e James Coleman. Evidentemente, todos com propostas bastante diversas, mas com fortes filiações com a tradição analítico-filosófica dentro das ciências sociais. Jon Elster tem sido considerado uma das maiores influências na abordagem da Sociologia Analítica (HEDSTRÖM, 2005). Já no campo dos estudos teóricos e empíricos dos efeitos da vizinhança e suas relações com uma “sociologia do contexto”, Robert Sampson vem desenvolvendo robusto aporte sociológico baseado nos postulados de Sociologia Analítica.

Os fundamentos da Sociologia Analítica residem em dois grandes ramos do pensamento social: a Filosofia Analítica e a Economia comportamental. Para a apresentação das linhas gerais da Sociologia Analítica vamos usar como referência principal o trabalho de Peter Hedström (2005), *Disecting the Social: On the Principles of Analytical Sociology*. Hedström (2005) usa quatro pontos de apoio na

tentativa de desenhar um mapa geral sobre a Sociologia Analítica. São eles: 1) o modelo de explicação; 2) uma dissecação e uma visão abstrata sobre a abordagem sociológica analítica; 3) a precisão e a clareza da Sociologia Analítica; e, 4) uma análise da ação individual como componente constituinte do fenômeno social. Vejamos abaixo breves descrições sobre esses pontos sugeridos por Hedström.

Em relação ao modelo explicativo e a lógica da estratégia de explicação da Sociologia Analítica, a defesa por leis causais gerais é substituída por modelos de explicação que usam o conceito de mecanismo causal. Para os sociólogos analíticos a explicação baseada em mecanismos é um tipo bastante apropriado para as investigações científicas dentro das ciências sociais. O conceito de mecanismo causal é discutido, em específico, na segunda seção do capítulo IV desta tese³².

A ideia de uma dissecação e uma visão abstrata sobre a abordagem sociológica analítica visa ganhar mais compreensão do fenômeno social a ser explicado. Isso acontece através de uma decomposição do fenômeno estudado até suas entidades básicas constituintes e suas dinâmicas internas, levando o pesquisador, dessa maneira, para o estudo do que se acredita serem os elementos essenciais do fenômeno estudado. "Quando nos focamos no que acreditamos ser particularmente importante para o problema que temos em mãos, nós abstraímos ou saímos para focar aqueles elementos que acreditávamos ser menos importante" (HEDSTRÖM, 2005, p. 03). É, portanto, através da dissecação e abstração que o pesquisador pode tornar visível e inteligível as porcas e parafusos, ou seja, a engrenagem dos processos sociais que atuam dentro de determinadas estruturas sociais como comunidades, vizinhanças, grupos e assim por diante.

A busca em gerar teorização de assuntos notadamente obscuros e complexos de maneira simples, clara e compreensível é um das metas da Sociologia Analítica. A clareza no sentido de precisão é de fundamental importância para o desenvolvimento da teoria explicativa. Uma análise da ação individual como componente constituinte do fenômeno social significa que, embora a Sociologia não

³² A ideia de mecanismo, como vista atualmente, tem colocado em xeque as explicações científicas tradicionais. Como, por exemplo, a explicação fundamentada em leis gerais. Segundo Hedström e Swedberg (1998), o modelo de explicação causal advogado por Carl Hempel baseado em leis (covering-law) providencia a justificação do uso da 'black-box' para explicações nas ciências sociais mas ele não estipula que mecanismo está ligando o *explanans* ao *explanandum*. A importância da ideia de mecanismo neste sentido ajuda a distinguir *causalidade genuína* e *associação accidental*, entre associação espúria e associação real. (Nota do autor).

se ocupe em explicar a ação de indivíduos, a abordagem analítica usa teorias da ação que encaminham passos de uma estratégia explicativa da busca e compreensão das mudanças em nível social. O social é visto através de suas propriedades coletivas, que incluem: a) ações típicas, crenças ou desejos dos membros da coletividade; b) distribuições e padrões agregados tais como, distribuição espacial e desigualdades; c) topologias de redes sociais; e, d) regras informais ou normas sociais que atuam na coletividade e agem sobre os indivíduos que a compõe.

Através desses pontos, a Sociologia Analítica apresenta uma agenda de pesquisa que investiga diversos fenômenos sociais buscando desenvolver uma teoria explicativa baseada em mecanismos sociais. Investigar a ação, a interação social e a mudança social, usando modelos causais e especificamente pesquisas empíricas quantitativas, torna essa agenda de pesquisa um grande desafio. Em função dessa agenda, vem se desenvolvendo e aprimorando uma ampla variedade de testes estatísticos aplicados a lógica da Sociologia Analítica, bem como uma série de *softwares* que facilitam o uso e a aplicação de modelos estatísticos avançados. Podemos afirmar que o objetivo da Sociologia Analítica é tornar claro, os princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos fundamentais para o desenvolvimento de uma descrição e explicação sociológica de confiabilidade (DEMEULENAERE, 2011).

Baseados nesses postulados, os estudos sobre os efeitos da vizinhança estão, hegemonicamente, voltados para uma reflexão sobre mecanismos causais e processos causais como tentativa de avançar o pensamento analítico sobre os mecanismos sociais que operam nos efeitos da vizinhança. O uso de mecanismos como estratégia para explicação existe em um plano mais teórico do que empírico. Mecanismos raramente podem ser observados ou causalmente manipulados em um experimento, pois, os mecanismos são conjecturados gerando ligações causais dentro de uma cadeia de causas manipuláveis para um dado resultado. A busca é, portanto, por indicadores de um conjunto de práticas, sentidos e ações que possam refletir essas conjecturas sobre mecanismos como, por exemplo, as trocas recíprocas entre vizinhos, os fechamentos intergeracionais e controle social, podem ser considerados a tarefa primordial de uma abordagem sociológica analítica. (SAMPSON, 2012, p. 47).

A próxima seção situa o conceito de efeitos de vizinhança dentro da tradição da TDS. Mostra-se também, como os estudos atuais tratam a importância do contexto social através do processo de operacionalização de indicadores vicinais estruturais mediados por mecanismo sociais que explicam as variações de taxas de crimes locais. Com isso, sustenta-se que a vizinhança foi e continua sendo uma unidade de análise importante nos estudos da criminalidade urbana dentro de uma perspectiva da teoria sistêmica da comunidade orientada por pressupostos da Sociologia Analítica.

3 O CONCEITO DE EFEITOS DA VIZINHANÇA NA TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Uma agenda de estudos teóricos e empíricos sobre os efeitos vizinhanças remonta da Escola de Chicago de sociologia urbana com Robert Park e Ernest Burgess (1925). Os estudos de sociologia urbana de Park partem de uma perspectiva onde a cidade e seus processos sociais que dinamizam a vida urbana são visto e investigados sobre uma lógica organizacional ecológica, geográfica e econômica. Apesar de a abordagem ecológica tradicional ter sua importante contribuição na história da sociologia urbana, seus limites são apontados por vários autores contemporâneos. Robert Sampson e Jeffrey Morenoff (1997) apresentam três questões que apontam limitações da perspectiva ecológica tradicional: 1) o modelo depende somente da competição e das forças naturais do mercado como mecanismo de compreensão das dinâmicas vicinais; 2) a afirmação implícita de que guetos de pretos tem um equivalente ecológico com favelas de imigrantes; e, 3) existem limitações nos modelos de zonas concêntricas urbana, sobretudo, para explicar os padrões contemporâneos de mudanças sociais vicinais e de determinadas transformações vicinais particulares.

O modelo de delinquência ecológica de Park diz respeito exclusivamente à dinâmica de comunidades locais. Todavia, esse modelo não leva em conta os processos sociais que ocorrem fora dessa dinâmica interna e que podem afetar esses processos sociais de natureza endógena nessas comunidades locais. A ênfase no estudo interno de comunidades compõe o núcleo duro da criminologia de Park e essa ênfase exagerada acaba por enfraquecer o modelo explicativo desse autor. Segundo Park e Burgess (1924, p. 720), “os problemas da organização comunitária são na maior parte problemas de acomodação, ou articulação de grupos dentro da comunidade e o ajustamento da vida da comunidade local para a vida de uma comunidade maior do qual esta faz parte”. Sem embargo, a ênfase em priorizar apenas a dinâmica interna de comunidades locais foi um dos maiores erros da abordagem da ecologia do crime de Park e Burgees, pois as contingências externas são de extrema importância para a estruturação da dinâmica interna das comunidades locais (HEITGERD; BURSIK, 1987).

A despeito do modelo ecológico tradicional da Escola de Chicago está sendo revisto na atualidade, o enfoque sobre a importância da vizinhança como unidade de análise tem reflorescido, como também ganhou no espaço acadêmico calorosos debates de grande contribuição para a sociologia urbana, como também para a teoria sociológica como um todo. Lembrando Park, a vizinhança “dentro da organização política e social da cidade é a menor unidade local” (PARK, 1925 [1984], p. 07). De fato, a vizinhança continua a ocupar o lugar de unidade de análise nas pesquisas sobre a dinâmica urbana e seus mecanismos e processos sociais visando explicar a vida social nas grandes cidades. Isso se pode observar neste capítulo.

Os estudos dos efeitos da vizinhança devem bastante aos *insights* da TDS desenvolvida por Clifford R. Shaw e Henry D. McKay e sua publicação clássica, *Juvenile Delinquency in Urban Areas* (1942). Shaw e McKay, através de um estudo longitudinal da cidade de Chicago, realizaram uma das mais referenciadas pesquisas sobre crime e delinquência juvenil da América. A tese desses autores salientava que indicadores de desorganização social como baixo *status* econômico, heterogeneidade étnica e a mobilidade residencial de comunidades e vizinhanças estavam associados às taxas de criminalidade nesses locais. Três métodos foram usados para apresentar a extensão da variação dessas taxas de criminalidade em uma série de espaços de tempo; 1) a comparação por zonas, 2) comparação por áreas e correlações e 3) extensão da concentração das taxas. Através, portanto, dessas estratégias metodológicas, Shaw e McKay fincaram um marco da relação entre determinadas características de espaços locais e variações nas taxas de criminalidade, abrindo, assim, uma ampla agenda de pesquisas sobre os efeitos da vizinhança até a atualidade (SHAW & MCKAY, In: JACOBY, 2004)

O “renascimento” de estudos ecológicos da cidade com relevância sobre os efeitos da vizinhança, na sociologia urbana contemporânea, aparece com o trabalho de William Julius Wilson. O livro *The Truly Disadvantaged* (1987) encara o problema da pobreza e o desemprego relacionados com a discriminação racial como o objeto central de sua pesquisa. Os guetos de pretos pobres (*underclass*) formam vizinhanças onde problemas sociais como crime, desemprego, viciados em drogas, gravidez na adolescência, e outros são, em grande medida, explicados pelo problema de desigualdade racial. As unidades de medida desse diagnóstico são as

características organizacionais ecológicas, geográficas e econômicas das vizinhanças relacionada com políticas públicas e sociais desenvolvidas pelo Estado. Como atesta Wilson (1987; 1992, posição 154-169, Kindle.) analisando as explicações urbanistas de analistas liberais na década de 60, sobre os efeitos cumulativos da isolamento racial em conjunto com a subordinação crônica sobre a vida e o comportamento dentro de guetos de pretos pobres no centro da cidade:

Na verdade, o único e importante destes estudos anteriores foi o fato de as discussões da experiência de desigualdade ser intimamente ligadas às discussões sobre a estrutura da desigualdade no intuito de explicar como a situação econômica e social em que tantos pretos desfavorecidos nascem produz modos de adaptação e cria normas e padrões de comportamento que tomam a forma de uma “patologia que se autoperpetua”³³.

Na citação acima Wilson (1987) apresenta uma perspectiva dominante entre os estudiosos dos efeitos vizinhança. Determinados mecanismos e processos sociais de dimensões sociais e psicológicas, operando em determinado lugar, podem gerar padrões de manutenção de “patologias” sociais como, por exemplo, altas taxas de criminalidade violenta. Com algumas modificações e preocupações teóricas e metodológicas levantadas nas últimas décadas os estudos sobre os efeitos da vizinhança vêm se desenvolvendo, em certa medida, nesse mesmo diapasão. Como argumenta Robert Sampson (2011) embora a ideia dos efeitos da vizinhança encontre pontos de consenso dentro das ciências sociais, ainda existem muitos pesquisadores que discordam da possibilidade de que aspectos importantes da vida social sejam desproporcionalmente concentrados em lugares e que a desigualdade espacial seja uma variável importante.

Outro estudo que representa um marco nos estudos sobre os efeitos da vizinhança é um pequeno, mas simbólico, artigo de Sunstein E. Mayer e Christopher Jencks (1989). Esse estudo enfatiza a problemática racial e da pobreza em vizinhança nos centros urbanos contemporâneos e sua relação com o efeito vizinhança. Apesar dos autores continuarem a explorar a temática da raça e da pobreza, suas pesquisas apresentam resultados bastante diferentes dos estudos

³³ “Indeed, what was both unique and important about these earlier studies was that discussions of the experience of inequality were closely tied to discussions of the structure of inequality in an attempt to explain how the economic and social situations into which so many disadvantaged blacks are born produce modes of adaptation and create norms and patterns of behaviour that take the form of a “self-perpetuating pathology”.

tradicionais.³⁴ O problema colocado por Mayer e Jencks é de que existem evidências de que o efeito de escolas ou vizinhanças em populações com pessoas pretas e brancas e em condições socioeconômicas altas e baixas podem alterar nas chances das crianças no que tange ao alcance de metas escolares e suas notas no ensino fundamental e médio. Na pesquisa que foi realizada, encontrou-se uma relação fraca entre um *mix* de raça e o status socioeconômico em escolas/vizinhanças e o comportamento das crianças. As pesquisas desses autores são referências nos estudos sobre os efeitos da vizinhança.

Dentro da tradição de estudos sobre efeitos vizinhança, Mayer e Jencks (1989) apontam quatro aportes teóricos (escolas de pensamento) sobre a atuação dos efeitos vizinhança no comportamento das pessoas. A partir dessas abordagens teóricas os estudos sobre os efeitos da vizinhança vêm sendo desenvolvidos por diversos pesquisadores. Na verdade, cada perspectiva teórica acaba por apresentar diferentes mecanismos sociais que operam na relação dos efeitos da vizinhança e o comportamento das pessoas dentro de comunidades urbanas. Abaixo, apresentam-se esses quatro pontos relevados por Mayer e Jencks.

- 1) O primeiro aporte consiste na afirmação de que, “vizinhos em desvantagem são uma desvantagem” (*Disadvantaged neighbors are a disadvantage*). Esse modelo é conhecido como teoria do contágio da vizinhança sobre os moradores. Ou seja, crianças que crescem vendo seus vizinhos cometerem crimes, acabam por serem contagiadas pelo comportamento desses vizinhos delinquentes fazendo, depois de crescidas, a mesma coisa. Os padrões de interações sociais atuam em conjunto com o status socioeconômico das vizinhanças.
- 2) O segundo aporte afirma que “vizinhos com vantagens são uma desvantagem” (*Advantaged neighbors are a disadvantage*). Esse aporte teórico lança mão do conceito de “privação relativa”, cujo argumento central é de que vizinhos de alto status socioeconômico provocam ressentimento nos vizinhos pobres, dessa forma provocando a necessidade, por parte dos

³⁴ As pesquisas tradicionais usam o valor médio do status socioeconômico ou medidas similares para todas as famílias de uma vizinhança ou escola. Além de não haver o certo consenso sobre como medir esse status socioeconômico, são desprezados por vezes os processos sociais e mecanismos que atuam na produção dos resultados das correlações.

vizinhos pobres, da criação de uma subcultura desviante. Ou seja, um estudante que sai de uma escola de um baixo *status* socioeconômico para uma de alto *status* socioeconômico tem uma maior probabilidade de ficar entre os alunos de notas mais baixas, como uma escolha de identidade.

- 3) O terceiro aporte afirma que “vizinhos em desvantagem são irrelevantes” (*Disadvantaged neighbors are irrelevant*). Esse é um modelo teórico de forte perspectiva individualista, ou seja, a vizinhança não exerce um impacto significativo sobre a percepção das alternativas disponíveis para os indivíduos. O enfoque aqui é dado sobre o estudo do comportamento racional dos indivíduos e é bastante usado na economia.
- 4) O quarto aporte considera que “vizinhos não importam, o que interessa são as vizinhanças” (*Neighbors do not matter but neighborhoods do*). Essa perspectiva teórica assume que mesmo que o *status* socioeconômico dos vizinhos não afete o comportamento dos indivíduos, as instituições vicinais e os recursos bem como a capacidade organizacional da vizinhança afetam de alguma maneira o comportamento dos indivíduos. É importante salientar que essa perspectiva tem orientado grande parte dos trabalhos produzidos sobre os efeitos da vizinhança em comunidades urbanas. *Mutatis mutandis*, essa perspectiva é defendida neste trabalho de tese.

Na linha da TDS, Robert J. Bursik Jr. E Harold G. Grasmick através de seu *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control* (1993), desenvolvem o que eles chamam de **Teoria Sistêmica da Comunidade**. Conforme esses autores:

A orientação de um modelo sistêmico, além de ser consistente com a desorganização social em sua discussão das capacidades reguladoras das redes embutidas dentro da vizinhança, também aborda formalmente dois aspectos da estrutura da comunidade que Shaw e McKay praticamente ignoraram: as redes entre os moradores e instituições locais e as redes entre os representantes locais da vizinhança e os atores externos, as instituições e as agências³⁵ (BURSIK & GRASMICK, 1993, p. 02).

³⁵ “Not only is the orientation of a systematic model consistent with social disorganization in its discussion of the regulatory capacities of networks embedded within the neighborhood, but it also formally addresses two aspects of community structure that Shaw and McKay virtually ignored: the networks among residents and local institutions, and the networks among local representatives of the neighborhood and external actors, institutions, and agencies”.

As reflexões desses autores sobre a relação de redes sociais informais e formais entre e dentro de vizinhanças inauguram uma nova fase dos estudos sobre os efeitos da vizinhança e a criminalidade urbana. A Teoria Sistêmica, portanto, afirma que a capacidade de controle social de comunidades e vizinhanças é determinada pela extensão e densidade das redes sociais formais e informais que conectam os indivíduos residentes nesses locais. Dentro desse esquema geral, Bursik e Grasmick apresentam um argumento suplementar que tem orientado várias pesquisas na sociologia do crime. Tal argumento sustenta-se no fato de que as taxas diferenciais de comportamento criminoso e vitimização entre vizinhanças e o medo do crime entre os residentes está relacionado com a habilidade das vizinhanças se regularem através dessas redes sociais desenvolvidas na localidade.

Uma referência teórica no campo da economia que defende uma abordagem da teoria dos jogos para explicação das interações sociais e que traz contribuições para os estudos sobre os efeitos da vizinhança vem sendo desenvolvida por Charles F. Manski. Em busca de esclarecer questões sobre as análises econômicas das interações sociais, Manski (2000) termina por desenvolver uma classificação dos efeitos da vizinhança. Essa classificação fornece para os estudos dos efeitos da vizinhança uma diversidade de caminhos metodológicos com importantes contribuições epistemológicas para a teoria social como um todo; e, também produz reflexos na pesquisa empírica da sociologia dos contextos. Partindo de uma pergunta sobre o porquê dos membros de um mesmo grupo tendem a se comportar de maneira semelhante, Manski (2000, p. 127) mostra que a pesquisa empírica tem procurando distinguir três hipóteses fundamentais no plano da inquirição sobre a resposta desses porquês:

- 1) interações endógenas, onde as tendências comportamentais de um indivíduo variam de acordo com o comportamento do grupo ao qual ele pertence;
- 2) interações contextuais, o indivíduo tende a se comportar conforme as características exógenas dos membros do grupo;
- 3) efeitos correlatos, os indivíduos do mesmo grupo tendem a se comportar similarmente porque eles tem características individuais similares ou vivem em um meio ambiente institucional parecido.

Essas hipóteses, por sua vez, identificam três tipos efeitos da vizinhança: 1) efeitos da vizinhança endógenos; 2) efeitos da vizinhança correlatos; e, 3) efeitos da vizinhança exógenos (DIETZ, 2002). Os efeitos da vizinhança **endógenos** são aqueles que estão presentes em uma vizinhança se o comportamento de um indivíduo tem uma influência direta sobre o comportamento de todos os outros indivíduos dentro da vizinhança. Os efeitos da vizinhança **correlatos** são aqueles em que os indivíduos tendem a ter características similares e exposição a contextos institucionais correlatos. Um exemplo é o trabalho de Wilson (1987), sobre os efeitos da concentração de pobreza e a ação de políticas públicas em vizinhanças e seus reflexos sobre o comportamento dos indivíduos. Se os efeitos correlatos surgem devido à influência da vizinhança e da exposição dos indivíduos a fatores institucionais em comum, pode-se falar dos efeitos da vizinhança. O problema é encontrar os mecanismos de causação, ou seja, saber se os resultados são produtos de processos de escolha de uma dada população ou se depende da escolha de determinados indivíduos. Os tipos de **efeitos da vizinhança exógenos ou contextuais** demanda a ideia da teoria do transbordamento (*theory of spillover*) e das externalidades públicas. As vizinhanças são vistas como interdependentes e as ações individuais dependem, também, de características de outras vizinhanças (DIETZ, 2002).

Na tradição de uma abordagem dos efeitos da vizinhança, voltada para a instrumentalização de uma ARS e do papel dos laços sociais na explicação do bem-estar infantil e da criminalidade em comunidades, as pesquisas e proposições metodológicas de Paul E. Bellair merecem um espaço de especial importância nesta tese. Baseado em pesquisas empíricas realizadas por Barry Wellman (1979), Claude S. Fischer (1982), John D. Kasarda e Morris Janowitz (1974) e Mark Granovetter (1973); Paul Bellair (1997) desenvolve sua pesquisa com hipóteses bastante seguras de que não são apenas os laços fortes que agem como mecanismos efetivos de controle social comunitário – tese sustentada pela perspectiva tradicional da TDS – mas os laços fracos operam como mecanismos sociais de grande consistência na explicação das taxas de criminalidade em comunidades urbanas. Conforme Bellair (1997, p. 697), “os dados, portanto, sugerem que tanto as interações sociais frequentes e infrequentes entre vizinhos são importantes para o estabelecimento do controle social comunitário”.

As suspeitas de Bellair sobre a afirmação das pesquisas em relação à TDS e criminalidade desde Shaw e Mckay (1942), levam o autor a questionar se a afirmação de que as interações frequentes entre vizinhos são as mais importantes, ou mesmo, as únicas responsáveis pela geração do controle social em comunidades. Embora a presença de pesquisas empíricas sobre a dinâmica das redes sociais em comunidades (WELLMAN, 1979; FISCHER, 1982; KASARDA, JANOWITZ, 1974; GRANOVETTER, 1973) urbanas já apresentassem evidências de que os laços fracos são elementos ou mecanismos sociais cruciais na composição da organização das comunidades urbanas contemporâneas, ainda persistia na época a ausência de pesquisas empíricas que testassem tal fato em relação à questão da criminalidade urbana. Para Bellair (1997, p. 682):

O termo laços fracos se destina a caracterizar as relações que estão consumindo menos tempo, menos emoções intensas, e que envolvem menos trocas recíprocas. A interação social pouco frequente entre vizinhos pode refletir a existência de laços fracos na comunidade. Na ausência de laços fracos, comunidades com laços de amizade abundantes podem permanecer divididas e talvez desorganizadas. Infelizmente, a pesquisa comunitária sistêmica não tem considerado cuidadosamente a importância dos *insights* de Granovetter (1973). Assim, por ambos os motivos descritos acima, é plausível a hipótese de que assim os laços frequentes como os infrequentes entre os moradores sejam características importantes das redes locais³⁶.

Com a finalidade, portanto, de aprimorar as pesquisas na perspectiva da TDS, Bellair manipula um banco de dados de vitimização, coletados em parte por um levantamento feito pelos “Estudos de Serviços Policiais” (Police Services Study). As vizinhanças foram selecionadas das cidades de Rochester (Nova York), St. Petersburg/Tampa (Flórida) e St. Louis (Missouri) onde foram escolhidas 60 vizinhanças urbanas no ano de 1977. As taxas de criminalidade foram calculadas em cima de três tipos de crime, a saber: arrombamentos de residências, roubos de automóveis e assaltos à mão armada. Importante salientar que as unidades de análise foram vizinhanças.

³⁶ “The term weak ties is intended to characterize relations that are less time consuming, less emotionally intense, and that involve fewer reciprocal exchanges. Infrequent social interaction among neighbors may reflect the existence of weak ties in the community. In the absence of weak ties, communities with abundant friendship ties may remain partitioned and perhaps disorganized. Unfortunately, systemic community research has not carefully considered the importance of Granovetter’s (1973) insights. Thus, for both reasons described above, it is plausible to hypothesize that frequent and infrequent ties among residents are important features of local networks”.

Os resultados indicaram que as medidas de porcentagem acumulada que combina interações frequentes e infrequentes são bastante consistentes e, geralmente, de efeitos extremamente fortes sobre as taxas de arrombamentos de residências, roubos de automóveis e assaltos à mão armada nas vizinhanças estudadas. Bellair (1997, p. 698) finaliza seu artigo enfatizando a importância e a força dos laços fracos nas comunidades urbanas e como a pesquisas na TDS pode ter muitos benefícios continuando a comprovar a atuação, “cuidadosa”, da dinâmica das estruturas das redes sociais locais.

Esta seção finaliza com a apresentação um dos autores mais importantes que vem desenvolvendo pesquisas que visam aprimorar a TDS e o fortalecimento de estudos sobre os efeitos da vizinhança e sua relação com as taxas de criminalidade, o sociólogo Robert J. Sampson da Universidade de Harvard e atual presidente da *American Society of Criminology*.

Se de um lado, o conceito dos efeitos da vizinhança, que norteia esta tese, está articulado com a argumentação de Wellman sobre o conceito de comunidade liberada; de outro lado, estamos nos baseando e problematizando as pesquisas desenvolvidas por Robert Sampson na área da criminalidade urbana. Os estudos de Sampson (2012), sobre os efeitos da vizinhança, seguem a tradição dos estudos ecológicos vicinais de criminologia da Escola de Chicago. Porém, ele não acompanha o conceito de imagem da comunidade perdida, o que Robert Nisbert chamava de “ideologia do lamento”. Sampson argumenta que a tese da comunidade perdida estava errada há mais de 100 anos e continua errada ainda hoje. Os debates desenvolvidos nas últimas décadas sobre capital social e cultura cívica tendem a romantizar a ideia de comunidade. Pode-se usar como o exemplo disso, o “*bowling alone*” de Robert Putnam, que apresenta o declínio da participação cívica, associações voluntárias e confiança social baseados no conceito de comunidade perdida (SAMPSON, 2012).

As novas direções definidas por Sampson (2002), para os estudos sobre efeitos vizinhança e criminalidade urbana são apresentadas em quatro grandes temas: 1) um paradigma metodológico; 2) uma teoria de processos sociais focalizando o problema do crime; 3) a importância do espaço; e, 4) finalmente, seu tema de maior relevância na atualidade que é o valor da observação social

sistemática. Abaixo é apresentado o resumo dessas temáticas e agendas de pesquisas:

- 1) Sampson e Stephen Raudenbusch (1999) têm chamado de “*ecometric*” esse paradigma metodológico, trata-se de estudos de propriedade psicométricas de medidas ecológicas. A “*ecometria*” tem desenvolvido ferramentas metodológicas e técnicas estatísticas (*análise multinível*) em busca de captar propriedades coletivas, capazes de identificar os resultados de mudanças contextuais sobre o comportamento social de vizinhanças e de vizinhos.
- 2) Neste diapasão, os laços sociais apresentam um grande desafio para pensar sobre crime (SAMPSON, 2002). Em alguns contextos de vizinhanças, a presença de redes densas de laços fortes, surpreendentemente, pode representar um impedimento no estabelecimento do controle social. Dessa forma, os laços sociais representam recursos potenciais que associados a expectativas compartilhadas de controle social — eficácia coletiva — podem ajudar a entender o paradoxo dos laços fortes na criminologia. Tanto os laços sociais como a eficácia coletiva são processos sociais importantes na relação, contextos sociais urbanos e taxas de criminalidade.
- 3) A interdependência vicinal pode ser uma maneira de elucidar a dinâmica espacial das fronteiras geográficas de vizinhanças, somada com ao mapa de laços pessoais de redes. As redes sociais neste conjunto são mais prováveis para transpor os limites ecológicos tradicionais. Implicando, dessa forma, que os processos sociais não estão ordenadamente contidos dentro de encaves geográficos.
- 4) A observação social sistemática providencia uma forma inovadora de coleta de dados e observação direta para mensuração de medidas do contexto social. Ela é sistemática porque é realizada por meio de regras explícitas capazes de serem reproduzidas. Esta observação é feita por meio de câmeras de gravação (som e imagem) ajudando, dessa forma, no mapeamento de manifestações de desordem física e social encontradas nas vizinhanças.

Desse modo, é através destes procedimentos que Sampson desenvolve seu quadro teórico e metodológico para a construção de uma sociologia dos efeitos da vizinhança como instrumento para a explicação da criminalidade em localidades

urbanas. Na atualidade, é considerado como um dos mais completos programas de pesquisa desenvolvido nas últimas décadas.

Contudo, apesar da robustez das pesquisas realizadas, questões de definições conceituais, aplicação e operacionalização de conceitos ainda encontram uma série de problemas. Na próxima seção buscar-se apresentar alguns problemas centrais no que tange questões de natureza teórica e metodológica dentro da literatura sobre os efeitos da vizinhança.

4 OS PROBLEMAS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO CONCEITO DE EFEITOS DA VIZINHANÇA

Questões de natureza conceitual e de precisão metodológica nos estudos sobre os efeitos da vizinhança existem no mesmo diapasão das questões que povoam as ciências sociais de uma maneira geral. As pesquisas realizadas nos últimos vinte anos, principalmente nos EUA, somente no que tange uma conceituação consensual sobre a definição dos efeitos da vizinhança estão longe de chegar a uma visão de consenso compartilhada entre os pesquisadores. As questões vão desde os desenhos de pesquisa até a operacionalização de indicadores e técnicas de coleta e análise de dados. Entretanto, pode-se observar que os estudos realizados se enquadram em três categorias básicas de desenhos de pesquisas e níveis de análises: a) estudos de nível vicinais com medidas de processos vicinais em que tanto as variáveis dependentes como as independentes são expressas em escalas de medidas agregadas; b) estudos multinível com medidas de processos vicinais em que a amostra de indivíduos é aninhada dentro de vizinhanças ecologicamente definidas, onde a variável dependente é medida em nível individual e as variáveis independentes podem ser tanto de natureza individual como compostas por medidas agregadas das características vicinais; e, c) estudos multinível com uma *pseudomedida* de processos vicinais (variável *proxy*) cujas variáveis são idênticas às das medidas estruturais, porém na realidade são medidas construídas a partir de variáveis no nível individual (DIETZ, 2002; SAMPSON, 2002).

Na verdade, acredita-se que as três grandes linhas de pesquisa sobre os efeitos da vizinhança, apresentadas acima acabam por se complementarem, no sentido que, mesmo dentro de perspectivas metodológicas distintas, todas buscam apresentar a importância da causalidade contextual sobre fenômenos sociais em nível vicinal. Que dizer, de uma maneira ou de outra são contribuições empíricas que sustentam a importância de teorias de médio alcance como uma prática metodológica de razoável poder explicativo da dinâmica de comunidades urbanas e seus processos e mecanismos sociais. Contudo, a despeito de um certo padrão de convergência entre esses estudos, o segundo tipo de desenho de pesquisa e nível de análise, os **estudos multinível com medidas de processos vicinais**, seguem as tendências mais “puras” de uma sociologia dos contextos.

Sendo assim, as pesquisas sobre os efeitos da vizinhança encontram uma série de desafios metodológicos. Sampson apresentou questões de complexidade para a teoria e a pesquisa empírica, sendo que nos dias atuais essas questões permanecem sendo discutidas por vários pesquisadores da área. As questões apresentadas foram cinco: 1) a seleção diferencial de indivíduos dentro de comunidades e a lógica experimental (*selection bias and experimental logic*); 2) o supracontrole e os efeitos da vizinhança por vias indiretas (*over-control and indirect pathways*); 3) modelos de eventos de base (*event-based models*); 4) a validade discriminante e o papel da teoria; 5) os estudos comparativos (*comparative studies*). Abaixo são apresentadas as definições destas questões sobre os efeitos da vizinhança aplicados em pesquisas empíricas (SAMPSON, 2002; WIKSTRÖM; SAMPSON, 2006).

A primeira questão, a **seleção diferencial de indivíduos dentro de comunidades**, busca solucionar o problema de saber se um fenômeno social como, por exemplo, as altas taxas de delinquência juvenil é resultado de fatores vicinais ou se é resultado de uma seleção diferencial de adolescentes ou de famílias dentro de certa vizinhança. Esse evento é conhecido na literatura científica como “viés de seleção” (*selection bias*). Cuidados com as técnicas estatísticas de amostragem podem amenizar o problema, mas nem sempre é possível um controle total sobre o processo da geração de uma base de dados. A possibilidade da produção de amostras não aleatórias pode, também, comprometer estimativas rigorosas sobre a afirmação de que um comportamento social é um resultado de determinados fatores contextuais e não de características específicas da amostragem enviesada. Finalmente, os vieses de simultaneidade (o que causa o quê?) apresenta um dos maiores desafios sobre uma conclusão definitiva do papel causal do contexto social vicinal. Além disso, as vizinhanças apresentam um grau muito alto de heterogeneidade interna, o que dificulta bastante à formulação de determinadas generalizações empíricas.

A segunda questão sobre o **supracontrole e os efeitos da vizinhança por vias indiretas** remetem ao problema prático de que muitas pesquisas sobre vizinhanças apresentam inconsistências com as expectativas da lógica dos efeitos contextuais sonegando a importância dos efeitos duradouros dos contextos e suas trajetórias desenvolvendo. Como atesta Sampson (2006, p. 49):

A estratégia mais comum na pesquisa vicinal multinível é calcular um modelo de “efeitos diretos” pelo qual uma série de variáveis individuais, familiares, de camaradagem, e escolares é incorporada como controle ao lado das atuais características vicinais residenciais. Mas esta estratégia confunde a importância potencial tanto de influências comunitárias em longo prazo como a trajetória de desenvolvimento das crianças em relação aos seus traços pessoais e disposições, os padrões de aprendizagem dos seus pares, socialização da família, clima da escola, etc. Colocando diferentemente, o modelo estático que calcula o efeito direto do contexto atual da vizinhança sobre um resultado particular (por exemplo, delinquência, nível de êxito escolar) pode colocar de fora as variações relevantes de um volume considerável de mediações e influências de trajetórias de desenvolvimento³⁷ (WIKSTRÖM; SAMPSON, 2006).

Sem embargo, deixar de lado as trajetórias desenvolvidas pelos indivíduos, seus cursos de vida dentro de determinados contextos, pode comprometer o modelo de pesquisa que toma a dinâmica vicinal, bem como os efeitos cumulativos das características vicinais anteriores da pesquisa sobre a realidade atual e seus resultados. Determinado contexto vicinal do momento da pesquisa pode apresentar poucos efeitos sobre um dado comportamento social em virtude de que as desvantagens e as desigualdades sociais vicinais de um momento anterior já podem ter feito efeitos sobre determinado comportamento social.

O problema dos **modelos de eventos de base** reside em uma desconexão entre teoria e desenho de pesquisa encontrado em muitos estudos sobre os efeitos da vizinhança, onde o pesquisador analisa apenas as características da residência do indivíduo. É nas pesquisas sobre a relação entre comportamento criminoso e sua relação com os processos sociais vicinais que ocorrem frequentemente esse problema. Por exemplo, roubo, compra de drogas e outros são eventos que ocorrem, normalmente, fora da vizinhança residencial dos indivíduos envolvidos. Semelhantes eventos são bastante difíceis de mapear em determinadas situações. Técnicas de coleta de dados, que investiguem a natureza das práticas e padrões de

³⁷ “The most common strategy in multi-level neighborhood research is to estimate a ‘direct effects’ model whereby a host of individual, familial, peer, and school variables are entered as control alongside current neighborhood characteristics of residence. But this strategy confounds the potential importance of both long-term community influences and mediating developmental pathway regarding children’s personal traits and dispositions, learning patterns from peers, family socialization, school climate, and more. Put differently, static model that estimate the direct effect of current neighborhood context on a particular outcome (e.g. delinquency, level of academic achievement) may be partitioning out relevant variance in a host of mediating and developmental pathways influences”.

atividades de rotina nas cidades atuais e seus padrões de urbanização, têm sido desenvolvidas conjuntamente com uma série de avanços tecnológicos como câmeras, GPS e outros. Todavia, os problemas citados acima ainda comprometem a clareza e o entendimento da atuação dos efeitos da vizinhança relacionado aplicados a certos comportamentos criminosos em situações específicas.

A questão da **validade discriminante** e o **papel da teoria** estão relacionados à aplicação do conceito de **eficácia coletiva** nos estudos sobre os efeitos da vizinhança. O problema pode ocorrer no momento quando o pesquisador parte para a análise de dados, existe a possibilidade de determinados indicadores de processos sociais sobrepor uns aos outros gerando colinearidades entre eles. Através, então, de uma teoria robusta é possível criar uma validade discriminante que ajudará o pesquisador no estabelecimento de relações de causa e efeito entre tais indicadores. Semelhantes problemas podem acontecer na análise de dados entre indicadores de desorganização social, controle social informal e eficácia coletiva. Para Sampson (2006, p. 51-42), os argumentos devem partir da lógica do modelo teórico utilizado, não simplesmente dos dados coletados. Métodos estatísticos não são "saídas" confiáveis para resolução do problema, mas sim o uso de fundamentações teóricas sobre a atuação dos mecanismos causais no modelo explicativo em discussão.

Os **estudos comparativos** ainda são um grande desafio para as teorias dos efeitos da vizinhança. O estabelecimento de generalizações empíricas dos mecanismos causais que operam nas comunidades estudadas se limitam às cidades da Suécia e dos Estados Unidos, respectivamente Estocolmo e Chicago. Ainda que recentemente estudos tenham sido realizados na África, na China Oriental e no Reino Unido, os estudos na América Latina são de escassa expressão tanto no cenário local como global. Isso gera impossibilidades de uma base de conhecimento comparativa confiável. Conforme Sampson (2006, p. 53), "a aplicação empírica de estudos vicinais em outros contextos sociais é um mal necessário se nós queremos fazer progressos futuros em busca de compreender a generalização da ligação entre mecanismo social comunitário e índices de criminalidade". De fato, estudos multinível com propósitos de comparações entre realidades culturais, econômicas e sociais diferentes sobre a relação entre taxas de crimes e mecanismos sociais são

agulhas no palheiro nas pesquisas sociológicas no Brasil e em outros países do mundo.

Por fim, tentando fechar esse debate epistemológico, a sociologia dos efeitos da vizinhança também se depara com duas perspectivas mais gerais sobre tomadas de decisões no plano teórico e metodológico. Uma sobre os efeitos do contexto sobre o desenvolvimento do comportamento individual e, outra, sobre a explicação da variação de taxas de crimes através de comunidades. A primeira perspectiva defende desenhos de pesquisa que tomam o comportamento individual como unidade de análise e busca saber como e se as características vicinais influenciam as trajetórias de vida das pessoas. A segunda perspectiva tenta responder como variações de taxas de crimes entre comunidades ou vizinhanças tem relação com as diferenças estruturais de cada vizinhança investigada. Esta perspectiva levanta questões teóricas e metodológicas que vem orientando os estudos atuais sobre os efeitos da vizinhança, cujo problema central reside na validade e confiabilidade em modelos explicativos que sustentam o poder causal dos contextos sociais. Esta última perspectiva desemboca em um *hard problem* da sociologia contemporânea: a investigação e observação de como se articulam as redes vicinais entre si além de suas dinâmicas internas, ou melhor, como as vizinhanças locais estão articuladas dentro das grandes cidades. Os estudos sobre os efeitos da vizinhança devem procurar meios de ampliar seu foco saindo das investigações das dinâmicas internas vicinais para os aspectos verdadeiramente relacionais dos laços vicinais transversais e intersetoriais. Para Sampson (2006, p. 54), essa é uma questão das mais importantes no futuro das pesquisas sobre vizinhanças.

5 PROPOSTAS PARA UMA SOCIOLOGIA DO CONTEXTO E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA

No exposto acima, pode-se notar que uma descrição geral das teorias e abordagens dos efeitos da vizinhança, de certa forma, confunde-se, com o desenvolvimento das ideias da Escola de Chicago de sociologia urbana, em específico com a TDS. O conceito de desorganização social é definido como a inabilidade de uma comunidade realizar os valores comuns de seus residentes e, dessa forma, manter um efetivo controle social. Entretanto, nas recentes abordagens dos efeitos da vizinhança o conceito de desorganização social tem sofrido uma série de revisões juntamente com seu conceito correlato, capital social. O papel dos laços fortes com já não ocupa um lugar central na definição de desorganização social e capital social (SAMPSON, 2012, p. 38-39).

Apesar das críticas sofridas pela abordagem ecológica tradicional da Escola de Chicago, grande parte dos *insights* teóricos e metodológicos continua ainda orientando as perspectivas sociológicas das teorias dos efeitos da vizinhança. Uma das propostas mais discutidas sobre os efeitos da vizinhança na atualidade tem sido representada por Robert Sampson (2012). O núcleo do debate atual tem sido em apresentar a importância causal do contexto social local, em contraposição, às argumentações sobre a “ausência de lugares” (*placelessness*), da globalização, da revolução das tecnologias de comunicação e da existência de um mundo sem fronteiras. Sampson (2012) sustenta a ideia de que existem “fatos vicinais” (*neighborhood facts*) que são não somente observáveis como também mensuráveis empiricamente. Isso permite a continuação e o desenvolvimento de uma sociologia dos contextos sociais. Fatos como desigualdade social entre vizinhanças implicam que determinados fatores indicadores de desigualdade e desvantagem social coincidam com isolamentos geográficos de determinados estratos sociais. Além disso, uma série de problemas como criminalidade e outros relacionados à saúde tendem a acontecer em determinados espaços de nível vicinal e podem, portanto, ser compreendidos e explicados a partir das características dessas vizinhanças.

Rejeitando as explicações extremas de natureza individualista (*bottom-up*) e estruturalistas (*top-down*), as teorias sobre os efeitos da vizinhança expandem suas inquiuições para além dos efeitos sobre os comportamentos individuais e examina

uma “família de efeitos da vizinhança” com múltiplas unidades de análise, resultados e escalas temporais, saindo de pesquisas sobre os aspectos cognitivos e percepções individuais para a mais alta ordem das estruturas sociais das cidades. Assim, Sampson apresenta dez princípios orientadores e motivadores de uma série de hipóteses específicas e passíveis de uma diversidade de testes empíricos. São eles:

Um implacável foco sobre o contexto, especialmente na desigualdade vicinal concentrada e na estratificação social espacial.

Estudar as variações em nível da vizinhança por si mesmo e adotar um método sistemático do levantamento de dados baseado em métodos múltiplos com padrões públicos de mensuração – medidas ecológicas ou o que Stephen Raudenbush e eu chamamos de ecometria.

Focar nos mecanismos social-interacionais, social-psicológicos, organizacionais, e culturais da vida urbana não apenas em atributos individuais ou características compositivas tradicionais como composição racial e classe – em suma, nos mecanismos sociais que ligam a causa ao efeito. [...]

Estudar os processos da dinâmica da mudança estrutural da vizinhança.

Avaliar simultaneamente mecanismos da reprodução social e da continuidade cultural.

Incorporar no estudo da dinâmica da vizinhança o papel da seleção individual, assim suas fontes contextuais como também suas consequências sociais (ou resultados macro). Eu reivindico que o que nós pensamos comumente sobre o 'viés' seletivo é equivocado – a seleção é um efeito vizinhança.

Ao mesmo tempo, vá além tanto do indivíduo como do local para examinar os mecanismos espaciais que atravessam os limites da vizinhança. A desvantagem espacial, e não apenas as características internas da vizinhança, é importante para compreender seu índice de criminalidade de uma vizinhança.

Promover ainda, estudos da organização social e cultural da metrópole como um todo, incluindo as estruturas da ordem mais alta que criam as relações transversais além das vizinhanças espacialmente próximas.

Nunca perder de vista preocupações humanas com negócios oficiais e a melhoria da vida urbana – tirar consequências desenvolver implicações para intervenções ao nível da comunidade. Eu defendo

intervenções baseadas no lugar como alternativa principal às abordagens baseadas nas pessoas para reduzir o crime.

Por último, mais não menos importante, enfatizar a pesquisa empírica enquanto ao mesmo tempo tomar uma posição pluralista sobre a natureza da evidência necessária para avaliar a causalidade social – o que eu eventualmente terminei chamando de causalidade do contexto (SAMPSON, 2013, p. 04-05).

Sem dúvida, os dez pontos acima, sintetiza bem os encaminhamentos das pesquisas sobre os efeitos da vizinhança na atualidade. A partir dessas questões, Sampson e seus colegas vêm desenvolvendo uma agenda de pesquisa que tem, de maneira geral, orientado os estudos recentes sobre os efeitos da vizinhança na explicação da estabilidade e da mudança social em contextos sociais urbanos. Além de contribuir com a emergência de determinados processos sociais particulares dentro de certas estruturas ecológicas e sua ligação com diferentes taxas de criminalidade em comunidades, bairros e vizinhanças.

Vale salientar que o papel da causalidade contextual nos estudos sobre os efeitos da vizinhança é uma questão de natureza epistemológica que vem se desenvolvendo dentro da teoria sociológica. Confrontar a causalidade dentro de sistemas dinâmicos complexos e macroestruturas sociais habitadas por indivíduos e vizinhanças é apresentado, na atualidade, como um dos difíceis problemas da teoria dos efeitos da vizinhança (SAMPSON, 2013). Na atualidade, os estudos sobre efeitos vizinhança baseados nas pesquisas de Robert Sampson (2012) e seus colegas têm apontado para uma contribuição significativa. Isso tanto para a sociologia contemporânea, como para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança e controle da criminalidade urbana. Sampson procura compreender como ocorre a relação entre o contexto estrutural, interações sociais (redes sociais), eficácia coletiva e taxas de criminalidade em vizinhanças urbanas. Sem dúvida, é fundamental o desenvolvimento de trabalhos que venham a problematizar e/ou testarem os pressupostos de tal teoria. Tais estudos são imprescindíveis na contribuição para o desenvolvimento da teoria sociológica contemporânea, bem como para a pesquisa empírica no que tange o aprimoramento e sofisticação do método sociológico como um todo.

6 CONCLUSÃO

A tradição da filosofia analítica defende que o conhecimento da realidade consiste em uma decomposição do fenômeno social complexo em suas partes simples constitutivas. Tal orientação tem dado as linhas gerais da Sociologia Analítica que, por sua vez, hospeda as teorias dos efeitos da vizinhança desenvolvidas com finalidade de explicar a criminalidade nas grandes cidades. O método analítico corresponde à possibilidade de se construir modelos explicativos claros e precisos, abrindo mão da explicação nomotética para dar lugar à defesa por mecanismos causais.

Este capítulo definiu o conceito dos efeitos da vizinhança seguindo essa tradição analítica que sustenta também o modelo ecológico desenvolvido dentro da tradição da Escola de Chicago. O divisor de águas dos estudos tradicionais da Escola de Chicago, no que tange o uso dos efeitos da vizinhança, foi William Julius Wilson (1987) apresentando a tese de que existem mecanismos e processos sociais que operam em dimensões psicológicas que ajudam a explicar porque determinadas taxas de criminalidade violenta se mantêm ao longo do tempo em determinada vizinhança. A partir do estudo de Wilson, uma série de trabalhos teóricos e empíricos vem sendo desenvolvidos por cientistas sociais de vários países do mundo.

Os estudos sobre os efeitos da vizinhança consistem em demonstrar que as características do contexto social local têm um poder analítico explicativo tanto de fenômenos sociais locais como de comportamentos humanos individuais locais. Na medida em que fatores contextuais socioeconômicos associados com predisposições de ações coletivas dentro uma vizinhanças são articulados através de mecanismos sociais. Podem-se encontrar pistas importantes para explicar processos sociais associativos ou dissociativos locais, como bem-estar social ou altas taxas de criminalidade local.

Nos estudos sobre os efeitos da vizinhança podemos encontrar uma série de definições sobre o conceito que, de alguma maneira, são utilizados conjuntamente em pesquisas sociais. Os conceitos dos efeitos da vizinhança endógenos, efeitos da vizinhança correlatos e efeitos da vizinhança exógenos são, normalmente,

combinados na tentativa de apresentar aspectos vicinais interdependentes que aproximam a análise sociológica de modelos reticulares. O local é o ponto de partida dos efeitos da vizinhança, mas as vizinhanças são interdependentes e as ações individuais dependem também de características de outras vizinhanças.

No desenvolvimento da dos estudos sobre os efeitos da vizinhança podemos notar que as pesquisas sociais vêm incorporando a perspectiva reticular da ARS, sobretudo o uso analítico do papel dos laços sociais nas constituições das estruturais sociais vicinais. Exemplo emblemático é a abordagem da teoria sistêmica do controle vicinal desenvolvida por Bursik e Grasmick (1993), eles argumentam que a capacidade vicinal de auto-regulação é determinado pela extensão e densidade das redes formais e informais dentro da vizinhança que mantém os moradores unidos.

No mesmo diapasão, têm-se as pesquisas de Paul Bellair (1997) que apresentam a importância de mensuração dos laços sociais na explicação do controle vicinal sobre as taxas de criminalidade local. Bellair sinaliza uma mudança substancial na TDS, que é, justamente, a atuação dos laços fracos como mecanismos sociais e elemento constituinte das comunidades urbanas contemporâneas. Tal fato demarca a atuação da ARS dentro das abordagens dos efeitos da vizinhança e o fim da ideologia do lamento, na qual se proferia que a comunidade havia se perdido na sociedade contemporânea industrializada em função do enfraquecimento dos laços fortes, únicos responsáveis pela produção de coesão social e da vida comunitária.

Conforme apresentado neste capítulo, existem alguns problemas teóricos e metodológicos nas abordagens dos efeitos da vizinhança que exigem aprimoramentos nas técnicas de coleta e de análise de dados como a questão da seleção diferencial de indivíduos dentro da comunidade, ou seja, o viés de seleção que confunde a causa com o efeito. Algumas vezes, taxas de criminalidade pode ser resultado desse viés seletivo individual e não das características contextuais da vizinhança. Contudo, Sampson (2013) defende a ideia de que a maneira como alguns pesquisadores pensam sobre o viés de seleção são equivocadas, dependendo da qualidade da teoria adotada no desenho de pesquisa, o viés de

seleção pode ser visto apenas como mais um resultado dos efeitos da vizinhança, ou melhor, o viés seletivo é um efeito da vizinhança.

Hoje os estudos sobre os efeitos da vizinhança, apesar de continuar dentro uma perspectiva da TDS, tem se enquadrado em uma abordagem sociológica conhecida como sociologia dos contextos sociais (não confundir com uma perspectiva estrutural funcionalista tradicional), cuja proposta é difundir a existência de fatos vicinais que devido sua características empíricas apresentam um grau razoável operacionalização e reforço do local na constituição das unidades de análises nas pesquisas sociais. Assim, a causalidade contextual é um dos postulados fundamentais das teorias dos efeitos da vizinhança.

Afirma-se que os estudos sobre a violência e a criminalidade urbana, têm crescido bastante associados ao uso da análise dos contextos sociais e utilização de mecanismos e processos sociais nas explicações sociológicas. Acrescenta-se, ainda que as técnicas e teorias da ARS, embora usadas de maneira muito preliminar, tem descortinado problemas importantes relacionados à dinâmica da estrutura das comunidades e vizinhanças urbanas e sua relação com a manutenção ou modificação das taxas de criminalidade urbanas locais.

O próximo capítulo detalha os principais mecanismos sociais que são usados dentro dos estudos sobre os efeitos da vizinhança, bem como detalhar a definição de mecanismos causais e como estes operam na relação entre as características da vizinhança e a criminalidade. Dar-se uma ênfase maior ao mecanismo da eficácia coletiva e dos laços sociais, que podem ser traduzidos como capital social que podem operar conjuntamente na explicação das dinâmicas vicinais e sua relação com as taxas de crimes locais. Defende-se que a ativação dos laços sociais promovem possibilidades de residentes de vizinhanças e vizinhanças com vizinhanças compartilharem expectativas de ação para o controle social local, levando assim, o surgimento da eficácia coletiva comunitária e a diminuição das taxas de crimes dentro das vizinhanças. O capital social associado com a eficácia coletiva pode inibir a criminalidade local através de mecanismo de trocas de informação e entrelaçamento de fechamentos entre gerações entre adultos e crianças da vizinhança.

CAPÍTULO IV

MECANISMOS SOCIAIS E OS EFEITOS DA VIZINHANÇA: A EFICÁCIA COLETIVA.

1 INTRODUÇÃO

A importância do contexto físico e social para as pesquisas sociológicas atuais sustentam uma abordagem ecológica que leva em consideração o local, isso acontece através de estudos sobre os efeitos da vizinhança, bem como de dimensões das desvantagens vicinais, por exemplo, o isolamento geográfico da pobreza. Dessa forma, a estratificação vicinal e as diferenças ecológicas ainda continuam mostrando que a sociologia urbana da Escola de Chicago tem contribuições importantes a fornecer às pesquisas sobre a criminalidade urbana relacionada às características ecológicas e geográficas vicinais.

Os estudos dos efeitos da vizinhança evoluíram e como continuam ocupando um lugar importante em pesquisas urbanas que investigam, entre outros problemas sociais, a criminalidade. A inovação das pesquisas atuais reside no uso de técnicas avançadas de coletas de dados, como a econometria, bem como o uso de pressupostos epistemológicos baseados na ideia de mecanismo causal. Este capítulo aponta como operam esses mecanismos no modelo de estratificação vicinal defendido por Robert Sampson em suas pesquisas atuais.

Portanto, este capítulo apresenta o conceito de mecanismo causal como pressuposto metodológico da Sociologia Analítica. Apresenta, também, a eficácia coletiva como um dos mais importantes mecanismos causais vicinais usados nos estudos sobre os efeitos da vizinhança e da criminalidade urbana na composição de um modelo de estratificação vicinal. A ideia de mecanismo causal tem ligações com a filosofia da ciência, que sustenta os pressupostos da Sociologia Analítica que apoia os estudos dos efeitos da vizinhança trabalhados nesta tese. Este capítulo está dividido em duas seções centrais.

A seção 2 apresenta o conceito de mecanismo causal e a ligação com o debate sobre a existência de leis gerais dentro da sociologia. Depois de definir o conceito de mecanismo causal, mostramos a relação entre a capacidade preditiva e

explicativa das ciências sociais e o papel do mecanismo nos modelos explicativos que buscam apresentar relações de causa e efeito entre fenômenos sociais.

Na seção 3, o debate gira em torno do conceito de eficácia coletiva e seu papel como mecanismo causal vicinal. A eficácia coletiva, como mecanismo causal vicinal, é um dos principais conceitos utilizados para explicar como ocorre a dinâmica da criminalidade nos grandes centros urbanos. Ela opera como variável interveniente entre as características estruturais da vizinhança e as alterações nas taxas de criminalidade urbana.

2 MECANISMOS SOCIAIS DOS EFEITOS DA VIZINHANÇA

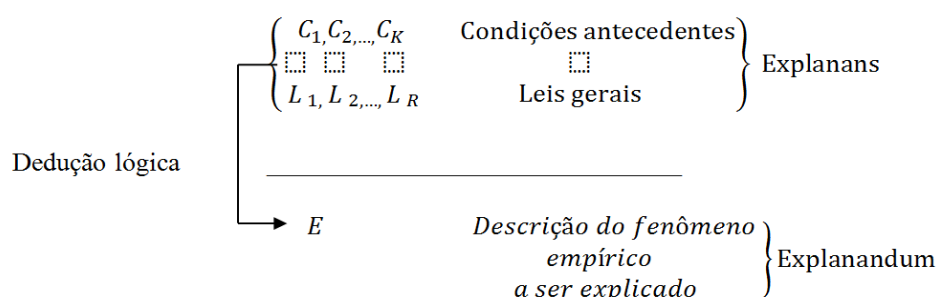
Os estudos sobre os efeitos da vizinhança apresentam várias diferenças entre eles. Isso ocorre, principalmente, quando se trata da maneira em que os processos e mecanismos sociais e institucionais vicinais são operacionalizados e teoricamente situados. Podem-se observar várias ordens de processos e mecanismos sociais que geram, do ponto de vista analítico, uma diversidade de dimensões teóricas e metodológicas orientando uma miríade de achados científicos nos estudos dos efeitos da vizinhança. Segundo Sampson (2002), existem quatro classes de mecanismos vicinais que, embora relacionados, apresentam, no campo da pesquisa empírica, validades independentes. São eles: a eficácia coletiva, os laços sociais, os recursos institucionais e as atividades rotineiras.

Os *insights* sobre mecanismos vicinais vêm, como vimos anteriormente, de uma proposta da Sociologia Analítica na qual grande parte dos estudos sobre os efeitos da vizinhança estão vinculados ao uso de mecanismos causais como estratégia metodológica. Portanto, antes de explorar a natureza e as características desses mecanismos vicinais, cabe-nos uma obrigação didática de apresentar um breve resumo sobre o conceito de mecanismo causal e sua importância na pesquisa dentro das ciências sociais nos dias atuais. Afinal, o que são mecanismos causais?

2.1 O Que São Mecanismos Causais?

A filosofia da ciência nos últimos anos tem apresentado propostas metodológicas diversas tanto para a formação de teorias como para o fortalecimento de procedimentos metodológicos usados na pesquisa científica. O conceito de mecanismos sociais apresenta uma inovação metodológica das mais avançadas na filosofia da ciência contemporânea, sobretudo no que tange a pesquisa e explicação científica nas ciências sociais. O problema da explicação científica e da pesquisa científica nas ciências culturais, de uma maneira geral, ganhou novos contornos a partir da reformulação do modelo de explicação científica desenvolvido por Carl Gustav Hempel. Essa reformulação se deu através da ideia de mecanismo social dentro da filosofia analítica. Da lá para cá, pouca tinta, ainda, foi gasta com pesquisas e explicações usando esses mecanismos causais nos modelos explicativos científicos. Para ilustrar, o esquema de Hempel abaixo é emblemático para a apresentação de um modelo de explicação científica positivista:

Figura 5 – Explicação científica por leis gerais



Fonte: Hempel (1998)

Através deste modelo de explicação científica, Hempel defende a possibilidade de um método científico aplicado às ciências naturais e sociais que apresente certo grau de previsão dos fenômenos sociais e naturais através da explicação causal. Porém, o mais importante nesse modelo explicativo é a aplicação do método dedutivo nomológico para as ciências sociais e culturais. Embora Hempel advogue a explicação causal para as ciências sociais, ele afirma que as regularidades encontradas nessas ciências não têm a mesma generalidade e a precisão encontradas na física e na química, ou seja, leis determinísticas são bastante improváveis (*unlikely*) nas ciências sociais e históricas (HEDSTROM, SWEDBERG, 1998). O caminho para a aproximação entre as ciências sociais e as ciências naturais reside em três proposições argumentativas desenvolvidas por Hempel (1988) como forma de responder determinadas negações sobre a unidade do método. A saber:

A primeira proposição corresponde à negação do uso do tipo causal de explicação e de leis gerais nas ciências sociais que advém do fato de que as atividades humanas são singulares, tem uma particularidade de serem únicas e não repetíveis. Entretanto, mesmo no campo da física os eventos são únicos uma vez que eles não se repetem neles mesmos. O que as leis gerais podem explicar são características específicas de um determinado evento, ou melhor, dado um evento com certas características específicas, ele é acompanhado de outro evento com certas características específicas e não o evento nele mesmo.

O segundo tipo de negação argumenta que usar princípios explicativos para o comportamento humano é impossível por conta da existência de variáveis contextuais atreladas a história de vida do indivíduo. Na física acontece a mesma coisa, o exemplo da fadiga do elástico e seus efeitos físicos específicos, depende de história do sistema envolvido na experiência.

A terceira negação se dá em função de que os comportamentos intencionais são relacionados à motivação e, portanto, são teleológicos. Esse problema se resolve quando se assume que o comportamento humano é causado por desejos e crenças. Por exemplo, se se tomar os desejos e as crenças como causas antecedentes (*explanans*) da ação humana individual, tem-se um modelo que não apresenta uma diferença formal entre explicação motivacional e explicação causal.

Sem dúvida, as tentativas de Hempel em utilizar a explicação causal nas ciências sociais, apesar de bastante avançada para época, apresenta certas limitações no que se refere à natureza dos objetos das ciências sociais, o comportamento humano individual e social. Portanto, o problema da intencionalidade, da racionalidade e da irracionalidade dos indivíduos faz uma diferença extraordinária comparada, por exemplo, a queda livre de um corpo ou de uma reação físico-química de um sal com um ácido.

Outra questão importante sobre as limitações do modelo dedutivo-nomológico do positivismo lógico é o problema da diferenciação entre leis gerais e regularidades acidentais. Conforme Halfpenny (1982, p. 65-66):

A força explicativa e a capacidade preditiva do esquema do D-N, baseiam-se em leis sustentadas por algum tipo de necessidade que permitam inferências de um antecedente para um consequente: dado o antecedente, o consequente deve ocorrer. Na ausência desta necessidade sobram meras generalizações acidentais, onde a ocorrência do antecedente não dá nenhuma garantia que o consequente irá ocorrer, e mesmo se o consequente ocorreu não se pode dizer que ocorreu devido ao antecedente³⁸.

³⁸ "The explanatory force and predictive capacity of the D-N schema relies on laws holding with some sort of necessity that licenses inferences from antecedent to consequent: given the antecedent, the consequent must occur. In absence of this necessity one is left with mere accidental generalizations, where occurrence of the antecedent gives no guarantee that the consequent will follow, so that even if the consequent does occur, it cannot be said to have occurred because of the antecedent".

Portanto, existem problemas na explicação causal por meios de leis gerais que os positivistas lógicos, tradicionais, não resolveram. Ou seja, existe um impasse de natureza formal que reside na impossibilidade de diferenciar formalmente as leis gerais de generalizações acidentais. Todavia, na filosofia da ciência contemporânea, baseada em mecanismos causais, é apresentada a possibilidade de se resolver essa questão.

A ideia de mecanismo, como vista atualmente, tem colocado em xeque as explicações científicas tradicionais. Exemplo disso é a explicação fundamentada em leis gerais. Segundo Hedström e Swedberg (1998), o modelo de explicação causal advogado por Carl Hempel baseado em leis gerais (*covering-law*) providencia a justificação do uso da '**black-box**' (caixa-preta) para explicações nas ciências sociais, mas ele não estipula que mecanismo está ligando o *explanans* ao *explanandum*. A importância da ideia de mecanismo neste sentido ajuda a distinguir a causalidade genuína da associação acidental, como também a distinção entre associação espúria e associação real.

É reconhecida a crítica feita por Roy Bhaskar (1996) à teoria da explicação de Hempel. Conforme Bhaskar, a subjunção dedutiva não explica o fenômeno, ela apenas generaliza. Existe a necessidade de se introduzir novos conceitos por fora do *explanandum*, como modelos descrevendo os mecanismos geradores da explicação. A contribuição desse realista crítico, à filosofia da ciência, com aporte em mecanismos, é bastante sofisticada e ampla. Outra contribuição de relevância sobre o uso de mecanismos causais tem sido desenvolvida por Jon Elster. Apesar da defesa por um modelo de explicação dos fenômenos sociais baseada em um tipo de individualismo metodológico revisitado, Elster apresenta uma definição do conceito amplamente utilizada por cientistas sociais que defendem uma sociologia relacional que articule a agência e a estrutura, micro e macro fenômenos em modelos sociológicos explicativos e compreensivos.

Na tentativa de elucidar o que é realmente um mecanismo, Elster (1999) faz as seguintes perguntas. Existem generalizações tipo leis (*lawlike generalizations*) nas ciências sociais? Se não, estamos nós voltando para a mera descrição e narrativa? Sua resposta é não, para as duas perguntas. Na verdade, existe uma terceira opção que é a ideia de mecanismo causal. A ideia de mecanismo está no

nível intermediário entre leis e descrições entre o eixo nomotético e idiográfico. De uma forma geral, “falando grosso modo, mecanismos são acontecimentos frequentes e padrões causais facilmente reconhecíveis que são detonados sob condições geralmente desconhecidas ou com consequências indeterminadas. Eles permitem-nos explicar, mas não prever” (ELSTER, 2007, p. 36). O problema das condições e das consequências (causa e efeito) é resolvido pela ideia de mecanismo de uma maneira realista. O esquema a abaixo representa bem uma ideia sobre mecanismo.³⁹

Figura 6 – Mecanismo causal



Fonte: Hedström; Swedberg (1998, p. 9)

Segundo Hedström e Swedberg (1998), o que caracteriza uma caixa-preta é a ligação o entre o *input* e o *output*, ou entre *explanans* e *explanandum*. O mecanismo explicativo é simplesmente um coeficiente de regressão que liga *I* e *O*, ele descreve a influência causal entre *I* e *O*. Um mecanismo é o antônimo de lei científica. Conforme Elster (1999, p. 06), isto pode ser descrito em termos mais abstratos da seguinte maneira: a lei tem a seguinte forma “se condições C1, C2,...Cn sempre se obtém E”. Afirmar sobre mecanismo pode ser “se C1, C2,...Cn, algumas vezes se obtém E”. Se formos de uma caixa-preta para um mecanismo temos a seguinte ideia: “se A, então sempre B” para “Se A, então sempre C, D, e B”. Conforme Elster (2007, p. 32-33),

Para resolver estes problemas, argumenta-se frequentemente que deveríamos repor a ideia de uma lei geral pela ideia de um mecanismo. Realmente, como uso o termo ‘mecanismo’ com um tardio sentido especial, usarei a frase “cadeia causal” (causal chain) para denotar o que estou pensando aqui. Em vez de tentar explicar um evento do tipo E através do enunciado ‘para todos os eventos C1, C2,..., Cn ocorre um evento do tipo E que se segue’ pode-se tentar estabelecer a cadeia causal que domina a partir das causas C1,

³⁹ Este esquema foi retirado do artigo de HEDSTRÖM, Peter, SWEDBERG, Richard (1998), Social Mechanisms: An introductory essay, p. 09.

C2,... Cn, tendendo para E. Este passo é frequentemente referido como 'abrir a caixa preta'. Suponhamos que sabemos que fumantes inveterados estão muito mais propensos entre outros de ter um câncer no pulmão. Esse fato provavelmente pode ser porque ser fumante é uma causa do câncer de pulmão, ou porque as pessoas com disposição de fumar têm também disposição para o câncer (talvez haja uma disposição genética para os casos de câncer no pulmão estarem ligados a genes que fazem algumas pessoas se viciarem mais em nicotina). Para estabelecer a primeira explicação, teremos que exibir uma cadeia de relações causa-efeito fisiológicas que começam com fumar pesadamente e terminam com câncer no pulmão. A explicação final será mais detalhada (fine-grained), terá mais ligações causais, e será mais convincente do que o enunciado da caixa-preta 'Fumar causa câncer'⁴⁰.

A capacidade preditiva das leis gerais é abandonada com o uso de mecanismo na explicação. Entretanto, ao se perder a força preditiva se ganha com a força da explicação, eliminando, assim, possíveis relações causais fortuitas ou regularidades acidentais entre eventos naturais ou fenômenos sociais. A filosofia da ciência contemporânea apresenta um grau de maturidade bastante elevado em relação ao que foi produzido no fim do século XIX e início de século XX. O debate entre metodologias quantitativas e qualitativas tende a ser superado conforme os interesses científicos dos pesquisadores (KING, KEOHANE, VERBA, 1994). Embora, exista uma diferença do ponto de vista do estilo e das técnicas empregadas, o modelo lógico inferencial e o desenho do projeto tendem a ser os mesmos tanto nas pesquisas qualitativas quanto nas quantitativas.

É relevante salientar que o uso de teorias de médio alcance está associado, na atualidade, ao emprego de mecanismos geradores ou sociais, fato de extrema importância na superação das visões extremas que dominaram a filosofia da ciência por um longo tempo, como o exemplo da divisão clássica entre método nomotético e

⁴⁰ "To get around these problems, it is often argued that we should replace the idea of general law with that of a *mechanism*. Actually, as I use the term 'mechanism' in a special sense later, I should use the phrase 'causal chain' to denote what I have in mind here. Rather than trying to explain an event E by statement 'Whenever events C1, C2, ..., CN occur, an event of type E follows', one may try to establish the causal chain that leads from the causes C1, C2, ..., Cn, up to E. this step is often referred to as 'opening black box'. Suppose we know that heavy smokers are much more likely than others to get lung cancer. This fact may be due to the fact either that smoking is a cause of lung cancer or that people disposed to smoking also are disposed to the cancer (perhaps genes predisposing for lung cancer are linked to genes that make some people more readily addicted to nicotine). To establish the former explanation, we will have to exhibit a chain of physiological cause-effect relation that begins with heavy smoking and ends with lung cancer. The final explanation will be fine-grained, have more causal links, and be more convincing than black-box statement 'Smoking causes cancer'"

o idiográfico. Portanto, a possibilidade de pesquisadores realizarem trabalhos conjuntos com domínio de saberes diferentes, ou mesmo epistemologicamente distintos, podem contribuir com o fortalecimento da interdisciplinaridade entre as ciências, sejam elas “naturais” ou “sociais”.

A ideia de mecanismo nas ciências sociais é de suma importância para uma explicação consistente. Dado que tanto os modelos descritivos quanto às leis gerais nas ciências sociais precisam de um amadurecimento, ainda ausente. O uso de mecanismos fortifica as inferências estatísticas retiradas de associações entre eventos, além de fornecer uma explicação mais próxima da realidade. A próxima seção apresenta o mecanismo causal vicinal mais usado dentro das pesquisas sobre os efeitos da vizinhança e a criminalidade urbana na atualidade.

3 A EFICÁCIA COLETIVA COMO UM MECANISMO SOCIAL DOS EFEITOS DA VIZINHANÇA

O conceito de eficácia coletiva aparece pela primeira vez no artigo seminal de Sampson, Raudenbush e Earls (1997, p. 918), “definida como coesão social entre vizinhos combinada com suas disposições para intervir em nome do bem comum, está associada à redução da violência”. Em seu último livro, Sampson define a teoria e o conceito de eficácia coletiva através de dois mecanismos: a) coesão social e b) expectativas compartilhadas de controle. Para Sampson (2012, p. 152), “o conceito de eficácia coletiva juntos desenham dois mecanismo fundamentais – coesão social (a parte de 'coletividade' do conceito) e expectativas compartilhadas para controle (a parte de 'eficácia' do conceito)”. A possibilidade do estabelecimento dessa ligação, entre indicadores de desorganização social e de expectativa de ação e mobilização de recursos, torna o conceito de eficácia coletiva um mecanismo de enorme força explicativa das diferentes taxas de criminalidade entre comunidades locais de grandes centros urbanos.

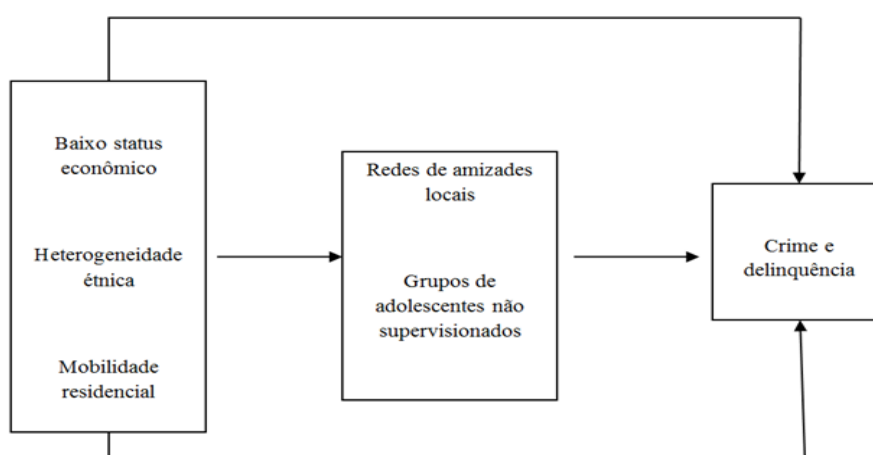
Sem dúvida é Sampson e seus colegas que desenvolvem e operacionalizam o conceito de eficácia coletiva como mecanismo social dentro de pesquisas sobre os efeitos da vizinhança e criminalidade. Entretanto, a Escola de Chicago é o berço da TEC. Os estudos de Ecologia Humana de Robert Ezra Park e a TDS de Clifford Shaw e Henry McKay são os pilares da TEC. Park (1936, p.12), pioneiro da Escola de Chicago, defende a ideia de que toda sociedade é em qualquer lugar uma organização de controle social. Em outras palavras, a função da sociedade ou comunidade é organizar, integrar e direcionar o estado natural da cooperação competitiva que existe entre os seres humanos tais quais as espécies que existem no reino biológico, dado o exemplo do darwinismo social. Entretanto, essa ecologia humana é bastante distinta da ecologia dos outros animais dada a presença da cultura que difere da ordem estática do reino animal como um todo.

Na mesma linha de Park e Burgees, seguiram-se às investigações sobre o crime em comunidades locais feitas por Clifford Shaw e Henry McKay. Embora as pesquisas na criminologia moderna tenham as influências de Shaw e McKay, o que se tem como achado científico de importância são suas inferências a respeito da relação que existe entre a composição socioeconômica e as taxas de delinquência

em comunidade locais. A hipótese geral de Shaw e McKay — o baixo *status* econômico, a heterogeneidade étnica, a mobilidade residencial e os transtornos familiares aumentam as taxas de delinquência em comunidades locais — foi testada pela primeira vez por Robert Sampson e W. Byron Groves em 1989. Os resultados foram publicados na *American Journal of Sociology*, em um artigo chamado *Community Structure e Crime: Testing Social-Desorganization Theory*.

A figura abaixo ilustra a versão estendida do modelo causal da teoria da estrutura sistêmica comunitária e as taxas de crimes e delinquência de Shaw e Mckay. O esquema foi testado por Sampson e Groves, a figura abaixo foi retirada do artigo de Sampson supracitado.

Figura 7 – Versão estendida da TDS



Fonte: Sampson; Groves (1989, p. 783)

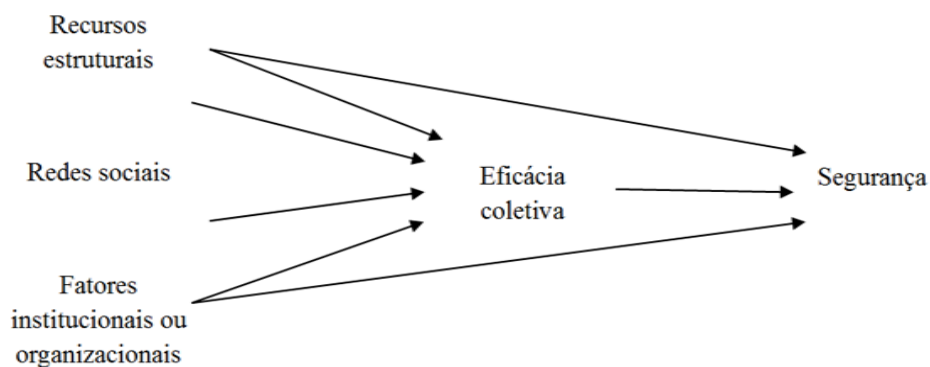
Sampson (1989, p. 775) argumenta que a carência de testes da teoria de Shaw e McKay não se deveu exatamente à falta de *insights* teóricos, mas sim por falta de dados relevantes. Ele cita exemplos do trabalho de Heitgerd e Bursik, onde os próprios autores concluem que os estudos ecológicos tradicionais, incluindo os deles, pecam por não conseguirem um exame adequado das redes formais e informais que ligam a estrutura da comunidade social ao crime. Segundo Sampson, a novidade de sua pesquisa deveu-se ao uso de um amplo levantamento de dados para construir medidas de nível comunitário tanto de fatores estruturais exógenos como das dimensões mediadoras da desorganização social; o uso de dados de autoresposta (*self-reported*) sobre ofensores e vítimas e; a construção de taxas de

crimes e delinquência não dependentes do sistema oficial de justiça criminal. Tais procedimentos metodológicos habilitam os autores a medir e testar diretamente as hipóteses, em mais de 200 comunidades locais, da teoria do crime e delinquência em nível comunitário derivadas de Shaw e McKay.

Nos estudos sobre criminalidade urbana, o conceito de “eficácia coletiva” tem sido usado como um forte indicador da capacidade de vizinhanças se mobilizarem em favor de um controle social sobre o comportamento criminoso. O conceito é referencial teórico para inúmeras pesquisas realizadas principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. A escola norte-americana referência nesses estudos é a *Chicago School of Urban Sociology*. No Brasil, o sociólogo Claudio Beato Filho, da UFMG, tem feito uso do conceito em pesquisas sobre vitimização na cidade de Belo Horizonte-MG, como também, a antropóloga Alba Zaluar nas suas pesquisas em comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

O estudo da eficácia coletiva tem como princípio uma releitura da TDS sobre uma ótica da ARS. Observou-se que a relação entre capital social e índices (baixos ou altos) de criminalidade não se concretiza em função da ausência de uma capacidade de cooperação social, que se explica a partir do conceito de eficácia coletiva. O aspecto operacional do conceito de eficácia coletiva reside na capacidade de medir a disposição dos vizinhos interferirem no que é comunitário com ações práticas. O esquema explicativo do modelo causal da teoria da estrutura sistêmica comunitária sobre as taxas de crimes e delinquência de Shaw e McKays, da figura 02, é aprimorado pelo modelo de Robert Sampson, onde os fatores estruturais são complementados pela análise da qualidade dos laços sociais que são, por sua vez, fontes de capital social. A figura 03, abaixo, apresenta o modelo causal usado por Sampson no início de suas pesquisas sobre efeitos da vizinhança e a criminalidade urbana.

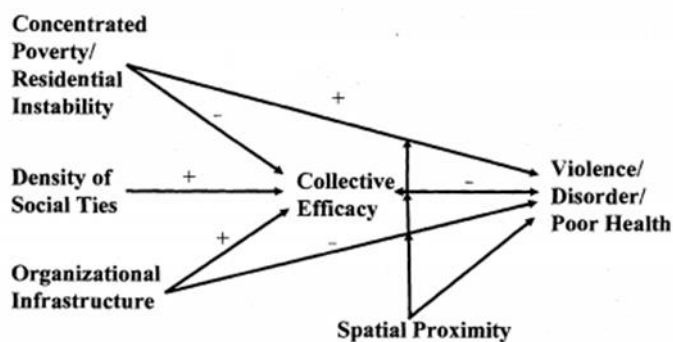
Figura 8 – desigualdade vicinal, processos sociais e segurança



Fonte: Sampson (2004, p. 163)

Abaixo temos, ainda, um exemplo da Teoria da Estratificação Vicinal desenvolvida por Sampson (2006, p. 44), para dar conta da conjunção dos mecanismos apresentados acima como um modelo explicativo que tem como mecanismo causal a eficácia coletiva.

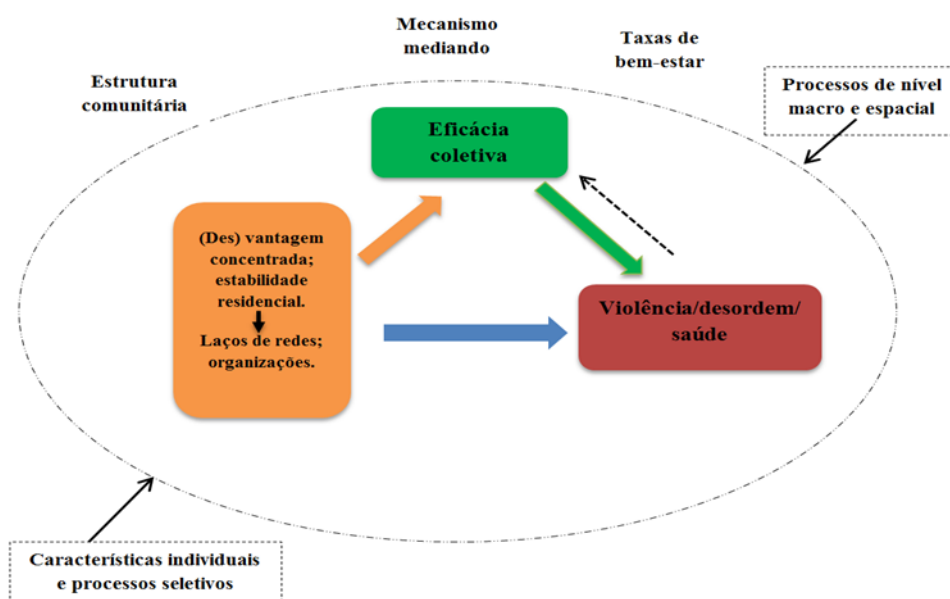
Figura 9 – Teoria da Estratificação Vicinal, mecanismos sociais e taxas de violência.



Fonte: Wikström; Sampson (2006)

O conceito de eficácia coletiva da vizinhança consegue capturar a ligação entre características estruturais das comunidades e vizinhanças e o controle das taxas do crime e da delinquência local. Para Sampson (2004b, p. 108), “o mecanismo causal chave na TEC é o controle social realizado sob as condições de confiança social”. O esquema apresenta as redes sociais como fontes de capital social e de predição de eficácia coletiva. O sentido do conceito de capital social usado por Sampson é o mesmo daquele usado por Robert Putnam e Ronald Burt. Ou seja, as fontes do capital social são os laços fracos e os laços fortes: no que remete a uma perspectiva de laços fortes temos os fechamentos reticulares; e no que tange aos laços fracos temos os buracos estruturais. Sampson adota a importância dada aos buracos estruturais por Burt e a ideia de capital social de ponte (*brinding*) usado por Putnam. De maneira geral, Sampson também tem uma noção geral de capital social como uma metáfora de vantagens competitivas de um grupo sobre o outro, de uma comunidade em relação à outra. Indivíduos ou grupos podem estar em melhores condições quando de alguma forma estão melhores conectados. Abaixo temos a figura 04 que representa um “esquema conceitual da teoria da eficácia coletiva e do bem-estar comunitário”, segundo Sampson (2012, p. 161).

Figura 10 – Arcabouço conceitual da teoria da eficácia coletiva e o bem-estar



Fonte: Sampson (2012, p. 161).

Conforme a figura acima, o nível de complexidade da dinâmica dos efeitos da vizinhança e do papel da eficácia coletiva aumenta com a inserção de um conjunto de fatores e variáveis que atuam junto às taxas de criminalidade, desordem e saúde nas comunidades urbanas. As desigualdades de recursos e outras forças estruturais que atuam por fora das vizinhanças fogem ao controle imediato dos residentes e a produção de eficácia coletiva. Nesse esquema, tanto os processos sociais de nível macro como os processos espaciais tem igual importância, comparados aos processos de seleção individual. A linha pontilhada que liga os resultados de violência, desordem e saúde indica um *feedback loop* entre os mecanismos geradores e seus efeitos. O esquema também aponta a importância das organizações e da densidade dos laços influenciando as taxas de violência e o bem-estar das vizinhanças mediado pela eficácia coletiva.

Na perspectiva de Burt (2007), como já apresentado no primeiro capítulo, o papel dos laços fracos dentro das comunidades urbanas é essencial para a geração de recursos estruturais tais como segurança, ambiente limpo, educação de qualidade para as crianças, trocas recíprocas de informações e serviços entre famílias que podem melhorar as condições dessas comunidades através desses bens públicos. Como afirma Sampson (2004, p. 162), “ultimamente, então, eu vejo o papel das redes sociais na produção de eficácia coletiva não simplesmente como uma panaceia, mas como dependente de contextos estruturais e normativos específicos”. Embora Sampson use genericamente a expressão “redes sociais”, o autor busca fazer uma diferença entre esses diferentes laços de redes (fontes de capital social) e a eficácia coletiva. A figura 04 representa bem o entendimento de como opera a eficácia coletiva como mecanismo causal dentro de uma dinâmica reticular.

A eficácia coletiva é o conjunto ou soma da confiança interpessoal, coesão social e predisposição para intervir no controle social. Segundo Sampson (2009, p. 1581), “esta ligação de confiança com coesão mais expectativas compartilhadas para o controle foi definida como ‘eficácia coletiva’ vicinal”. A eficácia coletiva está relacionada às expectativas compartilhadas e engajamento mútuo dentro das comunidades urbanas visando um controle do crime. Para Sampson (2009, p. 1582), essas expectativas de exercício do controle promovem o aspecto agenciador

(*agentic*) da vida social sob uma perspectiva de acumulação de estoques e de recursos.

Conforme Sampson (2009, p. 1582), “distinguir entre os recursos potenciais representados por laços reticulares pessoais, de um lado, e expectativa compartilhada entre vizinhos para engajamento no controle social representado pela eficácia coletiva, de outro lado, ajuda a clarificar a disputa sobre capital social vicinal” e eficácia coletiva na explicação do controle social local. Sampson conclui que as redes sociais afetam o capital social, na medida em que criam também condições sob as quais surge a eficácia coletiva. Entretanto os laços de redes e o capital social por, si somente, são insuficientes para o exercício do controle social.

3.1 Indicadores Sociais Empíricos Utilizados Comumente para Medir Eficácia Coletiva

Para a mensuração da eficácia coletiva, do ponto de vista prático, normalmente são construídos índices estatísticos. O grupo de variáveis do índice de eficácia coletiva estão relacionados ao controle social informal, a coesão social e a confiança. O controle social informal é a capacidade e predisposição dos vizinhos de estabelecerem um controle social informal nos grupos vulneráveis à criminalidade. A medida de controle social proposta por Sampson (2004) remete a construção de perguntas sobre a probabilidade da vizinhança em colaborar com a observação de crianças que faltaram à escola e estão “matando” tempo na esquina; ou a possibilidade de cooperação para a manutenção de postos de vigilância pública ou privada que estão ameaçados de sair da comunidade por falta de recursos financeiros; a disposição de ajudar o vizinho em momentos de dificuldades, bem como a ausência de conflitos em compartilhar valores sociais.

A operacionalização do índice de controle social informal seguido pelo esquema de Sampson (1997) usa a escala de Likert de cinco itens (muito provável, provavelmente, nem é provável nem improvável, improvável, muito improvável). Os entrevistados são indagados sobre a probabilidade sua e de seus vizinhos de fazerem intervenções sobre:

Crianças que deixam de ir para escola e se aglomeraram nas esquinas com outros colegas;

Crianças que estão pichando em muros locais;

Crianças que mostram desrespeito a um adulto;

Intervir em brigas de frente a sua casa;

Ajudar na manutenção de algum posto policial local.

Para a operacionalização do índice de coesão social e confiança, também é usada a escala de Likert representada pelos cinco itens relacionados acima. Os entrevistados serão perguntados sobre seu grau de concordância em relação:

As pessoas da vizinhança estão dispostas a ajudar uns aos outros;

Esta é uma vizinhança bem unida;

As pessoas daqui da vizinhança são de confiança;

As pessoas aqui geralmente se dão bem uns com os outros;

As pessoas aqui na vizinhança não pensam muito diferentes umas das outras.

Pode-se observar que tais indicadores podem ser utilizados em diferentes contextos sociais e culturais, uma vez que na dinâmica das vizinhanças, do ponto de vista prático, tais indicadores são bastante viáveis de serem generalizados empiricamente. O que parece um problema sério é a separação, do ponto de vista teórico, dos indicadores de coesão social da eficácia coletiva como homólogos de indicadores de capital social. Acredita-se que a separação entre laços fracos e laços fortes pode ser um ponto de partida crucial para o estabelecimento dessa separação teórica, como também empírica.

3.2 As Tendências Atuais da Teoria da Eficácia Coletiva

A explicação do crime dentro do debate criminológico atual pontua a importância do estudo e a integração de três conceitos chaves: contexto, mecanismo e desenvolvimento. Segundo Wikström e Sampson (2006, p. 02), "nós discutimos especificamente que a criminologia carece de uma estrutura conceitual coerente que ligue sistematicamente o contexto social e o desenvolvimento individual com uma teoria do mecanismo causal". Portanto, a tendência das pesquisas sobre criminalidade e vizinhanças vem estabelecendo uma particular abordagem

epistemológica para a utilização dos mecanismos causais em seus modelos explicativos como forma de estabelecer uma ligação entre o contexto social (estrutura social) e o desenvolvimento do comportamento individual (agência).

A TEC tem reconsiderado o papel dos laços fortes e dos laços fracos na explicação das taxas de crimes vicinais. Apesar da TDS tradicional considerar que os laços fortes são fundamentais para produzirem coesão e controle social informal, na atualidade esse panorama tem se modificado. Conforme Sampson (2011), “expectativas compartilhadas de controle social e conexões estratégicas produzem ações que podem ser promovidas na ausência de laços fortes entre vizinhos.” (*Share expectation for social control and strategic connections that yield action can be fostered in the absence of thick ties among neighbors*). Portanto os novos caminhos da TEC sinalizam um uso intenso da ARS dentro do arcabouço explicativo da relação vizinhança e crime. Dessa forma, grupos de pesquisadores, na atualidade, vêm se reunindo para confirmar o estabelecimento de uma rede de pesquisa internacional acomodando a TEC através do SCoPiC (*Social Context of Pathways in Crime*). Os trabalhos integram abordagens que vão desde um nível individual genético até aos meios ambientes familiares, para situações de configurações comportamentais ecológicas e para contextos de nível macro de comunidades e sistemas sociais.

3.2.1 Alcances e Limitações da Teoria da Eficácia Coletiva

Como já considerado anteriormente a TEC reside em um arcabouço teórico mais amplo que, em termos gerais, podemos chamar de uma ecologia do crime, ou seja, como um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares pode explicar e compreender os fatores contextuais de meio social na dinâmica da criminalidade em comunidades urbanas. Pode-se, então, a partir dessa problemática para apontar o alcance da TEC de duas maneiras, de um ponto de vista teórico e de um ponto de vista empírico. Lembre-se que essa separação entre o teórico e o empírico se dá de maneira heurística e analítica.

As limitações teóricas da eficácia coletiva podem ser resumidas em um problema que é apresentado sobre a relação entre fenômenos que existem de fato e fenômenos que são apenas percebidos por determinados indivíduos dentro de uma vizinhança. De tal forma que um problema teórico fundamental da eficácia coletiva é

sua ligação com uma perspectiva estruturalista e sua ligação com a perspectiva da teoria da abordagem de rotina. Existe uma eficácia coletiva objetiva que pode ser verificada por investigações dos desenhos estruturais de comunidades e contextos ou existe uma eficácia coletiva percebida pelos indivíduos? O conceito de eficácia coletiva percebida, desenvolvido por alguns autores, é o ponto central do debate (GODDARD; HOY; WOOLFOLK HOY, 2004).

Sobre as limitações empíricas da eficácia coletiva, os primeiros estudos empíricos desenvolvidos para testes e verificações da falseabilidade ou refutação da TEC, deram-se através do banco de dados do *Project on Human Development in Chicago Neighborhoods* (PHDCN). Foram combinados 847 setores censitários na cidade de Chicago para criar 343 “*neighborhood clusters*” (NCs) (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997). A partir de então vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos e o ponto central desses trabalhos são estudos comparativos que evidenciem o poder explicativo da eficácia coletiva. Foram feitos estudos na Suécia, em Estocolmo, na África, no Reino Unido, na China oriental e outros que confirmaram o poder explicativo da eficácia coletiva (Sampson, 2012, p. 161-168).

Porém, estudos desenvolvidos na América Latina têm apresentado algumas exceções sobre a aplicabilidade empírica da eficácia coletiva, sobretudo pesquisas desenvolvidas dentro de vizinhanças no Brasil, em áreas de favelas, que apresentam um alto nível de coesão social e onde existe a presença de milícias armadas, policiais corrotos, cartéis e tráfico de drogas (VILLAREAL, SILVA, 2006; ZALUAR, RIBEIRO, 2009; DAVIS, 2006). A necessidade de encontrar o porquê do problema da inviabilidade do uso da eficácia coletiva no Brasil promete uma agenda de pesquisa que está apenas começando.

4 CONCLUSÃO

A Sociologia Analítica, conforme o capítulo III aponta para a importância dos mecanismos causais na explicação de fenômenos sociais complexos. Portanto, este capítulo, apresentou em linhas gerais o conceito de mecanismo causal e exemplos de mecanismos sociais vicinais utilizados com mais frequência nas pesquisas sobre a criminalidade urbana local. No que tange ao papel dos mecanismos causais, fica claro que essa é uma ferramenta teórica metodológica capaz de identificar caminhos de causalidade entre determinados fenômenos sociais que nos ajudam a separar possíveis associações espúrias ou fortuitas nas relações estatísticas entre variáveis. Além disso, os mecanismos deixam de lado as explicações nomotéticas e os ideais de predição científica nas ciências sociais por modelos explicativos *post facto*. A adoção dessa ferramenta representa o núcleo epistemológico das teorias dos efeitos da vizinhança nos dias atuais.

A eficácia coletiva como um mecanismo causal é uma junção de dois mecanismos, a coesão social e expectativas de controle compartilhadas. Podemos dizer também que a TEC é um tipo de releitura da TDS que tem como inovação a incorporação de *insights* da ARS. Dessa forma, a eficácia coletiva opera nos modelos explicativos da criminalidade como uma variável interveniente, facilitando o entendimento de como a influência conjunta entre variáveis independentes (recursos estruturais, redes sociais, fatores institucionais) estão associados às alterações nas taxas de crimes em comunidades locais.

Além dessa atuação como mecanismo causal, a eficácia coletiva supõe uma teoria geral da eficácia coletiva. Essa teoria tem sido desenvolvida por Robert Sampson (2013) e está representada nesta tese na figura 04, deste capítulo. Existe uma dinâmica complexa dos efeitos da vizinhança nas comunidades urbanas onde o relé que detona o poder de regulação de um conjunto amplo de fatores de níveis diversos é a eficácia coletiva. Esses fatores incluem características espaciais, estrutura comunitária, características individuais, *status* sócio econômico e outros. De fato, afirma-se que o sistema que liga esses fatores opera de maneira reticular, que se funcionar corretamente favorece mecanismos de retroalimentação através de um *feedback loop*.

Na verdade, percebe-se um novo modelo de teoria sistêmica de controle social vicinal. O grande problema é justamente a articulação desse modelo sistêmico com a ARS. O método e as técnicas da ARS não têm sido aplicados nas medições dos laços sociais e na produção de capital social. O modelo da TEC ainda trabalha com atributos individuais para medir capital social. Na ARS, como apresentado no capítulo II, os atributos individuais são de certa forma ainda usados, mas as medidas reticulares são, corretamente, alcançadas através de mensurações relacionais. Mas o que é importante é que a confluência dos modelos é possível através das técnicas metodológicas multinível.

Outra limitação do modelo da eficácia coletiva tem sido seus limitados testes em outros contextos culturais diferentes dos anglos americanos. Algumas pesquisas já foram feitas na América Latina, mas aqui no Brasil somente três estudos foram realizados e, assim mesmo, com técnicas metodológicas bastante distintas, embora com resultados muito semelhantes. O poder da eficácia coletiva no Brasil tem se apresentado pouco eficiente nos contextos sociais estudados. Acredita-se que isso se deve ao fato de que as medidas utilizadas não foram bem adaptadas aos contextos sociais estudados, além de certa confusão conceitual feita por alguns pesquisadores.

Por fim, defende-se que uma associação entre a eficácia coletiva, como mecanismo social vicinal, e os outros mecanismos vicinais como os laços sociais, os recursos institucionais e as atividades rotineiras podem ajudar na aplicação desse modelo sistêmico de controle social vicinal na realidade brasileira. Existe uma necessidade de fortalecimento dessas referências teóricas e de métodos de adequação das variáveis e fatores que atuam nesse modelo sistêmico dentro da realidade brasileira. O modelo tem uma dinâmica ecológica de interdependência que, do ponto de vista empírico, é muito difícil estabelecer medidas efetivas e resultados estáveis em realidades culturais muito discrepantes.

CAPÍTULO V

A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA E A ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS: PARA A CONTRUÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA RETICULAR DO CRIME

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma proposta específica da construção de uma sociologia reticular do crime. Tal empreendimento resulta da possibilidade teórica e metodológica da interseção da TEC com a ARS. A particularidade de uma possível sociologia reticular do crime remete primeiro, na convergência que existe entre as duas abordagens, o emprego de modelos sociológicos de orientação estrutural — sem, porém serem deterministas — que relevam a importância do contexto social na explicação de fenômenos sociais complexos; e, o segundo, a utilização das técnicas de pesquisa utilizadas na econometria associadas às técnicas de medição reticulares das relações sociais.

Portanto, o resultado, do ponto de vista analítico e empírico, da aplicação de uma sociologia reticular na explicação de fenômenos sociais como a criminalidade urbana é a possibilidade de criação de modelos sociológicos mais próximos da realidade social e, portanto, das dinâmicas reais das interações sociais subjacentes às estruturas de determinados contextos sociais vicinais. Sem embargo, os desenhos reticulares de vizinhanças associados a dados econométricos, uma vez mapeados, podem ajudar o pesquisador em predições sociais de médio alcance de uma série de fenômenos sociais complexos.

Este capítulo está dividido em uma introdução, quatro seções e uma conclusão. A seção 2 apresenta pontos de similitudes entre a ARS e a TEC. A convergência entre as duas abordagens estão situadas de forma marcante na importância dada ao contexto social e na perspectiva de uma análise multinível de fenômenos sociais micro e macro. Uma boa ilustração para uma análise multinível é a metáfora com uma boneca russa onde, a boneca, tem uma sobreposição de vários níveis perfazendo, quando montado, uma estrutura única.

A seção 3 apresenta os problemas da TEC na utilização de técnicas de medidas de coesão social quando elaboradas a partir do conceito de capital social e as fontes de capital social como os laços fortes e os laços fracos. Observa-se que o uso de medidas reticulares em pesquisas empíricas baseadas nas teorias dos efeitos da vizinhança é, em grande medida, limitado quando comparado às técnicas desenvolvidas e utilizadas pela ARS. Portanto, esta seção apresenta possibilidades de medidas reticulares que podem ser utilizadas nos estudos sobre vizinhança e criminalidade urbana.

A seção 4 pretende mostrar que as análises feitas pela perspectiva da TDS em suas versões atuais, como a teoria sistêmica do controle comunitário e a TEC, baseadas em modelos multinível com medidas de processos vicinais, podem adotar a análise das redes sociais em seus estudos como forma de produzir uma melhor interpretação dos efeitos vicinais sobre a criminalidade urbana. Os desenhos de redes apresentam pistas importantes sobre a atuação dos laços sociais na configuração dos contextos sociais vicinais. Isso possibilita esclarecer o problema do paradoxo da organização social, cujo problema reside na questão de que as redes sociais, através do capital social, podem produzir ora contribuições para a eficácia coletiva vicinal no controle da criminalidade; como também, ora podem produzir fontes de capital social favorecendo grupos criminosos locais.

Finalmente, a seção 5 defende a intersecção de modelos multinível com a ARS na produção de uma abordagem sociológica reticular além de fortalecer as compreensões e explicações de fenômenos sociais como a criminalidade urbana abre uma agenda de pesquisas empíricas e de interação entre pesquisadores dos problemas sociais urbanos que, ainda, apresenta-se muito dispersa. *Aqui se defende a importância de que os pesquisadores da criminalidade urbana lancem mão dos instrumentos teóricos e metodológicos da análise das redes sociais como forma de aprimorar suas pesquisas, bem como de ampliar, também, as redes sociais entre grupos de pesquisas vinculados à sociologia urbana dentro das universidades e em organizações da sociedade civil.*

2 SOBRE A CONVERGÊNCIA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA

O ponto de convergência entre a ARS e a TEC dos efeitos da vizinhança encontra-se na importância que ambas as abordagens dão ao contexto social nos seus desenhos de pesquisa, como também acentuam o uso de técnicas multinível considerando variáveis de micro nível, de meso nível e macro nível. Portanto, aqui, apresenta-se como a ARS trata o contexto social e operacionaliza um modelo de análise multinível, de um lado, e como os estudos sobre os efeitos da vizinhança abordam essas mesmas questões em seu arcabouço teórico e metodológico, de outro lado.

2.1 A Análise de Redes Sociais, a Importância do Contexto Social e uma Perspectiva de Análise Multinível

A ARS embora apresente um conceito de comunidade que se constitui além de âncoras territoriais, ela pode ser usada como uma técnica bastante eficaz para a reconstrução de estruturas sociais (vizinhanças, grupos, empresas, etc.) localizadas em áreas com bases territoriais bem definidas geograficamente. Entretanto, quando se fala de contexto social na ARS, não significa que esse contexto social tenha exatamente fronteiras delimitadas espacialmente. Para Wellman:

A utilidade da abordagem de rede é que ela não toma como ponto de partida as solidariedades putativas da vizinhança, nem faz procura principalmente para encontrar e explicar a persistência (ou ausência) dos sentimentos solidários. Assim, a abordagem de rede tenta evitar perspectivas de pesquisa no nível individual, com suas bases explicativas inerentemente sócio psicológico que veem as atitudes interiorizadas como determinando as relações comunitárias⁴¹ (WELLMAN, 1999, p. 16).

A importância do contexto social remete a um modelo de análise estrutural onde a unidade de análise não são atributos de indivíduos ou de grupos sociais, mas sim relações sociais e os padrões formados por essas relações. A importância que a ARS dá ao contexto social acontece em função de que grande parte dos teóricos e

⁴¹ "The utility of the network approach is that it does not take as its starting point putative neighborhood solidarities, nor does it seek primarily to find and explain the persistence (or absence) of solidary sentiments. Thus the network approach attempts to avoid individual-level research perspectives, with their inherently social psychological explanatory bases that see internalized attitudes as determining community relations"

pesquisadores aponta a abordagem com sendo uma sociologia de perspectiva estrutural. Conforme Linton C. Freeman (2004, p. 02):

Nas ciências sociais, a abordagem estrutural que se baseia o estudo da interação entre atores sociais é chamada de análise de rede social. As relações que os analistas de rede social estudam geralmente são aquelas que ligam os seres humanos. Mas relações sociais importantes podem unir indivíduos sociais que não são humanos, como formigas ou abelhas ou veado ou girafas e macacos. Ou eles podem ligar atores que não são, mesmo, indivíduos. Os analistas de redes muitas vezes examinam ligações entre grupos ou organizações — mesmo entre Estados-nação ou alianças internacionais⁴².

Observa-se, todavia, que, ao passo que a ARS se apresenta como uma análise de relações sociais entre indivíduos seres humanos existe, também, a possibilidade de pesquisar a relação entre grupos e organizações sociais. Até mesmo, estruturas macro sociais como as relações internacionais entre estados-nações, sempre em busca de dar conta de fenômenos sociais dentro de diversos níveis de análises. Contudo, as especificidades dos estudos nas ciências sociais, que usam a ARS, são em sua maioria massificadora, estudos sobre a estrutura social em nível vicinal em comunidades urbanas. Atualmente, ARS, ainda de maneira muito incipiente, tem sido aplicada na explicação do crime em nível da vizinhança. (CARRINGTON, 2011; JOHNSTON, PATTIE, 2011; SAMPSON, 2012).

Ultimamente, considerando as observações acima, a importância dada ao espaço geográfico tem sido agregada ao emprego do conceito de contexto social e redes sociais através dos efeitos da vizinhança. A vizinhança pode ter sua estrutura social desenhada através das redes sociais e das interações sociais subjacentes a elas em espaços sociais com âncoras territoriais com fronteiras bem definidas geograficamente.

Uma área de pesquisa fundada sobre os principais pressupostos que a interação social tem uma arquitetura espacial e que a informação que flui através desses espaços geograficamente estruturado

⁴² “In social science, the structural approach that is based on the study of interaction among social actors is called social network analysis. The relationships that social network analysts study are usually those that link individual human beings. But important social relationships may link social individuals that are not human, like ants or bees or deer or giraffes or apes. Or they may link actors that are not individuals at all. Network analysts often examine links among groups or organizations—even among nation-states or international alliances”.

influencia fortemente atitudes e comportamento diz respeito aos efeitos da vizinhança⁴³ (Johnston; Pattie, p. 2011)

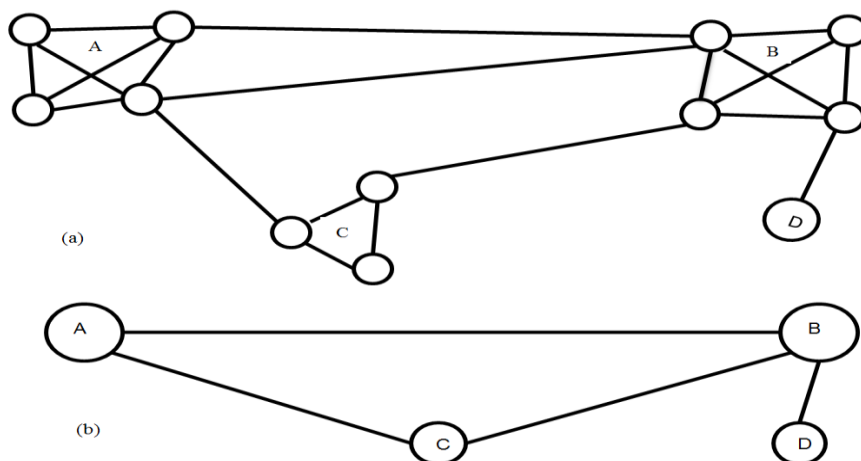
Essa abordagem vem sendo conhecida como "geografia das redes sociais". As redes sociais da vizinhança na qual as pessoas se juntam são dominadas assim por pessoas semelhantes, não somente em suas características individuais, mas semelhantes em suas ideologias, atitudes e comportamentos. Localizar essas relações de semelhanças, ajuda ao pesquisador trabalhar uma categoria de laço social que Borgatti (2009) chama de "relação de similaridade", onde dois nós dividem tipos de atributos que são estudados em abordagem de variável base, tais as características demográficas como atitude, localização e grupos de pertencimento.

O mecanismo usado para explicar às consequências dessas variáveis de redes sociais são os "mecanismos de adaptação", pelo qual os nós tornam-se homogêneos através do resultado da vivência e adaptação dentro de um mesmo ambiente social. Segundo Borgatti (2009, p. 983), "[m]uch of social network research can be seen as working out how these different kinds of ties affect each other". Tal procedimento ajuda na delimitação da unidade de análise e no desenvolvimento de técnicas de coletas de dados ajustadas ao desenho do objeto de pesquisa.

Os desenhos de redes multinível na ARS apresentam apenas uma analogia com aqueles desenvolvidos pelas técnicas estatísticas padronizadas. Contudo, são desenhos de extrema importância na interpretação de dados da estatística padrão, pois através deles podem-se visualizar com são estruturados os níveis de interação de redes entre indivíduos e de redes de *clusters*. Veja-se abaixo:

⁴³ "One area of research founded on the key assumptions that social interaction has a spatial architecture and that the information which flows through those geographically-structured spaces strongly influence attitudes and behaviour concerns neighbourhood effects".

Figura 11 – Uma rede de redes. (a) laços entre indivíduos; (b) laços entre redes de *clusters*



Fonte: Wellman (1998, p. 44)

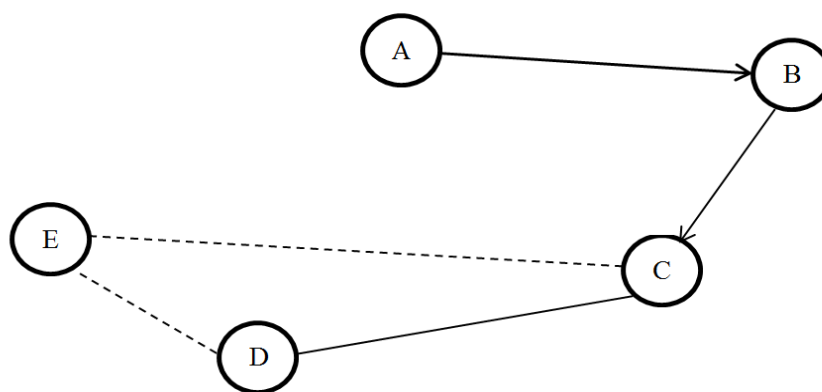
Pode-se observar que o sociograma (b) apresenta um desenho de redes onde os *clusters* são representações gráficas de relações sociais aninhadas nos cliques do sociograma (a). Dessa forma, pode-se utilizar a ARS em diversos níveis de análise saindo de pequenos grupos até sistemas sociais globais como um todo. "Apesar dos laços serem frequentemente observados entre pessoas individuais, sua importância reside no fato de que eles formam ligações entre *clusters*" (WELLMAN, 1988).

Outro ponto importante na possibilidade de análises multinível na ARS é o conceito de capital social. "Uma característica para uma ideia base de redes sociais, o capital social opera em vários níveis. Redes em sistemas sociais podem estar aninhadas, por exemplo, redes de organizações dentro de redes de indústria" (*Characteristic for a social network-based idea, social capital operates on several levels. Networks in social systems may be nested, for example, organization networks within industry networks*) (KADUSHIN, 2012 p. 189). O capital social pode operar no nível individual gerando apoio social para as pessoas de uma dada vizinhança. O capital social pode, também, operar no nível sistêmico resultando em baixa criminalidade, vizinhança segura, estabilidade residencial, melhores escolas e crescimento econômico etc.

3 UMA MANEIRA DIFERENTE DE MENSURAÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS E DO CAPITAL SOCIAL DENTRO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Como já observado anteriormente nesta tese, a ARS tem como abordagem primeira o estudo da estrutura social. Mas essa abordagem estrutural não tem como ponto de partida nem o indivíduo nem a estrutura, mas sim as relações sociais entre "objetos" — que podem ser tanto indivíduos, grupos, organizações e assim em diante — em busca de um enfoque sistêmico. Esses objetos são conhecidos como "nós" (nodes) no sentido matemático do termo: uma rede contém conjuntos de relações entre objetos. Essas relações são ligações entre objetos que apresentam regularidades cujos padrões relacionais são estudados pela ARS. O mais importante é que essas relações podem ser traduzidas, em uma linguagem estritamente sociológica, através do conceito de os laços sociais (KADUSHIN, 2012; MARIN, WELLMAN, MARIN, 2011).

Figura 12 – Sociograma de nós e laços



Fonte: Giuffre (2013).

O sociograma acima representa relações sociais de laços fracos e fortes. Os círculos representam os nós classificados pelas letras A, B, C, D, E e as linhas representam os laços. Linhas escuras são laços fortes, as linhas pontilhadas são os laços fracos e as linhas regulares são laços de força média. Laços com setas no fim indicam um laço com direção (no exemplo, embora A "curta" (like) B, porém B não retorna o favor), laços que não tem setas são laços sem direção, significa que são

relações de reciprocidade ou algo tipo de relação como grau de parentesco que nele mesmo não apresenta direções. As direções das relações e o posicionamento dos objetos dentro da rede geram mecanismos de análise que são fundamentais na teoria das redes sociais.

Os laços sociais, portanto, representam relações sociais. Essas relações podem ser medidas como diretas ou indiretas e como binárias ou valoradas. Os laços diretos são aqueles em que o ego ao se relacionar com o alter não existe reciprocidade, enquanto nos laços indiretos existe reciprocidade entre o ego e o alter. Tanto os laços diretos como indiretos podem ser medidos como binários que podem ou não existir dentro de cada díade. Os laços diretos ou indiretos também podem ser valorados como fortes ou fracos. Eles podem, respectivamente, transmitir mais ou menos recursos ou tendo mais ou menos frequências de contatos (MARIN; WELLMAN, 2012, p. 20).

Existe um problema dentro da tradição da perspectiva ecológica da Escola de Chicago e da TDS, como um todo, que reside na teorização e mensuração dos laços sociais nos estudos sobre os efeitos da vizinhança. Embora estudos recentes apresentem a importância dos laços sociais, traduzidos como medidas de redes sociais e como capital social, muitos têm limitado o poder da abordagem por tratar os laços sociais, como se eles tivessem os mesmos recursos, como se fossem simétricos e como o conteúdo de todos os laços fossem equivalentes (WELLMAN, 1983; RAINIE; WELLMAN, 2012). Somente com os estudos desenvolvidos por Robert Sampson (2012), na atualidade, a tradição da sociologia urbana da Escola de Chicago vem incorporando as medidas reticulares da ARS de maneira mais elaborada e com o uso de método e técnicas reticulares avançadas.

Há uma diferença fundamental entre os laços sociais, apontada sistematicamente por Mark Granovetter (1973): existem laços fracos e laços fortes. Ambos os laços são fontes de capital social, entretanto produzem capital social de tipos diferentes. Segundo Fontes e Eichner (2004, p. 23):

Laços fracos e fortes estruturam estoques de capital social diferentes. Os laços fortes são mais funcionais à mobilização de recursos apoiada no dom, na solidariedade ancorada em padrões de distribuição de recursos não facilmente mensuráveis, derivados de relações sociais cuja principal característica é a intensidade dos

contatos e a insignificante distância social, separando os interlocutores. São laços que se localizam na esfera privada, como por exemplo os laços de parentesco e amizade. Os laços fracos, por sua vez, são aqueles que têm por principal característica a mobilização de recursos localizados na esfera pública, formando estoques de capital social cujos recursos alocados são compartilhados por uma comunidade política. É o tipo característico dos processos que estruturam a ação coletiva.

O estudo de Fontes e Eichner é, na pesquisa empírica sociológica, o primeiro estudo no Brasil que considera a complexidade teórica e metodológica dada aos laços sociais conforme a ARS.⁴⁴ Existem pesquisadores que confundem a ideia que a única fonte de capital social é o laço forte, e.g. Antônio Augusto Prates (2009). Esse engano se dá em função de filiações às percepções da teoria do controle social formulada por Hirschi (1969). A teoria do controle social propõe que a delinquência e o crime são resultados dos laços sociais fracos e que o comportamento criminal é inato, mas é restringido por normas sociais internalizadas e reforçadas pelo controle social informal externo (CARRINGTON, 2011). Em relação aos laços sociais, temos abaixo um sociograma que representa os laços fortes e fracos na ARS.

Figura 13 – Laços fortes e laços fracos



Fonte: Giuffre (2013).

Os laços sociais são a unidade de análise da teoria das redes sociais. Através deles são produzidos desenhos reticulares de organizações sociais complexas.

⁴⁴ Embora medido capital social com métodos estatísticos tradicionais, são aplicados e operacionalizados conceitos relacionais como o de "vazio estrutural" (aqui chamamos de "buraco estrutural"), *outdegree*, homofilia e densidade. Esses conceitos estão relacionados a uma maneira de tratar os laços sociais considerando diferentes fontes de recursos, padrões de assimetria e simetria e com conteúdos reticulares nem sempre equivalentes.

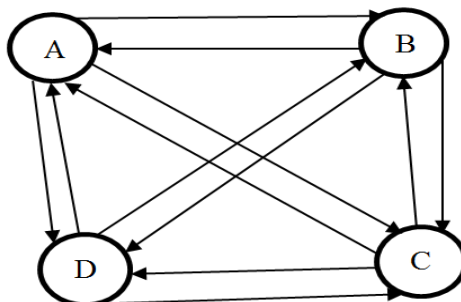
Esses elos (ligações) entre objetos tem um enorme poder tanto descritivo como explicativo de fenômenos sociais de todos os gêneros. Apresenta-se, agora, algumas medidas oriundas dos laços sociais que podem ser extremamente úteis nos estudos dos efeitos da vizinhança e criminalidade urbana. Essas são as medidas mais usadas nos estudos atuais sobre os efeitos da vizinhança e criminalidade.

A **densidade** é uma das medidas de redes mais utilizadas nas pesquisas sociológicas em vizinhanças urbanas. Pode-se calcular a densidade através da razão entre os laços realmente existentes dentro dessa rede e todos os laços sociais possíveis dentro de uma determinada rede social. Por exemplo, em uma rede de quatro pessoas existe a possibilidade de um total de 12 laços, suponhamos que efetivamente existem somente 8 laços, então a densidade dessa rede é de 0.66. Pode-se, então, concluir que essa rede apresenta uma densidade média e que há a presença dominante de laços fortes nas relações sociais. A medida de densidade tem sido representada por uma escala de 0 a 1, onde uma rede com 100 por cento de densidade é representada por pelo valor de 1. A densidade de um gráfico é usada principalmente para as medidas de coesão social dentro de vizinhanças. Abaixo temos um exemplo de um sociograma de uma rede com 100 por cento de densidade (SCOTT, 2012; KADUSHIN, 2012; WASSERMAN; FAUST, 1994). Abaixo temos a fórmula do cálculo da medida de densidade.

$$D = \frac{2N_t}{N(N-1)}$$

Onde D é a densidade da rede, N_t é representa laços observados de dois casos de um alter que conhece outros alters, então o total de contatos dentro da rede deve ser $2N$ e o número médio por pessoas é $2N_t/N$. O volume médio de conhecidos é incorporado no cálculo de densidade porque $V=(N-1)D$ por simples manipulação algébrica (CHUNG; HOSSAIN; DAVIS, 2005). Observe abaixo um sociograma onde a densidade da rede é 100 por cento.

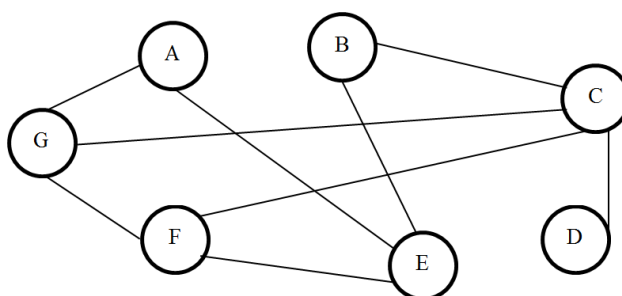
Figura 14 – Rede com densidade 100 por cento



Fonte: Giuffre (2013).

O sociograma abaixo tem sete nós e nove laços indiretos, ele é um exemplo de como calcular a densidade de uma rede. Se N é o número de nós de uma rede, o total de laços possíveis é calculado pela expressão $N(N - 1)$, onde N é igual a 7, temos $7(7 - 1) = 7 \times 6 = 42$. Neste caso temos um N_t (laços observados) igual a 9, de acordo com a fórmula acima, a densidade desta rede (D) é $2 \times 9 / 7 \times 6 = 18/42 = 0,43$.

Figura 15 – Exemplo da densidade em um sociograma



Fonte: Giuffre (2013).

No exemplo acima se se desejasse incluir a direcionalidade dos laços, bastava-se excluir o fator de multiplicação representado pelo número 2 e ter-se-ia o resultado da densidade da rede. O cálculo da densidade das redes sociais permite uma maneira de gerar medidas de coesão social dentro de vizinhanças, que associadas com medidas de estatística padrão, podendo-se gerar modelos explicativos capazes de apontar os mecanismos e processos sociais que operam na produção de eficácia coletiva e de capital social no controle informal da criminalidade urbana. A seção seguinte detalha como tais medidas têm sido utilizadas nos estudos

recentes sobre os efeitos da vizinhança conjugados com as análises de redes sociais.

Outra medida importante usada para medir a atuação dos laços sociais nas vizinhanças urbanas é a centralidade. A centralidade é uma característica que os nós individuais dentro de uma rede podem ter variado de uma maior a uma menos extensão. Os nós (atores) podem apresentar de três tipos diferentes de centralidade: **grau de centralidade** (degree centrality), **centralidade de fechamentos** (closeness centrality) e **centralidade de intermediação** (betweenness centrality) (GIUFFRÉ, 2013).

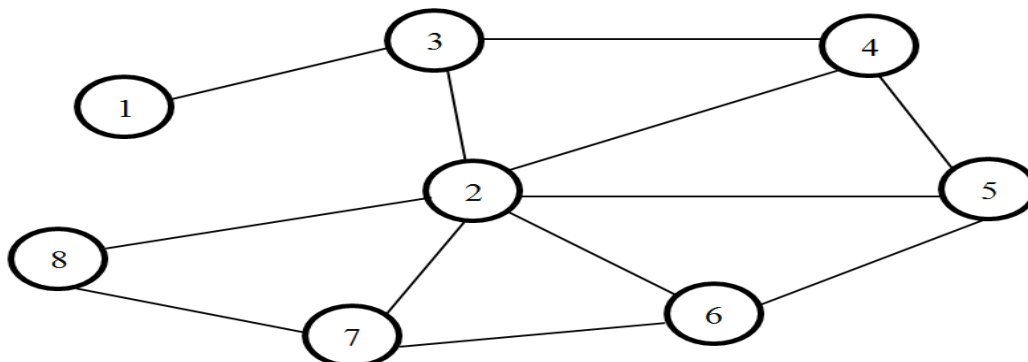
As medidas de centralidade também podem ser de centralidade local e centralidade global (SCOTT, 2012). A centralidade local consiste no número de laços diretos que um nó, em particular, tem. Enquanto a centralidade global está relacionada à mensuração de laços indiretos de um nó. A medida de centralidade informa o grau de aproximação (distância entre nós) e de fechamentos que existem em determinada rede social. Freeman (1977) desenvolveu uma contribuição importante no desenvolvimento de medidas de centralidade relativa que habilita o analista de redes a medir a centralidade e as bases ponderadas dos nós que são balanceados e comparados dentro de uma rede completa. A fórmula do cálculo do grau centralidade (degree centrality) $d(i)$ do nó i é representada matematicamente pela seguinte equação:

$$d(i) = \sum_j m_{ij}$$

Onde $m_{ij} = 1$ se existir uma ligação entre os nós i e j , e $m_{ij} = 0$ se não existir ligações entre i e j .

Dessa forma, o fato da medida de centralidade representar os laços diretos entre os nós, os nós que são mais centrais são aqueles que têm mais laços diretos dentro da rede. O sociograma abaixo é ilustrativo do grau de centralidade de um nó dentro de uma rede social:

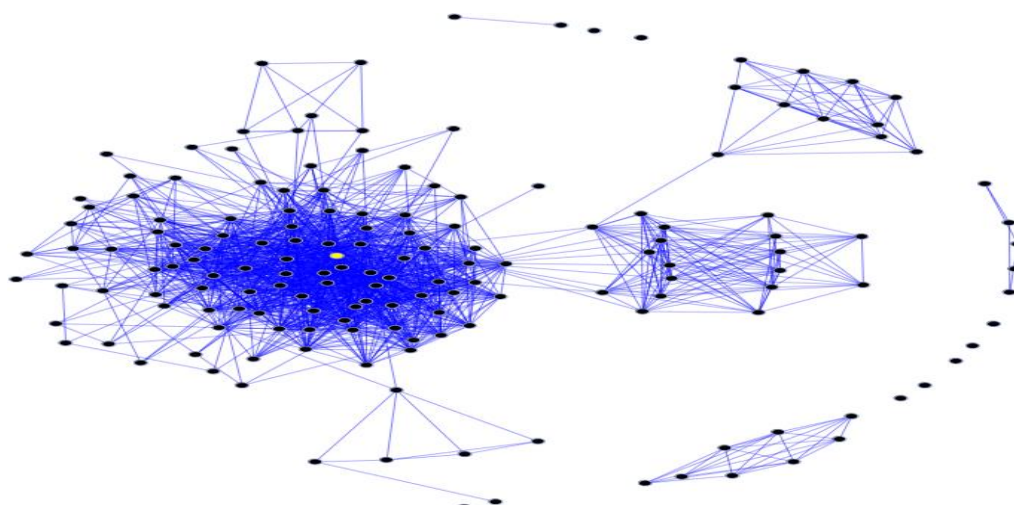
Figura 16 – Grau de centralidade



Fonte: Giuffre (2013).

Nesse sociograma o nó 2 tem um grau de centralidade que pode ser contabilizado de acordo com a fórmula acima, com o escore de 7.00, ao passo que o nó 1 tem um escore de 1.00. Isso acontece devido a variação do grau de centralidade ser proporcional ao tamanho da rede. Os analistas de redes usam uma constante de normalização do escore do grau de centralidade e essa estratégia permite que os diferentes tamanhos de redes possam ser comparados em um determinado estudo. Para essa normalização, divide-se, então, o grau absoluto de centralização pelo tamanho da rede. Por exemplo, se a rede tem N membros, então cada nó dentro da rede tem a possibilidade de ser conectado como $N - 1$ a outros nós. O número de nós observados, em que o ego realmente está conectado, pode ser chamado de D. De forma que $D/N - 1$ é a representação matemática dos escores normalizados das medidas do grau de centralidade de um nó. Em outras palavras, o escore normalizado é a razão do total de conexões observadas dividida pelo número de possíveis conexões diretas de um ego. No caso da figura acima, o nó 2 tem um escore do grau de centralidade igual a 100.000, enquanto o nó 1 tem um escore de 14.286.

Figura 17 – Um exemplo de um diagrama de rede social. O nó com o mais alto grau centralidade é marcada em branco



Fonte: Preethi (2011)

Apesar do grau de centralidade ser uma medida de laços diretos dentro da rede social, os laços indiretos também são importantes e as medidas de centralidade de fechamento estão relacionadas a esses tipos de laços. Como argumenta Katherine Giuffre:

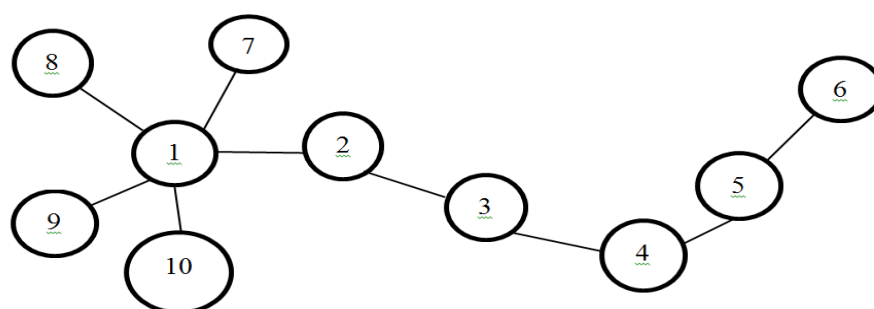
Um exemplo óbvio é o estudo da transmissão de doenças como DST's (doenças sexualmente transmissíveis). Um nó em uma rede de pessoas sexualmente ativas estaria muito interessado em saber o status de saúde daqueles com quem ele ou ela está ligado indiretamente através de parceiros sexuais compartilhados. Não só doença, mas também informações, ideias, poder, influência e assim por diante são espalhados através de redes por meio de laços indiretos⁴⁵ (GIUFFRE, 2013, posição 2333, Kindle).

Essa medida está relacionada ao nível de aproximação (em média) que existe entre todos os membros de uma rede. O cálculo da medida de centralidade de fechamentos depende, por sua vez, da definição do conceito de geodésico (geodesic). A palavra "geodesic" em inglês significa, de acordo com o Oxford Advanced Learner's Dictionary (OALD), "relating to the shortest possible line between two points on a curved surface". Em língua portuguesa, a aproximação do termo, de acordo com o Dicionário Houaiss, significa algo (termo técnico da

⁴⁵ "An obvious example is the study of the transmission of diseases such as STDs (sexually transmitted diseases). A node in a network of sexually active people would be very interested in knowing the health status of those to whom he or she is indirectly connected through shared sexual partners. Not only disease, but also information, ideas, power, influence, and so on are spread through networks by means of indirect ties".

geometria diferencial) "relativo a certo tipo de curva ou à medida do afastamento entre duas dessas curvas vizinhas". As duas definições se aproximam do uso do conceito na ARS. Para Giuffre (2013, posição 2333, Kindle), "the shortest path between any two members of a network is called a geodesic". O sociograma abaixo pode ajudar a compreender melhor como a medida geodésica complementa o conceito de centralidade de fechamento.

Figura 18 – Centralidade de fechamento

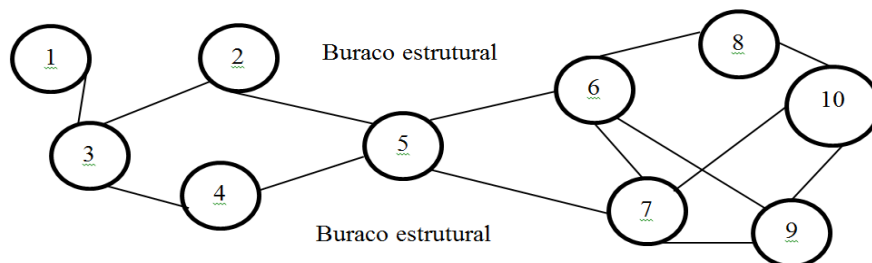


Fonte: Giuffre (2013).

Na figura acima, tem-se uma distância geodésica entre o nó 1 e 2 equivalente a 1. A distância geodésica entre o nó 6 e 2 é 4. Portanto, o conceito de centralidade de fechamento está associado à ideia da existência de nós que tem uma maior quantidade de laços dispostos a uma distância geodésica mais curta em relação a outros nós. No sociograma acima, o nó de maior centralidade de fechamento é o nó de número 1.

O terceiro tipo de centralidade é a centralidade de intermediação. Esse tipo de medida pode ser representado por um nó que liga dois ou mais subgrupos (cliques) de nós. Observando o sociograma abaixo, pode-se ter uma dimensão gráfica do que significa a medida de centralidade de intermediação.

Figura 19 – Centralidade de intermediação I



Fonte: Giuffre (2013).

O escore de intermediação para cada nó equivale à soma do total das distancias geodésicas que passam através de cada nó. Dessa forma, quanto mais distâncias geodésicas passam através de um nó, mais alto é seu escore de centralidade de intermediação dentro da rede. Dependendo da posição estrutural de nó, podem-se encontrar a partir desta posição nodal observada, a presença de buracos estruturais que explicam a dinâmica da transmissão e o fluxo de recursos e informações dentro de uma determinada rede social gerando vantagens comparativas, tanto para o ator individual (broker) como para a rede social como um todo.

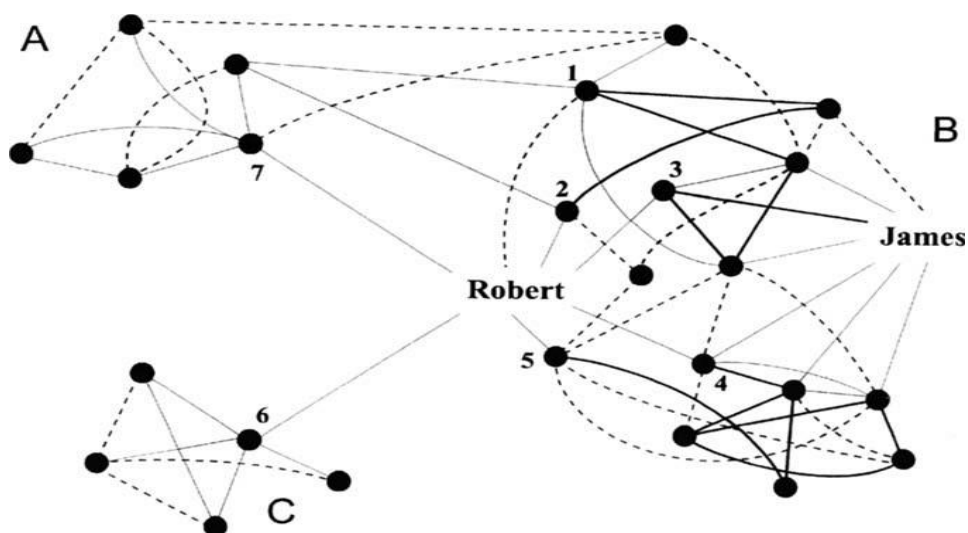
Tais quais as outras medidas apresentadas, o escore da centralidade de intermediação depende também do tamanho da rede. A expressão matemática da centralidade de intermediação de um nó i , representada com $b(i)$ é obtida através da seguinte fórmula, abaixo:

$$b(i) = \sum_{j,k} \frac{g_{jik}}{g_{jk}}$$

Onde g_{jk} é o número da distância mais curta de um nó j para o nó k ($j, k \neq i$), e g_{jik} é o número de distâncias mais curtas de um nó j para o nó k passando através do nó i . Apesar da apresentação das fórmulas acima acerca das diversas medidas de centralidade, através do UCINET podemos padronizar esses escores e calcular a centralidade de intermediação entre diversas redes sociais sem muitos esforços da resolução de cálculos matemáticos (GIUFFRE, 2013).

Um ponto fundamental de importância da ARS é que as medidas apresentadas acima (densidade, grau e centralidade, centralidade de fechamentos e centralidade de intermediação) são resultados de relações oriundas dos laços fracos e dos laços fortes considerando as relações diretas e indiretas entre nós (atores sociais ou organizações sociais) dentro de desenhos reticulares particulares ou de pequenos mundos. Tais medidas informam sobre diferentes tipos de poder, recursos e os diferentes tipos de posições ocupadas por objetos dentro de uma rede social. Possibilitando, a partir daí, explicações de natureza contextual para mudança de comportamentos individuais e sociais, bem como a natureza de diversos fenômenos sociais complexos como, por exemplo, a variação das taxas de criminalidade em vizinhanças e comunidades urbanas. Um gráfico completo onde podemos identificar várias das medidas acima é dado por Burt (1999):

Figura 20 – Centralidade de intermediação II



Lin; Cook; Burt (2001, P. 33).

As medidas acima são protótipos de mecanismos reticulares mais sofisticados: como os fechamentos reticulares e os buracos estruturais que são utilizados na atualidade, como também de *insights* teóricos como a ideia de transitividade. A partir das três medidas de redes acima, também podemos

desenvolver outras medidas mais elaboradas dos laços sociais, tanto de redes egocentradas, como dentro de redes sociocentradas. Mas o que interessa aqui é a atuação dos laços fracos e dos laços fortes na produção de capital social e na geração de mecanismos reticulares, como os fechamentos reticulares e os buracos estruturais. Esses mecanismos que associados à eficácia coletiva podem gerar predições, de médio alcance, para fenômenos sociais complexos como a criminalidade urbana.

4. AS ABORDAGENS DA SOCIOLOGIA CRIMINAL DE INTERSEÇÃO ENTRE A TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: OS EFEITOS DA VIZINHANÇA, A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA E AS REDES SOCIAIS.

Os estudos empíricos sobre efeitos da vizinhança desde a perspectiva ecológica tradicional da Escola de Chicago, Robert Park e Ernest Burgess (1925), Clifford Shaw e Henry MacKay (1942) passando por William Julius Wilson (1987) até Robert Sampson, Stephen Raudenbush e Felton Earls (1997) têm apresentado a importância do uso de métodos e técnicas reticulares em seus modelos sociológicos. Porém, é somente com Robert Sampson (2012) que a ARS vem sendo aplicada de maneira mais sofisticada através do uso de medidas reticulares (mecanismos reticulares) para explicar a dinâmica de fenômenos vicinais, como migrações intervicinais e a estruturação das redes de lideranças vicinais, em comunidades urbanas relevando o contexto social em nível comunitário.

Esta seção apresenta as limitações e os avanços dos estudos sobre os efeitos da vizinhança em alguns pesquisadores que marcaram a importância do contexto social, em seu viés ecológico, na explicação da criminalidade urbana através do uso de redes sociais. Como já apresentado na seção 3 do capítulo III, o modelo ecológico de Shaw e Mckay, baseado na investigação empírica de Ernest Burgess (1925) sobre a análise de zonas urbanas em busca de criar um mapa cognitivo de padrões de crescimento em áreas não planejadas da cidade. (JANOWITZ,1984) " Esta perspectiva foi formalmente desenvolvida em 1925 em um artigo intitulado 'The Growth of the City' no qual foi publicado pela primeira vez a sua conhecida teoria da zona concêntrica" (*This perspective was formally developed in the 1925 Burgess paper entitled "The Growth of the City" in which his now-famous concentric zone theory of urban development was first published*) (BURSIK; WEBB, 1982, p. 25-26). Shaw e Mckay afirmavam que indicadores de desorganização social como baixo *status* econômico, heterogeneidade étnica e a mobilidade residencial de comunidades e vizinhanças estavam associados às taxas de criminalidade nessas vizinhanças.

Entretanto, nos estudos de Shaw e McKay além do seu conceito de comunidade está assentado na ideia de comunidade perdida — onde os laços fortes

desempenham um papel preponderante — há uma ausência total de reflexões sobre o conceito de coesão social a partir de uma perspectiva das dinâmicas reticulares vicinais. Embora a perspectiva ecológica destes autores tenha implicações de que as áreas urbanas são um sistema de comunidades interdependentes, em seu modelo explicativo não aparece um lugar de como essas relações externas entre comunidades podem gerar ou controlar taxas de criminalidade e delinquência local.

Robert Bursik Jr. (1988), em busca de retomar a tradição de sociologia urbana da Escola de Chicago, apresenta em um ensaio clássico, "Social Desorganization and Theories of Crime and Delinquency: Problems and Prospects", um conjunto de questões críticas sobre a TDS desenvolvida no livro de (1942), "Juvenile Delinquency and Urban Areas", baseado em três grandes trabalhos desenvolvidos por Byrne e Sampson, 1986; Reiss e Tonry, 1986; Stark, 1987), Bursik pontua dois aspectos fundamentais de revitalização da TDS de Shaw e McKay. O primeiro condensa cinco pontos centrais críticos da teoria; e, o segundo algumas possíveis proposições teóricas, que mesmo não fazendo parte da tradição teórica criticada, podem completar lacunas essenciais no esquema teórico geral. Apesar de sua abordagem crítica, Bursik (1988, p. 520) concorda com a ideia de que a perspectiva da TDS continua tendo importantes ramificações na criminologia moderna.

O empreendimento de Robert Bursik se completa em seu livro em conjunto com Harold Grasmick, "Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control" (1993). Nele os autores buscam apresentar uma Teoria Sistêmica da Comunidade desenvolvendo um modelo ecológico que salienta a dinâmica de um sistema de comunidades interdependentes baseadas na articulação de redes sociais formais e informais como mecanismos vicinais de controle social local. Baseada na TDS, Bursik e Grasmick introduziram sua teoria sistêmica no livro citado acima. Suas ideias já foram aplicadas não somente às pesquisas sobre vizinhanças e criminalidade, mas também ao medo da criminalidade, as gangues, desordem urbana, eficácia do policiamento comunitário e iniciativas do direito repressivo. Para estes autores:

Esta falha faz com que o esquema da desorganização social tradicional tenha uma representação incompleta das dinâmicas que moldam as capacidades regulatórias das vizinhanças urbanas contemporâneas que devem competir com outras comunidades locais por recursos (muitas

vezes reduzidos) públicos e privados escassos ⁴⁶ (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. KOBO).

Aqui, concorda-se com Robert Bursik e Harold Grasmick (1993) que essa imperfeição da teoria da desorganização de Shaw e McKay sofre da ausência de uma teoria sistêmica mais ampla que demonstre como às dinâmicas vicinais dentro destas zonas são moldadas por estruturas de redes formais e informais. Dessa forma, relevando as redes entre residentes e instituições locais e as redes entre lideranças de vizinhanças, bem como atores externos como instituições e outras agências. Em relação à ideia de laços sociais aplicadas na compreensão dessas dinâmicas entre as zonas, há uma completa ausência do uso e diferenciação da atuação de uma perspectiva relacional, nos termos apresentados nesta tese. O modelo limitou-se, basicamente, aos estudos longitudinais que apresentavam taxas de variações de crimes relacionadas às extensões de mudanças nas características físicas e sociais de áreas locais (Shaw; McKay, 1942. In: JACOBY, 2004).

A obra de Robert Bursik e Harold Grasmick (1993) será objeto de nossa avaliação considerando questões de cunho teórico sobre a teoria sistêmica e de como foram utilizados os parâmetros técnicos metodológicos para o emprego da abordagem reticular no livro citado acima. Um dos problemas que Bursik e Grasmick apresentam em seu livro remente à possibilidade de mensuração dos dados para testar a TDS, como também a existência de bases de dados compatíveis com os desenhos de pesquisas e dos aportes teóricos de uma teoria sistêmica da comunidade. Para os autores, o problema da mensuração é o maior desafio que a comunidade criminológica contemporânea tem que enfrentar. Três assuntos chaves são apresentados pelos autores em busca de compreender a dinâmica do controle social local: a vizinhança, uma abordagem sistêmica do controle e o crime.

No que concerne aos aspectos teóricos inovadores da teoria de Bursik e Grasmick, em relação aos parâmetros de uma abordagem reticular contemporânea, a sistematização de um esquema teórico focalizando às dinâmicas internas das comunidades locais e à capacidade dos residentes locais de se articularem em

⁴⁶ "This shortcoming makes the traditional social disorganization framework an incomplete representation of the dynamics that shape the regulatory capacities of contemporary urban neighborhoods that must compete with other local communities for scarce (and often shrinking) public and private resources".

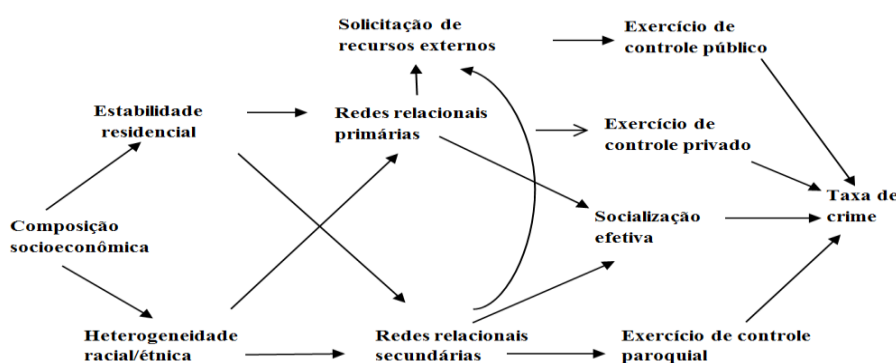
“redes” visando o controle da criminalidade local, embora tenha uma herança do trabalho de Shaw e McKay, existe um divisor de águas entre estes dois aportes teóricos. O ponto central repousa na abordagem ecológica de Bursick e Grasmick. Eles afirmam que as áreas urbanas são caracterizadas por um sistema de comunidades interdependentes. Essas relações externas são de fundamental importância no controle do crime e na capacidade das vizinhanças urbanas contemporâneas competirem com outras vizinhanças por recursos escassos públicos e privados.

A articulação, competitiva ou cooperativa, desses processos sociais vicinais permite entender como ocorrem os processos de controle sociais informais e formais da criminalidade local. É incluída, também, em seu esquema teórico, a relação de aspectos objetivos como as taxas de crimes em conjunto com aspectos subjetivos, como o medo do crime. Como atestam os autores, “desse modo, a existência de uma alta criminalidade vicinal estável nela mesma não permite validar o modelo sistêmico em questão. É preferível, enfatizar a necessidade de expandir o foco do controle além da dinâmica interna da comunidade”. (Therefore, the existence of stable high-crime neighborhoods in itself does not call the validity of the systemic model into question. Rather, it emphasizes the need to expand the focus of control beyond of the internal dynamics of the community) (BURSIK; GRASMICK, 1993, p. 36). Portanto, o modelo da teoria da desorganização de Shaw e Mckay falha justamente em não considerar as redes relacionais que estão assentadas na esfera pública de controle, focalizando apenas os laços mútuos entre residentes locais.

Neste ponto de interdependência (redes sociais) entre as vizinhanças e das vizinhanças com outras instituições externas, os autores apontam a falha principal da TDS desenvolvida por Shaw e Mckay, através do uso dos conceitos apontados por Hunter (1985), Bursik e Grasmick propõem que a instabilidade e a heterogeneidade das vizinhanças afetam os três níveis de controle social, o nível privado, o nível paroquial e o nível público. Segundo Hunter (1985, p. 232), “as posições estruturais ou de *status* definidas por estes três laços (*bonds*) dentro das três ordens sociais são respectivamente os amigos, os vizinhos e os cidadãos”. As relações de amizade podem variar de sentimentos de estima até possibilidades de suportes sociais ou mesmo de controle da ação de outros amigos. As relações de vizinhanças de nível paroquial consistem em um conjunto de redes interpessoais

locais de vizinhos capazes de gerar organizações voluntárias, escolas e igrejas. O nível público de controle envolve a habilidade de uma comunidade obter bens públicos e serviços de agências externas a comunidade, como serviços sociais, serviços de saúde, policiamento e outros. A figura abaixo é a reprodução do modelo sistêmico básico do crime desenvolvido por Grasmick e Bursick (1993).

Figura 21 – o modelo sistêmico básico de crime



Fonte: Bursik (1993, p. 39).

O aprimoramento da TDS de Bursick e Grasmick tem grande relevância no desenvolvimento de teorias dos efeitos da vizinhança, sobretudo com a incorporação das ideias de ordens sociais de Hunter e seus *insights* sobre redes relacionais, entretanto, mesmo afirmando que as medidas que serão utilizadas para a mensuração das redes formais e informais são à extensão dessas redes e suas densidades não se encontra nenhuma teorização sobre a ARS e suas técnicas. A ênfase em redes relacionais como base da teoria sistêmica da organização comunitária também é apresentada como uma perspectiva metodológica pelos autores. Porém, o que se encontra no livro publicado em 1993 é uma ausência de uma teorização mínima sobre a teoria e a análise das redes sociais, muito menos o uso técnicas reticulares de desenhos de pesquisas, coleta e análise de dados. Conforme os autores:

Particularmente, as taxas diferenciais de comportamento criminoso e vitimização entre vizinhanças e o medo resultante de crime que pode se desenvolver entre os moradores das áreas dominadas pelo crime, representam variações na capacidade das vizinhanças para autorregular-se através destas redes de tal forma que o cotidiano de

seus moradores não seja significativamente impactado pela ameaça do comportamento criminoso⁴⁷ (Bursick; Grasmick, 1993, p. 04).

De fato, os autores apesar de mencionarem que as redes têm um papel fundamental na habilidade das vizinhanças no controle das taxas de criminalidade eles também não apontam os mecanismos reticulares que atuam nos processos sociais de integração e coesão social entre os vizinhos. Na verdade, Bursik and Grasmick aprimoram o argumento da TDS clássica afirmando que a rapidez das mudanças (*turnover*) das populações locais junto com a heterogeneidade étnica pode diminuir a habilidade das vizinhanças em exercer o controle social nas localidades por conta de três processos sociais. São eles:

1. Instituições relativas ao controle interno são difíceis de estabelecerem-se, quando muitos moradores são desinteressados em comunidades das quais esperam sair na primeira oportunidade.
2. O desenvolvimento de relações primárias que resultem em estruturas informais de controle vicinal é menos provável quando as redes locais estão em um constante estado de fluxo.
3. Heterogeneidade impede a comunicação e, portanto, dificulta a busca para resolver problemas comuns e atingir objetivos comuns⁴⁸ (Bursik and Grasmick, 1993, p. 33).

Conclui-se que, embora os argumentos dos autores citados acima promovam um nível mais elaborado de explicação das taxas de crimes, apresentando um conjunto de variáveis intervenientes de natureza reticular, eles não demonstraram como essas redes são estruturadas e de que maneira determinados padrões reticulares podem ser formados a partir das distintas ordens sociais existentes nas vizinhanças observadas. Ou melhor, como os laços fracos e os laços fortes podem operar como mecanismos dentro das ordens privadas, paroquiais e públicas produzindo tipos de capital social que podem explicar como as taxas de crimes

⁴⁷ "In particular, the differential rates of criminal behavior and victimization among neighborhoods, and the resulting fear of crime that may develop among the residents of crime-ridden areas, represent variations in the ability of neighborhoods to regulate themselves through these networks in such a way that the daily lives of their residents are not significantly constrained by the threat of criminal behaviour".

⁴⁸ "1. Institutions pertaining to internal control are difficult to establish when many residents are uninterested in communities they hope to leave at the first opportunity.
2. The development of primary relationships that result in informal structures of neighborhood control is less likely when local networks are in a continual state of flux.
3. Heterogeneity impedes communication and thus obstructs the quest to solve common problems and attain common goals".

podem ser diferentes em vizinhanças como o mesmo padrão estrutural (composição socioeconômica) apresentado por Shaw e Mckay. Questões como a centralidade de alguns atores sociais ou mesmo a capacidade de interação de outros atores dentro de redes de vizinhanças não são considerados em seu sistema de controle social vicinal.

Paralelo ao desenvolvimento da teoria sistêmica da comunidade de Grasmick e Bursick, Robert J. Sampson e W. Byron Groves (1989) realizaram o conhecido estudo sobre o teste empírico da TDS proposta por Shaw e Mckay. Em seu ensaio “Community Structure and Crime: Testing Socio-Desorganizational Theory”, Sampson e Groves baseados em dados coletados pela British Crime Survey (BCS) em 238 bairros na Inglaterra e no País de Gales. Usando regressão multivariada e análise de trajetória, eles separaram os efeitos diretos e indiretos (através de variáveis de desorganização social) das características estruturais das vizinhanças em várias medidas de taxas de criminalidade vicinais. Eles verificaram que as taxas de criminalidade eram superiores em bairros onde os laços de amizade eram mais fracos, a participação organizacional era baixa, e onde havia grupos de adolescentes sem supervisão de adultos. Além disso, estes indicadores de desorganização social foram mostrados para mediar os efeitos das características estruturais das vizinhanças (baixo *status* socioeconômico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e ruptura familiar) sobre as taxas de criminalidade e vitimização. Finalmente, o ponto central do modelo desenvolvido por Sampson e Groves, neste estudo, foi a previsão de que as redes locais de amizade, participação voluntária local e juventude sem supervisão podem atuar como variáveis intervenientes entre a relação dos efeitos das características estruturais das vizinhanças e as taxas de criminalidade local.

O problema crucial que as pesquisas de nível macro encontram são os dados utilizados dos censos que, raramente apresentam medidas relacionadas às hipóteses sobre a relação entre estrutura da comunidade e crime. Baseado neste problema central, Sampson e Groves (1989) apresentam duas limitações fundamentais nas pesquisas ecológicas do passado. A primeira reside na possibilidade de testes direto da TDS e a carência de dados relevantes. Existe uma defesa por pesquisas etnográficas para responder esta carência. No entanto, os testes fornecidos por estas pesquisas se limitaram a um dado estudo de caso em

uma comunidade específica não apresentando uma variabilidade necessária para responder perguntas sobre um aglomerado de comunidades. A segunda remete ao problema da dependência destas pesquisas de banco de dados oficiais e a credibilidade dada em demasia a estes dados. Pesquisas de vitimização e de *self-reported* têm sido utilizadas para suprir estes problemas nos estudos atuais.

Baseado nos estudos de Kasarda e Janowitz (1974), Kornhauser (1978) e Bursik (1984), Sampson e Grooves (1989) argumentam que as dimensões estruturais da desorganização social comunitária podem ser medidas a partir da prevalência e interdependência das redes sociais existentes dentro da comunidade. Estas redes são traduzidas a partir dos laços de amigos (redes informais) e de participação em organizações sociais (redes formais). Para os autores, a construção desse “novo” modelo sistêmico tem relação com o modelo sistêmico desenvolvido por Shaw e McKay no que tange a assumpção de que barreiras estruturais impedem o desenvolvimento do laços formais e informais, comprometendo a habilidade das vizinhanças em resolver problemas comuns a comunidade.

Dessa forma, Sampson e Grooves, seguindo Shaw e McKay, apresentam três dimensões intervenientes da desorganização social. Essas são apresentadas como indicadores de redes sociais dentro de comunidades. A primeira é a habilidade de uma comunidade supervisionar e controlar grupos de adolescentes. A argumentação principal é de que quando maior o grau de coesão comunitária apresentada pelos residentes, maior será a habilidade deles em controlar o comportamento dos adolescentes na vizinhança. A segunda dimensão são as redes locais de amigos informais. Os laços sociais locais permitem localizar estranhos na comunidade e, dessa forma, ajudam na possibilidade dos vizinhos engajarem-se como guardiões no combate à vitimização local. A terceira dimensão interveniente remete a taxas de participação local dos vizinhos em organizações voluntárias formais. A participação fraca dos vizinhos em organizações comunitárias enfraquece também a capacidade da comunidade defender seus interesses, conseqüentemente, a hipótese de que comunidades com altas taxas de participação em comitês, clubes, instituições locais e outras organizações podem baixar as taxas de vitimização e delinquência mais do que em comunidades onde essas taxas de participação são baixas (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 780).

Como apresentado por Sampson e Grooves (1989), ao lado dessas dimensões intervenientes operam as fontes externas de desorganização social, além dos indicadores apresentados por Shaw e McKay (status socioeconômicos, mobilidade residencial e heterogeneidade étnica) como “rompimento familiar” e “urbanização”. O rompimento familiar entre cônjuges diminui a capacidade de controle social informal dentro da comunidade. O processo de urbanização das comunidades tem diminuído a capacidade de controle social comparado com áreas suburbanas e rurais como enfraquecimentos das redes de parentescos e de amizades.

O que observou-se no teste feito por Sampson e Grooves (1989) da TDS de Shaw e McKay é que do ponto de vista metodológico houve pouco avanço no uso de medidas reticulares. A base do modelo foi construída a partir de três dimensões endógenas da organização social comunitária: as redes locais de amizade, a participação organizacional e a supervisão de grupo de jovens (SAMPSON; GROOVES, 1989, p. 783). Neste ponto se pode localizar a fraqueza do modelo do ponto de vista de uma ARS, como é prometida pelos autores. Os indicadores de redes locais de amizades foram derivados das perguntas de quantos amigos residem na comunidade local e essa medida não corresponde às medidas utilizadas nas análises reticulares. Os indicadores de participação organizacional referem-se às medidas percentuais de participação em atividades comunitárias. Não é possível, a partir dessas medidas, criar uma análise reticular, pois ela não apresenta uma característica relacional em si mesma. No que tange aos indicadores de supervisão de grupos de jovens que podem também indicar coesão social; a resposta se é comum encontrar grupos de jovens ociosos nas esquinas e o que providência o respondente tomaria em circunstância onde o grupo pode trazer problemas para a comunidade, não apresenta também nenhuma relação com medidas de densidade ou relacional.

No processo de revitalização das pesquisas no nível comunitário dentro da tradição da TDS o termo capital social aparece como uma forma de incorporar a ARS dentro do modelo sistêmico. O capital social é conceituado, de forma geral, como sendo um conjunto de laços sociais que ligam as pessoas nas relações sociais. No entanto, a ideia de capital social usada em grande parte das pesquisas vem do conceito de Robert Putnam de capital social como redes, normas e

confiança que facilita a coordenação e a cooperação para a produção de benefícios mútuos, sobressaindo, dessa forma, o papel dos laços fortes como mecanismos que explicam a manutenção da segurança social e das baixas taxas de criminalidade (SAMPSON, 2004).

Dentro da tradição da TDS, Robert Sampson (1997, 2004) apresenta o problema do paradoxo dos laços fortes em relação aos estudos sobre crime e criminalidade nas comunidades e vizinhanças. Através do conceito de eficácia coletiva e inspirado pelas ideias de Alexandro Portes (1998) sobre capital social positivo e negativo, Sampson começa por questionar o uso do conceito de capital social como fonte de controle social informal. Até que ponto o capital social pode apenas produzir benefícios para a comunidade e se os laços fortes favorecem por si mesmos, condições comunitárias para o controle social local. Conforme o autor:

Além disso, áreas urbanas, onde laços fortes são rigidamente restritos geograficamente podem até produzir um clima que desencoraja respostas coletivas para problemas locais. Para abordar estas realidades urbanas, em recente trabalho, eu e meus colegas propomos um foco sobre os mecanismos de controle social que pode ser facilitado pelos laços fortes ou por associações, sem necessariamente os exigirem. Rejeitando a suposição ultrapassada que vizinhanças caracterizam-se por laços densos, íntimos, emocionais, defino vizinhança em termos ecológicos e destaco as variações na confiança operacional e na vontade partilhada dos moradores para intervir na realização de controle social. O conceito de 'eficácia coletiva' da vizinhança capta a importância desse vínculo entre a confiança e a coesão de um lado e as expectativas compartilhadas do controle do outro lado. Assim como auto-eficácia é situada ao invés de geral (tem-se auto-eficácia em relação a uma tarefa específica), a eficácia de uma vizinhança existe em relação a tarefas específicas, tais como a manutenção da ordem pública⁴⁹ (SAMPSON, 2004, p. 160).

⁴⁹ "Moreover, urban areas where strong ties are tightly restricted geographically may actually produce a climate that discourages collective responses to local problems. To address these urban realities, in recent work I and my colleagues have proposed a focus on mechanisms of social control that may be facilitated by, but do not necessarily require, strong ties or associations. Rejecting the outmoded assumption that neighbourhoods are characterised by dense, intimate, emotional bonds, I define neighbourhoods in ecological terms and highlight variations in the working trust and shared willingness of residents to intervene in achieving social control. The concept of neighbourhood 'collective efficacy' captures the importance of this link between trust and cohesion on the one hand and shared expectations for control on the other. Just as self-efficacy is situated rather than general (one has self-efficacy relative to a particular task), a neighbourhood's efficacy exists relative to specific tasks such as maintaining public order".

Entretanto, apesar das propostas teóricas e metodológicas promovidas por Sampson na sua pesquisa publicada na *Science* em 1997, já considerado um clássico da literatura da tradição ecológica da desorganização social e citado aqui nesta tese várias vezes, não se encontra ainda uma teorização sistemática e o uso de métodos e técnicas da análise das redes sociais em seus trabalhos e de seus colegas. O artigo da *Science* introduz na literatura da sociologia urbana o conceito de eficácia coletiva com a finalidade de focalizar a importância de variáveis intervenientes entre a relação das características estruturais de vizinhanças e com as taxas de criminalidade local. Além de a eficácia coletiva buscar diferenciar os padrões de coesão social que, associados a predisposições locais de controle social, podem explicar a variação de taxas de criminalidade além de outros mecanismos sociais como o capital social. O conceito de capital social é debatido dentro da tradição da TDS por Robert Sampson, Jeffrey Morenoff e Felton Earls (1999), e, seu artigo *Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children*, em contraposição ao conceito de eficácia coletiva. Neste momento, a TDS começa a apresentar uma aproximação maior com a ARS, uma vez que o conceito de capital social está intimamente ligado à ideia de redes sociais e laços sociais.

Tomando emprestado o conceito de capital social desenvolvido por Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, Sampson e seus colegas buscam inserir na sociologia urbana ecológica o construto que supera a dicotomia agência e estrutura e que, ao mesmo tempo, reforça uma abordagem sociológica estrutural destacando a importância do contexto social na explicação de fenômenos sociais urbanos. Conforme os autores:

Rejeitando a ficção de que a sociedade é composta de indivíduos independentes, Coleman (1988) argumenta que o capital social é uma forma de organização social criada quando a estrutura das relações entre as pessoas facilita a ação, "tornando possível a realização de certos fins que, na sua ausência, não seria possível" (p. 98; Coleman 1990:300). Bourdieu (1986) escreve sobre os 'recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de conhecimento mútuo e de reconhecimento' (p. 249). Putnam (1993) define o capital social de uma forma mais expansiva como 'características da organização social, tais como redes, normas e confiança, que

facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo' (p. 16)⁵⁰ (SAMPSON; MORENOFF; EARLS, 1999, p. 634).

Os autores propõem um estudo, usando dados de um *survey* de 1995, que abarca 342 vizinhanças, produzir um quadro teórico dentro da TDS que incorporem na relação entre fontes estruturais e espacialidade três mecanismos que produzem eficácia coletiva: os fechamentos intergeracionais, as trocas de reciprocidades locais e as expectativas compartilhadas de controle social formal e informal. A finalidade do estudo era apresentar como a eficácia coletiva é produzida nas crianças das vizinhanças estudadas, considerando fatores como capital social e os mecanismos acima citados. Dentre as características vicinais como estabilidade residencial, pobreza concentrada e composição étnica/racial, a importância da dinâmica espacial é o grande achado na pesquisa.

Considerando a importância do estudo no que concerne à introdução do conceito de capital social e uma teorização rápida sobre o conceito, as técnicas de medição de capital social ainda se apresentam dentro de um lugar comum, que os próprios autores começam criticando. Apesar dos autores, citando Coleman⁵¹, afirmarem que o capital social não está acomodado nos indivíduos, mas sim dentro da estrutura da organização social (SAMPSON; MORENOFF; EARLS, 1999, p. 634), os dados sobre os fechamentos intergeracionais, as trocas de reciprocidades locais e as expectativas compartilhadas de controle social formal e informal ainda são oriundos de instrumentos de coletas de dados utilizados nas estatísticas tradicionais, desconsiderando as técnicas de coleta de dados da ARS. De fato, existe neste trabalho já uma teorização sobre o conceito de capital social, logo alguns *insights* de uma sociologia reticular. Mas não se encontra uma epistemologia das redes sociais apontando uma metodologia para a mensuração dos laços sociais e dos indicadores de capital social.

⁵⁰ Rejecting the fiction that society consists of independent individuals, Coleman (1988) argues that social capital is a form of social organization created when structure of relations among people facilitates action, 'making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible' (p. 98; Coleman 1990:300). Bourdieu (1986) writes of the 'actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition' (p. 249). Putnam (1993) defines social capital in a more expansive fashion as 'features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit' (p.16).

⁵¹ "Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between persons and among persons. It is lodged neither in individuals nor in physical implements of productions."

Dez anos depois da publicação do trabalho acima, em busca de acessar a ligação entre o capital social de vizinhanças e seu papel como diferencial dentro das organizações sociais, Robert Sampson e Corina Graif (2009) apresentam uma ligação de conceitos da econometria e do capital social através de duas metodologias distintas: *surveys* de residentes em comunidades e *surveys* de lideranças institucionais. Um dos primeiros consensos dos autores é sobre a natureza multidimensional do capital social, ou seja, as fontes e as consequências do capital social são diversas gerando, conseqüentemente, as possibilidades diversas de operacionalizações de indicadores e de mensurações. De forma que, o conceito de capital social tem sido usado para uma multiplicidade de problemas sociais e comunitários, trazendo para os estudiosos uma dificuldade de um consenso sobre o nível de análise ao qual o conceito se refere.

O artigo de Sampson e Graif, *Neighborhood Social Capital as Differential Social Organization*, dá um passo novo nos estudos sobre os efeitos da vizinhança na TDS no tratamento das variáveis intervenientes da relação entre características estruturais das vizinhanças e as taxas de crimes. Enquanto os trabalhos anteriores mencionavam a importância do capital social e das redes sociais na explicação da criminalidade urbana local, sem uma teorização que se remetesse aos teóricos da ARS, nesse artigo os autores mencionam autores como Stephen Borgatti, Martin Everett, Ronald Burt e outros que são considerados teóricos atuais que representam a saída do uso meramente metafórico das redes sociais para o emprego de métodos e técnicas reticulares avançadas como já apresentado nos capítulos anteriores. Consoante os autores:

Uma grande literatura emergiu nas ciências sociais que tem centrado a sua atenção no capital social (Paxton, 1999; Portes, 1998; Putnam, 1993a, 1993b; Woolcock, 1998). No entanto, a base empírica dos estudos permanece bastante limitada quando consideramos as variações nas dimensões do capital social, no nível de vizinhança (Sampson et al., 1999; Sampson, Morenoff, & Gannon-Rowley, 2002). A razão é que os governos coletam muito pouca informação sobre as propriedades coletivas das unidades administrativas para as quais eles relatam informações regularmente. Pesquisa no nível da vizinhança, portanto, é dominada por estudos correlacionais de taxas de pobreza e outras características sociodemográficas dos tiradas censos e de estatísticas do governo. Tais correlações são importantes como passo inicial, mas elas não conseguem identificar os mecanismos de interação sociais que podem intervir, nem ajudar

a explicar a importância dos atributos da comunidade: o capital social não é mera composição da população ou de características individuais agregadas. A estratégia deste artigo é, portanto, ligar conceitos-chave com medidas que toquem diretamente na variação do capital social no nível da vizinhança e suas afiliadas teóricas⁵² (Sampson; Graif, 2009, p.1580-1581).

O avanço de uma teorização sobre os mecanismos sociais interacionais como fatores intervenientes na explicação dos atributos comunitários permite uma evolução significativa na TDS. De forma que o capital social abre um campo de reflexão teórica e metodológica nova dentro da tradição ecológica da Escola de Chicago. Associados à ideia de capital social, Sampson e Graif (2009) desenvolvem quatro construtos que geram novas hipóteses que podem ter uma validação empírica independente. São eles: laços ou redes sociais, eficácia coletiva, envolvimento organizacional e normas de conduta. A distinção conceitual entre laços sociais e eficácia coletiva permite localizar na análise sociológica o papel dos laços fortes recíprocos dentro de comunidades urbanas como mecanismos que podem reduzir a capacidade da comunidade na produção de recursos e fluxos de informações — dado a possibilidade de estes laços estarem localizados e organizados dentro uma ordem paroquial — impedindo a comunicação de grupos internos e da comunidade com outras organizações sociais, interferindo assim, na produção da eficácia coletiva vicinal.

Portanto, os autores propõem focar em mecanismos que facilitem o controle social sem requerer laços fortes ou associações, sobrepondo uma combinação de confiança e predisposição mútua dos residentes na intervenção do controle social, permitindo assim, um tipo de “capital social” com a tarefa específica de manutenção da ordem pública. Segundo os autores:

⁵² “A large literature has emerged in the social sciences that has centered its attention on social capital (Paxton, 1999; Portes, 1998; Putnam, 1993a, 1993b; Woolcock, 1998). However, the empirical base of studies remains quite limited when we consider variations in dimensions of social capital at the neighborhood level (Sampson et al., 1999; Sampson, Morenoff, & Gannon-Rowley, 2002). The reason is that governments collect very little information on the collective properties of administrative units for which they routinely report information. Neighborhood-level research is thus dominated by correlational studies of poverty rates and other sociodemographic characteristics drawn from census data and government statistics. Such correlations are important as an initial step, but they fail to identify the social interactional mechanisms that may intervene or help explain the salience of community attributes: Social capital is not about mere population composition or aggregated individual characteristics. The strategy of this article is therefore to link key concepts with measures that directly tap neighborhood-level variance in social capital and its theoretical affiliates”.

Visto através desta lente teórica, a eficácia coletiva é uma noção construída para uma tarefa específica que destaca as expectativas compartilhadas e o engajamento mútuo por residentes no controle cívico. Compatível com as ideias originais de Bandura (1997), o significado de eficácia é capturado em expectativas sobre o exercício do controle, privilegiando o aspecto "agentic" da vida social sobre uma perspectiva centrada no acúmulo de estoques de recursos. Essa concepção também é compatível com a redefinição do capital social de Portes e Sensenbrenner (1993) como "as expectativas de ação dentro de uma coletividade"⁵³.

Apesar dos conceitos de capital social e conceito de eficácia coletiva estarem associados, a densidade dos laços sociais. Os laços sociais não são redundantes com os dois conceitos, uma vez que, os laços sociais tem uma dimensão específica e são distintos tanto do ponto de vista teórico, como empírico (Sampson; Graif, 2009). O terceiro construto sobre a capacidade organizacional das comunidades e vizinhanças depende das conexões entre vizinhos e organizações. O ponto central é que mesmo comunidades que apresentam laços fortes privados e expectativas de controle social, elas ainda podem carecer de capacidade organizacional para alcançar algumas metas comunitárias. Neste ponto, encontra-se o avanço da teorização das redes sociais nos estudos sobre os efeitos da vizinhança e criminalidade (TDS), o componente institucional do capital social contém estoques de recursos de organizações vicinais e ligações com outras organizações similares à ideia de "capital social de ponte" baseada em Granovetter (1973) e desenvolvida por Putnam (1993, 2006), depois chamado de buraco estrutural por Burt (1992). Como já descrito no capítulo I, o capital social de ponte ou buracos estruturais podem, através de laços fracos, gerar na comunidade recursos externos que ajudam a produzir estabilidade e controle social local, fortalecendo as instituições locais e a participação dos residentes em associações voluntárias locais.

O quarto construto desenvolvido por Sampson e Graif (1999) é de natureza cultural e tem sido pouco trabalhado na literatura dos efeitos vizinhança. Entretanto, como a cultura tem relação com conteúdos normativos, encontra-se uma relação

⁵³ "Viewed through this theoretical lens, collective efficacy is a task-specific construct that highlights shared expectations and mutual engagement by residents in civic control. Consistent with the original ideas of Bandura (1997), the meaning of efficacy is captured in expectations about the exercise of control, elevating the "agentic" aspect of social life over a perspective centered on the accumulation of stocks of resources. This conception is also consistent with the redefinition of social capital by Portes and Sensenbrenner (1993) as "expectations for action within a collectivity."

com as normas de conduta de propriedades do capital social. Coleman (1990), salienta bem o aspecto normativo em sua definição de capital social, bem como Putnam (1993, 2006) salienta o conceito de “familismo amoral”⁵⁴ de Edward Banfield (1958). Questões normativas como o cinismo moral ou cinismo legal variam de vizinhança para vizinhança como também normas de tolerância vinculadas a subculturas são elementos importantes na análise dos efeitos da vizinhança e o papel do capital social na produção de eficácia coletiva.

A despeito dos avanços teóricos encontrados no artigo de Sampson e Graif (2009), a base de dados (Project on Human Development in Chicago Neighborhoods – PHDCN) utilizada pelos autores ainda são *survey* tradicionais de medidas de estatística padrão bem como as análises a construção de medidas e análises são bastante discutíveis do ponto de vista de uma análise reticular de natureza relacional. Embora o modelo de análise do capital social apresentado por Putnam (1993, 2006) seja um dos primeiros estudos sobre a atuação do capital social em comunidades, ele mesmo não segue padrões de ARS como os apresentados aqui neste capítulo na seção 3. Não ficam claros, no texto, os índices construídos por Sampson e Graif. O que se entende é que eles foram produzidos a partir de variáveis de atributos individuais e não variáveis relacionais. Os autores citam Burt (2000), mas não apresentam sequer um gráfico que represente os buracos estruturais e os fechamentos reticulares como mecanismos ou mesmo fontes de capital social.

O grande salto teórico e metodológico do uso da ARS nos estudos sobre os efeitos da vizinhança, realmente, tem como referência o livro de Robert Sampson (2012), *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effects*. Neste livro Sampson, conforme já apresentado anteriormente, procura apresentar a importância do contexto social na explicação de fenômenos sociais urbanos das grandes cidades. O autor retoma a tradição ecológica da Escola de Chicago e a da TDS salientando os efeitos da vizinhança e os mecanismos sociais como o capital

⁵⁴ Baseado na hipótese de que ‘maximize the material, short-run advantage of the nuclear family, assume that all others will do likewise’, Banfield define o “familismo amoral” como, “One whose behavior is consistent with this rule will be called an ‘amoral familist’. The term is awkward and somewhat imprecise (one who follows the rule is without morality only in relation to persons outside the family—relation to family members, he applies standards of right and wrong; one who has no family is of course an ‘amoral individualist’), but no other term seems better” (BANFIELD, 1958, p. 85)..

social e a eficácia coletiva para explicar o controle social local e a criminalidade urbana. Para Sampson (2012):

Apesar destas críticas, a teoria da desorganização social sobreviveu e foi até revitalizada anos mais tarde, ou reinventada, alguns diriam, na forma da ideia popular de "capital social". Embora existam muitas definições do termo, capital social geralmente é concebido como um recurso incorporado dentro dos laços sociais entre as pessoas — redes, normas e confiança. A conexão entre desorganização social e capital social foi interpretada por Robert Bursik no sentido de que vizinhanças carentes de capital social, indicado por redes sociais empobrecidas, sejam menos capazes de construir valores comuns e manter os controles sociais que sustentem a segurança e os esforços para promover bens sociais⁵⁵.

Sampson retoma as ideias de Bursik (1993) sobre o papel dos laços sociais como fontes de capital social e sua relação com o controle social informal e formal em vizinhanças urbanas, incorporando no esquema teórico de Bursik uma reflexão teórica e metodológica, mais sofisticada, da importância da ARS. Depois da consolidação da ecometria desenvolvida em conjunto com Stephen Raudenbush, Sampson vem aprimorando em suas pesquisas e debates teóricos o papel das redes sociais como mecanismos vicinais na explicação da criminalidade urbana. Sampson traz à tona uma noção “sistêmica” da densidade dos laços sociais. Para ele, é útil conhecer que a TDS precisa modificar e descartar o que não é importante, ou melhor, existem boas razões para se repensar o papel dos laços pessoais densos (laços fortes) como geradores de baixas taxas de crimes (SAMPSON, 2012, p. 150).

Bom, sobre o uso dos métodos e técnicas da ARS no livro de Sampson, citado acima, esta tese dedica uma seção do próximo capítulo que apresenta possibilidades da articulação teórica e metodológica entre a TEC e a ARS dentro da renovação da TDS nos dias atuais.

⁵⁵ “Despite these criticisms, social disorganization theory survived and was even revitalized in later years, or reinvented, some might say, by the popular idea of “social capital”. Although there are many definitions of the term, social capital is typically conceptualized as a resource embodied in the social ties among persons — networks, norms, and trust. The connection of social disorganization to social capital was articulated by Robert Bursik to mean that neighborhoods lacking social capital, indicated by depleted social networks, are less able to realize common values and maintain the social controls that foster safety and efforts to promote social goods”.

5 CONCLUSÃO

Os efeitos da vizinhança por se tratar de uma perspectiva multinível de cunho estrutural dentro da análise sociológica tem similaridades e possibilidade teóricas e metodológicas com a ARS através da TEC. O uso e a importância dada aos laços sociais como mecanismos mediadores e constitutivos da eficácia coletiva permitem um diálogo entre as duas perspectivas que pode resultar em uma sociologia reticular do crime. Os laços sociais e os buracos estruturais podem em conjunto com a TEC fornecer inteligibilidade e compreensão do porquê a eficácia coletiva está ausente mesmo em vizinhanças que apresentem um alto grau de coesão social: o caso do “paradoxo das redes densas” ou “paradoxo das organizações”.

Portanto, este capítulo mostrou que determinadas medidas reticulares utilizadas na ARS podem ser usadas em pesquisas que lançam mão de uma sociologia do contexto através dos efeitos da vizinhança. Os estudos sobre ecologia urbana podem ganhar em qualidade teórica e metodológica bem como na robustez de suas explicações sobre as alterações das taxas de criminalidade em vizinhanças e as diferenças que são encontradas nas taxas de crime em vizinhanças com características sócio-demográficas similares. Por conseguinte, capital social pode ser identificado com uso de medidas reticulares que permitem desvendar como ele opera como um mecanismo produzindo diferentes tipos de efeitos sobre as taxas de criminalidade local. Ou seja, dados os desenhos das redes sociais existentes em vizinhanças, o capital social pode ou não favorecer o aparecimento da eficácia coletiva gerando um controle social informal maior e a diminuição das taxas de criminalidade local.

CAPÍTULO VI

POSSIBILIDADES DE INTERSEÇÃO ENTRE OS DESENHOS DE PESQUISAS DOS MODELOS MULTINÍVEL COM MEDIDAS DE PROCESSOS VICINAIS E A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO

A agenda de pesquisa da teoria dos modelos multinível e da ARS convergem, conforme apresentado nos capítulos acima para um mesmo ponto: a questão de como as diferenças estruturais por si somente produzem efeitos sobre determinados fenômenos sociais. O contexto social aparece como gerador de uma série de resultados que ocorrem em comunidades e vizinhanças urbanas para além dos atributos individuais. Processos e mecanismos sociais são oriundos de dinâmicas específicas de contextos sociais diversos. Entretanto, esse programa de pesquisa faz parte de uma agenda parcial das duas abordagens. Uma agenda mais geral das duas teorias e desenhos de pesquisas tem por objetivo geral o exame de como estrutura e atributos individuais interagindo podem produzir os resultados esperados em um projeto de unir abordagens micro e macrosociológicas (BORGATTI, HALGIN, 2011).

Este capítulo apresenta como a TDS pode ser aprimorada com o uso da ARS e suas técnicas de mensuração. Poder-se-á observar que, de uma maneira ou de outra os desenhos de pesquisas e as técnicas utilizadas por ambas às abordagens, deixam espaço para uma ligação entre o comportamento humano individual e a estrutura social. Este capítulo está dividido em três seções, além desta introdução e a conclusão. A seção 2 apresenta em que consiste o modelo metodológico adotado pela TDS em seus estudos sobre eficácia coletiva: a modelagem multinível ou modelos lineares hierarquizados e seus aspectos teóricos e técnicos. A seção 3 apresenta os aspectos gerais da metodologia das redes sociais e seu uso nos estudos sobre os efeitos da vizinhança: métodos de coleta e análise de dados. A seção 4 apresenta como na atualidade a TDS vem usando a ARS e as vantagens analíticas para o estudo da criminalidade urbana através da relação entre capital social e eficácia coletiva.

2 ESTUDOS MULTINÍVEIS COM MEDIDAS DE PROCESSOS VICINAIS

Os estudos dos efeitos da vizinhança desenvolvidos nos últimos anos têm usado métodos e técnicas de coleta e análise de dados que já foram apresentadas, de maneira geral, no capítulo 2 desta tese. Nesta seção se destaca a importância dada aos modelos multinível com medidas de processos vicinais em que a amostra de indivíduos é aninhada dentro de vizinhanças ecologicamente definidas no qual, dependendo da teoria que dê sustentação ao estudo, a variável dependente é medida no nível individual ou em taxas de medidas de fenômenos sociais complexos. As variáveis independentes, por sua vez, podem ser tanto de natureza individual como compostas por medidas agregadas de características vicinais.

O uso do conceito de eficácia coletiva, desenvolvido dentro da TDS por Sampson (1997), marca um momento decisivo para o uso de técnicas estatísticas multinível nos estudos dos efeitos da vizinhança e criminalidade. A técnica faz parte de um conjunto de procedimentos que estão no bojo do que Sampson e seus colegas chamam de ecometria. Os modelos multinível permitem a operacionalização da TEC que se apoia na ideia da causalidade contextual controlada por mecanismos sociais intermediários da relação entre as características estruturais das vizinhanças e as taxas de criminalidade local. Nesta seção, em específico, apresentam-se as linhas gerais de como as técnicas multinível podem ser utilizadas na sociologia criminal.

2.1 As Exigências Teóricas Da Modelagem Multinível

Os princípios teóricos da modelagem multinível são distribuídos em quatro níveis de exigências: a) o estabelecimento dos níveis a serem contemplados no modelo proposto; b) a definição das variáveis preditoras de cada nível, cujo efeito será investigado sobre a variável critério; c) a definição das relações entre as variáveis inseridas no modelo; e, d) o estabelecimento de relações entre variáveis de diferentes níveis. O segundo ponto, os princípios técnicos, busca apresentar, do ponto de vista estatístico, técnicas específicas da modelagem multinível que podem ser traduzidas em modelos matemáticos se diferenciando das técnicas utilizadas nas análises de regressão linear simples e múltiplas (PUENTES-PALACIOS; LAROS, 2009).

Por um motivo didático e por razões teóricas e metodológicas apresentam-se, aqui, as exigências de uma modelagem multinível tomado como exemplo o trabalho de Robert Sampson, Stephen Raudenbush e Felton Earls, *Neighborhoods and Violent Crime: A multilevel Study of Collective Efficacy* (1997), publicado na *Science*. De um lado, é didático apresentar a modelagem multinível a partir desse estudo, porque ele representa aqui nesta tese um marco de referência das nossas reflexões teóricas sobre os efeitos da vizinhança. Isso reforça os estudos sobre a importância do contexto na explicação de fenômenos sociais complexos. De outro lado, o texto desses autores apresenta um momento de aprimoramento da TDS no que tange ao aspecto teórico representado pelo conceito de eficácia coletiva e metodológico com o emprego sistemático de técnicas de modelagem multinível dentro da tradição da sociologia urbana da Escola de Chicago.

No estudo de Sampson e seus colegas, a pergunta inicial gera a questão do problema de pesquisa: por que a violência está associada ao baixo *status* econômico e a instabilidade residencial das vizinhanças? A pergunta vem da TDS proposta por Shaw e McKay. Baseado em uma perspectiva da sociologia analítica, os autores elaboraram um problema de pesquisa sobre quais são os processos sociais ou mecanismos sociais que podem explicar ou mediar a associação entre a desorganização social vicinal e as taxas de crimes locais. Através de conceito de eficácia coletiva, os autores buscam resolver o problema da associação entre desvantagens vicinais e instabilidade residencial com taxas de violência interpessoal. A premissa básica é que as características sociais e organizacionais das vizinhanças explicam às variações nas taxas de crimes e que estas características não são exclusivamente imputáveis aos agregados de características demográficas dos indivíduos. Assim, surge a necessidade de um estudo voltado para o uso de técnicas de modelagem multinível.

2.1.1 Características Teóricas da Modelagem Multinível

O estabelecimento dos níveis a serem contemplados no modelo proposto é primordial nos desenhos de pesquisa multinível, devendo o pesquisador apresentar definições claras dos níveis utilizados na pesquisa. Devem ficar claro quais os contextos que estão sendo analisados do ponto de vista empírico, uma vez que a palavra contexto é de pouca clareza para uma definição operacional dos níveis que

serão usados na análise. No caso do estudo multinível desenvolvido por Sampson e seus colegas, temos um estudo marcado por uma hierarquia de três níveis: os modelos estatísticos multinível são hierarquizados a partir das variações representadas por atributos das pessoas (indivíduos), das variações dos atributos indivíduos dentro de vizinhanças e das variações das características vicinais entre as vizinhanças. Esses modelos hierárquicos são apresentados como uma série de modelos aninhados um para cada nível da hierarquia. Existe uma relação de inclusão entre eles de maneira que no caso de uma vizinhança os residentes (indivíduos) constituem o nível 1, porém é o conjunto de residentes que compõem a vizinhança representando o nível 2 e assim por diante.

Desse modo, a análise multinível permite ao pesquisador analisar os fenômenos estudados de uma perspectiva micro e macro social, levando em consideração tanto o comportamento individual como o contexto social. Como salienta os estudiosos dos modelos multinível, “a primeira exigência destaca que, independentemente dos níveis que forem escolhidos pelo pesquisador, eles devem ser claramente descritos e apresentados” (Puentes-Palacios; Laros, 2009, p. 352). Cujo objetivo é o de estabelecer os segmentos representados pelos níveis incluídos dentro do modelo.

Sobre a definição das variáveis preditoras de cada nível e seus efeitos investigados sobre a variável dependente, o pesquisador precisa primeiro definir quais as variáveis de cada nível que serão investigadas tomando em consideração uma base de evidências teóricas e empíricas. Conforme Puentes-Palacios e Laros:

As variáveis preditoras escolhidas devem representar todos os níveis contidos no modelo, e a variável critério deve necessariamente ser oriunda do nível mais baixo. A hipótese subjacente em relação a essa variável é que a sua melhor compreensão é alcançada a partir da investigação simultânea do efeito de variáveis tanto do mesmo nível quanto do contexto em que estão inseridas (PUENTES-PALACIOS; LAROS, 2009, p. 352).

O que torna essa técnica analiticamente poderosa é a possibilidade do pesquisador poder articular múltiplas associações entre variáveis de diversos níveis. Além das possíveis relações causais alcançadas a partir da investigação concomitante do efeito de variáveis, tanto do mesmo nível, quanto do contexto em que elas estão inseridas. Tais técnicas podem ser aplicadas tanto em estudos

longitudinais (medidas repetidas) como em estudos de corte transversal. Entretanto, a modelagem multinível deve definir também a forma como as variáveis e os níveis se organizam na estrutura do modelo adotado pelo pesquisador. Portanto, no exemplo do modelo multinível utilizado por Sampson, identifica-se rapidamente as variáveis preditoras ou independentes e seus distintos níveis. Variáveis independentes do nível mais alto são as variáveis de composição social. No modelo foram usados três índices: desvantagem concentrada, concentração de imigrantes e estabilidade residencial. As variáveis preditoras do nível mais baixo, nível individual foram: sexo, estado civil, residência própria, origem social, cor, idade, mobilidade, anos de moradia e *status* socioeconômico.

Outra importante exigência da modelagem multinível reside na definição das relações entre as variáveis inseridas no modelo. O pesquisador precisa definir as relações hipotetizadas entre as variáveis definidas. Segundo Puentes-Palacios e Laros:

Apontar que variáveis oriundas de diferentes níveis afetam o desempenho de uma do nível mais baixo não é suficiente para caracterizar um modelo como tendo uma estrutura multinível. É imprescindível que as variáveis de cada nível sejam cuidadosamente especificadas, e as suas relações defendidas enfatizando o seu efeito sobre aquela do primeiro nível que desempenha o papel de variável critério (PUENTES-PALACIOS; LAROS, 2009, p. 352).

Neste exemplo, de modelo multinível, a hipótese apresentada no resumo do texto, ou seja, para os autores a eficácia coletiva, definida como coesão entre vizinhos e combinada com a “boa-vontade” (*willingness*) para intervir visando o bem comum, está relacionada com a redução da violência. Consoante os autores:

As análises multinível mostraram que uma medida de eficácia coletiva produz uma elevada confiabilidade entre-vizinhanças e está negativamente associada com as variações da violência, sendo que as características de nível individual, o erro de mensuração e a violência prévia estão controlados. Associações de desvantagem concentrada e instabilidade residencial com violência estão mediadas em grande parte pela eficácia coletiva⁵⁶ (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p 918).

⁵⁶ “Multilevel analyses showed that a measure of collective efficacy yields a high between-neighborhood reliability and is negatively associated with variations in violence, when individual-level characteristics, measurement error, and prior violence are controlled. Associations of concentrated

Os autores assumem que existe uma relação causal entre as variáveis de composição social, variáveis independentes, que são variáveis do nível mais alto (desvantagem concentrada, concentração de imigrantes e estabilidade residencial) e as variáveis dependentes que são as taxas de violência (violência percebida, vitimização violenta e taxas de homicídios). No entanto, a hipótese central é a de que a eficácia coletiva atua como um mecanismo social que explica como e porque se dá a relação entre os efeitos da vizinhança e as taxas de criminalidade. A eficácia coletiva produz uma confiabilidade maior entre as vizinhanças e está associada negativamente — mesmo quando controlada por características individuais, erro de mensuração e violência posterior — com as taxas de violência vicinais.

No estudo multinível de Sampson e seus colegas, pode-se observar o cumprimento da exigência de uma descrição minuciosa de como foram construídos os índices de composição social, de eficácia coletiva, das taxas de violência e seus devidos indicadores, bem como o teste de confiabilidade e consistência dos indicadores utilizados nos testes das hipóteses. Além de anunciar os níveis contemplados os autores também descrevem as variáveis participantes do modelo. Todas as relações estabelecidas entre elas foram claramente especificadas e sustentadas em evidências teóricas e empíricas de estudos ancorados dentro da tradição da TDS. De forma que, o debate sobre o conceito da eficácia coletiva como um mecanismo ou processo social capaz de explicar e descrever como os efeitos da vizinhança estão associados com as taxas de criminalidade local se confirma empiricamente.

Em relação ao estabelecimento de relações de interação entre variáveis de diferentes níveis é exigido do pesquisador definições das relações esperadas entre as variáveis independentes e dependentes e seus diferentes níveis, bem como os efeitos conjuntos entre os diversos níveis sobre a variável dependente. No caso do estudo de Sampson e seus colegas, podemos traduzir essa exigência como: as variações das características pessoais como casa própria, estado civil, *status* sócio econômico, idade e outras (variáveis preditoras de nível 1) que vivem em vizinhanças com uma composição social favorável, baixos índices de desvantagens, baixa concentração de imigrantes e estabilidade residencial, (variável preditora de

nível 2) e variações altas de composição social favorável entre vizinhanças (variável preditora de nível 3), terão menores taxas de violência vicinal (variável dependente) no que tange a violência percebida, vitimização violenta e homicídios. Tal efeito representa a importância da combinação específica de determinadas variáveis sobre determinados fenômenos sociais, normalmente, conhecida como interação *cross level* ou transversal.

Portanto, a modelagem multinível permite ao pesquisador diferenciar a relação que existe entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes teorizadas em um dado estudo de caso. De maneira que é possível reconhecer que as taxas de criminalidade podem alterar de acordo com a variação dos atributos individuais e das características vicinais que podem ocorrer dentro das vizinhanças e entre vizinhanças. O mesmo indivíduo inserido em um contexto social “A” pode se comportar diferente inserido em um contexto social “B”, as diferenças comportamentais podem acontecer em um nível mais baixo como também no nível mais baixo. Para Segundo Puentes-Palacios e Laros:

Essas diferenças — conhecidas como variância “intra” (intranível, entre elementos do nível 1 ou ainda within) e “entre” (entre unidades do nível 2 ou between) — estão implícitas no modelo; logo, devem ser tanto defendidas na apresentação das justificativas em que o modelo se sustenta quanto levadas em consideração na hora da testagem matemática do modelo - quando, em relação à variável critério, será investigada a presença de variância significativa em todos os níveis contemplados no modelo proposto, assim como a sua redução, decorrente da inserção das variáveis preditoras no modelo matemático (PUENTES-PALACIOS; LAROS, 2009, p. 353).

Por conseguinte, a diferenciação entre as unidades dos diversos níveis não pode ser defendida do ponto de vista teórico pode, porém, ser evidenciada pelo cálculo de indicadores capazes de demonstrar sua intensidade. Para isso, o uso de procedimentos matemáticos como a concordância intragrupos e a correlação intraclasse podem oferecer estimativa adequada para obtenção das informações requeridas. ***Para uma demonstração da análise multinível a partir de seus princípios técnicos ou matemático, ver o apêndice A.***

3 A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

O método e as técnicas da ARS são epistemologicamente distintos daqueles apresentados pela estatística padrão apresentada acima no modelo multinível. Na coleta de dados reticulares temos um padrão de amostra conhecido como “snowball”. A amostra de “bola de neve” é um tipo de amostragem não probabilística que pode ser orientada pelo problema e unidade de análise do pesquisador. Diferente da exigência dos modelos estatísticos tradicionais que exigem uma amostra probabilística como técnica de seleção das unidades de uma população e que defendem o pressuposto da distribuição normal dos dados.

A ARS pressupõe que determinadas estruturas de redes não admitem uma distribuição normal dos dados, mas sim um modelo conhecido como “modelo de potência” (power law). Conforme esse modelo, os ricos ficam mais ricos, ou seja, o acesso a recursos e informações de um ator dentro de uma estrutura social não depende de um modelo aleatório e sim da posição deste ator dentro da estrutura. Por exemplo, a centralidade do ator indica a capacidade de estabelecer conexões mais rápidas e diretas com outros atores da estrutura com um número relativamente pequeno de laços sociais (FONTES, 2012, p. 182-183). Por esse motivo, apesar do fato da amostra de bola de neve está associada mais aos estudos qualitativos, este não é o caso da análise de redes, uma vez que grande parte das pesquisas reticulares é analisada com técnicas metodológicas quantitativas. Conforme Wellman:

A abordagem de rede social oferece formas de analisar as relações sociais que não são nem grupos nem duetos isolados. Em vez da distinção radical entre pertencimento a um grupo ou isolamento social frequentemente defendida por aqueles que temem a alegada perda de comunidade, os analistas de rede podem estudar um conjunto mais diversificado de fenômenos estruturais, tais como: A densidade e o *clustering* de uma rede; quanto os laços são próximos; se isso é variedade ou constrangido em seu tamanho e heterogeneidade; como os laços sociais são estritamente especializados ou amplamente multiplexo; como laços indiretos e posições estruturais afetam o comportamento. Embora todos os estudos tenham que começar em algum lugar com algumas populações, a ARS não trata mais de grupos definidos oficialmente ou de limites de vizinhanças como limites verdadeiramente sociais, sejam eles departamentos nas organizações ou vizinhanças em cidades. Em vez disso os analistas de redes rastream as relações

das pessoas que estão estudando, onde quer que esses relacionamentos vão e quem eles são. Só então olham para ver se tais relações cruzam limites definidos oficialmente. Desta forma, os limites formais tornam-se importantes variáveis analíticas, ao invés de restrições analíticas apriorísticas⁵⁷ (WELLMAN, 1999, p. 16).

A metodologia das redes sociais estende-se em uma série de questões epistemológicas e técnicas que essa seção não se aventura cobrir devido a sua vasta dimensão. O assunto compreende questões que envolvem conceitos substantivos das redes sociais como reciprocidade, balanço estrutural, transitividade, aglomeração e equivalência estrutural. Tais conceitos podem ser trabalhados em pesquisas avançadas nas ciências sociais e comportamentais seguindo a sociometria, a teoria dos grafos, as díades, as tríades, os subgrupos e modelagem por blocos (*blockmodels*) (WASSERMAN; SCOTT; CARRINGTON, 2005). Entretanto, pode-se falar que existem duas principais abordagens sobre a coleta de dados reticulares: a abordagem de redes totais ou sociocêntricas (*whole network*) e a abordagem de redes egocêntricas (*egocentric network*).

3.1 A Análise de Redes Sociocêntricas ou Redes Totais

A análise de redes em uma perspectiva sociocêntrica examina os conjuntos de atores inter-relacionados que são considerados, do ponto de vista analítico, dentro de fronteiras sociais coletivas (embora do ponto de vista empírico, o conceito de fronteiras de redes seja ambíguo e permeável). A abordagem sociocêntrica busca produzir e analisar medidas de padrões estruturais de interações e como esses padrões explicam determinados resultados como concentração de poder informação e outros recursos dentro do grupo. O objetivo dos estudos de redes sociocentradas são identificar esses padrões estruturais e produzir generalizações empíricas sobre

⁵⁷ "The social network approach provides ways for analysts to think about social relationships that are neither groups nor isolated duets. Instead of the either/or distinction between group membership and social isolation characteristic of those fearing the alleged loss of community, network analysts can study a more diversified set of structural phenomena, such as: The density and clustering of a network; how tightly it is bounded; whether it is variegated or constricted in its size and heterogeneity; how narrowly specialized or broadly multiplex are its ties; how indirect ties and structural positions affect behavior. Although all studies have to start somewhere with some populations, most social network analyses do not treat officially defined group or neighborhood boundaries as truly social boundaries, be they departments in organizations or neighborhoods in cities. Instead network analysts trace the relationships of the persons they are studying, wherever these relationships go and whoever they are with. Only then do they look to see if such relationships cross officially defined boundaries. In this way, formal boundaries become important analytic variables rather than a priori analytic constraints".

determinados grupos sociais (CHUNG; HOSSAIN; DAVIS, 2005; MARSDEN, 2005). Segundo alguns autores:

Em um estudo de redes totais, os atores da rede geralmente são conhecidos ou facilmente determinados. Isto é porque um estudo de redes sociocêntricas geralmente se concentra em redes "fechadas", que implica que os limites de uma rede inteira são definidos a priori. Em muitos casos, esta abordagem continua a ser o padrão-ouro por causa de sua capacidade de coletar dados para toda a rede. A rede representa a amostra de saturação de interesses e a análise permite que os resultados possam ser generalizados para a população⁵⁸ (CHUNG; HOSSAIN; DAVIS, 2005, p. 03).

Embora do ponto de vista da ARS, o estudo das redes sociais totais seja um empreendimento analítico que produz um sentido teórico para o fortalecimento de uma epistemologia das redes sociais, mesmo com a possibilidade do emprego da teoria dos grafos com uma série de conceitos que ajudam na análise das propriedades de nível macro das redes sociais, existem no plano da pesquisa empírica uma série de problemas de operacionalização da proposta metodológica. Um dos primeiros entraves foi identificado por Granovetter (1976) no que tange a questão da amostragem. Para Granovetter (1976, p. 1287), “A pesquisa de rede social estar confinada aos pequenos grupos porque redes largas são difíceis de manipulação (...)” [*social network research has been confined to small groups because large networks are intractable (...)*]. O problema central, segundo este autor, reside na questão do tamanho do grupo. Por exemplo, para um grupo do tamanho N , o número de laços potenciais (simétricos) é feito com a cálculo da densidade do grupo [$N \cdot (N - \frac{1}{2})$], é justamente nesse momento que surge o impasse prático da amostragem. Amostrar um grupo de 5000 indivíduos pode-se encontrar um número de 12 milhões de laços potenciais dentro da rede. No plano da facticidade e operacionalização desses dados, encontra-se um obstáculo considerado praticamente insuperável.

Apesar de Granovetter ter sugerido, na época, uma metodologia para resolver tal impasse, na atualidade, a realidade não tem sido tão diferente, visto que a

⁵⁸ “In a whole network study, the actors of the network are usually known or easily determined. This is because a sociocentric network study usually focuses on “closed” networks implying that the boundaries of a whole network are a priori defined. In many cases, this approach remains the gold standard because of its ability to gather data for the entire network. The network represents the saturation sample of interests and the analysis allows for the results to be generalised to the population”.

produção de medidas de propriedade global não tem sido geralmente possível dado o problema da amostragem dos dados. O modelo sugerido por Granovetter requer que o conhecimento da densidade da população e o *outdegree*. Estes procedimentos limitam bastante a praticidade do modelo além de resultar em perda de informação sobre a população investigada (CHUNG; HOSSAIN; DAVIS, 2005; SCOTT, 2012). Para Wellman (1988):

Estudos de rede total nem sempre são metodologicamente viáveis unem analiticamente adequados. Quem usá-los deve definir os limites de uma população, compilar uma lista de todos os membros dessa população, recolher uma lista de todos os laços diretos (do tipo que interessa ao analista) entre os membros desta população, e empregar uma variedade de técnicas estatísticas e matemáticas para destrinchar algumas propriedades estruturais subjacentes dos sistemas sociais. No entanto, com as limitações atuais de hardware e software, os analistas foram capazes de estudar apenas alguns tipos de relacionamentos em populações no máximo algumas centenas de pessoas⁵⁹ (WELLMAN, 1988, 26).

Embora a ARS adote uma perspectiva que comunidades, organizações, e sistemas-mundos são redes sociais e que muitas comunidades, organizações e sistemas-mundos não são necessariamente densos e com fronteiras delimitadas, os estudos de redes totais, ainda assim, tem se mostrado inviáveis devido aos custos empregados na observação e coleta de dados e dos problemas técnicos indicados acima. Portanto, os estudos das redes totais nem sempre são possíveis e analiticamente apropriados. Para Barry Wellman:

Portanto, muitos analistas de redes comunitárias — incluindo os autores deste livro — concentraram-se em estudar redes pessoais (ou ego-centradas) menores definidas do ponto de vista das pessoas focais: uma amostra de indivíduos nos centros das suas próprias redes. Ao invés de mostrar o universo como ele é visto por um observador exterior, estudos de rede pessoal proporcionam vistas ptolemaicas de redes, como elas podem ser visualizadas pelos

⁵⁹ “Whole network studies are not always methodologically feasible or analytically appropriate. Those who use them find that they must define the boundaries of a population, compile a list of all the members of this population, collect a list of all the direct ties (of the sort the analyst is interested in) between the members of this population, and employ a variety of statistical and mathematical techniques to tease out some underlying structural properties of the social systems. Yet, with the current limitations of computer hardware and software, analysts have been able to study only a few types of relationships in populations no larger than several hundred”.

indivíduos em seus centros: o mundo como cada um o vê, gira em torno de si⁶⁰ (WELLMAN, 1999, p. 19)

Por motivo desses impasses técnicos de mensuração de dados nas análises de redes sociais totais, tem-se um florescimento maior de estudos de redes pessoais (*personal network*) ou redes egocentradas (*egocentric network*). Os dados de redes egocentradas, semelhante aos de redes totais, também podem incluir múltiplas relações e podem ser extraídos de dados de redes totais através da escolha de um nó focal (focal node), Ronald Burt (1992, 2005) é um exemplo de estudos que usam os efeitos de constrição de redes baseado em dados de redes totais. As contrições de redes são calculadas através de medidas egocêntricas tratando cada nó na rede total como um ego temporário (MARIN; WELLMAN, 2011, p. 20).

3. 2 A Análise de Redes Egocentradas ou Redes Pessoais

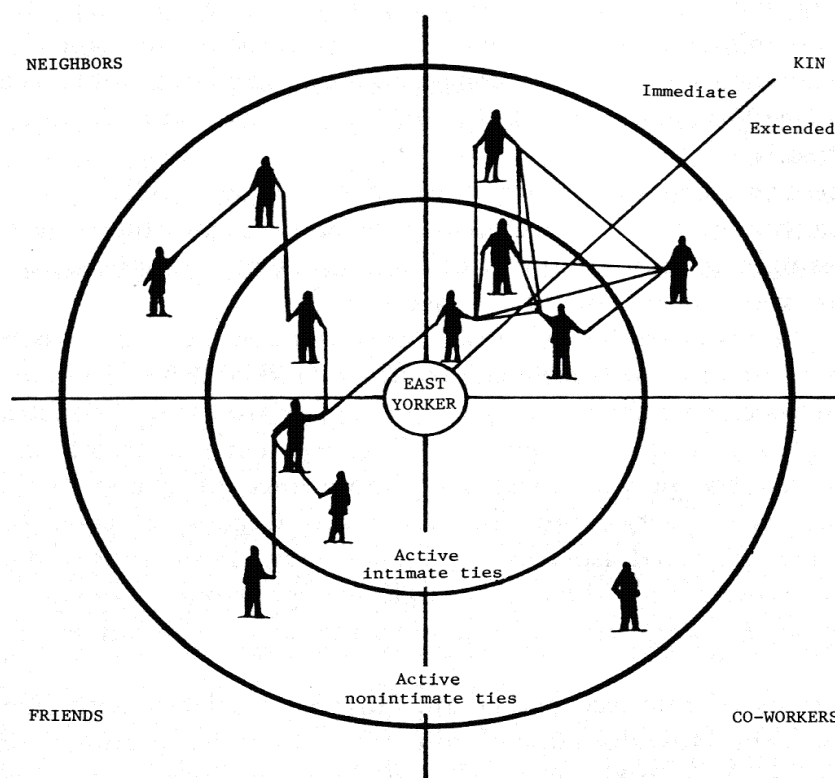
Se as redes totais apresentam uma estrutura geométrica copernicana que permitem ao pesquisador um olhar de águia — ou como diz Wellman, “um olhar alienígena” — sobre o sistema social como um todo, descrevendo as estruturas compreensivas das relações de papel de uma população inteira, então as redes pessoais são focadas em um nó ou ego que lembra uma visão geométrica de perspectiva ptolomaica, onde o indivíduo é o centro de partida da construção da estrutura de uma rede social (WELLMAN, 1999, 2011). Através das redes egocentradas diversos pesquisadores tem desenvolvido pesquisas sobre uma série de fenômenos sociais. Um dos primeiros estudos de redes sociais egocêntricas foi a análise de Helen Bott (1928) sobre jogos infantis em uma creche. A autora foi pioneira na coleta dados sistemáticos sobre redes pessoais e a usar uma matriz para organizar dados sociométricos, sobre quem fez o quê com quem. Anos depois, a filha de Helen, Elizabeth Bott (1957), escreveu a primeira e mais citada ARS, um estudo sobre papéis familiares na Inglaterra. Elizabeth Bott, usando uma medida de densidade, mostrou que as características sociais externas de um casal afetam as funções domésticas internas deste casal. Que dizer, a interdependência ou

⁶⁰ “Therefore many community network analysts—including the authors in this book—have concentrated on studying smaller personal (or ego-centered) networks defined from the standpoint of focal persons: a sample of individuals at the centers of their own networks. Rather than showing the universe as it is viewed by an outside observer, personal network studies provide Ptolemaic views of networks as they may be viewed by the individuals at their centers: the world we each see revolving around us”.

separação entre maridos e esposas era mais um função da força de suas redes de parentesco do que de sua posição de classe (1957).

Entretanto, o estudo de redes egocentradas é emblemático na história da ARS, saindo de um enfoque metafórico para uma aplicação de métodos e técnicas reticulares usadas ainda hoje, é um estudo de Barry Wellman (1979), *“The Community Question: The Intimate Networks of East Yorkers”*, realizado em Toronto no Canadá. O estudo versa sobre como a divisão sistêmica do trabalho em larga escala afeta a organização e o conteúdo dos laços primários. Wellman aplica, nesta pesquisa, seus argumentos sobre comunidade perdida, comunidade salva e comunidade liberada para contextualizar o problema da integração estrutural de um sistema social e os meios interpessoais pelo quais seus membros têm acesso aos recursos escassos e suporte comunitário. Na figura abaixo se tem o modelo do sociograma de um modelo reticular egocentrado usado por Wellman.

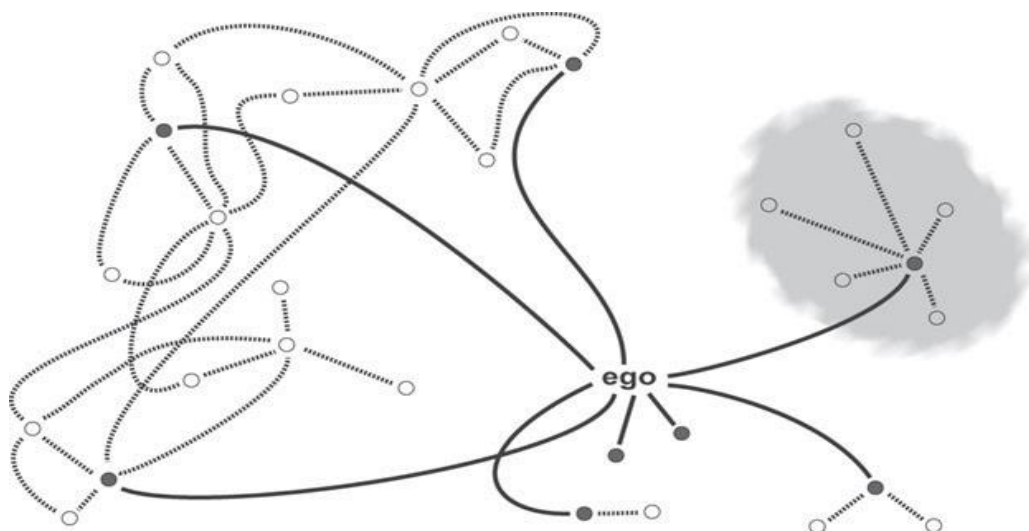
Figura 22 – Rede pessoal típica de um East Yorker



Fonte: Wellman (1999, p. 20)

A figura acima mostra os laços interpessoais de um ego que está ligado a cada membro de cada rede (círculos e quadrantes) onde os membros de cada rede estão ligados a outros membros. Nesta representação gráfica não se tem os laços diretos entre o ego e os membros da rede, mas se pode localizar facilmente os laços densos no quadrante de parentesco e os laços esparsos entre os amigos e vizinhos. Abaixo se tem outro modelo de sociograma desenvolvido por Ronald Burt (2010, p. 03) de uma rede egocentrada cujo desempenho pode ser explicado a partir de buracos estruturais na rede e as conexões deste ego. Os pontos representam pessoas e as linhas representam relações. Um contato direto é alguém com quem o ego se comunica diretamente. Existem oito contatos diretos no sociograma, esses contatos definem a rede imediata do ego. A estrutura das relações entre os contatos define a rede imediata ao redor do ego.

Figura 23 – Redes imediatas e redes de vizinhos



Fonte: Burt (2010, p. 03).

Os pontos sólidos são os contatos diretos. Pontos ociosos são contatos indiretos. As linhas contínuas são conexões dentro da rede pessoal do ego. As linhas tracejadas são conexões dentro das redes vicinais e a área sombreada identifica uma rede do vizinho. A partir do modelo egocentrado de redes sociais, como os representados pelas figuras acima, pode-se compreender e explicar o papel dos laços fracos e fortes e a ação de mecanismos reticulares como os buracos

estruturais e os buracos estruturais na geração de recursos e vantagens comparativas para determinado ego (indivíduo, grupo, organizações, etc.).

É importante observar que, nos estudos de redes egocentradas tem uma vantagem que o pesquisador pode associar as técnicas reticulares com técnicas de levantamentos de dados tradicionais. Tal flexibilidade na ARS de perspectiva egocentrada tem permitido o surgimento de propostas de pesquisas em várias áreas de pesquisas científicas. Na sociologia criminal (criminologia) norte-americana uma agenda de pesquisa tem se estruturado nos dois últimos anos sobre a possibilidade e articular em um estudo misto os métodos e técnicas da ecometria com o da ARS (SAMPSON, 2012).

Os dados reticulares podem ser coletados através de observações, consultas de arquivos e materiais históricos. Entretanto, os dados reticulares egocentrados são geralmente coletados através da chamada matriz geradora de nomes. Um questionário é construído com uma lista de questões sobre com quem o entrevistado mantém relações sociais. Outras perguntas podem ser feitas ao entrevistado, como por exemplo, a existência dos laços sociais entre outros membros da rede.

Sem embargo, a coleta de dados para análise de rede, em qualquer tipo de estudo, normalmente envolve métodos de pesquisa e questionário. Na atualidade, o desenho de pesquisa proposto por autores como Marsden (2005, 2011), defende formatos específicos de resposta para coleta de dados, separando as respostas dos entrevistados sobre fatos relacionais e as respostas do julgamento dos entrevistados sobre as relações sociais existentes. Marsden (2005) tem considerado os problemas de memória e reconhecimento em abordagens egocentradas, especialmente com o uso de métodos de gerador de nome. Ele dá atenção focada para estudos que visam coletar dados em imagens subjetivas e percepções das redes ao invés do mero relato das conexões “reais”.

Uma questão fundamental nas pesquisas reticulares envolvendo a matriz geradora de nomes tem sido problematizar a subjetividade de respostas sobre a relação dos atores, mais particularmente, o significado de termos aparentemente óbvios como “amigo”. Marsden (2005) apresenta uma série de problemas desses mecanismos de coleta de dados. Por exemplo, algumas respostas dos entrevistados podem estar significativamente relacionadas com a posição que o respondente

ocupa na rede e qual a posição da outra pessoa que está sendo relatada (CARRINGTON; SCOTT; WASSERMAN, 2005).

Os desafios da coleta de dados de redes egocentradas têm sido muitos. Entretanto esses problemas são correlatos com os problemas de pesquisas encontrados dentro das ciências sociais como um todo, não invalidando a ARS. Barry Wellman (2007), em um artigo sobre esses desafios, coloca uma série de questões sobre a coleta de dados em pesquisas de redes egocentradas. Segundo Wellman (2007):

Há pelo menos duas questões sobre técnicas de ego-reporting. Primeiro os egos podem não relatar com precisão seus relacionamentos: sabemos, por exemplo, que eles superestimam sua frequência de contato com os alters. (Bernard et al., 1984). Em segundo lugar, as características dos alters e os laços dentro de cada rede do ego por sua natureza não são independentes. Por muitas décadas, este mecanismo de *clustering* foi ignorado, a regressão OLS era usada para analisar as características de laços. Hoje em dia, análise multinível não só leva em conta cluster dentro da rede, mas também consegue analisar os efeitos das redes (por exemplo, densidade), os laços dentro destas redes (por exemplo, o parentesco imediato), e efeitos de cruzamento de níveis (por exemplo, parentesco imediato em redes de malha densa) (ver Snijders e Bosker 1999; Wellman e Frank 2001; McCarty et al. 2007 [assunto])⁶¹.

Com efeito, as técnicas de pesquisas de redes egocentradas têm hoje como aliada — para problemas como a independência da observação e sua estrutura hierárquica —, a análise de redes multinível cujas técnicas foram apresentadas na seção anterior. Como foi observado anteriormente, a possibilidade do uso de *survey* somente tem sido possível nas análises de redes egocentradas. Embora o problema da confiabilidade dos dados respondidos sobre as relações sociais entre o ego e o *alter* sejam, por algumas vezes, superestimado, existe a possibilidade de um

⁶¹ “There are at least two issues with ego-reporting techniques. First, egos may not accurately report on their relationships: we know, for example, that they overestimate their frequency of contact with alters (Bernard et al. 1984). Second, the characteristics of alters and ties in each ego’s network are inherently not independent. For many decades, this clustering feature was ignored, with OLS regression used to analyze tie characteristics. Nowadays, multilevel analysis not only takes into account within-network clustering but also teases out the effects of the networks (e.g., density), the ties within these networks (e.g., immediate kinship), and cross-level effects (e.g., immediate kin in densely knit networks) (see Snijders and Bosker 1999; Wellman and Frank 2001; McCarty et al. 2007 [this issue])”.

acompanhamento etnográfico que pode ajudar a resolver o problema da análise de dados em uma determinada pesquisa.

As últimas técnicas de coleta de dados têm projetado à incorporação de uma "dimensão social" onde as respostas são associadas e cruzadas com um conjunto de dados sobre o tipo de comunicação e atividade sociais existentes entre os membros da rede e que podem ser inferidas, em parte, do desenho de suas redes pessoais. Dessa forma, a coleta de dados e os instrumentos são projetados para incorporar as principais características do entrevistado, sobretudo sua estrutura multinível, que considera os níveis "rede-ego" e o "ego-alter" e as interações entre os egos e seus *alters*. Os instrumentos usados na coleta devem levantar dados sobre a interação entre as redes sociais, as características de episódios sociais locais (episódios sociais são definidas como aquelas atividades que envolvem a visita, hospedagem de visitantes e reunião em restaurantes, bares ou locais semelhantes) e sua geração e distribuição espacial (CARRASCO et. al., 2006).

3.3 Explicações reticulares

A preocupação dos analistas de redes com mecanismos sociais explicativos tem levado estes analistas a desenvolverem em suas análises o uso de mecanismos reticulares diversos. Para Borgatti et al (2009), existem quatro categorias gerais de mecanismos reticulares que podem explicar como determinados tipos de redes sociais ou determinadas posições dentro da redes produzem certos resultados. São eles: mecanismo de transmissão, mecanismo de adaptação, mecanismo de vinculação e mecanismo de exclusão. De uma forma geral, esses mecanismos estão associados às dinâmicas dos laços sociais, tanto dentro de redes totais como de redes egocentradas. O mecanismo de transmissão trata os laços sociais como uma tubulação (pipeline) através da qual uma diversidade de recursos pode fluir dentro da rede como, por exemplo, informações, suporte social, segurança e outros.

Pesquisadores desta linha estudam os tipos de redes que resultam na distribuição mais geral, as posições de rede mais suscetíveis a receberem os fluxos e as maneiras em que diversas estruturas de redes criam padrões divergentes de fluxo sob circunstâncias diferentes⁶² (MARIN; WELLMAN, 2011, p. 18).

⁶² "Researchers taking this approach study the kinds of networks that result in the most widespread distribution, the network positions most likely to receive flows, and the ways in which different network

O mecanismo de transmissão pode operar tanto em relações sociais baseadas em laços fracos como em laços fortes gerando resultados semelhantes dependendo da posição do ator dentro da estrutura da rede. Oportunidades de trabalho podem aparecer com mais probabilidade para algumas pessoas através de laços fortes. Contrariando, de certa forma, a proposição de Granovetter sobre a força dos laços fracos.

O mecanismo de adaptação tem uma relação forte com o conceito de equivalência estrutural. A equivalência estrutural é definida como dois ou mais atores que estão conectados com outros atores de uma mesma maneira (KADUSHIN, 2012, p. 81). O mecanismo de adaptação, dessa forma, tem uma ligação com o conceito de posição social do ator ou o papel social deste ator na estrutura social. Para Borgatti et al. (2009, p. 894), dois atores centrais, dentro de uma rede de serviço de aconselhamento por telefone, podem desenvolver uma repulsa similar por ligações telefônicas, pelo fato destes passarem muito tempo recebendo ligações no trabalho. Para Marin e Wellman (2011, p. 18), “as adaptações ocorrem quando duas pessoas fazem as mesmas escolhas porque elas têm posições similares na rede e são dessa forma expostas a constrangimentos e oportunidades semelhantes” (*Adaptation occurs when two people make the same choices because they have similar network positions and are thus exposed to similar constraints and opportunities*).

O mecanismo de vinculação ocorre quando as ações ou resultados de ações são influenciados pela estrutura interna da rede. A vinculação é um dos mecanismos que está por trás das vantagens comparativas originadas pelos buracos estruturais. Um ator, com muitos buracos estruturais, pode jogar um ator contra outro ator que não tem conexões um com o outro, dividindo e conquistando. Quando um ator dentro de uma rede social está muito desconectado dos grupos internos, pode sofrer problemas de adquirir confiança e informações dentro da rede, perdendo poder e capacidade de liderança.

O mecanismo de exclusão ocorre quando a presença de um laço exclui existência de outro laço. Tal situação acontece em ocasião de competição, onde um

ator se aproxima de um outro ator, com poder na rede, para excluir um terceiro que pretendia se aproximar do mesmo ator detentor de poder na rede. Tal situação também pode acontecer entre pares, pois atores em situação de igualdade na hierarquia da rede, por exemplo, um ator pode fazer conexões com outros atores para excluir um dado ator do grupo em que todos pertencem.

Finalmente, um ponto de confluência dos mecanismos acima é que eles, de uma forma ou de outra, estão relacionados à posição de atores dentro de uma rede e suas possibilidades de aquisição e manutenção de recursos fornecidos pelas interações sociais dentro da rede. Na figura 20, acima, tem-se um exemplo de uma posição estrutural de Robert que podem gerar mais vantagens dentro da rede em comparação com a posição estrutural de James em função da existência de buracos estruturais e das intermediações de Robert com outros grupos dentro da rede.

4 CONCLUSÃO

A ARS pode ser combinada com os modelos de pesquisas multinível dada à possibilidade do uso de mecanismos reticulares que podem ser traduzidos em indicadores ou índices que podem ser inseridos na modelagem multinível. Assim sendo, a geração de indicadores de coesão social, através do uso de medidas reticulares, produzem variáveis e índices mais próximos da realidade investigada. Os estudos realizados na atualidade demonstram a facticidade da interação analítica entre dados relacionais, dados estruturais e dados de atributos individuais na construção de modelos sociológicos capazes de explicar as taxas de variações de crimes dentro de vizinhanças urbanas.

A TDS tem avançado bastante com o desenvolvimento da TEC relacionada à ARS. Assim como as técnicas de modelagem multinível por meio da TEC trouxeram grandes avanços analíticos e empíricos para a TDS, a ARS vem produzindo avanços técnicos e metodológicos de grande valor explicativo para a TEC nos estudos sobre os efeitos da vizinhança e da criminalidade urbana. No fim de tudo, a possibilidade de uma sociologia do contexto associada a uma sociologia reticular, tem prometido um reavivamento dos estudos ecológicos originados dentro da tradição da Escola de Chicago de sociologia urbana. De forma que as modificações das formas de sociabilidade das comunidades urbanas na atualidade podem, com a articulação das duas abordagens (TEC e ARS), ser mais bem compreendidas e explicadas em sua complexidade. Padrões de multiplexidade são medidas que podem ajudar a entender como determinados laços sociais empoderam mais determinados atores sociais.

A análise de redes egocentradas já tem sido aplicada em estudos sobre redes de lideranças comunitárias e mobilidade intergeracional. Os desenhos de pesquisas concebidos para reconstruir as redes sociais dos indivíduos, usando um esquema de redes egocentradas, reconstituindo a estrutura social de indivíduos em específicos (ego), e a interação entre suas atividades sociais e redes sociais, apontam para um novo momento da pesquisa sociológica de cunho ecológico no que concerne a modelos explicativos das dinâmicas internas das vizinhanças urbanas e suas relações com a criminalidade local.

Por fim, a TEC e ARS também superam a dicotomia micro e macro, agência e estrutura, através das técnicas analíticas apresentadas acima, bem como através do uso de medidas reticulares oriundas dos laços sociais comunitários que permitem estudar o comportamento individual, pequenos grupos até sistemas sociais globais. A densidade, o grau de centralidade, a centralidade de fechamentos e a centralidade de intermediação são ferramentas metodológicas fundamentais para descrever como o capital social opera nas vizinhanças urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, a construção de uma sociologia reticular do crime tem que problematizar a questão da comunidade fora das propostas do conceito de comunidade perdida, ou seja, não são apenas os laços fortes que interessam na análise social. Os laços fracos desempenham um papel fundamental nos desenhos estruturais das comunidades e vizinhanças atuais. O conceito de comunidade liberada apresenta uma nova narrativa sobre comunidades dentro da sociologia. Na ideia de comunidade liberada temos os principais *insights* para a análise de redes sociais e da teoria do efeito da vizinhança na atualidade. A defesa desse tipo de comunidade reside na ideia de comunidade sem base territorial definida e que os laços variam em intensidade, alguns são fortes e outros são fracos. Entretanto, os dois tipos de laços sociais têm igual importância na análise contextual dos fenômenos sociais, principalmente nas investigações sociais sobre controle social comunitário informal.

Os estudos sobre efeitos vizinhanças tem se baseado em uma sociologia do contexto que tem sua base epistemológica assentada na Sociologia Analítica. Os fundamentos da Sociologia Analítica residem em dois grandes ramos do pensamento social: a Filosofia Analítica e a Economia comportamental. A Sociologia Analítica usa quatro pontos de apoio na tentativa de desenhar um mapa geral sobre a Sociologia Analítica. São eles: 1) o modelo de explicação; 2) uma dissecação e uma visão abstrata sobre a abordagem sociológica analítica; 3) a precisão e a clareza da Sociologia Analítica; e, 4) uma análise da ação individual como componente constituinte do fenômeno social. Não obstante, a Sociologia Analítica sustentar a importância da abordagem individualista, a TEC está preocupada na influência dos efeitos da vizinhança, que são efeitos contextuais, e nos resultados de taxas de crimes das vizinhanças ou invés dos comportamentos individuais em si.

Apesar do conceito de capital social ser uma ventilação para TDS, o capital social também precisa ser reconsiderado. O conceito não pode se limitar a apenas um mecanismo produtor e reproduzidor de benefícios cívicos em bens públicos. O capital social também opera como entrave para a produção de cultura cívica gerando problemas coletivos dentro de vizinhanças como altas taxas de criminalidade. O estudo de subgrupos vicinais (cliques) que estão associados às

subculturas criminais é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica sistêmica comunitária. Uma forma de identificar as relações entre os subgrupos vicinais pode ser através da investigação de como estes estão estruturados por “redes multiplexas” dentro de uma determinada vizinhança, buscando também reconstruir uma estrutura multinível das diversas organizações existentes dentro das comunidades.

Os laços fracos são fontes produtoras de capital social e de coesão social global (medida reticular de enorme importância para o entendimento e desvendamento do paradoxo da força dos laços fortes) que agem como um mecanismo social vinculado aos processos sociais de integração entre vizinhanças. Permitindo gerar benefícios e vantagens comparativas para o ator social que produz novas sociabilidades através de pontes e de buracos estruturais disponíveis na esfera da coesão global. Os *insights* de Granovetter são essenciais para o desenvolvimento das ideias relacionadas à coesão global entre vizinhanças. Importante, também, são as definições e operacionalização dos laços sociais fracos e fortes; sua relação com os buracos estruturais e os fechamentos reticulares dentro e entre vizinhanças urbanas. Outros conceitos reticulares como os de homofilias, balanço e tríades, centralidade, densidade, multiplexidade e outros fazem parte do desenvolvimento e aplicação da ARS aos fenômenos sociais complexos do mundo social contemporâneo.

Contudo, o estabelecimento de níveis hierárquicos dentro da TDS trazidos pela TEC, apesar de ajudar a solucionar problemas de relações causais que ocorrem do nível micro para o nível macro e do nível macro para o nível micro, não solucionam questões relacionadas aos tipos de interações sociais que ocorrem em cada nível estudado, nem como os aspectos relacionais que estruturam padrões de regularidades e causalidade que se dão no plano das redes sociais e seus mecanismos reticulares subjacentes. A investigação da centralidade local de um dado ator (indivíduo ou vizinhança) pode fornecer elementos capazes de reorientar consideravelmente os resultados encontrados pela investigação orientada apenas pelas características vicinais e atributos individuais de natureza não relacional.

Os modelos lineares por si somente não resolvem algumas questões como a capacidade de algumas vizinhanças de apresentarem maiores vantagens

comparativas em relação à captação de recursos e informações que favorecem um maior controle da criminalidade local. A posição estrutural dessas vizinhanças não pode ser localizada pelos métodos utilizados nas análises multinível, em função dos dados que não são relacionais e do modelo de distribuição destes dados que são distribuídos aleatoriamente.

Todavia, a contribuição da ARS permite aos analistas de redes sociais descreverem a maneira na qual um ator está inserido em uma rede relacional e em que medida ele tem graus de restrições ou graus de oportunidades na estrutura. Os atores que enfrentam menos restrições e têm mais oportunidades do que outros atores sociais dentro da mesma rede. Isto acontece porque alguns atores estão em posições estruturais favoráveis. Ter uma posição favorável significa que um ator pode extrair mais benefícios nos seus intercâmbios, situação que o tornará mais passível de ser seguidos por outros e exercer um poder maior sobre aqueles em posições menos favoráveis.

Através das redes egocentradas é possível reconstruir os laços fortes e fracos de um ator e identificar padrões de multiplexidade que conectam este ator em vários círculos sociais através de laços fortes e fechamentos reticulares. Além de identificar os padrões de intermediação desse ator apresentando sua capacidade de articulação com outros atores através dos buracos estruturais. As vantagens comparativas desse ator podem ocorrer: de um lado, através do fluxo de recursos que são transmitidos pelos laços fortes; por outro lado, através dos mecanismos de vinculação que atuam gerando novas ideias e informações inovadoras através dos laços fracos.

Essas possibilidades de investigação reticulares associadas às técnicas multinível aparece na atualidade como saída para alguns problemas enfrentados pela TDS. Um dos problemas centrais na tradição dos estudos sobre efeitos vizinhanças dentro da tradição da TDS reside na questão de como as vizinhanças se articulam com outras vizinhanças. A proposta do estudo de uma cidade interconectada (*interlocking city*) almeja uma forma de construção de uma teoria sistêmica mais abrangente no que tange o estudo das dinâmicas entre vizinhanças urbanas. Os estudos sobre redes de lideranças tem apontado uma nova agenda de pesquisa de como determinados campos institucionais organizam a vida social nas

metrópoles. Quatro aspectos são fundamentais: como os domínios institucionais de lideranças estão conectados; como as redes de lideranças se estruturam quanto à densidade ou a centralidade de comunidades; a natureza da mudança e manutenção nas redes das lideranças no tempo; e, o papel da eficácia coletiva e das características demográficas na formação da estrutura de redes de lideranças (Sampson, 2012, p. 330-331).

Os estudos sobre criminalidade urbana no Brasil têm florescido com grandes expectativas de debates teóricos mais elaborados. Eles estão voltados para aplicações empíricas de teorias que se complementam no intuito de dar conta de um conjunto de fenômenos sociais atuais onde os métodos tradicionais de coleta e análise de dados são, a cada dia, renovados e aprimorados. Nesta tese, tentou-se apresentar caminhos e direções para o aprimoramento de técnicas que favoreçam a explicação e a compreensão da articulação das teorias ecológicas sobre a criminalidade urbanas em comunidades e vizinhanças através do uso da ARS. Acredita-se que, dado os estudos investigados neste trabalho, a sociologia do crime no Brasil possa ser favorecida com uma abordagem orientada pela ARS na constituição de uma sociologia reticular do crime. As propostas que sugeridas para uma agenda de pesquisas dessa sociologia reticular do crime no Brasil seguem abaixo.

1. Apesar de alguns conceitos e indicadores, antigos e novos da TDS, apresentarem aspectos etnocêntricos de uma realidade anglo-americana é possível construir indicadores para a realidade brasileira. A TEC e os efeitos da vizinhança podem ser “traduzidos” em sua lógica geral. O pensar sociológico analítico e a importância dada ao contexto social na explicação de fenômenos sociais podem ser universalizados pelo poder criativo e investigativo do pesquisador e seu objeto de estudo.
2. Uma perspectiva epistemológica de estudos sociológicos que transcendam uma abordagem micro e macro sociológica pode ser implementada com as ideias sobre mecanismos causais. Além disso, os mecanismos deixam de lado explicações fundamentadas em lei gerais e incentivam os estudos de médio alcance nas pesquisas sociológicas. Os mecanismos permitem também a possibilidade de pesquisas empíricas sem grandes pretensões de predições e generalizações fora dos testes e verificações de hipóteses.

3. A modelagem multinível não somente afasta limitações da estatística tradicional, mas aproxima o pesquisador da realidade social com suas várias dimensões. Ainda são muito pequenos os estudos com o uso de técnicas múltinível na sociologia do crime no Brasil. É preciso um investimento teórico e empenho dos pesquisadores na captação de recursos para a realização de pesquisas multinível e a realidade existe independente da nossa limitação em poder visualizá-la. O desenvolvimento de instrumento de observação e o uso e aplicação deles é uma tarefa das ciências como um todo.

4. A ARS em pesquisas sobre criminalidade, também, ainda é muito limitada. O poder das redes sociais é de conhecimento de todos, cientistas ou não. Cabe aos cientistas, principalmente os cientistas sociais, lançar mão de uma série de inovações tecnológicas no mundo da informática que permitem a análise e mensuração de uma série de dados que são de extrema importância para dar conta da complexidade das interações sociais nos dias atuais. As redes sociais são, em certa medida, passíveis de mensuração e os mecanismos reticulares possuem grande força explicativa dos fenômenos sociais contemporâneos.

Neste trabalho, investigou-se uma série de pesquisas empíricas e seus resultados, foram feitas críticas e associações entre essas pesquisas. Mas, sem dúvida, todos os estudos investigados nesta tese apresentam grandes contribuições para o avanço da pesquisa sociológica. Tentar, articular perspectivas e técnicas sociológicas é, tentar, ultrapassar os limites de concepções unilaterais e etnocêntricas de leituras diversas de um mesmo fenômeno social. Aqui, o nosso objeto da análise é a criminalidade urbana, apesar do conceito de crime enquanto tipo penal ter suas variações no tempo e no espaço, o crime enquanto construção abstrata tem o mesmo significado em qualquer sociedade. De forma que, uma sociologia do crime reticular tem a tarefa de descobrir justamente essas variantes particulares de cada estrutura social e sua relação com o fenômeno do crime e da criminalidade.

A intersecção da TEC com ARS apesar de já está sendo desenvolvida por alguns pesquisadores em outros países, aqui no Brasil as pesquisas sobre criminalidade e redes sociais ainda se encontram em um patamar inicial e com uma série de problemas já abordados nesta tese. Questões sobre a formação de um

banco de dados baseado em uma coleta de dados baseados em medidas reticulares voltadas para a aplicação de uma sociologia reticular do crime ainda está por ser feito. Apesar destas lacunas teóricas e metodológicas nos estudos sobre a criminalidade urbana no Brasil, como já foi apresentado neste trabalho, existe pesquisadores que estão se aproximando de estudos que vem se importando com os problemas colocados aqui sobre a formação de uma sociologia reticular do crime.

É certo que esse trabalho está longe de ter esgotado a discussão pretendida, mas muito mais do que isso. Mas, nesta tese foi defendida uma série de reflexões sobre possibilidade diversas e dificuldades várias sobre o desenvolvimento e crescimento da sociologia do crime no Brasil, bem como sugestões para uma renovação de uma agenda de pesquisa sobre o crime e a criminalidade urbana. Os estudos desenvolvidos pelo CRISP despontam para o problema da produção de uma sociologia reticular do crime. A ecologia urbana representada pela atual TDS, já reconhece a necessidade de uma atenção teórica e metodológica de compreender como os laços sociais operam como os mecanismos sociais dentro e entre vizinhanças urbanas e suas ligações com a criminalidade local. Por fim, a relação de conceitos como capital social e eficácia coletiva de forma não redundantes é um passo inicial para uma reflexão sistemática sobre o uso da ARS na sociologia do crime com vista no estabelecimento de uma sociologia reticular do crime aplicada à realidade das vizinhanças urbanas contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Crime Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Juri. In: Claudio Souto e Joaquim Falcão (Orgs.). **Sociologia e Direito**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999. p. 311-336.

AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.

BANFIELD, Edward C., **The Moral Basis of a Backward Society** (with the assistance of Laura F. Banfield). Glencoe, IL: The Free Press, 1958.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked: The New Science of Networks**. Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing, , 2001.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO FILHO, C. C. et al. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 687 a 717

BEATO F., Claudio C. (2000), Determining Factors of Criminality in Minas Gerais. Brazilian **Review of Social Sciences**, vol. 1, pp. 159-173.

BEATO F., Claudio C., VIEGAS, Mônica e PEIXOTO, Betânia T. Crime, Oportunidade e Vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 55, 2004, pp. 73-89.

BELLAIR, Paul E. Social Interaction and Community Crime: Examining the Importance of Neighbor Networks. **Criminology**. N. 35, 1997, pp. 677-704.

BORGATTI, Stephen P.; LOPEZ-KIDWELL, Virginie. Network Theory. In: **Sage Handbook of Social Network Analysis**. Sage Publications, London, 2001.

BORGATTI, Stephen P.; HALGIN, Daniel S. On Network Theory. **Organization Science**. September/October 2011 22:1168-1181; published online before print April 11, 2011, doi:10.1287/orsc.1100.0641

BORGATTI Stephen P.; JONES, Candace; EVERETT, Martin G.. Network Measures of Social Capital. **CONNECTIONS** 21(2) : 2, 1998 INSNA, p. 7-36

BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. **Actes de La recherche em Sciences Sociales**, n. 31, p. 2-3, jan. 1980.

_____. **The Forms of Capital**. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, ed. J. Richardson. New York: Greenwood, p. 241-58, 1986.

BROWNING, Christopher R.; FEINBERG, Seth L.; DIETZ, Robert D. The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods. **Social Forces**, vol. 83, n. 2, dezembro 2004, pp. 503-534.

BURSIK, Robert J., Jr.; WEBB, Jim. Community Change and Patterns of Delinquency. **The American Journal of Sociology**. Vol. 88, No. 1. (Jul., 1982), pp. 24-42.

BURSIK, Robert J.; GRASMICK, Harold G. **Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control**. Lexington Books, 1993.

BURSIK, Robert J. Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency: Problems and Prospects. **Criminology**. N. 26, 1988, pp. 519-51.

BURT, Ronald S. **Neighbor Networks: Competitive Advantage Local and Personal**. New York: Oxford University Press, 2010.

_____, **Brokerage and Closure: An Introduction to Social Capital**. New York: Oxford University Press, 2007. 279 p.

_____, The network structure of social capital. In: SUTTON, R.; STAW, B. M. (Eds.) **Research in Organizational Behaviour**. Greenwich CT: JAI, 2000. pp. 213-243.

_____, **Structural Holes: The Social Structure of Competition** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

CAMPOS, E. A. **Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CARRASCO, Juan-Antonio; HOGAN, Bernie. WELLMAN, Barry; MILLER, Eric J. Collecting social network data to study social activity-travel behaviour: an egocentric approach. **Presented at the 85th Transportation Research Board Meeting**, Washington DC, January 22-26, 2006.

CARRINGTON, Peter J.; SCOTT, John; WASSERMAN, Stanley (Edited). **Models and Methods in Social Network Analysis**. New York, Cambridge University Press, 2005.

CARRINGTON, Peter J. Crime and Social Network Analysis. In: SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J. **Sage Handbook of Social Network Analysis**. SAGE, 2011.

CARVALHO, Salo de. Ensino e aprendizado das ciências criminais no século XXI. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, n. 69, p. 237-278, novembro/dezembro 2007.

CHUNG, K. K S.; HOSSAIN, L.; DAVIS, J. **Exploring sociocentric and egocentric approaches for social network analysis**. KMAP 2005: Second International Conference on Knowledge Management in Asia Pacific (pp. 1-8). New Zealand: Victoria University of Wellington, 2005.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990. 993 p.

_____, Social capital in the creation of human capital. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. **Social capital: a multifaceted perspective**. The World Bank, Washington, D.C, 1998.

DAVIS, Corinne Rodrigues. Civil Democracy, Perceived Risk, and Insecurity in Brazil: An Extension of the Systemic Social Control Model. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**. 605: 242-263, May 2006.

DE LEEUW, J.; MEIJER, E. **Handbook of multilevel analysis**. New York, NY: Springer Science Business Media, 2008.

DEMEULENAERE, Pierre(Org.). **Analytical Sociology and Social Mechanism**. Cambridge University Press, 2011.

DIETZ, Robert D. The Estimation of Neighborhood Effects in the Social Sciences: An Interdisciplinary Approach. **Social Science Research**, vol. 31, 2002, pp. 539-575.

DUQUE, Luis Fernando et al. Características de Barrio mas allá del capital social: la eficacia colectiva. **Universidad de Antioquia** – Facultad Nacional de Salud Pública – Programa previva. Medellín, março, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves. São Paulo: Victor Civita, 1983. (Os Pensadores).

FAVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro, Campus, Elsevier, 2009.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

FERRAREZI, Elisabete. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. Ano 54. Número 4, **Revista do Serviço Público**, out/dez, 2003.

FISCHER, Claude S. **To Dwell Among Friend**. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

FONTES, Breno A. S. M. **Redes Sociais e Poder local**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FONTES, Breno A. S. M.; Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. In: MARTINS, Paulo H; FONTES, Breno A. S. M (Org.). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004a. p. 49- 78.

FONTES, B.A.S.M.; EICHNER, Klaus. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **Revista hispana para el análise de redes sociais**. V. 7, out/Nov. 2004b. p. 01-33.

FREEMAN Linton C. **The development of social network analysis: a study in the sociology of science**. SP Empirical Press Vancouver, BC, Canadá, 2004.

GIUFFRÉ, Katherine. **Communities and networks**: using social network analysis to rethinking urban and community studies. Polity Press, Malden/MA. 2013.

GODDARD, Roger D; HOY, Wayne K; WOOLFOLK HOY, Anita. Collective Efficacy Beliefs: Theoretical Developments, Empirical Evidence, and Future Directions. **Educational Researcher**, Vol. 33, No. 3, pp. 3–13, april, 2004.

GOLDSTEIN, Harvey. **Multilevel statistical models**. London: institute of education, Multilevel models project, 1999.

GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antônio. **Criminologia**: Introdução e seus fundamentos teóricos: Introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais. 7. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 4, p. 13-1380, 1973.

_____, The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, New York, v. 1, P. 201-233, 1983.

_____, Network Sampling: Some First Steps. **The American Journal of Sociology**. Vol. 81, No. 6. pp. 1287-1303, 1976.

GUIMARÃES, Alberto P. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1982.

HABERMANN, Josiane C. Albertini. **A Ciência Criminologia**. Centro Universitário Anhanguera. São Paulo. Vol. 13, n. 17, 2010, p. 19-36.

HALFPENNY, Peter, (1982), **Positivism and Sociology**: Explaining Social Life. Londres, George Allen & Unwin.

HAM, Maarten van et al. (Org.) **Neighbourhood Effects Research**: New Perspectives. Springer, New York, 2012.

HANNEMAN, Robert A. **Introducción a los métodos de análisis de redes sociales**. Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside, 2000.

HEDSTRÖM, PETER. **Dissecting the Social**: On the Principles of Analytical Sociology. Cambridge University Press, New York, 2005.

HEDSTRÖM, Peter, SWEDBERG, Richard **Social Mechanisms**: An introductory essay. In: Social mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

HEITGERD, Janet L.; BURSIK, Robert J. Extracommunity Dynamics and the Ecology of Delinquency. **The American Journal of Sociology**. Vol. 92, n. 4. Jan. 1987. P. 775-787. The university of Chicago press.

HEMPEL, Carl G. **Studies in the Logic of Explanation**. Klemke et al. (eds). **Introductory Readings in the Philosophy of Science**. Ney York, Prometheus Books, 1998.

HUNTER, A. J. Private, Parochial and Public School Orders: The Problem of Crime and Incivility in Urban Communities. In: **The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society**, ed. G. D. Suttles and N. Z. Mayer. Norwood, NJ: Ablex, p. 230-42, 1985.

JACOBY, Joseph E. (Ed.), **Classics of Criminology**. 3 ed. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 2004.

JOHNSTON, RJ; PATTIE, C., Social networks, geography and neighbourhood effects. in J Scott & P Carrington (eds). **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**. SAGE Publications Ltd, pp. 301 – 311, 2011.

KADUSHIN, Charles. **Understanding Social Networks Theories, Concepts, and Findings**. Oxford University Press: New York, 2012.

KASARDA, John D.; JANOWITZ Morris. Community Attachment in Mass Society. **American Sociological Review**. N. 39, 1974, pp. 328-39.

LEVINE, David M; BERENSON, Mark L.;STEPHAN, David; KREHBIEL, Timothy C. **Estatística: Teoria e Aplicação**. Tradução Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. **As ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald S.. **Social Capital Theory and Research**. Aldine de Gruyter, New York, 2001.

LIN, Nan. Building a Network Theory of Social Capital Dept. of Sociology, Duke University. **CONNECTIONS INSNA**, 22(1) 1999, p. 28 -51

LIN, Nan. **Social capital: a theory of social structures and action**. Cambridge University Press. 2001.

LOMBROSO, Cesare. **L'uomo delinquente in rapporto all'antropologia, alla giurisprudenza ed alla psichiatria**: (cause e rimedi). Torino: Fratelli Bocca Editori (1897), 2005.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2008.

MANSKI, Charles F. Economic Analysis of Social Interactions. **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 14, n. 3, Verão, 2000, pp. 115–136

MARIN, Alexandra; WELLMAN, Barry. Social Network Analysis. In: SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J. **Sage Handbook of Social Network Analysis**. SAGE, 2011.

MARSDEN, Peter V. Network Data and Measurement. **Annual Review of Sociology**, Vol. 16. 1990, pp. 435-463.

MARSDEN, Peter V. Recent Developments in Network Measurement. In: CARRINGTON, Peter J.; SCOTT, John; WASSERMAN, Stanley (Edited). **Models**

and Methods in Social Network Analysis. New York, Cambridge University Press, 2005.

MASS, Cora J. M.; HOX, Joop J. Sufficient Sample Sizes for Multilevel Modeling. **Methodology**. Vol. 1(3), Hogrefe & Huber Publishes, 2005.

MAYER, Susan E.; JENCKS, Christopher. Growing up in poor neighborhoods: how much does it matter? **Science**, vol. 243, 17 march, 1989.

MAZEROLLE, Lorraine; WICKES, Rebecca; MCBROOM, James. Community Variations in Violence: The Role of Social Ties and Collective Efficacy in Comparative Context. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, February 2010 47: 3-30,

MERCKLÉ, Pierre. **Origines de l'analyse des réseaux sociaux**. Cned / Ens-Ish, 2003-2004.

MERCLÉ, Pierre. **Sociologie des Réseaux Sociaux**. Paris: Éditions la Découverte & Syros, 2004.

MERTON, Robert K. Sociologia: Teoria e Estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNEL, Guillermo (Org.) **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. p. 168-199.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **The City**: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago, University of Chicago Press, (1925), 1984.

PARK, Robert Ezra. Human ecology. **The American Journal of Sociology**. Vol. 42, n. 1. Jul. 1936. P. 1-15.

PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, 1-24, 1998.

PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública - RAP** — Rio de Janeiro; 43(5):1117-1146, Set./out. 2009

PRATES, A.A.P. Capital Social e Redes Sociais: Conceitos Redundantes ou Complementares? In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

PUNTES-PALACIOS, Katia Elizabeth; LAROS, Jacob Arie. Análise Multinível: Contribuições para estudos sobre efeito do contexto social no comportamento individual. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 26 (3), julho-setembro, 2009, p. 349-361.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1993). 260 p.

RAINIE, Lee; WELLMAN, Barry. **Networked: The New Social Operating System**. Cambridge, MIT Press, 2012.

RAUDENBUSH, Stephen W.; SAMPSON, Robert J. Ecometrics: Toward a Science of Assessing Ecological Settings, with Application to the Systematic Social Observation of Neighborhoods. **Sociological Methodology**. Vol. 29, 1999, pp. 1-41.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; EARLS, Felton. Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy. **American Sociological Review**. v. 64, p. 633-60, 1999.

SAMPSON, Robert J; GRAIF, Corina. Neighborhood Social Capital as Differential Social Organization. **American Behavioral Scientist**. Vol 52, n. 11. Harvard University, p. 1579-1605, July, 2009.

SAMPSON, Robert J; RAUDENBUSH, Stephen W; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. **Science**. Vol. 277. Chicago, August, 1997. p. 918-924.

SAMPSON, Robert. The Place of Context: a Theory and Strategy for Criminology's Hard Problem. **Criminology**. Vol. 51, n. 01, 2013, p. 01- 30.

SAMPSON, Robert. **Great American City: Chicago and the enduring neighborhood effect**. The University of Chicago Press, London, 2012.

SAMPSON, R.; MORENOFF J. Ecological Perspectives on the Neighborhood Context of Urban Poverty: Past and Present. In: BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. J.; ABER, J. Lawrence. **Neighborhood Poverty: Policy Implications in Studying Neighborhoods**. New York, Russell Sage Foundation, 1997.

SAMPSON, R.; MORENOFF J.; GANNON-ROWLEY, T. Assessing "Neighborhoods effects": Social process and new directions in research. **Annual Review of Sociology**. V. 28, 2002, p. 443-478.

SAMPSON, Robert J; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **The American journal of sociology**. Vol. 94. N. 4. Jan. 1989. P. 774-802.

SAMPSON, Robert. Neighborhood and Community: Collective Efficacy and Community Safety. **New Economy**. Harvard University, 2004b. P. 106-113.

SAMPSON, Robert J. Networks and neighborhoods: the implication of connectivity for thinking about crime in the modern city. In: **Network Logic: Who Governs in an Interconnected World?** MCCARTHY, Helen, et all. London: Demos, p. 157-166, 2004a.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; EARLS, Felton. Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy. **American Sociological Review**, v. 64, p. 633-60, 1999.

SAMPSON, Robert J; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **The American journal of sociology**. Vol. 94. N. 4. Jan. 1989. P. 774-802.

SAMPSON, Robert J; GRAIF, Corina. Neighborhood Social Capital as Differential Social Organization. **American Behavioral Scientist**. Vol 52, n. 11. Harvard University, p. 1579-1605, July, 2009.

SAMPSON, Robert. Collective efficacy theory: lessons learned and directions for future inquiry. In: CULLEN, Francis T. et al. Taking Stock: the status of criminological theory. Transaction Publishers, New Jersey, 2011.

SCHROEDER, Larry D.; SJOQUIST; David L.; STEPHAN, Paula E. **Understanding Regression Analysis: An introductory Guide**. Quantitative Applications in the Social Sciences. Sage University Paper, 1986.

SCOTT, John. **Social Network Analysis: A Handbook**. 2 Ed. Sage Publications, London, 2000 [1991],

SCOTT, John. **What is social network analysis?** Bloomsbury Academic, London, 2012.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; BEATO FILHO, Claudio Chaves. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p.155-170, 2013.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte, **dissertação de mestrado**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2004.

SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel**. Traduzido por Kurt H. Wolff. The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950.

SIMMEL, Georg. **Conflict and the Web of Group-Affiliations**. The Free Press, New York, 1964.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. (Org.) Evaristo de Moraes Filho. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, 1983.

SNIJEDERS, Tom A. B.; BOSKER, Roel J. **Multilevel analysis: an introduction to basic and advanced multilevel modeling**. London: Sage Publications, 1999.

SOTO, José Luis Gaviria; MORERA, María Castro. **Modelos Jerárquicos Lineares**. Madrid, La Muralla. 2005.

SUTHERLAND, Edwin H. White-Collar Criminality. **American Sociological Review**. Vol. 5, No. 1, 1940, p. 01-12.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. Ed. 5. São Paulo, 2011.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Society** (Gemeinschaft und Gesellschaft). The Michigan State University. East Lansing, 1957.

VELÁZQUEZ, Alejandro; MARIN, Luís Rey. El valor agregado de las redes sociales: propuesta metodológica para el análisis del capital social. **Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Vol. 13, dezembro, 2007. <http://revista-redes.rediris.es>

VILLAREAL, Andres; SILVA, Bráulio, F.A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. **Social Forces**. Vol, 84, n. 1, March, 2006.

WASSERMAN S.; FAUST K. **Social Network Analysis**: Method and applications. Cambridge Univ. Press, Cambridge, 1994.

WASSERMAN, Stanley; SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J. (Ed.). **Models and Methods in Social Network Analysis**. Cambridge University Press, 2005.

WELLMAN, Barry. Challenges in Collecting Personal Network Data: The Nature of Personal Network Analysis. **Field Methods**, Vol.19, No. 2, May 2007 111–115.

WELLMAN, B. The community question: The intimate networks of East Yorkers. **American Journal of Sociology**, 84, 1201–1231, 1979.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Eds.). **Social structures**: A network approach. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, B.; CARRINGTON, P.; HALL, A. Networks as personal communities. In B.Wellman & S. D. Berkowitz (Eds.), **Social structures**: A network approach. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, Barry. Network Analysis from Method and Metaphor to Theory and substance. In: WELLMAN, Barry. S.D. Berkowitz. **Social structure: a network approach**. Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, Barry; FRANK, Kenneth A.; LIN, Nan; COOK Karen S.; BURT, Ronald S.. 2001. Network capital in a multilevel world: Getting support from personal communities. In: **Social capital theory and research**. LIN N., COOK K. S., and BURT R. S (edited). New York: Aldine de Gruyter.

WELLMAN, Barry (Ed.) **Network in the global village**: life in contemporary communities. Westview Press, Colorado, 1999.

WELLMAN, Barry. Networks, Neighborhoods, and Communities: Approaches to the Study of the Community Question. **Urban Affairs Quarterly**. Vol. 14. Março, 1979, pp. 363-390.

WELLMAN, Barry. The community question. **American Journal of Sociology**. Vol. 84. Março, 1979, 1201-1231.

WIKSTRÖM, Per-Olof H.; SAMPSON, Robert. **The Explanation of Crime**: Context, Mechanism and Development. Cambridge University Press, 2006).

WIKSTRÖM, P.-O. H. ; LOEBER, R. (2000), Do disadvantaged neighborhoods cause well-adjusted children to become adolescent delinquents? A study of male juvenile serious offending, individual risk and protective factors, and neighborhood context. **Criminology**, 38: 1109–1142

WILSON, William J. **The Truly Disadvantaged**: The Inner City, the Underclass, and Public Policy. 2 ed. Chicago, University of Chicago Press, (1987), 2012.

WILSON, Willian J. More than just race: being black and poor in the inner city. **Poverty and Race Research Action Council**. Vol. 18: n. 3. Maio/Junho, 2009.

WILSON, James Q.;; KELLING, George. **The Police and Neighborhood Safety**: Broken Windows.” The Atlantic, 1982, 127, p. 29-38.

ZALUAR, A. **Integração Perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da Eficácia Coletiva e Violência: O paradoxo do subúrbio Carioca. **Novos Estudos CEBRAP**. N. 84. São Paulo: Julho, 2009, p. 175-196.

APÊNDICE A - MODELAGEM MULTINÍVEL E SEUS PRINCÍPIOS TÉCNICOS OU MATEMÁTICOS

Do ponto de vista técnico os modelos multinível são extensões da regressão simples e múltiplas. Entretanto, no caso do modelo multinível, os dados são estruturados em grupos e os coeficientes podem variar por grupos. Para entender o que é um modelo hierárquico ou multinível devemos começar a estudar a relação entre duas variáveis. Por exemplo, uma vizinhança com uma alta instabilidade residencial (variável independente X) apresenta uma forte associação com as altas taxas de crimes locais (variável dependente E). Ambas as variáveis são medidas no nível 1 (violência interpessoal). A equação de regressão linear que exprimem a relação entre estas duas variáveis tem a seguinte notação:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$$

Onde, β_0 é o intercepto (constante) de Y para a população, β_1 é a reta de inclinação da população, ε_i é o erro aleatório em Y para a observação i , Y_i é a variável dependente para a observação i e X_i é a variável independente para a observação i . O coeficiente β_0 , também conhecido como constante, é a taxa de crime que o modelo prevê para uma vizinhança com uma instabilidade residencial com a pontuação zero. O coeficiente β_1 (inclinação da linha de regressão) é a mudança que o modelo prevê a taxa de crime (Y_i) para cada unidade que aumenta a instabilidade residencial (X_i). O termo residual ε_i é o erro associado a cada taxa de crime, ou seja, a diferença entre a taxa de crime real de cada vizinhança e a prevista pelo modelo. Presume-se que estes resíduos são normalmente distribuídos com variância finita de σ_ε^2 . Essa equação resulta em um gráfico que apresenta uma reta ascendente positiva que indica que quanto maior é a instabilidade residencial, maior é a taxa de crime vicinal (FÁVERO et al, 2009; SCHROEDER; SJOQUIST; STEPHAN, 1986; LEVINE et al).

Embora o coeficiente de β_0 tenha um significado claro é usual recodificar os valores da variável independente. Por exemplo, subtraindo de cada valor da instabilidade residencial um valor equivalente a sua média, usando pontuações

diferenciais (centradas), o coeficiente β_0 , torna-se a média da variável dependente, cujo valor é precisamente o previsto para a média instabilidade residencial.

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i \quad (\text{com } x_i = X_i - \bar{X})$$

Ao centrar o valor de X muda-se o valor de β_0 , mas não muda a inclinação da reta β_1 e nem os resíduos. Passando a considerar duas vizinhanças distintas, a relação da taxa de crime e a instabilidade residencial nas duas vizinhanças, pode-se apresentar de maneira diversa uma da outra tanto na sua inclinação β_1 como em suas médias. Obviamente para refletir essas diferenças entre as vizinhanças é necessário usar duas equações de regressão, uma para cada vizinhança (SOTO; MORERA, 2005; GOLDSTEIN, 1999; SNIJDERS; BOSKER, 1999).

$$Y_{i1} = \beta_{01} + \beta_{11} X_{i1} + \varepsilon_{i1} \quad (01)$$

$$(\text{com } x_{ij} = X_{ij} - \bar{X})$$

$$Y_{i2} = \beta_{02} + \beta_{12} X_{i2} + \varepsilon_{i2} \quad (02)$$

O subíndice j refere-se às vizinhanças: $j = 1, 2$. A primeira equação representa a vizinhança 1 e suas relações entre instabilidade residencial e taxa de crime; e a segunda equação representa a segunda vizinhança e a mesma relação. O coeficiente de β_{01} representa a média de taxa de crime na vizinhança 1; o coeficiente β_{02} de taxa de crime da vizinhança 2. O coeficiente de β_{11} é a inclinação da vizinhança 1; o coeficiente β_{12} , é a inclinação da vizinhança 2; ambas as equações refletem a mudança prevista na taxa de crime das respectivas vizinhanças para cada unidade que aumenta no escore de instabilidade residencial.

Entretanto, se no lugar de duas vizinhanças criarmos J vizinhanças, então não será mais necessário usar duas equações de regressão ou mais de duas dependendo da quantidade de vizinhanças. Então, usar uma única equação para todas as vizinhanças é um procedimento mais prático usado pelos pesquisadores (SOTO; MORERA, 2005; GOLDSTEIN, 1999; SNIJDERS; BOSKER, 1999).

$$Y_{ij} = \beta_{0j} + \beta_{1j} X_{ij} + \varepsilon_{ij}$$

Como forma de simplificar, pode-se assumir que os resíduos são distribuídos normalmente e com igual variância em todas as vizinhanças. De forma que, tanto os interceptos como a reta de inclinação são acompanhados pelo subscrito j . Isto significa que o modelo permite que cada vizinhança tenha seu intercepto próprio e sua própria reta de inclinação. É precisamente esta variabilidade no segundo nível que caracteriza um modelo multinível. O modelo reflete como se relacionam as unidades do primeiro nível em cada um dos subgrupos definidos pelo segundo nível (FÁVERO et al, 2009; MASS; HOX, 2005; DE LEEUW; MEIJER, 2008; GOLDSTEIN, 1999).

No exemplo desse modelo de dois níveis é importante salientar que neste momento os parâmetros β_{0j} e β_{1j} agora não podem ser interpretados como constantes fixas. A interpretação do modelo de regressão simples, nesta situação, esses parâmetros devem ser vistos como variáveis cujos valores podem mudar de uma vizinhança para outra, ou seja, β_{0j} e β_{1j} são coeficientes aleatórios (SOTO; MORERA, 2005; GOLDSTEIN, 1999; SNIJDERS; BOSKER, 1999).

$$\beta_{0j} = \gamma_0 + u_{0j} \quad (01)$$

$$\beta_{1j} = \gamma_1 + u_{1j} \quad (02)$$

Na notação acima, pode-se dizer que o parâmetro β_{0j} está formado por uma parte fixa ou sistemática γ_0 que representa a taxa de crime média da população das vizinhanças e, uma parte aleatória u_{0j} que reflete a variabilidade de cada vizinhança e de sua respectiva média populacional. Da mesma forma, o termo β_{1j} está formado por uma parte fixa ou sistemática γ_1 que é a inclinação média que relaciona a taxa de crime com os valores de instabilidade residencial na população das vizinhanças e, uma parte aleatória u_{1j} , que reflete a variabilidade das inclinações das diferentes vizinhanças que diz respeito à inclinação média da população. Presume-se, que os termos u_{0j} e u_{1j} são variáveis aleatórias com valor esperado zero e variâncias σ_{u0}^2 e σ_{u1}^2 , respectivamente.

Dentro de β_{0j} , os termos γ_0 e u_{0j} presume-se serem independentes e o mesmo vale para os termos γ_1 e u_{1j} , ou seja, dentro β_{1j} . No entanto, entre os termos β_{0j} e β_{1j} não se presume independência. A relação entre os dois é dada por.

$$(\beta_{0j}, \beta_{1j}) = COVs (\beta_{0j}, \beta_{1j}) / (\sigma_u \sigma_u 0 \ 1)$$

Se o tamanho médio é independente do tamanho da inclinação, então, $\rho(\beta_{0j}, \beta_{1j}) = 0$. Se a inclinação das vizinhanças são maiores quanto maiores são as médias, então se tem um valor positivo. Finalmente, se a inclinação das vizinhanças são tão menores quanto maiores são as médias, tem-se um valor negativo.

Dado que tanto as médias como a relação entre X e Y podem variar de vizinhança para vizinhança, pode ser interessante incluir no modelo uma ou mais variáveis de nível 2 que podem explicar esta variação. Por exemplo, as vizinhanças podem ser classificadas com **alta desvantagem concentrada** (linha de pobreza, sem assistência pública, desemprego, família com a mulher como única responsável) são classificadas como (ADC = 0) e **baixa desvantagem concentrada** (BDC = 1). Pode ser o caso que esta distinção de nível 2 foi responsável por, pelo menos em parte, da variabilidade existente não somente das médias das vizinhanças, como também da inclinação que se relacionam com a taxa de crime. Para incluir no modelo esta variável de nível 2 (SOTO; MORERA, 2005; GOLDSTEIN, 1999; SNIJDERS; BOSKER, 1999).

$$\beta_{0j} = \gamma_{00} + \gamma_{01} Z_j + u_{0j} \quad (01)$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + \gamma_{11} Z_j + u_{1j} \quad (02)$$

(Z = vizinhança). Levando a [1] os valores de β_{0j} e β_{1j} em [2] se obtém a formulação convencional de um modelo multinível.

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_{01} Z_j + u_{0j} + \gamma_{10} x_{ij} + \gamma_{11} x_{ij} Z_j + u_{1j} x_{ij} + e_{ij}$$

Os termos do modelo podem se reordenarem, colocando os efeitos fixos no início e os aleatórios no final entre parênteses.

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_{01} Z_j + \gamma_{10} x_{ij} + \gamma_{11} x_{ij} Z_j + (u_{0j} + u_{1j} x_{ij} + e_{ij})$$

Temos, então, que γ_{00} representa a taxa de crime média em vizinhanças, levando em consideração que a variável concentração de desvantagem é uma variável dicotômica; γ_{01} representa a diferença entre a taxa de crime média e as vizinhanças com ADC e as vizinhanças com BDC; γ_{10} representa a inclinação média das vizinhanças com ADC; γ_{11} representa a diferença entre a inclinação média entre as vizinhanças ADC e das BDC; u_{0j} é o efeito do j -ésima vizinhança

sobre a taxa de crime média quando Z se mantém constante; e $u1j$ é o efeito do j -ésima vizinhança sobre a inclinação quando Z se mantém constante.

O modelo multinível é bem diferente do modelo de regressão linear clássico. Isso ocorre devido à impossibilidade de assumir a independência entre os resíduos e a igualdade entre as variâncias dentro das vizinhanças. Por um lado, a parte aleatória do modelo – a parte em parênteses – é mais complexa que no modelo de regressão linear padrão pelo fato de incluir eij . Dessa forma, é evidente que os resíduos de um modelo multinível não são independentes dentro de cada vizinhança porque os componentes $u0j$ e $u1j$ são comuns a todos os residentes da mesma vizinhança. Por outro lado, a variância dos resíduos não é a mesma em todas as vizinhanças porque tanto $u0j$ como $u1j$ variam, podem variar, de vizinhança para vizinhança.

A equação 1 é o modelo de nível 1, a equação 2 é o modelo de nível 2 e a equação 3 é o modelo combinado. Este último inclui tanto efeitos fixos, os que estão fora dos parênteses como efeitos aleatórios, os que estão dentro dos parênteses; portanto é um modelo misto. Os parâmetros β são os coeficientes de nível 1 (os indivíduos); os resíduos eij são os componentes aleatórios do nível 1. Os parâmetros γ são os coeficientes do nível 2; os resíduos $u0j$ e $u1j$ são componentes aleatórios do nível 2. A variância dos resíduos eij é a variância do nível 1; as variâncias de $u0j$ e $u1j$ e sua variância são os componentes de variância-covariância de nível 2. Com uma variável independente de cada nível (X de 1 e Z de 2), o modelo 3 é um modelo completo: incluem todos os termos possíveis. Eliminando os termos dele, obtêm-se os restantes dos modelos multinível (SOTO; MORERA, 2005; GOLDSTEIN, 1999; SNIJDERS; BOSKER, 1999).